

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Título: “O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)”

Claudia do Socorro Cirino Cardoso

Orientador: Prof. Dr. Hélgio Casses Trindade

Tese apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, maio de 2009

RESUMO

Este trabalho investiga a organização, o funcionamento e a intervenção eleitoral da Secção Regional do Partido de Representação Popular (PRP) no Rio Grande do Sul, no período 1945/1965, formado pelos integralistas na redemocratização e extinto com o Ato Institucional número 2. Para tanto, busca estabelecer relações entre o processo de organização e o funcionamento da máquina partidária no Estado, a partir da atuação dos dirigentes do Diretório Regional no encaminhamento das ações políticas ao longo das gestões político-administrativas. O trabalho identifica que essas gestões eram dirigidas por lideranças perrepistas eleitas em convenções, conforme normativa estatutária definida pelo partido no plano nacional. Um aspecto relevante é o perfil preponderante entre os dirigentes que presidiram o Diretório Regional, pois identificou-se que a maioria deles possuía uma trajetória política anterior ligada à AIB. Sustenta que essa convergência em torno do movimento integralista não garantiu que as ações políticas ou as tomadas de posição dos dirigentes fossem unívocas, pelo contrário eram distintas umas das outras, e em diversas situações eram divergentes entre si. Outros elementos do perfil político-social dos dirigentes exerciam influência nesse processo, a formação educacional, a origem política e de nascimento, a opção religiosa, a faixa etária ou seja os recursos individuais e coletivos. O PRP integrou o processo político do período, no Rio Grande do Sul, ao disputar eleições com chapa própria ou em aliança com outras correntes políticas, demonstrando que a sua base eleitoral estava concentrada em determinadas regiões do estado.

Resumé

Ce travail étudie l'organisation, le fonctionnement et l'intervention électorale de la section Régionale du Parti de la Représentation de la Populaire (PRP) dans le Rio Grande do Sul, au cours de la période 1945/1965, par, et en pleine redémocratisation disparu avec l'Acte Institutionnel n ° 2. À cette fin, cherche à établir des relations entre le processus d'organisation et de fonctionnement de la partie machine de l'État, de l'action des dirigeants de l'Annuaire régional des politiques de routage des actions sur la gestion politique et administrative. L'étude indique que ces directions sont gérées par des dirigeants élus perrepiistas dans les conventions, telles que définies par les dispositions réglementaires au niveau national. Un aspect important est la principale profil des dirigeants qui ont présidé à l'annuaire régional, car il a été déterminé que la plupart d'entre eux a une histoire liée à la politique précédente AIB. Fait valoir que la convergence sur la motion integralista pas assuré que les actions ou les positions politiques des dirigeants sont sans ambiguïté, mais sont différents les uns des autres, et dans diverses situations sont différentes entre elles. Autres éléments du profil socio-politique du leadership exercé une influence dans ce processus, l'éducation, de politique et de l'origine de la naissance, l'option de la religion, l'âge ou les ressources individuelles et collectives. Le PRP a le processus politique de l'époque, dans le Rio Grande do Sul, l'élection des différends avec la plaque elle-même ou en alliance avec d'autres courants politiques, ce qui démontre que leur base électorale a été concentrée dans certaines régions de l'État.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AIB - Ação Integralista Brasileira
ADP - Ação Democrática Popular
ANL - Aliança Nacional Libertadora
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CER - Comissão Executiva Regional
DD - Diretório Distrital
DD.MM - Diretórios Municipais
DR - Diretório Regional
DN - Diretório Nacional
FU - Frente Única
LEC - Liga Estudantil Católica
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
NUPERGS - Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense e Política Comparada do Cone Sul
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCF - Partido Comunista Francês
PDC - Partido Democrata Cristão
PL - Partido Libertador
PR - Partido Republicano
PRL - Partido Republicano Liberal
PRP - Partido de Representação Popular
PRR - Partido Republicano Riograndense
PRT - Partido Rural Trabalhista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDA - Partido Social Democrático Autônomo
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
SAS - Secretaria de Assistência Social
SFPE - Secretaria de Finanças, Propaganda e Estudos
SMI - Secretaria Municipal de Imprensa
SMOP - Secretaria Municipal de Organização Política
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UDN - União Democrática Nacional

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Eleições estaduais e posição do PRP gaúcho.....	102
Quadro 2 - Composição do número de dirigentes do Diretório Regional do PRP gaúcho (1945 –1965).....	158
Quadro 3 - Trajetória política anterior.....	162
Quadro 4 - Instrução de nível superior por cargo no Diretório Regional.....	167
Quadro 5 - Profissão e cargos ocupados no Diretório Regional.....	170
Quadro 6 - Faixa etária dos dirigentes ocupantes dos cargos executivos do Diretório Regional.....	175
Quadro 7 - Dirigentes conforme origem de nascimento.....	177
Quadro 8 - Origem Étnica.....	179
Quadro 9 - Religião.....	181
Quadro 10 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal 1945.....	190
Quadro 11 - Resultados eleitorais do PRP para Terceiro Senador em 1947.....	196
Quadro 12 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual 1947.....	201
Quadro 13 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal em 1950.....	208
Quadro 14 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1950.....	213
Quadro 15 - Resultados eleitorais do PRP para Senador em 1954.....	221
Quadro 16 - Resultados eleitorais do PRP para Governador em 1954.....	224
Quadro 17 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal em 1954.....	228
Quadro 18 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1954.....	232
Quadro 19 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal em 1958.....	241
Quadro 20 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1958.....	246
Quadro 21 - Comparativo de resultados entre partidos nas eleições de 1954-1958.....	254
Quadro 22 - Comparativo de resultados entre partidos nas eleições de 1954-1958.....	256
Quadro 23 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1962.....	259

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal 1945.....	190
Gráfico 2 - Resultados eleitorais do PRP para Terceiro Senador em 1947.....	196
Gráfico 3 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual 1947.....	201
Gráfico 4 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal em 1950.....	208
Gráfico 5 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1950.....	213
Gráfico 6 - Resultados eleitorais do PRP para Senador em 1954.....	221
Gráfico 7 - Resultados eleitorais do PRP para Governador em 1954.....	224
Gráfico 8 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal em 1954.....	228
Gráfico 9 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1954.....	232
Gráfico 10 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Federal em 1958.....	241
Gráfico 11 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1958.....	246
Gráfico 12 - Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1962.....	259

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1.1 Fontes e metodologia para operacionalização da pesquisa.....	04
1.2 Divisão do Trabalho.....	06
CAPÍTULO 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	08
Introdução.....	08
1.1 Orientação Teórica - Delimitação do tema.....	09
1.2 Sistema Partidário 1945/1965: inovação e continuidade.....	18
1.3 Problemática e hipótese.....	30
CAPÍTULO 2 O INTEGRALISMO: DOIS MOMENTOS DE INTERVENÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA	38
Introdução.....	38
2.1 O Integralismo na fase de atuação da AIB: as concepções do fenômeno em diferentes estudos.....	38
2.2 O Integralismo na fase de atuação do PRP: algumas concepções do fenômeno.....	62
CAPÍTULO 3 O PRP GAÚCHO: FORMAÇÃO E ESTRUTURA DIRETIVA	72
Introdução.....	72
3.1 O processo de estruturação da seção gaúcha do PRP pós-Estado Novo.....	73
3.2 A estrutura diretiva regional.....	83
CAPÍTULO 4 OS DIRIGENTES PERREPISTAS A FRENTE DO DIRETÓRIO REGIONAL GAÚCHO	101
Introdução.....	101
4.1 O Diretório Regional sob a direção de Oscar Machado (1946/1952).....	103
4.1.2 O fim da era Oscar Machado.....	118
4.2 A administração Arno Arnt.....	120
4.3 A administração Metzler/Juracy de Assis Machado.....	129
4.4 O Diretório Regional sob a direção de Alberto Hoffmann.....	136
CAPÍTULO 5 DIRIGENTES REGIONAIS DO PRP GAÚCHO: DETENTORES DE DIFERENTES RECURSOS E NÍVEIS DE PODER	149
Introdução.....	149
5.1 Perfil dos dirigentes: relação de interação de ordem social-política.....	150
5.2 Competição interna - os mandatos dos dirigentes do Diretório Regional.....	154
5.3 Propriedades sociais dos dirigentes – recursos individuais e coletivos.....	161
5.3.1 Trajetória política dos dirigentes do PRP.....	161
5.3.2 Origem sócio-profissional e de classe dos dirigentes do Diretório Regional.....	166
5.3.3 Idade dos Dirigentes.....	175
5.3.4 Origem geográfica dos dirigentes.....	177
5.3.5 Origem étnica.....	179
5.3.6 Religião.....	181
CAPÍTULO 6 O PRP NOS PROCESSOS ELEITORAIS DO PERÍODO 1945/1965	184

Introdução.....	184
6.1 O Sistema partidário do Rio Grande do Sul.....	184
6.2 Processos eleitorais e resultados alcançados pelo PRP.....	189
6.2.1 As eleições de 1945.....	189
6.2.2 As eleições de 1947.....	193
6.2.3 As eleições de 1950.....	206
6.2.4 As eleições de 1954.....	217
6.2.5 As eleições de 1958.....	238
6.2.6 As eleições de 1962.....	257
CONCLUSÃO.....	267

INTRODUÇÃO

A presente tese trata da organização, do funcionamento e da intervenção eleitoral da Seção Regional do Partido de Representação Popular (PRP) no Rio Grande do Sul, no período 1945/1965. A partir de fontes inéditas, se debruça sobre as atividades realizadas pelos dirigentes do partido que, na redemocratização de 1945, sucedeu a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado em 1932. Tendo surgido tanto no cenário político nacional, quanto no do Rio Grande do Sul no ano de 1945, o PRP estruturou-se e funcionou em vários estados do Brasil durante o período de 1945 a 1965. Por meio da AIB e do partido em questão, o integralismo teve um importante engajamento no processo político brasileiro nos dois momentos de sua atuação.

A importância deste engajamento, no entanto, não é reconhecida por alguns estudiosos que chamam a atenção para o exotismo da ideologia integralista.¹ Para este ponto de vista, a forte influência do fascismo europeu no integralismo justificaria o pouco valor das análises sobre este fenômeno. Outros pesquisadores, no entanto,

¹ É o caso, por exemplo, das afirmações de Paulo Sérgio Pinheiro: “3 mil integralistas, a versão nativa do fascismo – ‘a luz da nova era’, segundo seu Chefe, Plínio Salgado – promoveram seu II Congresso Nacional, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Sob o ridículo das saudações, da indumentária, dos rituais, havia planos concretos de influir no processo de decisão política”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a evolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Florestan Fernandes, por sua vez, considerava o integralismo como página virada da história do Brasil, um tema que não merecia ser estudado. “Hoje está na moda dizer-se que se deve estudar o integralismo. Não compartilho dessa opinião. Nem mesmo devemos nos preocupar em destruí-lo. (...) Os que pensam que é importante estudar o discurso integralista por causa do presente cometem um equívoco. (...) O integralismo é uma página virada na história (se é que merece tanta consideração)”. FERNANDES, Florestan. “Prefácio”. In: VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 11 e 14.

criticam a idéia do simples mimetismo ideológico e revelam a existência, nesse movimento político, de inúmeras questões que merecem análise.²

Na conjuntura do pós-guerra, o integralismo, através da atuação do PRP, buscou apresentar-se como doutrina “democrática” e “anti-fascista”, reelaborando alguns de seus princípios doutrinários da década de 1930.³ A estrutura organizativa desse partido esteve em funcionamento durante todo o período multipartidário. Os processos de escolha de seus dirigentes internos e externos em âmbito nacional, regional, municipal e parlamentar ocorreram com a freqüência exigida nos estatutos partidários. Dirigentes eram eleitos para dar encaminhamento às políticas definidas para fazer funcionar a máquina partidária. Além dos dirigentes, o partido possuía um considerável número de membros que estavam situados no nível da base. Uma parcela menor deles assumia uma militância mais ativa, enquanto um conjunto maior era formado apenas por filiados. Boa parte dos militantes e filiados contribuía financeiramente com o pagamento de cotizações. Como é possível observar, numa mesma estrutura foram homogeneizados diferentes grupos, haja vista que nem todos os filiados ocuparam cargos de direção. Estes, por sua vez, possuíam atributos e atribuições de importância diferenciada.

No Rio Grande do Sul, o partido conseguiu implantar sua estrutura partidária em vários municípios e conquistar uma base eleitoral que manteve uma considerável constância a ponto de garantir ao PRP uma posição de “fiel de balança” em pleitos eleitorais em âmbito estadual e municipal. Essa condição de possibilidade fez com que aumentasse no interior do partido a complexidade das relações entre os diversos coletivos e, conseqüentemente, a disputa para ocupar cargos tanto na hierarquia

² TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Difel. Porto Alegre, UFRGS, 1974. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”, p. 288-289. Para Marilena Chauí, “...o que interessa compreender é que importando ou não idéias que poderiam espelhar a situação brasileira, as formulações integralistas exprimiram, na forma da construção pura, a verdade do nacionalismo como política autoritária, mesmo quando os militantes aderiam à AIB pelo medo ao comunismo ou pelo anti-liberalismo, na esperança de ver realizados ideais que, de outra maneira, permaneceriam como simples desiderata”. CHAUI, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978. p. 116/117.

³ CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História, 39).

partidária interna, quanto na externa. A forma como as correntes políticas ocupavam espaço no sistema partidário gaúcho, possibilitou ao PRP realizar suas alianças políticas, ora com uma determinada corrente política, ora com outra, evidenciando que suas estratégias políticas eram bastante racionais e visavam maximizar os dividendos eleitorais, na direção daquilo que Lima Junior denominou de “racionalidade política contextual”. Essas articulações, que também podiam ser verificadas no cotidiano do parlamento, indicam que o sistema partidário regional e nacional havia assimilado o PRP.

Apesar dessa assimilação, o discurso do PRP insistia em se auto-caracterizar como sendo um “autêntico partido nacional” com “doutrina e ideologia inflexíveis”, como um partido diferente dos demais. Na prática política, como será demonstrado, seu comportamento eleitoral, em geral, se pautava no sentido de garantir votos e participação nos órgãos burocráticos do Estado. O PRP pretendia representar uma “terceira via”. Na prática, porém, ele atuava como uma “terceira força” política no Estado, de acordo com o cientista político Hélió Trindade. Seu eleitorado estaria concentrado na “parte norte do Estado, em regiões associadas à imigração italiana e alemã, com altos índices de prática religiosa”.⁴

Este estudo, originalmente, pretendia fazer uma análise mais ampla da organização e funcionamento do PRP, Seção Rio Grande do Sul, com ênfase na atuação das lideranças e filiados no período de 1945/1965. No entanto, no decorrer da pesquisa optou-se por retirar desta análise os filiados, centrando o foco na organização, no funcionamento e na intervenção do partido a partir das políticas definidas por seus dirigentes no âmbito do Diretório Regional. Tal recorte pode ser justificado em razão da ausência de estudos que tenham investigado essa problemática, conforme apresentado adiante.

Para construir esta análise, a documentação produzida pelo partido - referente às gestões político-administrativas e à participação do PRP nos processos eleitorais – foi

⁴ TRINDADE, Hélió. *Padrões de comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1962)*. In: Revista do IFCH da UFRGS, n. 1, 1973. p. 247.

fundamental. Tais documentos permitem conhecer pessoas e grupos que exerceram cargos na hierarquia interna ou externa da organização, lideranças que, em diferentes níveis, foram responsáveis por implementar as políticas de atuação do partido em âmbito regional e local. É o caso das lideranças eleitas no interior do partido que dirigiram o Diretório Regional, o qual era composto por presidente, vice, secretário, consultor jurídico e vogais. Esse órgão era o responsável pela organização e funcionamento do partido no estado, o que implicava em comandar o processo de definição dos demais organismos internos, dentre eles os diretórios municipais, bastante significativos no campo de atuação do PRP no Rio Grande do Sul. O Diretório Regional também operacionalizava o processo de escolha dos candidatos do partido para disputar os pleitos eleitorais, municipal, estadual e federal.

Várias das lideranças internas do PRP haviam ingressado no integralismo no período de atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Nesse novo momento da vida política brasileira, o Regime de 1946, continuaram atuantes no PRP sendo escolhidas para disputar os processos eleitorais nos diferentes níveis. Uma vez eleitas, várias foram nomeadas para exercer funções políticas e burocráticas em diferentes esferas estatais, como representantes desse partido.

1.1 - Fontes e metodologia para operacionalização da pesquisa

O universo empírico desta pesquisa é bastante diversificado, mas o material encontra-se disponível, em sua grande maioria, numa mesma instituição, o Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP). Além dos diversos fundos documentais desta instituição foram consultadas ainda fontes disponíveis no Solar dos Câmara e no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense e Política Comparada do Cone Sul (NUPERGS). No CD-AIB/PRP, foram pesquisados: a) livros de Atas de reuniões do diretório regional, das convenções regionais e de alguns diretórios municipais; b) correspondências trocadas entre o diretório regional e os diretórios municipais; c) cerca

de 900 fichas de filiação partidária, referentes aos filiados do diretório municipal de Porto Alegre. Nestas estão incluídas as fichas de várias lideranças que tiveram mandatos no diretório regional; d) 980 fichas contendo os nomes dos membros das diferentes diretorias dos diretórios municipais; e) a relação das legislaturas dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PRP, eleitos no período 1945/1965. Além dessas, foram analisadas outras fontes com informações mais gerais sobre o partido, como os depoimentos de ex-lideranças integralistas, produzidos pelo *Programa de História Oral* do CD-AIB/PRP; listagens com os nomes dos deputados eleitos pelo PRP (nível federal e estadual); e correspondências do PRP com TRE.

As atas de reuniões do diretório regional, que compõem diversos livros, comportam os registros das discussões realizadas semanalmente pela direção regional com a participação dos membros do referido órgão. Nas atas das convenções regionais, realizadas anualmente, constam os principais pontos de discussão das referidas convenções, o nome dos participantes e a relação dos membros que passaram a dirigir o partido na gestão subsequente. Quanto às atas de reuniões dos diretórios municipais, estão disponíveis apenas as de alguns municípios, sem cobrir o período completo. As fichas de filiados do PRP acima mencionadas contêm os seguintes dados: sobrenome, nome, data de nascimento, naturalidade (cidade e estado), estado civil, profissão, grau de instrução, religião, título de eleitor, endereço residencial e do trabalho, fone, bairro, cargo que ocupa, onde estudou, se é reservista, motorista, datilógrafo, idioma que fala, arte que cultiva, esporte que pratica, se pertenceu a outro partido, data de inscrição no partido. Quanto às fichas de eleições dos diretórios municipais do RS, de controle da Secretaria Regional do PRP/RS, elas contêm nome do diretório municipal, data da eleição do diretório, período do mandato do diretório, nome e profissão do presidente, vice-presidente e secretário do referido diretório.

A análise dos dados coletados nesses conjuntos documentais permite perceber que esse coletivo partido possuía diferentes propriedades. Através dos registros escritos nas atas das reuniões do Diretório Regional, por exemplo, observaram-se as relações de constantes disputas entre as lideranças, bem como as posições alcançadas por esses

grupos no interior do partido. Em alguns depoimentos de ex-lideranças integralistas, por sua vez, foi possível obter informações mais detalhadas acerca de alguns dirigentes, além de verificar a percepção desses militantes sobre a organização, atuação e funcionamento do PRP nos diversos municípios do Estado. Os dados recolhidos foram agrupados e relacionados às trajetórias dos agentes e às disputas de poder no interior do partido. Da mesma forma, verificou-se a relação entre os recursos e capitais detidos por agentes ou grupos de agentes e sua posição no espaço de atuação na hierarquia interna e externa do partido, a identificação dos principais pólos de oposição e sua relação com as origens geográficas, sociais, escolares, profissionais, políticas e religiosas dos mesmos. Além disso, foram utilizados recursos estatísticos descritivos (construção de tabelas, gráficos, cálculo de percentagens, etc.) para sistematizar os dados coletados.

1.2 - Divisão do Trabalho

Com o propósito de dar conta das questões levantadas, estruturou-se o trabalho em duas partes. A primeira é composta de dois capítulos, nos quais foi analisada a literatura que melhor ajuda a precisar os marcos principais deste trabalho. A segunda parte com quatro capítulos, nos quais foram objetos de investigação a organização, o funcionamento e a intervenção do PRP no cenário político gaúcho.

No primeiro capítulo procura-se dialogar com a bibliografia internacional e nacional que aborda a problemática dos partidos políticos em seus distintos esquemas de análises, procurando destacar aquelas que oferecem maior contribuição para a formulação da problemática aqui investigada.

No segundo capítulo busca-se focalizar os estudos que se debruçaram sobre o tema do integralismo. Serão revisitados os principais trabalhos que discutem elementos da atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) durante o seu período de existência na década de 1930. Posteriormente, serão retomados os estudos sobre o Partido de Representação Popular (PRP).

No capítulo três foi analisado o processo inicial de organização, estruturação e composição do PRP no âmbito regional. Busca-se perceber o funcionamento da máquina partidária no Estado a partir da atuação dos dirigentes do Diretório Regional no encaminhamento das ações políticas.

O quarto capítulo aborda o desenvolvimento da dinâmica de atuação do partido com base na documentação produzida referente às gestões político-administrativas no interior da máquina partidária. Essas gestões internas tiveram início com a escolha de Oscar Machado, a partir de fins de 1946, quando o diretório regional passou a ser dirigido por uma liderança eleita em convenção. Inicialmente, foram analisadas as primeiras gestões, desde a estruturação do partido até o final dos anos 1950, dirigidas por lideranças pertencentes à AIB. Foi o caso dos mandatos exercidos por Oscar Machado, Arno Arnt e Wolfram Metzler/Juracy Machado. Posteriormente, foram abordadas as gestões que ficaram sob a responsabilidade do único dirigente do Diretório, Alberto Hoffmann, que não atuou diretamente no integralismo da fase anterior.

O quinto capítulo analisa o perfil político-social desses dirigentes, na perspectiva de conhecer quem eram, qual a formação educacional, qual a origem política e de nascimento das pessoas que ocuparam os principais cargos da hierarquia partidária perrepista no Rio Grande do Sul. Buscou, também, examinar os antecedentes sócio-econômicos e os padrões de avanço na carreira político-partidária desses dirigentes, a partir de seus recursos individuais e coletivos. Além disso, traça um paralelo entre as tomadas de posição da direção partidária, a forma como foram estabelecidas as conexões entre o principal núcleo dirigente situado na hierarquia interna do partido, e aqueles dirigentes que o representavam nos parlamentos estadual e municipal.

Por fim, no sexto capítulo, será analisada a participação do PRP no processo político do Regime de 1946, no Rio Grande do Sul, fundamentalmente as eleições de tipo majoritário de 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962. Foram pleitos eleitorais, nos quais o partido disputou com chapa própria, formando sua base eleitoral em vários municípios.

Capítulo 1 – Revisão bibliográfica e referencial teórico-metodológico

Introdução

A produção a respeito dos partidos é bastante ampla e se baseia em esquemas de análises distintos, os quais podem ser concentrados em generalidades, organização, projetos e ideologias, famílias de partidos, mobilização e sistemas de partidos.⁵ As obras que pareceram ser de maior relevância para os objetivos deste trabalho, e que aqui serão exploradas se dividem entre alguns estudos clássicos da literatura internacional - que buscam caracterizar um partido numa perspectiva mais ampla, considerando-o um conjunto complexo de diversos coletivos; e trabalhos da literatura nacional e regional –

⁵ Existe um grande número de trabalhos sobre partidos políticos no Brasil, que investigam o tema sob diferentes enfoques. Um mapeamento de grande parcela dessa produção pode ser visto no ensaio bibliográfico realizado por Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, publicado originalmente em *DADOS* nº 19 (1978) e posteriormente no livro *Os Partidos Políticos no Brasil*, organizado por David Fleicher e publicado em 1981/1v. Aí, os diferentes trabalhos sobre o tema são classificados em 5 categorias, a saber: I – Paradigmas e principais fontes de referência; II - Representação: aspectos institucionais; III - Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; IV – Partidos: organização e ideologia; e V – Comportamento eleitoral e atitudes políticas. Posteriormente, no BIB de 1992, foi publicado sob o título “A produção brasileira recente sobre partidos, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico”, de autoria de Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, um outro levantamento da produção brasileira sobre partidos, que aborda os trabalhos do período de 1978 a 1992. A opção dos autores foi no sentido de privilegiar os livros, teses e artigos sobre partidos a partir de um resumo sobre a obra. Ver em: BIB, Rio de Janeiro, nº 34, 2º semestre de 1992, pp.3-66. Além desse material, é interessante mencionar um trabalho publicado mais recentemente, que traz uma importante discussão a respeito do tema, que é o de CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e Representação política – a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945/1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. A autora faz referências aos trabalhos publicados entre 1980 e 1990.

que caracterizam elementos de funcionamento do sistema partidário brasileiro e do Rio Grande do Sul no período de intervenção do PRP no processo político.

1.1 - Orientação Teórica – Delimitação do tema

Com o propósito de melhor descrever os eixos de análise deste trabalho considera-se necessário pontuar algumas questões. A primeira refere-se ao fato de que os trabalhos existentes na literatura mencionam de modo pouco aprofundado questões relativas ao tema objeto desta pesquisa, se comparadas com as evidências empíricas levantadas por esta investigação. Em segundo lugar, embora a referência empírica esteja focada numa seção específica do partido, a análise procura enfatizar os processos internos que articulam as relações regional-local-nacional, as quais mantêm o partido interligado ao sistema partidário rio-grandense e nacional. Ou seja, a tese examina a burocracia interna, os recursos materiais e simbólicos e o papel que os diferentes grupos desempenharam na atuação político-partidária do PRP. Dá mais ênfase e esta última e à construção de um certo perfil, assim como na construção de um certo perfil social dos dirigentes integralistas. Esses aspectos analisados podem elucidar as razões da permanência desse pequeno partido no sistema de competições partidárias, ao mesmo tempo, que possibilitam verificar quem eram essas lideranças que concorreram objetivamente para falar em nome do partido.

O pai fundador dos estudos partidários na Ciência Política foi Robert Michels que analisou, especialmente, a social-democracia alemã no início do século XX. Ele buscou entender o exercício da democracia no interior dos partidos políticos que reivindicavam-se guardiões do sistema democrático. Para Michels, dentro desses grupos políticos existia uma concentração de poderes, uma cristalização de líderes, uma oligarquização. Existiria uma estrutura delimitada e hierarquizada, controlada pelos burocratas do partido, que o autor definiu como sendo “lei de ferro da oligarquia”, ou seja, “quem diz organização, diz oligarquia”. A representação seria equivalente à

hegemonia dos representantes sobre os representados.⁶ Nesse aspecto, Duverger em sua obra-mestra de 1951, *Les partis politiques*, concordará com Michels no tocante à direção dos partidos.⁷ O autor francês afirma que a direção dos partidos possui um duplo caráter: um de aparência democrática e outro de uma realidade oligárquica. Este processo estaria ligado à forma de transmissão da estrutura de poder ao dirigente, a qual é legitimada pelo mecanismo da delegação.

Essa obra de Duverger tornou global e sistemático o conhecimento sobre os partidos políticos. Uma das importantes questões analisadas por esse autor e que permanece intangível nos dias de hoje é a teoria da origem dos partidos. Ela estabelece a clássica divisão entre “partidos de quadros” e “partidos de massa”, cuja diferença se basearia em tipos distintos de organização partidária. Duverger busca relacionar o partido com a dinâmica das instituições. Esta perspectiva analítica, segundo Trindade, permitiu, por exemplo, que a AIB fosse considerada o primeiro movimento/partido de massa no Brasil, uma vez que sua estruturação nacional, regional e local, com filiação formal, correspondia à tipologia de Duverger.

Essa tipologia que serviu para analisar de modo bastante apropriado os partidos europeus, em especial os franceses, no entanto, não dá conta de explicar vários elementos dos fenômenos partidários na América Latina, observados por Duverger. No Brasil, especificamente, esses limites foram observados por alguns autores em suas análises sobre a caracterização de partidos do período multipartidário de 1945/65. Segundo Lúcia Hippolito, uma caracterização do PSD não estaria automaticamente condicionada ao modelo estabelecido por Duverger. Ele não seria um genuíno partido de quadros, já que somente do ponto de vista do financiamento de campanha é que se poderia aproximá-lo desse modelo. Para a autora é importante considerar que “modelos analíticos jamais dão inteira conta da realidade, que mais das vezes insiste em se comportar de maneira contrária (e autônoma) à prevista pela lógica (...)”.⁸

⁶ Vide MICHELS, Roberto. *Os partidos políticos*. São Paulo: Ed. Senzala, 1982.

⁷ Vide DUVERGER, Maurice – *Les partis politiques*, Paris, Armand Colin, 1956.

⁸ HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 43 e 44.

Resultado semelhante foi encontrado por Gilberto Calil em sua tentativa de estabelecer uma caracterização geral para o PRP. Esse autor destaca que o partido não segue à risca o esquema analítico proposto por Duverger, na medida em que o PRP não se enquadraria totalmente como um partido de quadro ou como um de massas. Para Calil, o PRP não seria um partido de massas, porém não estaria restrito aos limites de um partido de quadros como estabelecido pelo autor francês. Essa afirmação de Calil pode ser verificada na existência de um sistema de filiação e de recebimento regular de subvenções de membros do PRP, que em parte foi mantido pelo partido. Esse elemento o caracterizaria como um partido de massas, de acordo com a tipologia de Duverger. Ademais, a realização de atividades periódicas sinaliza que o partido pretendeu organizar e mobilizar seus adeptos além dos períodos eleitorais, sendo tal movimentação confirmada em várias ocasiões no âmbito do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, no início dos anos 1970, diversas pesquisas concorreram para enriquecer a tipologia das organizações partidárias, dentre elas a obra de Jean Charlot.⁹ Nela, o autor retoma alguns aspectos importantes das contribuições das obras clássicas sobre os partidos, chamando a atenção para os elementos de análise abordados no “enfoque estrutural”. O autor demonstra o caráter generalizador e excludente do estudo de Michels e o caráter um pouco mais amplo da tipologia de Duverger, se comparado com aquele. Mas, sobretudo, enfatiza a importância de estudos empíricos específicos, os quais permitiriam verificar as peculiaridades das organizações partidárias. Situação que pode ser verificada nos estudos realizados sobre o PSD, por Lúcia Hippolito, e, sobre o PRP, por Calil, acima mencionados.

Seguindo um pouco a lógica sugerida por Charlot, mais recentemente foram publicados trabalhos que focalizam o partido político como relação social, no seio da qual os membros são detentores de diferentes propriedades sociais. Tais análises possibilitam perceber as atividades e as formas de organização partidárias como resultados particulares de relações concretas entre indivíduos e grupos que agem simultaneamente em diferentes espaços sociais, tornando possível explicar questões

⁹ CHARLOT, Jean – Les partis politiques, Paris, Armand Colin, 1971, pp.36-39.

referentes ao político a partir de “múltiplos processos sócio-políticos” nos quais os partidos estão inseridos. Tais perspectivas permitem compreender o PRP como uma organização que estava inserida no espaço social, composta por diferentes membros, que interagem com outros grupos de diferentes espaços sociais.

O livro de Michel Offerlé, *Les partis politiques*¹⁰, analisa os partidos políticos como um campo de lutas e um campo de forças, ou seja, propõe entendê-los como uma organização que é composta por grupos que disputam posições de poder na estrutura interna do partido, assim como no interior do campo político.¹¹ Os partidos seriam grupos que intervêm sobre o mercado político, sendo suscetíveis de produzir efeitos diferenciados e de ser objeto de investimentos e de usos sociais muito diversificados. Não se trata, pois, de buscar “compreender apenas a quem servem os partidos, mas de dar conta de como os agentes sociais interessados pelos partidos os ‘servem’ e ‘se servem’ de maneira extremamente diversa”.¹² Além disso, o autor considera importante verificar o modo como ocorrem as relações desses agentes com o militante, o ministro, o eleitor, o jornalista, o dirigente ou o cientista político, buscando perceber as relações de troca que os envolvem em diferentes esferas do espaço social.¹³

Para tal abordagem, de vista institucional, ou de critérios de diferenciação ideológica ou doutrinária, mas também como sistemas relativamente fechados de relações concorrenciais entre os agentes que têm interesse em disputar o direito de usar recursos coletivos, acumulados na organização partidária. Offerlé destaca, ainda, que nos sistemas políticos competitivos ocorrem conflitos inter e intrapartidários ou a “concorrência política simbólica, eufemizada, que se desenvolve diante dos agentes

¹⁰ OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. Paris, PUF/Que sais-je?, 1987. Este trabalho tem como referencial algumas categorias de análise de Pierre Bourdieu.

¹¹ Segundo Bourdieu, o campo político, microcosmo em relação ao macrocosmo social, caracteriza-se como um campo de forças e como campo de lutas (...). Pode ser entendido também como “o lugar onde se engendram, através da concorrência entre os agentes engajados, os produtos políticos, problemas, programas, etc., na qual os cidadãos ordinários são reduzidos ao estado de consumidores”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. tradução Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, capítulo VII, p.163 e 164.

¹² OFFERLÉ, op.cit. p. 10.

¹³ Nesse aspecto Offerlé se aproxima daquilo que Bourdieu aponta como importante na formação do partido, o qual “é formado e mantido por um conjunto de regras tacitamente definidas por um universo político-partidário, mas também por outras que vão além das próprias esferas deste campo”. In: BOURDIEU, op. cit. p. 165.

sociais que dividem as elites concorrentes”.¹⁴ Ou seja, a disputa por posições de poder não ocorre apenas no âmbito das organizações, mas igualmente fora delas.

Assim, o partido estaria associado à idéia de ‘empresa política’ associada à idéia de ‘mercado político’, empresa atuante num espaço onde os agentes disputam os dividendos políticos e efetuam trocas de bens políticos. Os partidos, então, são vistos como uma das formas historicamente determinadas de “empresa política”, que visam monopolizar as atividades realizadas no mercado de bens eletivos, onde “um ou mais agentes investem capitais para colher proveitos políticos produzindo bens políticos”.¹⁵

Destarte, ao se estudar um partido deve-se levar em conta as ‘interações visíveis’ que ocorrem num certo espaço do jogo, mas também a ‘flexibilidade invisível’ que liga os agentes numa espécie de cooperação concorrencial, em que os recursos e interesses são diferenciados entre os participantes. O partido, conforme o autor, deve ser

analisado como um espaço de concorrência objetivada entre os agentes assim dispostos que lutam pela definição legítima do partido e pelo direito de falar em nome da entidade e da marca coletiva, da qual eles contribuem para sua competição e manter a existência ou antes a crença na existência.¹⁶

Nesse espaço de concorrência, estão conjugados o capital objetivado dos partidos, oriundo do conjunto das tecnologias e das maneiras de fazer acumuladas pelos agentes ao longo do tempo, como modo de organização, palavras de ordem, tradições, emblemas, símbolos; e o capital incorporado, o qual é gerado a partir do habitus de profissionais e/ou de militantes, o qual, sendo apropriado pelos agentes, gera proveitos que não são unicamente políticos, mas de ordens diversas. Portanto, a organização é portadora de um relativo capital objetivado, assim como os seus membros possuem capitais próprios dos quais são titulares.¹⁷

¹⁴ OFFERLÉ, op. cit. p. 4.

¹⁵ Ibidem, p. 22.

¹⁶ Ibidem, p. 25.

¹⁷ Bourdieu denomina como capital simbólico aquele que se apóia no reconhecimento coletivo. É um capital a título pessoal firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na pessoa do político (de ter um “nome”, uma “reputação”) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”, sendo isto freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência”. BOURDIEU, op. cit. pp. 190 e 191.

Nesta linha de raciocínio, a relação partidária é uma relação de troca, em que os recursos coletivos partidários, como a marca, a sigla, a antiguidade e a notoriedade, permitem recolher proveitos sobre o mercado político, ou seja, são recursos que podem ser apropriados em diferentes proporções entre dirigentes, parlamentares e aderentes. Esses agentes, por outro lado, trazem suas competências à organização, pois segundo o autor “pertencer a uma relação partidária é poder se atribuir os méritos e utilizar os serviços de seus pares, é trazer e receber um capital de relações, um capital social coletivo negociável em múltiplas situações”.¹⁸

Consequentemente, a realização de uma carreira política está diretamente ligada à capacidade de apropriação, por parte do agente, de recursos sociais que possuem diferentes significações no tempo e no espaço. Em uma competição política, em geral, são investidos os capitais coletivos (aqueles delegados temporariamente ao agente que representa a organização) e os capitais pessoais (aqueles incorporados pela própria pessoa), os quais não são iguais entre os grupos de agentes atuantes, assim como não são iguais as suas relações com o partido.¹⁹ Assim, com trajetórias sociais, profissionais e políticas desiguais, os participantes do campo político-partidário não possuem os mesmos recursos, não apresentam as mesmas razões para entrar e se manter na organização, usam recursos sociais de modo diferenciado, contribuindo assim para fazer ‘existir’ de maneira muito contrastada o partido ao qual eles pertencem ou que lhe ‘pertence’.

É com base nesse diferencial de recursos sociais, políticos e simbólicos que os papéis são definidos no interior da organização, a partir da construção de um sistema de posições internas, visando o seu funcionamento. Na parte superior da hierarquia, estão os dirigentes do partido, indivíduos com recursos reconhecidos em determinados espaços, os quais são dotados de racionalidade limitada, tributárias de rituais políticos e de rotinas partidárias. Na parte inferior, estariam os membros que, segundo Offerlé, são

¹⁸ Esta relação partidária se constitui a partir do “encontro entre o capital acumulado pelos predecessores de uma organização e seus próprios capitais”. In: OFFERLÉ, op. cit. p. 50.

¹⁹ É aquele que Bourdieu denomina de “capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’, firmado no fato de ser conhecido ou reconhecido na sua pessoa (de ter um ‘nome, um a ‘reputação’). In: BOURDIEU, op. cit. p.190.

os auxiliares ou “grupo sob um papel”, possuidores de níveis diferenciados de militância. Nesta divisão de papéis está pressuposta uma divisão do trabalho político, assim como uma diferença de recursos de poder entre os agentes, possibilitando a dirigentes e dirigidos retribuições diferenciadas da relação. Estas retribuições podem ser materiais (em forma de dinheiro, postos administrativos, eletivos, empregos privados) ou, ainda, podem se dar através do exercício de responsabilidades de todo nível ou de atividade militante.

Offerlé observa que os partidos políticos têm estreita relação com as disposições (*habitus*) e os recursos sociais (*capitais*) de seus membros, os quais são verificáveis em estratégias de atuação que não estão restritas a determinadas disposições sociais. Para ele, os diferentes tipos de relação partidária, aberta ou fechada, burocratizada ou pouco disciplinada, *não aparecem dadas de uma vez por todas*, mas estão estreitamente ligadas aos recursos políticos e sociais dos dirigentes e de seus auxiliares, obtidos ao longo de sua trajetória.

Sawicki analisa o Partido Socialista Francês (PSF), tomando as trajetórias políticas de seus membros em sua diversidade segundo os lugares e as fronteiras do ‘meio partidário’.²⁰ Segundo a perspectiva adotada, é possível apreender a diversidade espacial das formas de implantação e de organização do partido socialista, as propriedades dos grupos e dos atores no seu contexto e situação, e, mais geralmente, a articulação das situações dadas do global e do local, do particular e do geral.

Sawicki sustenta que o PSF não deve ser tomado com base em uma realidade explicável unicamente pelas regras institucionais, pelas condutas dos atores políticos eminentes, pelo jogo próprio das interações no seio de um sistema autonomizado e descolado de seu entorno ou pelos pesos das tradições políticas, mas que se deve levar em consideração quem produz e quem permite a sua estruturação. Inspirado nas análises de Bernard Pudal sobre o Partido Comunista Francês, o autor destaca que nelas não há separação entre formas organizacionais, práticas militantes e estratégias políticas das

²⁰ SAWICKI, F. *Les Réseaux du Parti Socialiste - Sociologie d'un milieu partisan*. Paris, Belin, 1997.

propriedades sociais dos dirigentes entendidas de maneira relacional e compreensiva.²¹ Assim, é possível verificar que a concorrência pelos postos nas diferentes organizações é uma concorrência política, porém, aparentemente não política: os profissionais da política que representam tanto o “jogo social” como o “jogo político”, podem ser explicados a partir dos múltiplos vínculos concretos que os unem aos agentes pertencentes a diversos setores. As relações de amizade ou de fidelidade, fundadas sobre as trocas múltiplas de serviços são igualmente importantes para compreender as interações políticas da dimensão conflitual e concorrencial.

A instituição, ainda segundo o autor, tida como conjunto de regras e de recursos, está presente em todas as interações e são estas interações que a fazem existir, ao mesmo tempo, em âmbito geral e particular. Uma instituição pode ser analisada sem recorrer a princípios únicos e até teleológicos de explicação. Os seus processos de homogeneização *têm produção* no seio do conjunto das interações partidárias e eles não são redutíveis à atividade normativa das instâncias dirigentes.

Outro estudo que traz elementos para esta pesquisa é o de Daniel Gaxie sobre o recrutamento político. Este, segundo o autor, é regido por leis gerais, estabelecidas por uma estreita relação entre a representação política de um grupo e a posição social ocupada por seus membros. Para Gaxie, “as características sociais do personagem político tornam-se mais ‘aristocráticas’ à medida que ele se eleva na hierarquia de poder e de prestígio dos postos em competição”.²² No entanto, a introdução de disposições particulares advindas das organizações partidárias pode contrariar a lógica seletiva dominante de funcionamento desse mercado político simbolicamente hierarquizado. Com base na análise realizada sobre o Partido Comunista Francês, o autor afirma que é possível sinalizar “como um grupo hegemônico no interior de um partido e socialmente

²¹ Dentre os trabalhos de Bernard Pudal o livro *Prendre parti (pour une sociologia do PCF)*, também é referência para nossa pesquisa. Nele, Pudal procura analisar diversos elementos que constituem a história do Partido Comunista Francês (PCF), buscando compreender, por exemplo, os mecanismos através dos quais o PCF conseguiu historicamente representar diversos grupos sociais e corporações; a diversidade dos usos da organização e da identidade comunista; a determinação do trabalho de mobilização ao nível do agrupamento partidário através de formas específicas de sociabilidade e de identidade local e/ou sindical ou profissional.

²² GAXIE, Daniel. *Les logiques du recrutement politique*. In: RFSP, 1980/1. p. 6. Os estudos do autor focalizam os principais partidos da França nos anos 1970 e 1980.

homogêneo pode 'refratar' as modalidades da concorrência política, perenizando o poder de seus membros e contribuindo para criar as condições de relações duráveis de troca com diversas categorias, classes ou frações de classes".²³ Logo, é possível retraduzir as leis gerais do recrutamento político a partir da lógica de funcionamento interno de cada organização.

Embora esses estudos abordem questões que estão mais próximas da realidade dos partidos europeus, eles são importantes para este trabalho porque, de certa maneira, possibilitam caracterizar o PRP como uma organização que ocupa um determinado espaço na estrutura social. O partido é composto por agentes (membros), ou grupos de agentes que ocupam posições relativas nesse espaço de relações, os quais transformam bens simbólicos em formas materializadas de poder. Assim, para compreender as relações operadas no interior do partido, é necessário verificar os tipos de capitais que os grupos de agentes têm sob seu domínio, o que pode ser verificado a partir da posição ocupada na estrutura partidária em consonância com as particularidades do espaço-temporal. Suspeita-se, no caso do PRP, que os dirigentes dos órgãos internos (ocupantes de cargos no Diretório Regional e diretórios municipais) e os eleitos para representar o partido (deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores) não eram detentores das mesmas propriedades, na medida em que a ocupação dos diferentes postos na estrutura partidária era definida com base no capital que o agente tinha acumulado. Isso implica dizer, por exemplo, que os membros ocupantes dos cargos do Diretório Regional (órgão de direção mais importante do partido no Estado) detinham determinadas qualificações que os diferenciavam daqueles que ocupavam postos nos diretórios municipais. E mais, o fato de ser membro do Diretório Regional ou de qualquer outro diretório municipal implicava um processo de disputa interna, pautado em táticas e estratégias empreendidas em diferentes tipos de articulações. Por isso, o fato desses agentes estarem numa mesma organização, não significa o abandono de posições e trajetórias

²³ Ibidem, p. 7.

próprias que os tornavam diferentes entre si fazendo com que, por isso, não assumissem as mesmas posições-chave no interior do partido ou na estrutura do Estado.

As perspectivas apontadas nos trabalhos acima mencionados, guardadas as proporções, efetuam certo diálogo entre si, na medida em que procuram demonstrar que as organizações partidárias são construídas socialmente, e, que os agentes que delas fazem parte possuem qualidades e propriedades constituídas nos diferentes setores ao longo de sua trajetória de vida. O PRP pode, então, ser definido como uma organização estruturada num espaço social específico e historicamente determinado, que homogeneizou grupos com disposições diferenciadas e que representou interesses de diferentes agentes e grupos de agentes num espaço social institucionalizado.²⁴

No que se refere à literatura sobre partidos produzida no Brasil, optou-se por retomar aqui algumas obras que discutem questões relativas ao sistema partidário do Regime de 1946 e que caracterizam seu funcionamento; os estudos focados em partidos desse mesmo período; e, ainda, os estudos que focalizam o sistema de partidos do Rio Grande do Sul.

1.2 - Sistema Partidário 1945/1965: inovação e continuidade

Uma rápida retomada em alguns trabalhos que tratam dos elementos centrais de formação e funcionamento do sistema de representação política do período pós-Estado Novo se faz necessária, na medida em que eles podem fornecer um conjunto de elementos a respeito das bases legais sobre as quais o PRP estava institucionalizado e

²⁴ O funcionamento do PRP no Rio Grande do Sul se deu através da criação de uma estrutura partidária que, em geral, segue as regras estatutárias estabelecidas pelo diretório nacional do partido. Assim, o diretório regional é o órgão máximo no Estado, que define as políticas do partido a nível estadual, sendo o elo entre os diretórios municipais e o Diretório Nacional, este localizado em São Paulo. Ele é composto por um número mínimo de quinze membros e o máximo de quarenta e cinco, eleito anualmente em convenção e aprovado pelo Diretório Nacional, sendo os seguintes cargos: 1 presidente, 2 vice-presidentes, 1 consultor jurídico, 1 primeiro e um segundo secretários e os vogais. Os diretórios municipais elegem anualmente 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 secretário, 1 tesoureiro e 2 vogais, além disso é nessa instância que os filiados estão ligados. Os parlamentares eleitos pelo partido, em geral, são definidos em convenções ou reuniões cujo objetivo é selecionar os membros que irão disputar o processo eleitoral e posteriormente os nomes são sancionados pelo diretório regional e nacional. A estrutura político-administrativa do PRP está melhor detalhada no capítulo seguinte.

organizado. A partir desses trabalhos é possível perceber que apesar de importantes elementos de inovação que o sistema partidário de 1945 apresentou, foram mantidos elementos simbólicos e materiais de continuidade autoritária, que segundo Trindade poderiam estar na raiz do sistema político brasileiro, no que ele denominou de “hibridez ideológica e institucional”.²⁵

Dentre as análises deste fenômeno no período republicano, aquela de Gláucio Dillon Soares combinou elementos históricos dos partidos com um enfoque sociológico, buscando definir o perfil dos principais partidos no período 1945-64.²⁶ O autor parte da afirmação de que os partidos políticos não nascem prontos. A sua organização num país federativo requer a formação de diretórios regionais e municipais desenvolvidas através de um longo processo, cuja estruturação “implica a criação de vínculos com os meios de comunicação de massa, com organizações civis (como os sindicatos e as religiões organizadas), além da criação de diretórios”.²⁷ De acordo com a rede de organização partidária da época, segundo o mesmo autor, o PRP assim como o PTB e o PSP, foram partidos que construíram suas bases organizacionais ao longo do processo pois, diferentemente do PSD e da UDN, não estavam plenamente organizados desde o início do regime. Soares destaca ainda que o PRP dispunha de uma base organizacional extensa, ainda que a base eleitoral fosse proveniente dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, o que o caracterizaria do ponto de vista eleitoral, como um partido restrito em poucos estados.²⁸ Ressalte-se ainda que no capítulo quatro, Soares discute o contexto sócio-político no qual se processou a formação dos partidos, observando de que maneira ocorreu a representação eleitoral, como foram os processos

²⁵ TRINDADE, Hégio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: *Como renascem as democracias*. ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolivar & SCHVARZER, Jorge (org.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 70.

²⁶ SOARES, Gláucio – *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1973. Posteriormente, o capítulo quatro intitulado “A Formação dos Partidos Nacional”, foi retomado no livro organizado por FLEICHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981. Volumes 1. Essa obra reúne em dois volumes a primeira coletânea de estudos sobre os partidos em âmbito nacional e estadual. No primeiro volume encontram-se os estudos das fases pluripartidária (1945/1965) e bipartidária (1966/1979). No segundo volume, os trabalhos focalizam os sub-sistemas partidários de cinco estados, englobando as décadas de 40, 50 e 70.

²⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 65.

²⁸ SOARES, op. cit. p. 69.

de mudança das estruturas partidárias, bem como aponta para o crescimento ou redução da força eleitoral dos partidos.

No trabalho de Campello de Souza²⁹ são analisadas as relações do sistema partidário³⁰ com o Estado entre 1945-1965 e também o grau de intervenção da máquina estatal sobre esse sistema. A autora procura demonstrar que o funcionamento do sistema partidário está ligado à formação de uma estrutura de decisão centralizada, mas, também que a função e o peso específico dessa centralização incidiu sobre o desenvolvimento desse sistema. No caso brasileiro, ao mesmo tempo em que a centralização do Estado era necessária na fase inicial de constituição do sistema, ocorre um processo, segundo Campello de Souza, de *amesquinhamento* da formação e evolução do sistema partidário na medida em que a elite brasileira deslegitimava a vida partidária, mentalidade bastante comum em períodos anteriores da história do Brasil.³¹ Assim, a eficácia ou não das funções representativas e governativas dos partidos dependeria do nível de interferência que a estrutura estatal poderia ter, no caso específico que estamos analisando, sobre o sistema partidário.

Nessa perspectiva, a autora trabalha com a noção da existência de um descompasso decorrente da própria organização do Estado - que envolveria as relações entre o sistema partidário e a estrutura estatal pré-existente. A questão estaria na “distribuição de acesso às arenas-chave de decisão dos partidos entre si”, em relação aos demais atores relevantes, particularmente a burocracia estatal e as forças armadas. Nas palavras de Campello de Souza, a “estrutura do Estado não favorece a consolidação dos partidos como articuladores de alternativas e de objetivos nacionais”³², na medida em

²⁹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

³⁰ Ela o caracteriza como uma construção teórica que estabelece como “objeto de interesse o conjunto dos diversos partidos entre si e com os diversos aparatos que compõem o Estado”. Elementos que integrem a população, que integrem demandas, interesse de grupos variados são de fundamental importância para a criação do sistema partidário.

³¹ Afonso Arinos afirma que a mentalidade republicana era federal, mas anti-partidária no sentido nacional. Ele destaca que no fim do Império “tanto políticos, como militares, positivistas e grandes camadas da opinião pensante se levantavam contra os partidos, pois não os percebiam como instrumentos apropriados de expressão ou solução dos problemas”. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

³² SOUZA, op. cit. p. 38.

que monopoliza determinadas funções, acionando recursos disponíveis em condições de efetivação muito superior às demais organizações sociais. Assim, o sistema partidário teria se mantido precariamente institucionalizado pois era detentor de um baixo grau de controle sobre os diferentes recursos do Estado.

Ela destaca que a estrutura partidária do pós-guerra formou-se muito por decisão governamental, desconhecendo a relativa autonomia do nível político. Por isso, os efeitos condicionantes podem ser observados nos mais diferentes recursos como, por exemplo, nos estatutos legais de criação do sistema partidário³³. A Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945, é derivada da Lei Constitucional de 1938 que, por sua vez, foi criada por Getúlio Vargas para modificar artigos da Constituição de 1937, que não lhe concedia poder para modificá-la, garantindo grande reserva de poder nas mãos do Executivo. Dessa forma, o instrumento principal de regulação do processo eleitoral, o Decreto Lei n.º 7.856, de 28 de maio de 1945, era derivado da época do Estado Novo.

Essa legislação eleitoral estabelecia a obrigatoriedade de uma afiliação nacional para os partidos. Com essa prerrogativa os principais beneficiários foram os partidos oficiais, em razão de suas estreitas relações com as interventorias estaduais, causando aos partidos de oposição inúmeras dificuldades. Tal dificuldade era maior para os pequenos e médios partidos, pois somente tiveram chances de sobreviver aqueles fortemente concentrados em alguns estados e que possuíam algum vínculo com as máquinas estaduais. O Partido de Representação Popular (PRP) estaria entre os pequenos partidos que buscavam garantir sua permanência no sistema a partir de uma aproximação com as principais correntes políticas.³⁴

³³ Para a autora uma organização só se institucionaliza ou se afirma quando for capaz de “reservar para si o cumprimento de determinadas funções ou atividades e/ou de assegurar acesso regular à arena específica em que se tomam decisões cruciais sobre tais funções ou atividades”. SOUZA, op. cit., p. 47.

³⁴ Em 1946 a legislação passou a exigir 50.000 assinaturas para a concessão de registro definitivo, com o que o PRP teve seu registro questionado, pois era o único partido com registro definitivo que tinha apresentado número inferior de assinaturas. O PRP reclamava direito adquirido. O presidente Dutra emitiu então um Decreto que liberava da obrigação legal os partidos que tivessem obtido mais de 50.000 sufrágios. A intervenção presidencial revela seu interesse na manutenção do registro do PRP. Daí as versões da época, segundo as quais, o registro definitivo do PRP só teria sido deferido em razão da estreita proximidade entre Plínio Salgado e o presidente Dutra. Ver em CALIL, 1998, op. cit. p. 172 e 173.

Os traços de continuidade do sistema anterior não ficam restritos unicamente à referida legislação, se manifestando também em importantes aspectos político-institucionais nos quais se entrelaçam e se interagem “legado e novas criações”. O estabelecimento dos tribunais (Supremo Tribunal Eleitoral e Tribunais Regionais), o voto obrigatório, adulto e universal (feminino), secreto e alfabetizado e o princípio majoritário e proporcional foram novos e importantes elementos introduzidos naquele processo.³⁵ Alguns elementos da Constituição de 1946, como o pluralismo partidário, eleições diretas e separação formal dos poderes do Estado, no entanto, “foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória (...).³⁶ Assim, é possível entender a relativa fraqueza do legislativo face às estruturas burocráticas e ao executivo, já que estes últimos foram, em parte constituídos e consolidados no Estado Novo.

O estudo de Brasil Junior concentra-se no funcionamento do sistema partidário a partir da competição política simultânea entre os níveis federal e estadual, da diversidade entre os estados e da evolução histórica e processual da organização de cada partido.³⁷ O autor destaca que as questões políticas e sociais nos estados afetavam a competição eleitoral e também se refere ao fato da organização individual de cada partido possuir características peculiares e desiguais no tempo e no espaço.

A sua proposição referente à racionalidade contextual (no tempo e no espaço), possibilita uma melhor compreensão dos sistemas partidários regionais. Para o autor os

³⁵ Tais questões caracterizam-se como de significativa importância se comparadas às etapas anteriores do processo político brasileiro. Porém, devemos percebê-las com um certo grau de relativismo que lhe é peculiar. Soares em sua análise sobre o processo da época destaca que o voto universal, característica marcante da democracia ocidental, não foi adotado naquele momento no Brasil, pois permaneceu na Constituição o requisito da alfabetização que deixou fora do processo eleitoral a maioria da população adulta brasileira. De acordo com o autor, dos 22 milhões de adultos existentes, 6 milhões votaram. A grande maioria desses eleitores pertencia às classes médias e altas da população. Para Soares, “o ano de 1945 marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político e o advento da participação política da classe trabalhadora”, porém não da maioria dos membros das classes trabalhadoras. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República)*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1973.

³⁶ SOUZA, op. cit. p.105 e 106.

³⁷ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-1965*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

diferentes subsistemas partidários regionais possuem processos de organização não necessariamente iguais. Não são os mesmos ao longo do tempo, nem dentro de um mesmo estado. A partir daí sugere que os processos eleitorais sejam da mesma forma contextualizados, caracterizando os partidos nos contextos locais/regionais a partir de suas próprias dinâmicas. Outra questão analisada por Lima Junior refere-se às alianças eleitorais. Estas, segundo o autor, teriam seguido as lógicas “racionalistas variantes”, tendo como princípio formar aliança com o objetivo de maximizar seu suporte eleitoral e tentar derrotar seu principal adversário. Essa tese ajuda a refletir sobre a política de alianças estabelecida pelo PRP, elencada por nós, como um importante instrumento utilizado por esse partido para assegurar sua aceitabilidade no próprio sistema partidário, assim como junto à opinião pública.

O autor postula que o sistema partidário, apesar de ser formalmente denominado de multipartidário, não se manteve igual no tempo e no espaço:

(...) existiam diferenças marcantes na estrutura partidária de estado para estado, assim como entre os níveis de competição federal e estadual. Dependendo do nível de competição, das mudanças através do tempo e das diferenças entre os estados, a competição eleitoral assumiu formas diferentes, tão distintas, que, a nosso ver, seria inadequado afirmar que o Brasil possuía um sistema multipartidário. Na verdade o que havia eram três subsistemas partidários claramente diferenciáveis: um sistema bipartidário, um sistema multipartidário moderadamente fragmentado e um sistema multipartidário altamente fragmentado”.³⁸

De acordo com essa proposição, o sistema partidário brasileiro do período possuiria traços gerais de identificação, mas também sofreria variações a partir das relações entre as diferentes culturas políticas existentes nos estados, assim como ao longo do tempo. A referida tese, como se vê, vai ao encontro de resultados como os encontrados por Trindade e Maria Izabel Noll, referentes à caracterização do sistema partidário do Rio Grande do Sul, no período 1945/65, em que afirmam que o mesmo possuía um quadro eleitoral atípico em razão da confrontação entre trabalhistas e anti-

³⁸ LIMA JUNIOR, op. cit. p. 30.

trabalhistas, diferenciando-se, por isso, do padrão nacional em que a polarização era PSD-PTB versus UDN.³⁹ Próximas disso estão as conclusões de Fernando Henrique Cardoso sobre o sistema partidário de São Paulo.⁴⁰ Para este sociólogo havia, naquele estado, a coexistência entre subsistemas partidários, o que poderia ser comprovado a partir da análise de três questões: o processo de formação de alianças, o declínio dos partidos conservadores e os efeitos da lei eleitoral sobre a dinâmica do sistema partidário. Estes aspectos são reexaminados a partir de uma premissa, denominada por Brasil Junior de “racionalidade política contextual”, a qual implica que “o comportamento partidário e as tendências do sistema foram condicionadas pelo tempo e espaço político. As condições locais da disputa, neste caso, acarretam certa variabilidade das preferências eleitorais, segundo o nível de competição e o tamanho relativo do partido”.⁴¹

Assim, retomando o já exposto, o trabalho de Campello de Souza analisa o sistema partidário como um todo, priorizando as relações entre Estado e os partidos, enquanto que o estudo de Brasil Junior faz uma análise global do sistema partidário, enfatizando a sua dinâmica interna a partir dos resultados eleitorais nos níveis estadual e federal. O primeiro nos possibilita perceber a forte ligação existente entre a estrutura estatal e a configuração e desenvolvimento do sistema partidário e, conseq uentemente, os limites daí decorrentes. O segundo, por sua vez, nos aponta para o entendimento da política eleitoral de modo simultâneo nos níveis federal e estadual, da competição numa “perspectiva internalista”.⁴²

³⁹ Conforme os autores, “o tipo de clivagem político-eleitoral que se estrutura no Rio Grande do Sul é provavelmente tributário também da cultura política platina onde digladiavam-se, desde o século passado, ‘federales’ e ‘unitários’ na Argentina e ‘blancos’ e ‘colorados’ no Uruguai”. In: TRINDADE, Hégio e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

⁴⁰ Fernando Henrique Cardoso demonstra que no estado de São Paulo as forças políticas dominantes não eram as mesmas que dominavam o cenário nacional. Lá os partidos mais ligados ao campo populista, progressista e trabalhista dividiam o eleitorado. O autor destaca que o PTB paulista era relativamente fraco e minado “pelo empreguismo e pelo tráfico de influências que, na linguagem jornalística ficou conhecido pelo nome de ‘fisiologismo’”. In: CARDOSO, F. H. e LAMONIER, Bolívar (org.). op.cit, p. 46.

⁴¹ LIMA JUNIOR, op. cit. p 33.

⁴² Conforme menciona Brasil Junior a referida tendência “busca descrever a dinâmica do sistema e suas tendências, analisando-se o sistema partidário *apesar de* suas ligações com a estrutura social ou de seus vínculos com o sistema político”. Ibidem, p. 36.

Dessa forma, do trabalho de Campello de Souza acolhemos, fundamentalmente, dois pontos. O primeiro é a sua conclusão de que a estrutura do Estado, organizada no período do Estado Novo, exerce importante efeito sobre a “precária” institucionalização do sistema partidário do período 1946, possibilitando compreender que a atuação desse sistema voltava-se para um espectro ideológico legalmente definido e delimitado. O sistema concedia maior espaço de atuação aos partidos ligados aos grupos que estavam no poder. Era, portanto, mais restritivo aos partidos de esquerda e mais aberto aos partidos de direita, como o PRP. O outro ponto refere-se aos estudos sobre partidos, os quais mesmo que individualmente, não deveriam priorizar unicamente as bases sociais, a mecânica do processo eleitoral, o Congresso, mas incluir elementos como a função governativa dos partidos, a burocracia interna, a relação com os demais partidos. Ou seja, deveriam ser levados em conta nestes estudos elementos que pudessem dar conta das diferentes relações que um partido político desenvolve interna e externamente.

Além desses dois importantes trabalhos que analisam o sistema partidário em seu conjunto, retomaremos alguns aspectos de outros trabalhos que examinam o sistema de maneira mais focalizada na especificidade das relações regionais ou de um determinado partido, que são os de Fernando Henrique Cardoso, sobre o sistema partidário paulista; o de Lúcia Hippolito, que trata sobre o PSD e o trabalho de Sérgio Miceli sobre os grupos formadores da UDN e do PSD.⁴³

Embora sem a intenção de reproduzir toda a discussão realizada por esses autores, é possível sumariar aquelas que podem ter maior relevância para o nosso trabalho. O trabalho de Fernando Henrique Cardoso focaliza o sistema partidário paulista, um subsistema partidário, no qual os partidos do campo popular, em especial o

⁴³ CARDOSO, F. H. e LAMOUNIER, Bolivar (orgs.). op. cit. pp. 45-75. HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira: Tomo III - O Brasil Republicano, v. 3 - sociedade e política (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 569 a 596. Além destes, merece menção o trabalho de BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo (ambiguidades do liberalismo brasileiro – 1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PTB, possuíam pouca capacidade de aglutinar de modo estável um eleitorado. Interesses nacionais, como o controle do trabalhismo por Getúlio Vargas e, posteriormente, por João Goulart, teria contribuído para que o PTB não se constituísse como um real partido de massas em São Paulo, mantendo-se uma Seção relativamente fraca. A tendência dominante do partido teria sido o empreguismo e o tráfico de influências (fisiologismo), levando à sua acomodação “nos quadros de um partido clientelístico mais do que de um partido de massas”.⁴⁴ Além disso, a expansão de novas legendas “populares”, como as do Partido Trabalhista Nacional (PTN), do Partido Rural Trabalhista (PRT) e do Partido Social Trabalhista (PST), tiveram influência para o declínio do PTB paulista.

Outra questão levantada por Cardoso refere-se à capacidade da UDN, do PRP e do PR de disputar e manter uma faixa do eleitorado, enquanto outros, como o Partido Socialista e o PDC aumentavam a sua votação. Já o PSP paulista, sob a liderança de Ademar de Barros, possuía importantes diferenças com os outros partidos populares. A estrutura partidária dos trabalhistas paulistas foi criada a partir do aparelho estatal. Não se baseou em sindicatos ou reivindicações trabalhistas, assim como não se confundiu com frações do setor estatal. Cardoso caracteriza o PSP como um partido populista que fez uso do estilo clientelista tradicional, porém, que “nunca foi propriamente, nem no nome, nem no estilo de atuação que lhe é próprio, um partido de tipo ‘trabalhista’, mesmo em comparação com os desfigurados trabalhistas de São Paulo”.⁴⁵

Por fim, mas não menos importante, o autor classifica os partidos paulistas em “conservadores” e “ideológicos”. Os ideológicos seriam o PSB, o PRP e o PDC, os quais apresentaram consistência quanto ao número de votos recebidos, em especial este último que recebeu a denominação de partido dos “homens de mãos limpas”. Já os partidos conservadores seriam o PR, o PSD e a UDN, os quais dividiriam um eleitorado qualificado de conservador. O PSD estruturou-se em São Paulo como grande partido de clientela ligado à máquina burocrática federal, sem vinculação de massa e, em razão da fraqueza relativa dessa máquina em São Paulo, tornou-se um partido fraco e

⁴⁴ CARDOSO, 1975, op. cit, pp. 46 e 47.

⁴⁵ Ibidem, p. 47.

francamente declinante. O PR estruturou-se de modo instável. A UDN, partido de tipo conservador e não “ideológico de direita”, em São Paulo representava uma elite ilustrada, de tendência liberal-democrática, mas favorável à “democratização restrita” socialmente. Possuía um eleitorado pertencente às “classes médias tradicionais” principalmente urbanas, de educação mais elevada.

O trabalho de Lúcia Hippolito concentra-se no maior partido do sistema partidário do período 1945/1965 do ponto vista nacional. Esse estudo da trajetória do PSD é um dos trabalhos sobre partidos cuja leitura é obrigatória, justamente porque a autora consegue caracterizar o grau de relevância dessa instituição partidária no quadro político. Fazendo uma revisão crítica à tipologia formulada por Giovanni Sartori⁴⁶, ela investiga as alterações internas sofridas pelo PSD e que vão exercer influência no comportamento do sistema partidário. Em especial, chama a atenção para aspectos da organização e funcionamento internos do partido, sua força eleitoral e parlamentar, os quais garantirão que o partido exerça o papel de fiador desse sistema.

Três pontos merecem destaque no trabalho de Hippolito. Primeiro, o exame do partido como unidade de análise de um sistema partidário, chamando atenção para o fato de que este só se configura quando os partidos representam interesses, articulam demandas e disputam o poder com reais possibilidades de alcançá-lo. Segundo, a caracterização de que o PSD, sólido partido de centro, garantiu ao sistema partidário do regime de 1946 um tipo de atuação *moderada* e estável, pois entre 1945 e 1958 liderou as alianças parlamentares, atraindo os demais partidos para uma posição de compromisso com a estabilidade do regime. Terceiro, a impossibilidade do PSD de governar sozinho, mesmo tendo conquistado posição majoritária na Câmara e no Senado que, em razão das características do próprio sistema partidário pluralista, o qual apresentava limites da competição, não possibilitava ao partido prescindir de estabelecer alianças com outros partidos, ainda que tal posição lhe garantisse condições para ditar as regras das alianças interpartidárias.

⁴⁶ A referida tipologia encontra-se no trabalho de Sartori, intitulado *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

Do trabalho de Miceli é bastante relevante a análise sobre a formação dos grupos de políticos que vão dar origem à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD). Para o autor, os condicionamentos classistas, institucionais e regionais/locais possuem um peso relativo para a constituição de setores partidários concorrentes no espaço da classe dominante, na medida em que estabelecem relações entre grupos políticos e forças sociais. Ao comparar a trajetória social, profissional e política dos integrantes das bancadas do PSD e da UDN na Constituinte de 1946, Miceli aponta diferentes modalidades de inserção desses representantes no espaço da classe dirigente e os principais núcleos de interesses que alicerçam seus mandatos. Os instrumentos de análise utilizados por ele, somados a outros ligados ao campo social, religioso e familiar possibilitam sua extensão para melhor compreender a atuação do PRP no sistema partidário.

Na sequência, serão mencionados dois trabalhos produzidos por Gilberto Calil sobre a trajetória do PRP em nível nacional, os quais contaram com uma grande quantidade e diversidade de fontes, ambos de grande relevância para compreender a intervenção integralista no período 1945/1965. Em seu primeiro estudo sobre o PRP, o autor centrou sua análise nos cinco primeiros anos da trajetória do partido, enfatizando a estrutura interna, o projeto político e a propaganda partidária do mesmo.⁴⁷ No segundo estudo em questão, sua tese de doutorado, Calil elaborou uma avaliação sistemática do papel desempenhado pelo PRP no processo político brasileiro, em âmbito nacional, durante todo período de sua existência.⁴⁸ Nessa análise, o PRP é caracterizado como um partido nacional. Segundo esse autor, a sua efetiva intervenção no sistema partidário esteve pautada em seu projeto político, o qual defendia de modo permanente e sistemático posições conservadoras e antipopulares. Calil destaca que os integralistas eram defensores de “(...) uma democracia autoritária e restrita que embasava diversas posições antipopulares assumidas, através da afirmação de uma visão hierárquica que

⁴⁷ CALIL, Gilberto Grassi. *A nova face do verde: O Integralismo no Pós-Guerra - A Formação do Partido de Representação Popular no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

⁴⁸ CALIL, Gilberto *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Niterói, 2005. Tese de Doutorado defendida na UFF.

não apenas justificava a desigualdade social, como também defendia abertamente a obstrução dos instrumentos de decisão política às massas, consideradas incapazes e irracionais”.⁴⁹ Além do projeto político, o funcionamento de uma estruturação regional constituída em diferentes estados da federação⁵⁰ e os resultados eleitorais obtidos pelo partido seriam elementos que reforçariam a afirmação de partido instituído nacionalmente.⁵¹

Sem ter a intenção de reproduzir as principais discussões por ele realizadas, destacaremos algumas questões atinentes ao enfoque por nós investigado. A primeira diz respeito ao processo de formação do PRP em suas diferentes fases de constituição partidária, enfatizando a estruturação e a hierarquia partidária, ou seja, a sua organização interna enquanto partido nacional. A segunda que nos interessa diretamente é a intervenção política do integralismo, com ênfase no estabelecimento de alianças eleitorais com outros partidos, além de sua experiência na gestão do Estado, através da ocupação de postos na burocracia estatal e no exercício de mandatos parlamentares.

Esse último trabalho, em especial, permite-nos discernir os elementos mais consistentes do processo de atuação do PRP que poderão ser estudados na Seção regional do Rio Grande do Sul, isso porque Calil realizou uma análise nacional da intervenção do PRP, não priorizando, portanto, as especificidades do contexto regional, o que permite a identificação de algumas “brechas” que podem suscitar novas questões a serem investigadas.

Os trabalhos acima mencionados confirmam a existência de um sistema partidário nacional, permitem uma compreensão geral de algumas de suas regras de funcionamento, com uma breve incursão pelo sistema paulista e na reconstrução da

⁴⁹ CALIL. Op. cit. p. 777.

⁵⁰ Calil afirma que o PRP teve maior dificuldade de estruturação nos estados mais atrasados economicamente e com menor índice populacional e que 72% dos seus diretórios municipais funcionavam em 1948 em 8 estados. No Rio Grande do Sul estariam em funcionamento 64 diretórios municipais segundo um levantamento do Departamento de Controle e Estatística do PRP.

⁵¹ Para Calil “Ao contrário dos partidos principais – PSD e UDN -, cuja estruturação tinha que manter abertos espaços de dissensão necessários à unificação das diferentes frações burguesas que os compunham, o PRP organizava-se centralizada e hierarquicamente de forma a poder agir como ‘tropa de choque’ em defesa da ordem estabelecida, resolutamente voltada a combater o comunismo, bem como para afirmar um projeto de ‘contra-reforma moral e intelectual’ conservador e autoritário”. CALIL, 2005, op. cit. p. 789.

trajetória de um dos partidos pertencente a esse sistema, sinalizando a importância dos vários subsistemas oriundos da diversidade regional e local, os quais não estão contemplados nessas análises. Com base nisso, e em razão do objeto de pesquisa aqui analisado estar concentrado no âmbito regional, faz-se necessário retomar alguns aspectos de obras representativas que abordam o sistema partidário do Rio Grande do Sul do período 1945/1965. Estes aspectos serão tratados no capítulo VI, no qual abordaremos a participação do PRP nos processos eleitorais do período.

1.3 - Problemática e hipótese

Como foi visto, os estudos que focalizam a problemática dos partidos apresentam diferentes opções temáticas e metodológicas. No caso dos estudos nacionais e regionais verifica-se que o objeto da presente pesquisa – a Seção do PRP no Rio Grande do Sul – ainda não foi explorado. Apesar disso, tais estudos revelam indícios e condições associadas à atuação do PRP no cenário político da Quarta República no Brasil.

Aqui não há o propósito de analisar a intervenção desse partido em âmbito nacional – o que já foi feito por Calil – mas de focalizar o seu processo de intervenção no Rio Grande do Sul. Esta Seção foi uma das mais importantes do partido, tendo funcionado desde a formação do PRP em nível nacional até a extinção do mesmo. Vários de seus membros tiveram participação em órgãos de direção nacional, nas convenções nacionais, na formação de diversos diretórios municipais. Além disso, a partir de 1947, o estado passou a deter o maior contingente eleitoral do partido. Por estas razões, o estudo do PRP gaúcho pode ajudar a compreender como o partido criou estratégias para reconquistar e manter a parcela do eleitorado que anteriormente havia sido atraído pela AIB, e, embora mantendo-se como pequeno partido, conseguiu de modo racional colher os dividendos provenientes do percentual de votos por ele obtido,

mantendo-se atuante ao longo de todo o Regime de 1946. A pesquisa possibilita também discordar da afirmação de Fay de Azevedo, segundo a qual o integralismo, em sua atuação sob a sigla do PRP, não teria encontrado “clima favorável” e que só teria feito “proselitismo” no Rio Grande do Sul.⁵²

Para isso, a presente análise fará uso não somente do programa e do organograma formais do PRP, mas também buscará investigar as múltiplas operações realizadas interna e externamente pelos grupos e/ou agentes do partido em diferentes momentos e situações da política regional. A leitura dos estatutos de um partido, como foi apontado por Offerlé, não é inútil, já que eles revelam o grau em que os primeiros dirigentes do partido conseguiram assentar e legitimar seu controle sobre a organização. Os estatutos são, porém, insuficientes para dar conta dos usos e dos proveitos que podem ser objeto desse tipo particular de relação social.⁵³ Na mesma direção vai a crítica de Bernard Pudal quanto à lógica comunista de “cunho substantivista”, que operando a figura do Partido Comunista Francês como uma “coisa dada”. Esta concepção impede que o partido seja visto como um produto de práticas sucessivas e reagrupadas de seus agentes. Daí a importância e o desafio de desconstruir esse “ser coletivo” a partir da reconstituição dos processos históricos no seio dos quais atores, na sua diversidade, se agregam e se institucionalizam.⁵⁴

A partir destas perspectivas teóricas, o PRP pode ser caracterizado como um grupo social, que ocupou um determinado espaço-temporal na sociedade, sendo composto por um conjunto de agentes ou de grupos de agentes, detentores de recursos sócio-econômicos, políticos e culturais diferenciados. O acesso ao partido possui regras relativamente estabelecidas pelo campo político e os interesses desses agentes/membros possuem elementos comuns, mas também divergentes ou concorrenciais pela disputa de poder no interior da organização.

⁵² AZEVEDO, A Fay. Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul. Dois Pontos de vista. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 2, 1957. Pp. 77 a 90. Aqui, há que se levar em conta que o artigo foi escrito ainda durante o período de funcionamento do PRP e que pode estar marcado pelas disputas políticas da época.

⁵³ OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. Paris, PUF/Que sais-je?, 1987. p. 56.

⁵⁴ Apud, OFFERLÉ, Michel. *Ibidem*. p.27.

Assim, o foco deste trabalho está na organização, funcionamento e intervenção do PRP gaúcho nos processos eleitorais, com ênfase nas interrelações/intervenções de suas principais lideranças, quer no âmbito interno e externo no decorrer do período 1945/65. Isso implica averiguar as políticas de atuação deliberadas no interior do partido por suas principais lideranças, assim como os resultados obtidos nos processos eleitorais, os quais garantiram a esse partido acesso aos parlamentos estaduais e municipais. Nesse sentido, este estudo concentra-se nas diferentes estratégias de ações da elite⁵⁵ político-partidária, que dirigiu o PRP gaúcho no período de 1945/1965.

A definição desse recorte implicou em considerar as relações político-sociais dos seus principais dirigentes em âmbito interno e externo. Na organização e funcionamento da estrutura burocrática, buscou-se analisar as estratégias de atuação no curso das diferentes gestões político-administrativas. Isso possibilitou verificar quem eram as principais lideranças, os tipos de capitais que elas detinham, as relações de poder entre elas, as prioridades políticas a serem seguidas. Essas peculiaridades tornaram possível perceber, sobretudo, que o fato dessas lideranças serem de um mesmo partido, não pressupunha que seus posicionamentos frente aos acontecimentos fossem necessariamente unívocos. Pelo contrário, o que se constatou foi a não existência de homogeneidade em suas propostas e atitudes políticas. E é justamente a partir dessas diferenças que se pode, em alguma medida, trazer à tona o processo de disputa interna do partido, tanto negado no discurso de seus representantes.

Uma parte significativa desses dirigentes do Diretório Regional tinha uma formação educacional e profissional ligada àquelas profissões que possibilitam prestígio, como a advocacia, a medicina, administração pública. Isso evidencia que o montante de capital escolar, cultural e político exerceu influência na escolha daqueles

⁵⁵ Este conceito foi apropriado de Giovanni Busino, para quem elites podem qualificar todos os que compõem um “grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. Apud. HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Logos* (especial: história e política) v. 11, nº 1, Canoas: ULBRA/Pró-Reitoria Acadêmica. Semestral, maio, 1999, pp. 41-52. Desse autor existe ainda para ser analisada a sua tese de doutorado “*Les Fazendeiros à l’heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires e politique au Brésil, 1945-1967*”. Université de Paris X – Nanterre, 1996. Esta analisa dois modelos de elite fundiária no Brasil, a Confederação Rural Brasileira (CRB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

dirigentes. Evidencia também que as propriedades ou recursos que estes dirigentes/agentes dispunham não eram iguais. Determinadas características internalizadas ao longo de suas trajetórias de vida produziram um conjunto de relações peculiares, possibilitando a uma parcela deles mais recursos em relação a outros. Conseq uentemente, foram os que detinham mais capitais simbólicos e/ou políticos que ocuparam as posições-chave, definindo os rumos da organização. Por conta disso, a pesquisa preocupa-se em esclarecer alguns elementos de constituição da trajetória desses agentes (os recursos coletivos e individuais; os antecedentes sócio-econômicos, políticos e culturais; as relações de poder; e as tomadas de posição no interior da organização, dentre outras).

Um dos elementos dessa reconstituição implica em caracterizar o partido político, esse agente social e político, desde a sua formação como um conjunto de agentes ocupantes de posições diferenciadas, distribuídas a partir dos tipos de “recursos ou propriedade” que cada um possui no espaço em que ocorrem as disputas partidárias. O partido, por sua vez, está sujeito a transformações incessantes resultantes dos inúmeros processos sócio-políticos nos quais os agentes atuantes nesse tipo de organização estão envolvidos. Assim, ao buscar focalizar a atuação dos dirigentes do PRP no gerenciamento da máquina partidária nos diferentes espaços de atuação do partido, faz-se necessário investigar a sua organização, o seu funcionamento, a sua intervenção no processo político-eleitoral, enfim, as suas relações internas e externas ao longo do período. Logo, indo além das problemáticas levantadas nos trabalhos já realizados sobre o PRP – e que ainda não enfocaram a Seção gaúcha -, busca-se, aqui, *re-construir* uma abordagem que priorize o funcionamento de conjunto da referida organização em conexão com as principais lideranças que dela faziam parte.

A hipótese central deste trabalho é a de que o PRP gaúcho estruturou-se muito sustentado numa herança deixada pela AIB. Dessa herança foram apropriados elementos do capital cultural com o capital político e o de relações sociais, gerando dois pólos dominantes de dirigentes, os quais dividiam entre si o controle hierárquico sobre o aparelho partidário no âmbito interno e no externo (especificamente o pólo formado por

dirigentes partidários e o formado por parlamentares eleitos). Dentre esses dirigentes, havia uma parcela significativa de profissionais liberais, que detinha um grande volume de recursos institucionalizados de interconhecimento e inter-reconhecimento, em sua maioria ligado anteriormente à AIB, que ocuparam posição dominante nos níveis mais altos da hierarquia desse aparelho político. Os embates e aproximações desses dirigentes/agentes, a partir dos capitais por eles mobilizados, com a estrutura partidária e com uma rede de relações sociais garantiram ao partido um “perfil democrático” que o manteve no espaço de “representação” política no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A fim de operacionalizar esta hipótese buscou-se, de um lado, dialogar com a literatura que analisa a temática; de outro, reconstituir historicamente as ações desses agentes/membros, as quais estão inseridas em um conjunto de relações que envolvem desde a estruturação e funcionamento do partido - ambos vinculados às estratégias de intervenção dos mesmos -, até o tipo de recrutamento e perfil sócio-econômico de seus principais membros.

Na seqüência, trazemos para reflexão algumas questões levantadas anteriormente na hipótese, que necessitam ser melhor delimitadas. Para se institucionalizar no novo contexto do pós Estado Novo o partido utilizou parte do capital político, reputacional e de notoriedade constituído pela AIB, junto aos setores médios emergentes na década de 1930. Os resultados eleitorais alcançados pelo PRP, em sua maioria, coincidem em termos de representatividade com as mesmas regiões do estado nas quais a AIB obteve seus maiores índices. O uso de elementos desses capitais já consolidados por aquela organização pode ser observado, por exemplo, na retórica do partido quanto à defesa de uma atuação diferenciada em relação aos partidos tradicionais. Além disso, a grande maioria de suas principais lideranças tanto na esfera partidária, quanto na externa (legislativos), havia pertencido àquela organização .

No que se refere às estratégias para se manter ocupando espaço no sistema partidário gaúcho, a hipótese lançada é de que o PRP sob a liderança de indivíduos oriundos de setores da classe média, traçou os contornos de uma máquina partidária que

priorizou a formação de alianças eleitorais e parlamentares de caráter pragmático com quase todos os partidos políticos. Essas opções tomadas pela direção regional, durante todo o período de atuação do PRP, faziam parte de um processo de reorientação doutrinária e de um projeto político-partidário que suspeitamos ter começado, embrionariamente, ainda no período de atuação da AIB, pouco antes da reorganização operada em 1936, acentuando-se no contexto da redemocratização de 1945.⁵⁶ Tal orientação contribuiu para que esse partido, de direita e anticomunista, assim como vários outros, se acomodasse no sistema partidário brasileiro e rio-grandense. O corpo ideológico de seu projeto político, assim como a sua prática política não apresentavam significativas incongruências com as regras gerais no sistema. Situação diversa foi a do Partido Comunista, proibido de funcionar em 1947.

Se por um lado, no sistema político-partidário nacional havia “brechas” que oportunizaram a entrada do PRP, no caso do Rio Grande do Sul, devem ser acrescentadas determinadas circunstâncias históricas, relacionadas ao seu processo de formação sócio-política, as quais iriam condicionar a forma como o integralismo se desenvolveu na arena política, tanto na fase da AIB, quanto na do PRP. Dentre essas circunstâncias está a clivagem intra-elite, uma marca muito presente no sistema partidário tradicional regional. Este foi um dos elementos que muito contribuiu para que existisse uma permanente disputa pelo domínio político interno entre as oligarquias locais economicamente dominantes. Em conseqüência, o poder era fatalmente controlado por esses grupos, impedindo a participação de novos grupos (dentre eles os

⁵⁶ Hunsche menciona em sua tese de doutorado que na Constituinte de 1933 foi a primeira vez que a AIB participara de maneira mais intensa dos processos eleitorais, mas teria recusado qualquer colaboração com os partidos existentes. Já para as eleições municipais de 1935, esse mesmo autor afirma que a orientação foi de que nos municípios onde não tivessem possibilidade de ganhar eleição com candidato próprio, o apoio da AIB seria dado ao partido que se opusesse ao comunismo. HUNSCHE, Carlos Henrique. *O integralismo brasileiro: história e caráter do movimento fascista no Brasil*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1996. Trindade, por sua vez, aponta a reorganização efetuada na AIB, em 1936, como bastante significativa na evolução e transformação do movimento, na medida em que transformou os antigos departamentos em poderosas secretarias. Esse processo teria implicado em uma “mutação estratégica” que levou a um processo de negociação com o poder estabelecido, ocasionando o “abandono de suas pretensões revolucionárias” tornando o movimento um partido político. Para Trindade todo esse processo de modificação que culminaria com uma reorganização dos órgãos internos da AIB, tinha dois objetivos: “um era ideológico e o outro preparava a organização para a candidatura de Plínio Salgado à presidência em 1937”. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974, p. 176.

italo-germânicos), que se formavam a partir da dinamização econômica e social, ocorrida em fins do século XIX, em âmbito regional.

Foi desse crescimento econômico progressivo da zona colonial que emergiram novos setores, cujas elites tomaram a dianteira na busca por participação na política, dominada exclusivamente até então pelas oligarquias locais ligadas aos pecuaristas e charqueadores que, por sua vez, estavam filiadas à estrutura partidária tradicional. Os demais segmentos sociais, como os setores médios urbanos, os pequenos e médios produtores rurais eram recrutados apenas nos momentos de eleição e para votar conforme os interesses desses dois blocos dominantes, sem efetiva influência nas políticas a serem implementadas. Foi a partir dessa condição de excluídos do sistema partidário vigente que os setores médios vislumbraram no integralismo uma nova perspectiva de participação na política gaúcha.

Essa peculiaridade da política gaúcha, a qual Gertz⁵⁷ denominou de “contexto local” e Brandalise⁵⁸ de “pré-condições sócio-históricas”, vai além da questão étnica, podendo elucidar o interesse e/ou motivação dos setores, em sua maior parte, das áreas de colonização estrangeira pelo integralismo na década de 1930. Quando nos debruçamos sobre a retomada do processo político no período pós-Estado Novo e, se considerarmos que o reordenamento político característico do período manteve as clivagens do período anterior, parece pertinente supor que o PRP tentaria seguir, primeiramente os passos trilhados pela AIB no tocante à reconquista daqueles setores já capitaneados. Esse procedimento pode ser confirmado nos membros que dirigiram o partido em seus diferentes níveis, em boa parte dos seus filiados, assim como nos resultados eleitorais obtidos pelo PRP, que foram predominantes nas zonas de colonização italo-germânica.

Após estas breves considerações acerca das abordagens mapeadas sobre o tema dos partidos, a seguir, desloca-se a discussão para trabalhos que, sob diferentes

⁵⁷ GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

⁵⁸ BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no RIO GRANDE DO SUL*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, Dissertação de Mestrado.

perspectivas teóricas, focalizaram questões referentes ao processo de formação e intervenção da Ação Integralista Brasileira, no processo político brasileiro nacional e regional/local. A retomada de alguns desses pressupostos possibilita o entendimento de elementos históricos presentes nas ações e atitudes políticas de seus membros, que teriam raiz na AIB.

Capítulo 2 - O integralismo: dois momentos de intervenção político-partidária

Introdução

Neste capítulo serão revisitados trabalhos que tratam da problemática do integralismo em seus dois momentos de intervenção no processo político brasileiro. Serão buscadas as peculiaridades da atuação da AIB na década de 1930, e posteriormente, será abordada a inserção do Partido de Representação Popular (PRP) no cenário político do Regime de 1946. Destaca-se que nem todos os trabalhos mencionados neste capítulo serão utilizados ao longo da tese, entretanto eles demonstram os mais diversos aspectos sob os quais o integralismo foi estudado.

2.1 - O Integralismo na fase de atuação da AIB: as concepções do fenômeno em diferentes estudos

A produção acadêmica sobre o integralismo é bastante significativa. Existe uma razoável quantidade de estudos sobre a AIB, suas principais lideranças, sua doutrina, a Intentona de 1938, o discurso integralista, dentre outros. Uma importante contribuição sobre o integralismo na fase de atuação política da AIB nos anos 1930 é o livro de Héglio Trindade, publicado na década de 1970, primeiro trabalho sobre os movimentos fascistas ibero-americanos.⁵⁹ O autor analisou as origens históricas do

⁵⁹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: UFRGS/Difel, 1974. Além desse trabalho, o autor possui outros referentes ao Integralismo. Em *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. Trindade faz um balanço dos estudos mais amplos sobre a ideologia do movimento integralista no Brasil, efetuando uma avaliação crítica da produção recente sobre o tema para apresentar um modelo de análise alternativo através do qual a ideologia integralista será vista de forma mais abrangente. Ele articula o estudo da ideologia dos teóricos e dirigentes do integralismo com outros níveis de expressão da ideologia associando ao universo ideológico dos militantes de base, relacionando o movimento com o processo histórico em curso. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização*

primeiro movimento de massa no Brasil nos anos 1930, tomando como referencial uma abordagem clássica dos estudos históricos e ideológicos, assim como um enfoque centrado em aspectos psico-sociológicos, baseados em entrevistas semidiretivas e em pesquisa por questionário.

A AIB teve sua origem a partir da criação da Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.), em março de 1932, a qual teve como importante instrumento de difusão do movimento o jornal *A Razão*, que foi dirigido por Plínio Salgado. Os artigos publicados nesse jornal, por sua vez, atraíram intelectuais de diferentes matizes políticas e doutrinárias chamando “a atenção dos intelectuais e dos dirigentes dos movimentos que rejeitavam o retorno ao liberalismo”.⁶⁰

Assim, maio de 1932 seria o marco de criação de uma “nova comissão técnica” denominada Ação Integralista Brasileira, cuja existência efetiva ocorreria com a publicação do Manifesto de Outubro, naquele ano. Para Trindade, a estrutura organizativa da AIB estava impregnada de conteúdo ideológico, de elementos que se fazem presentes em organizações políticas autoritárias. Entretanto, para esse autor, o tipo de organização que esteve em funcionamento na AIB objetivava ir além do enquadramento eficaz de seus militantes, na medida que “incorporou uma nova dimensão capaz de transformar a organização na pré-figuração do Estado integral. O tipo de organização, as relações entre o chefe e os diversos órgãos estabelecem as bases de uma estrutura estatal”.⁶¹ A AIB teria se tornado uma organização que desempenhava três funções básicas: a de fornecer ao chefe poderes para dirigir o movimento; a de experienciar na organização um modelo pré-estatal, baseado em sua proposta de Estado Integral; a de ser um instrumento de socialização político-ideológica para seus adeptos.

brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P. 299 a 335. Pode ser mencionado, ainda, o artigo em que o autor procurou discutir as principais interpretações sobre o fascismo na América Latina a partir das análises dos anos 60, que atribuem aos novos regimes militares o conceito de fascismo. Fascismo e Neofascismo na América Latina. In: *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. MILMAN, Luís e VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). Porto Alegre: Editora da Universidade (UFGRS): CORAG, 2000.

⁶⁰ TRINDADE. op.cit. p. 124.

⁶¹ *Ibidem*, p. 169.

É ressaltado, entretanto, que o aspecto cultural dessa organização era preponderante em relação ao econômico.

Plínio Salgado foi a principal liderança do movimento. Segundo Trindade, o amadurecimento intelectual e político desse líder estavam ligados ao processo de mutação da sociedade brasileira nas três primeiras décadas do século XX. A figura do chefe e suas relações com os órgãos que compunham a AIB eram estabelecidas numa estrutura organizativa hierarquizada perceptível a partir “de um complexo de órgãos, funções, papéis, comportamentos previstos minuciosamente pelos estatutos, resoluções do Chefe e rituais”.⁶² Nos estatutos, a figura do “Chefe Nacional” (denominação dada a Plínio Salgado) era de fundamental importância. A ele eram atribuídos o “poder total” e “permanente” sobre o movimento, “plenos poderes deliberativos” na direção do movimento, bem como o poder de nomear exclusivamente os secretários dos departamentos nacionais, os chefes provinciais e os membros do conselho nacional”.⁶³

A formação ideológica seria outro importante instrumento da organização integralista. Os fundamentos filosóficos foram definidos a partir de cinco elementos: os fundamentos doutrinários (baseados numa concepção do universo e do homem calcada no humanismo espiritualista e na harmonia da vida em sociedade); a organização social e política do Estado integral (centrada na idéia de que o Estado seria transformado por uma “revolução” integralista); os adversários a serem combatidos (o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e os judeus); a posição face ao fascismo europeu (a partir da idéia da influência fascista européia nos textos doutrinários do

⁶² Idem.

⁶³ Alguns artigos aprovados no Congresso de Vitória realizado em 1934 deixam clara a supremacia do Chefe: “Art. 5, parágrafo 4 – É proibido sob pena de exclusão automática, qualquer integralista comentar qualquer ato do Chefe Nacional, relativo ao exercício do seu cargo. Art. 6 – É considerada indisciplina a ingerência de qualquer autoridade integralista em assunto de competência exclusiva do Chefe Nacional, bem como na de Departamentos de competência de outra autoridade. Art. 7 – É vedado a todos os integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto, assim como lhe dar pareceres, sem serem solicitados para isso. Art. 8 – Para os integralistas, a pessoa do Chefe Nacional é intangível”. *Apud HUNSCHE, Carlos Henrique. O Integralismo brasileiro: história e caráter do movimento fascista no Brasil*. Porto Alegre: CD- AIB/PRP, 1996.

integralismo); e as atitudes ideológicas dos militantes (a partir de *identificação* dos integralistas com o fascismo e do radicalismo ideológico dos militantes).⁶⁴

Essa ideologia foi elaborada num período de transição da evolução político-econômica e cultural da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX, sob os reflexos do contexto internacional e com conteúdo ideológico apoiado amplamente no fascismo europeu. A sua natureza, a organização hierárquica, o estilo do Chefe e os rituais demonstravam a influência desse modelo externo. Assim, o integralismo era reconhecido como sendo

enraizado num nacionalismo telúrico, fundado sobre o messianismo místico do destino histórico da nova raça mestiça, a ideologia incorporada numa nova síntese, o tradicionalismo social e religioso do integralismo lusitano e do salazarismo, o estatismo romano e o corporativismo do fascismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nacional-socialista.⁶⁵

Outro aspecto importante do estudo de Trindade diz respeito à composição social dos membros do movimento, na medida em que faz uma caracterização da origem social dos militantes e dos principais motivos de sua adesão ao integralismo. O autor estabelece uma distinção analítica entre a origem social dos dirigentes nacionais/regionais que pertenciam à cúpula do movimento, e aquela dos dirigentes/militantes locais.

Quanto à composição social dos membros da AIB, Trindade afirma que a direção executiva da AIB, tanto no plano nacional como no regional, era recrutada predominantemente entre as camadas intelectuais das classes médias superiores, especialmente originárias das profissões liberais, sendo 57% das profissões liberais da média burguesia intelectual urbana, e 13% da burguesia comercial e industrial. Isso caracteriza, segundo o autor, um recrutamento de dois terços no seio da burguesia e da média burguesia. Apenas 15% dos componentes destas direções são oriundos da

⁶⁴ TRINDADE, op. cit. p. 208.

⁶⁵ *Ibidem.*, p. 289.

pequena burguesia e classes populares. No que se refere aos dirigentes e militantes locais, este quadro era composto majoritariamente pela pequena burguesia, “formada pelos burocratas dos setores públicos e privados, que representa cerca de 40% do conjunto dos dirigentes e militantes locais, ainda que as camadas populares (operários de indústrias, trabalhadores agrícolas e independentes) constituam quase um quarto da base do movimento”.⁶⁶

A estrutura social da AIB era constituída, então, de três camadas. Na *camada superior*, estavam os dirigentes nacionais, sendo composta por membros da burguesia e média burguesia, sob a supremacia das elites intelectuais. A *camada média*, ocupada pelos dirigentes regionais estava constituída pela média burguesia intelectual, a qual com a burguesia e média burguesia dos oficiais, detendo quase os três quartos dos cargos de direção. A *camada inferior*, onde estariam os dirigentes e militantes locais, era formada pela pequena burguesia e pelas camadas populares, que ocupavam globalmente os três quartos do total dos militantes locais.

Para Trindade, a composição sócio-profissional desses dirigentes seria invertida, quando comparadas a direção nacional e regional com os dirigentes e militantes locais. O resultado obtido é que três quartos destes últimos grupos são oriundos da pequena burguesia ou das camadas populares. Enquanto que pertencentes à média burguesia intelectual ou militar seriam um quarto deles. Para o autor, a maioria “dos integralistas locais é composta da pequena burguesia urbana e rural com um terço de integralistas oriundos das camadas populares”.⁶⁷ Conclui, então, que a classe média superior controla o aparelho do partido ao nível da direção nacional e regional, enquanto que no plano local o partido é controlado por dirigentes da classe média inferior, tendo uma relativa afluência das camadas populares, constituídas por trabalhadores agricultores ou trabalhadores rurais e alguns artesãos.

⁶⁶ Ibidem. p. 145.

⁶⁷ Ibidem, p. 136.

Assim, esses diversos elementos da origem, da formação e da natureza do integralismo sugerem semelhanças com outros movimentos de orientação fascistas. Sua apropriação por determinados setores sociais foi possibilitada em razão das mudanças (do plano estrutural ao ideológico) pelas quais a sociedade brasileira passou nas décadas iniciais do século XX. Assim, o integralismo deve ser entendido no contexto no qual foi criado, qual seja, o dos movimentos fascistas da sociedade capitalista europeia em crise na década de 1930. Ao mesmo tempo, como um fenômeno brasileiro e sul-americano, em que o Brasil do período entre-guerras propicia as condições históricas para a emergência desse movimento.

Outros estudos sobre o integralismo são focalizados em determinados aspectos de atuação do movimento, possibilitando um entendimento acerca de sua inserção sob a lógica do capitalismo no Brasil, assim como o seu discurso sob diferentes ângulos.⁶⁸ Além dessas discussões, outro tema recorrente no interior do integralismo que já foi objeto de estudo é o anti-semitismo.⁶⁹

⁶⁸ É o caso do estudo de José Chasin, que, publicado posteriormente ao de Trindade, defende que a base estrutural da AIB não teria tido influência do fascismo europeu. Para Chasin o discurso pliniano era eminentemente *persuasivo, retórico*, por determinação de sua base “gnoseológica”, possuindo um *residual não-retórico* que não se assemelha ao discurso fascista. Ou seja, o autor afirma que nos livros de Salgado não são encontrados elementos que possam estabelecer sua ligação com o fascismo europeu. Pelo contrário, nos escritos do líder integralista encontra-se que sua ideologia era autóctone, calcada em uma matriz brasileira e não europeia. Com base nisso, Chasin afirma que grande parte dos que discutem acerca da ideologia integralista desconhece “a natureza real de sua doutrina”, pois não se dispunham a se debruçar sobre a mesma e entendê-la. Por isso, tais análises empreendem suas críticas a partir do pressuposto de que o integralismo é mimético, o que leva a uma parcialização de seu processo de intervenção, impossibilitando que seja obtido um “produto analítico” mais aprofundado. CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. Há ainda, os estudos de Gilberto Vasconcellos e de Chauí & Franco, nos quais são focalizados dentre outras questões o discurso integralista. Para Vasconcellos, o discurso integralista é um mero reflexo dos fascismos europeus, sendo de “ponta a ponta mimético”. Chauí busca compreender o imaginário integralista postulando que o discurso integralista opera com imagens em lugar de trabalhar com conceitos. Seu percurso interpretativo visa entender como e porque o integralismo tornou-se uma proposta política com condições de converter a AIB em um agente social e político bem sucedido por um determinado período da história do Brasil. A autora explicita também as razões que levaram dirigentes e militantes a verem a doutrina integralista “como uma teoria sólida acerca da realidade brasileira e capaz de propor uma linha de ação consolidada justa”.- VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. CHAUI, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

⁶⁹ Roney Cytrynowicz concentrou-se na obra doutrinária de Gustavo Barroso - livros e artigos do período 1933 a 1937 - relacionando-a às profundas transformações ocorridas no Brasil nos anos 30. O autor considera o anti-semitismo um elemento central na obra desse integralista e procura analisá-lo em suas articulações com o anticomunismo, anti-capitalismo, valores da Idade Média, corporativismo, Estado forte, espiritualismo, messianismo e catolicismo, temas recorrentes no contexto histórico da década de

Além destes trabalhos que focam suas reflexões focados em determinados aspectos do movimento integralista, existem outros que enquadram-se entre aqueles cujos recortes priorizam a sua atuação em âmbito regional, onde ocorreu de alguma forma sua intervenção na política local. É o caso do estudo de João Ricardo de Castro Caldeira,⁷⁰ que analisa a trajetória da AIB no Estado do Maranhão, de 1933 a 1937, período em que atuou legalmente sob a forma de legenda partidária, com posições ideológicas definidas e estratégias para conquistar o poder. Dentre as questões analisadas interessam mais diretamente para o nosso trabalho a estruturação e funcionamento da AIB e o perfil político-social de seus membros, além de sua participação no processo político-eleitoral maranhense ocorrido em 1934 e os resultados alcançados pelo integralismo.

Segundo Caldeira, o Núcleo maranhense da AIB foi criado no segundo semestre de 1933, coordenado pelo padre Carlos Bacelar, pelo comerciante Olavo Leite, pelo advogado Warwick Trinta e pelo médico Cássio Miranda. Este tornou-se o primeiro Chefe Provincial do movimento ocupante de vários cargos na estrutura burocrática do estado na década de 1920, pessoa de importante capital cultural e de

1930. Ele destaca que todos os livros integralistas escritos por Barroso nesse período fazem “referências à suposta conspiração judaica e violentos ataques contra judeus”. Além dos livros, mostra que existem centenas de artigos de jornal que apontam para Gustavo como “a mais violenta expressão conhecida do anti-semitismo na história política brasileira”. CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. São Paulo: USP, 1992, Dissertação de Mestrado. P. 8. Ainda sobre essa temática, menciono o trabalho de Marcos Chor Maio que, referenciado na análise de Hannah Arendt, ateu-se ao pensamento anti-semita de Barroso através do estudo de suas obras da fase integralista, em especial *O Quarto Império*. Maio caracteriza o padrão anti-semita enfocado por Barroso como semelhante ao modelo nazista no que tange à origem da humanidade, que considera possível a diluição das raças através da revolução espiritual, fundadora de uma outra ordem social. Ele aponta que a luta *barrosiana* contra os judeus seria em razão da resistência judaica que mantém o conflito racial, desconsiderando a proposta cristã de criação de um projeto espiritual igualitário. Além dessa questão bem específica do anti-semitismo nas obras de Gustavo Barroso, esses dois autores publicaram um artigo, em que fazem uma espécie de síntese sobre a atuação da Ação Integralista Brasileira, a partir dos principais trabalhos de pesquisa sobre o movimento. MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotski: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. Ainda pode ser destacado o estudo de DOTTA, Renato Alencar, *O integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)*. São Paulo: USP, 2003, Dissertação de Mestrado, no qual ele procura analisar as relações da AIB com algumas categorias de trabalhadores urbanos, tentando perceber a visão do integralismo sobre essas categorias de trabalhadores. A pesquisa foi realizada a partir do Jornal integralista *A Ação* e de documentos da Secretaria Sindical da AIB, os quais lhe permitiram investigar o envolvimento do movimento com algumas categorias de trabalhos urbanos, como bancários, ferroviários, professores entre outras.

⁷⁰ CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.

relações em âmbito regional. Dentre os acontecimentos que influenciaram para formação da AIB encontram-se os resultados eleitorais da Assembléia Constituinte Federal de 1933, os quais teriam possibilitado o retorno ao poder de grupos dominantes do Maranhão que haviam sido afastados pela Revolução de 1930. Ligado a esse processo estaria o descontentamento dos setores médios da população com a política de elevação de impostos sobre o comércio implementada pelo interventor de Vargas, Capitão Antonio Martins de Almeida. Esse descontentamento é que teria impulsionado parte dos aderentes e do eleitorado a vislumbrar na AIB possibilidade de mudança nos resultados da política local. Elemento similar ao encontrado por René Gertz em sua análise sobre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, nesse mesmo período.⁷¹ A organização se efetivaria a partir da realização de reuniões semanais numa antiga escola de contabilistas de São Luís, que desempenhava atividades, como estudar e divulgar a ideologia integralista, conquistar adeptos, dentre outras.⁷²

O investimento principal do Núcleo maranhense teria sido em dois segmentos: o operariado e as mulheres. Isso se justificaria em razão de que ambos buscavam conquistar expressão na sociedade da época. No que se refere ao operariado, Caldeira destaca que o apoio dessa categoria era disputado com os comunistas, que no mesmo período haviam criado núcleos da Vanguarda Antifascista (VAF) em vários bairros operários na tentativa de evitar a cooptação dos trabalhadores pelo integralismo. Este levava vantagem em suas manifestações públicas em relação aos comunistas, pois não sofria repressão policial como os últimos. Outro dado importante para ser considerado refere-se ao perfil político do Chefe Provincial que passou a comandar a seção maranhense no primeiro semestre de 1934, no lugar de Cássio Miranda, o advogado trabalhista Raimundo José Ferreira Valle Sobrinho. Este militante possuía uma atuação na área trabalhista que o ligava ao operariado maranhense, inclusive teria sido um dos fundadores do Sindicato dos Estivadores do estado.

⁷¹ GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

⁷² O autor afirma que como ainda não possuíam sede própria, “os integralistas maranhenses reuniam-se em uma sala do Centro Caixeiral aos domingos, quando não havia aulas. Tais reuniões tinham, entre outras finalidades, estudar a ideologia e a forma de organização do movimento na região”. *Ibidem*, p. 28.

As mulheres tiveram efetiva participação no núcleo integralista maranhense, correspondendo a 18% do total de inscritos, sendo inclusive candidatas às eleições de 1934 pela AIB. Inicialmente a motivação teria sido por influência de seus maridos, concomitante ao interesse em exercer militância na política local.⁷³ A chamada *Ação Feminina Integralista da Província do Maranhão* foi criada em julho de 1934, ficando sob a chefia da professora secundarista Lilah Lisboa de Araújo. Caldeira afirma que boa parte delas eram professoras secundaristas, pertencentes a famílias tradicionais e de classe média da sociedade maranhense. Nas eleições estaduais de 1935, Lilah Lisboa foi candidata à *Assembléia Federal*, enquanto que Oflia Cantanhede Almeida e Judith da Silva Ferreira candidataram-se à *Assembléia Estadual*.

O primeiro Congresso Integralista de Vitória, ocorrido em fevereiro de 1934, estabeleceu uma estrutura organizacional para AIB em nível nacional, assim como teria transformado-a em um partido político para que ela participasse das eleições legislativas federal e estadual que ocorreriam naquele ano. Apesar de controversa, essa decisão sinalizava que a AIB tinha interesse em integrar-se e, ao mesmo tempo, de disputar espaço político no sistema liberal instituído. Segundo Caldeira, naquele ano a Seção maranhense impulsionaria seu processo de mobilização buscando expandir o movimento para o interior na perspectiva de conquistar novos adeptos e, ao mesmo tempo, organizando-se para participar do processo eleitoral.⁷⁴ Assim, o núcleo maranhense da AIB participou das eleições de 1934, chegando a realizar em maio de 1937 o plebiscito que escolheu o candidato nacional da AIB que disputaria a Presidência da República naquele ano.

O processo eleitoral de 1934 foi o primeiro em que a AIB concorreu no Maranhão. Nessas eleições lançou em chapa própria sete candidatos à Câmara Federal e

⁷³ Segundo Caldeira “A inscrição dessas mulheres na AIB deriva sobretudo do seu propósito de atuar em partido que tendia a lhes conceder maior participação na política oficial”. Tal assertiva seria corroborada pelas atribuições específicas da ala feminina, como a prática das assistências social e educacional. CALDEIA, op.cit., p. 57.

⁷⁴ A primeira marcha dos integralistas em São Luis foi realizada no dia 1º de maio de 1934, sendo percorrida “com desenvoltura as principais ruas do centro da cidade, observados por pessoas nas janelas das residências e pelo público que se postava nas calçadas”. Ibidem, p. 41.

30 à Assembléia Estadual. Uma das características do perfil profissional da grande maioria desses candidatos é a de que eles exerciam atividades urbanas e não-manuais, destoando bastante das atividades agrícolas predominantes naquele estado. As ocupações mais recorrentes desses candidatos foram a de professor secundarista e de funcionário público. Dos trinta e sete candidatos nos dois níveis de disputa havia um total de sete mulheres concorrendo. A participação de mulheres na lista de candidatos nessas eleições parece ser uma peculiaridade do núcleo maranhense se comparado com os dados encontrados em diversos municípios do Rio Grande do Sul nesse mesmo processo eleitoral, em que não se verifica a participação feminina nessa disputa. Apesar do engajamento na campanha eleitoral, o integralismo não elegeu nenhum de seus candidatos à Câmara ou a Assembléia, diferentemente do que ocorreu em São Paulo com a eleição de um deputado estadual. Os principais vencedores dessas eleições no Maranhão foram as correntes tradicionais da política regional representadas no Partido Republicano e no Partido Social Democrático do Maranhão. Para Caldeira, a derrota integralista poderia ser justificada a partir de dois elementos: o alto índice de fraudes eleitorais praticadas pelas correntes tradicionais dominantes no sistema regional, assim como a pouca expressividade do integralismo na região naquelas eleições.

Esse resultado ao invés de arrefecer o movimento teria servido de empurrão para o seu crescimento no ano seguinte no Maranhão. Conforme os dados apresentados pelo autor, o ano de 1935 foi de significativo crescimento do integralismo nesse estado, em especial no primeiro semestre, cujo objetivo era disputar espaço com o comunismo, que também empenhava-se por aumentar seu contingente de adeptos com a criação da ANL. Assim, a definição do adversário a ser combatido com maior intensidade recaía mais sobre o comunismo do que em relação às demais forças políticas, pois a ideologia integralista parecia ser pouco “discrepante” em relação àquela na qual se pautavam as elites tradicionais do Maranhão, haja vista que mesmo se apresentando como “força político-ideológica inovadora” sua prática política não se diferenciava das práticas daqueles grupos.

No Rio Grande do Sul existem vários trabalhos sobre a atuação político-partidária na década de 1930, apresentadas, geralmente, sob a forma de teses de doutorado e de dissertações de mestrado.

O trabalho de René Gertz focaliza a difusão do integralismo nas regiões de colonização alemã e italiana no Sul do Brasil. O autor defende que a variável étnica não é determinante para explicar o integralismo entre os descendentes de alemães, e aponta para a necessidade de análise dos fatores sociais e da política regional e local.⁷⁵ No quarto capítulo, de *O fascismo no Sul do Brasil*, são apresentados dados empíricos que procuram demonstrar a afirmação acima. Gertz toma o processo eleitoral municipal de 1935 no RS, em municípios considerados tipicamente de colonização alemã, e constata a existência de candidatos teutos em todas as correntes políticas que disputavam aquela eleição. Ou seja, pelos candidatos lançados pelo partido da situação, o Republicano Liberal (PRL), como também pelos da oposição, a Frente Única. Com base nesses dados, o autor afirma que a variável étnica não se constitui uma especificidade do integralismo, mas de todas as correntes que disputavam aquele processo eleitoral.

Outra questão verificada refere-se à efetiva influência política do integralismo nos municípios de colonização alemã. Os dados analisados pelo autor demonstram que o percentual de votos obtido pelos candidatos integralistas em municípios de colonização alemã comprovou que sua força eleitoral nesses municípios não teria sido tão significativa quanto a propalada. O índice mais elevado entre os municípios de colonização alemã foi encontrado em Novo Hamburgo, cujo percentual é de 19%.⁷⁶ Partindo desses elementos, Gertz argumenta que a adesão ao integralismo pode ser explicada no contexto específico no qual o eleitor está inserido e não a partir de uma predisposição geral. Ao referir-se a um fator que deveria ser considerado para analisar a inserção do integralismo no município de São Leopoldo, o autor destaca que “o fator

⁷⁵ GERTZ, op.cit.

⁷⁶ Segundo o autor, “Além de se constatar que é difícil detectar, a nível local, indícios de que o integralismo apresentasse qualquer especificidade do ponto de vista étnico, se comparado com os demais partidos, é importante assinalar também que sua influência nos municípios de colonização alemã do Rio Grande do Sul foi muito menor do que em geral se propalou”. Ibidem, p. 159.

mais importante parece ser a existência de uma classe média em ascensão, mas o acréscimo de condições políticas locais peculiares favorece o integralismo”.⁷⁷

Gertz explicita ainda o perfil sócio-profissional dos membros da AIB da região de imigração alemã. De acordo com a tabela apresentada pelo autor, os aderentes do integralismo estavam distribuídos em quatro categorias profissionais: operários (68,5%), agricultores (14,3%), artesãos e pequenos comerciantes (11,4%) e funcionários públicos (5,8%). Entretanto, ainda segundo Gertz, as duas primeiras categorias devem ser melhor especificadas, pois os agricultores integralistas eram caracterizados como “agricultores fortes”, que significava aqueles que tinham uma produção acima da média, ou seja, que se diferenciava do pequeno agricultor. Quanto aos operários, tratavam-se, em geral, de filhos de agricultores que saíram da casa dos pais para trabalhar nas fábricas de couro, adquirir certas habilidades para posteriormente trabalhar por conta. Ao analisar os integralistas a partir de sua inserção na estrutura social local, o autor observa que a grande maioria dos membros do movimento era formada por “jovens em processo de ascensão social”, que buscavam espaço político no movimento integralista. Esses elementos poderiam reforçar “a suposição de que o integralismo era encarado por um determinado grupo como instrumento para conquistar prestígio político”.⁷⁸

O trabalho de Carla Brandalise, por sua vez, analisa a inserção da AIB no contexto sócio-político do Rio Grande do Sul na década de 1930 e sua interação com o sistema partidário pré-existente.⁷⁹ Segundo a autora, o processo de implantação da AIB na região sul ocorreu tardiamente, em razão da pouca articulação entre os dirigentes nacionais e os simpatizantes nessa região. A sua organização se processou seguindo uma rígida estrutura interna nos moldes da nacional, sendo composta por vários órgãos e funções com regras estatutárias.

⁷⁷ Ibidem, p. 171 e 172.

⁷⁸ Ibidem, p. 169.

⁷⁹ BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, Dissertação de Mestrado.

Ainda de acordo com Brandalise, em fins de 1933 ocorreu a formação do “Triunvirato Provincial”, órgão de administração provisória da AIB nos estados. Os dirigentes nomeados que compunham esse órgão foram os advogados Dario de Bittencourt, Anor Butler Maciel e o industrialista, Egon Renner. O primeiro foi nomeado “Chefe Provincial” da AIB, posto de maior importância no estado, ou melhor, província como era denominado pelos integralistas.⁸⁰ Dos três componentes do “Triunvirato” apenas este último ingressou posteriormente no PRP, elegendose deputado estadual na legislatura 1959/1963.

Esse processo de organização oficial tinha a capital do estado como foco de irradiação da doutrina. Inicialmente, as estratégias de articulação e divulgação do movimento ocorriam a partir do trabalho de arregimentação realizado por coordenadores responsáveis pelos setores profissionais, nos quais o movimento estava dividido.

Um dos princípios defendidos pelo movimento era o corporativismo. Este apresentava as classes profissionais como base de organização social pois “um dos pressupostos gerais do integralismo era a organização do Estado em moldes corporativos, cuja base eram as classes profissionais”.⁸¹ A valorização do corporativismo, ainda segundo Brandalise, talvez se refletisse nos setores sociais nos quais o integralismo buscava seus principais adeptos. Ela, da mesma forma que Gertz, referenda a constatação de Trindade sobre os grupos sociais predominantes no movimento integralista. Ou seja, de que a maioria deles era oriunda dos setores médios, cuja preponderância recaía sobre as “profissões liberais, estudantes, bancários, empregados do comércio, alguns operários”.⁸²

⁸⁰ Segundo Dario Bittencourt “Havia em cada município uma sede municipal. Em cada distrito uma sede distrital. E em cada estado, que se chamava província, uma sede provincial. E havia uma articulação perfeita... E essa articulação se dava entre o Departamento Nacional, que ditava as regras, e os Departamentos Provinciais e Municipais, por intermédio das Chefias Provinciais. E a comunicação se dava entre o Chefe Nacional e os Chefes provinciais”. Apud. BRANDALISE, op. cit., p. 133.

⁸¹ *Ibidem*, p. 128.

⁸² *Ibidem*, 126.

Outra questão importante analisada por Brandalise refere-se aos obstáculos que o integralismo teve que enfrentar no estado frente à forte competição que marcava o sistema partidário gaúcho. Neste, a tradicional bipolaridade político-ideológica teria limitado as possibilidades de expansão do integralismo no processo político. Esses limites seriam observáveis a partir de duas dimensões. Nas áreas de tradição partidária consolidada, eles seriam bastante acentuados. Entretanto, nas áreas ocupadas a partir do processo de colonização estrangeira, o integralismo conseguiu ultrapassar de modo relativo as barreiras pré-existentes. A autora destaca que nessas regiões grande parte dos segmentos sociais estava, até os anos 1930, à margem do sistema político, ficando “em disponibilidade política”. Por isso, haveria maior disponibilidade política desse contingente, respondendo com uma maior receptividade ao apelo doutrinário da AIB. Este movimento apresentou-se então no Rio Grande do Sul

(...) como uma novidade político-ideológica ao objetar as formas partidárias tradicionais em favor de um modo de participação novo. A atuação política dos indivíduos não seria mais mediada por políticos profissionais e influências oligárquicas. A AIB representava, portanto, um referencial de participação alternativo aos partidos regionais dominantes, o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano Riograndense (PRR), aglutinados na Frente Única (FU) e o Partido Republicano Liberal (PRL).⁸³

Tal perspectiva era vista pelo imigrante que não fazia parte da elite como uma possibilidade de inserção na vida política local, regional, a qual não teria uma vinculação com as formas partidárias tradicionais. Considerando tais elementos, a autora conclui que tanto as práticas como as propostas político-doutrinárias da AIB eram diferenciadas das até então existentes no Brasil daquele período. Elas forneceram aos segmentos sociais emergentes um projeto político autônomo. Ressalta, entretanto, que para se analisar em que medida esse elementos tiveram eco nos setores sociais é fundamental considerar as especificidades locais.

⁸³ Ibidem, p. 131.

O trabalho de Daniel Milke aborda a atuação da AIB, em Porto Alegre, no período de 1934 a 1938.⁸⁴ Esse estudo é bastante elucidativo para nossa pesquisa na medida em que são analisados, dentre outros aspectos, elementos da estruturação, do funcionamento e da participação da AIB nos processos eleitorais realizados em Porto Alegre em 1934 e 1935. Além disso, são objetos desse estudo as relações da AIB com os diversos segmentos políticos locais a partir de sua participação nessas eleições, nas discussões com a imprensa local e nas posturas políticas adotadas pelo grupo no decorrer de sua atuação na capital gaúcha.

O núcleo provincial da AIB em Porto Alegre foi constituído em dezembro de 1933, sendo responsável pelos núcleos municipais criados no restante do estado. A direção do núcleo estava sob a responsabilidade dos advogados Dario de Bittencourt (chefe provincial), Anôr Butler Maciel (secretário) e do industrial Egon Renner (tesoureiro). As prioridades iniciais eram a constituição de núcleos em Porto Alegre e a propaganda pelo estado. Daniel Milke destaca que no início de sua organização as perspectivas de crescimento do movimento pareciam ser bastante promissoras, no entanto teria entrado num processo de estagnação, evidenciada a partir da estruturação de nove núcleos na capital, pois foi verificado que parte deles teria dificuldades em manter-se funcionando.

No que se refere à questão da propaganda ou divulgação do integralismo no estado, Daniel Milke salienta que o núcleo da capital desencadeou intensa campanha de divulgação do movimento através da distribuição de material, comícios, desfiles e da imprensa, principalmente, dos jornais. Dentre eles, o de maior circulação na época, o *Correio do Povo* foi muito utilizado por lideranças da AIB para divulgar atividades do movimento. Dario de Bittencourt, chefe provincial, escrevia com regularidade no jornal *Correio do Povo* sobre a organização do movimento em Porto Alegre.⁸⁵ Também eram

⁸⁴ MILKE, Daniel R. *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação de Mestrado.

⁸⁵ Para Milke é perceptível o espaço conquistado pelas principais lideranças integralistas nesse jornal até o golpe do Estado Novo em novembro de 1937. Apesar da existência de vários jornais integralistas na capital e no interior, “jamais se abriu mão do poder de comunicação encontrado nas páginas do *Correio do Povo*. O jornal era, em realidade, o grande meio pelo qual se fazia chegar a todos os integralistas, em

aproveitadas situações como a presença de Plínio Salgado em mobilizações realizadas em regiões do estado para conquistar aderentes e simpatizantes.

O espaço na política do Rio Grande do Sul era outra barreira a ser enfrentada pelo integralismo. A AIB teria de enfrentar a tradicional política bipolarizada, que estava sob o domínio da Frente Única (formada por dissidentes do PL e do PRR) e do Partido Republicano Riograndense, que naquele momento estava mais preocupada com a pacificação do estado.⁸⁶ Essa possibilidade de atuação política de novos partidos nos primeiros anos da década de 1930 é vista por Héglio Trindade como indicação de uma certa abertura no sistema partidário gaúcho, que começava a se diferenciar de períodos anteriores em que eram predominantes as duas forças políticas acima mencionadas.

Assim, o integralismo se colocava, ao menos no discurso, como um partido que se diferenciava da política tradicional vigente. Uma das estratégias foi destinar a atenção para categorias profissionais pouco valorizadas pelas correntes tradicionais. O operariado teria sido uma das apontadas entre o leque das profissões urbanas. O integralismo buscava conquistar a simpatia do operariado na capital, inclusive criando um núcleo no Bairro Navegantes, conhecido como de grande concentração de operários. No entanto, segundo Daniel Milke, o apelo integralista não teria surtido o efeito desejado pelo movimento, pois enfrentaram grandes dificuldades de inserção nos sindicatos onde os operários tinham grande participação.

A AIB, em Porto Alegre, participou das eleições ocorridas em 1934 para deputado estadual e federal, e em 1935, das eleições municipais para vereador. No que se refere ao primeiro processo eleitoral, Daniel Milke sustenta a idéia de que a AIB buscou, fundamentalmente, conquistar espaço político. As estratégias implementadas pela AIB priorizaram a difusão da doutrina integralista mais do que o interesse em

Porto Alegre e principalmente no interior do estado, as notícias do movimento, as diretivas e as questões mais importantes emanadas da chefia provincial”. Ibidem, p. 27.

⁸⁶ Segundo Daniel Milke “O governo do Gal. Flores da Cunha não impediu abertamente a organização da AIB, mas, por outro lado, patrocinou uma série de perseguições aos camisas- verdes, sendo algumas de maior intensidade, com mortos e feridos, e outras que impediam o funcionamento adequado de suas atividades”. Ibidem, p. 22.

eleger seus representantes. Segundo Milke, nessas eleições a direção do movimento ainda estava muito preocupada em reafirmar a idéia de que o integralismo não se constituía em um partido político, na medida em que o sistema eleitoral baseado no sufrágio universal evidenciava a falência do regime liberal. Por essa razão, a AIB se utilizava, estrategicamente, dele para combatê-lo através de sua participação nos processos eleitorais.⁸⁷ Ainda segundo o autor, os resultados eleitorais alcançados pelo integralismo na capital em que alcançou um distante terceiro lugar eram bastante incipientes, isso seria uma demonstração de que o integralismo recém iniciava suas atividades no estado e que ainda não era motivo de preocupação para as correntes políticas tradicionais.

Nas eleições de 1935, o grau de abrangência do integralismo teria sofrido algumas alterações em relação às eleições do ano anterior. Segundo Milke é possível afirmar que ocorreu uma certa mutação do movimento no que se refere à disputa eleitoral de 1935, pois o integralismo já estaria mais inserido no contexto político-eleitoral, apesar de verificar uma certa resistência por parte de militantes em suas críticas à liberal-democracia, ao menos no discurso. De todo modo, as estratégias eleitorais apresentadas esbarravam naquilo que Trindade encontrou em sua análise da AIB em nível nacional, ou seja, de que teria ocorrido uma mudança daquilo que era visto como fase “revolucionária” para uma fase “eleitoral”. Segundo Milke, a propaganda e a divulgação foram estratégias utilizadas pelo movimento, visando demonstrar força política. Criaram vários jornais e aumentaram o número de núcleos no interior do estado, diferenciando-se do que havia em 1934, ou seja, apenas um jornal e menos de cinquenta núcleos. Em 1935, já eram cinco jornais e mais de cem núcleos.

Outra tomada de posição para esse processo eleitoral referiu-se ao posicionamento contrário à formação de alianças ou aproximações com os partidos tradicionais. Alerta que, segundo Milke, era bastante direcionado para os núcleos do

⁸⁷ “Para o integralismo elas (as eleições) representam, unicamente uma operação tática, um meio de propaganda, de infiltração doutrinária em todos os rincões da terra brasileira, de organização de novos núcleos e de arregimentação de novos elementos”. *Correio do Povo*, n° 200, p. 32.

interior “onde havia muitos núcleos recentes, vulneráveis e que tinham como militantes ex-membros de outras agremiações”.⁸⁸ Questão observada por Fausto Irschlinger nos núcleos de Passo Fundo e Carazinho no norte do estado, em que houve um posicionamento político de aproximação com as correntes tradicionais por parte das chefias locais.⁸⁹ Essa estratégia foi entendida por ele como paradoxos internos da AIB regional que teria desenvolvido práticas políticas próprias apesar do movimento preconizar uma ideologia totalizante.

O integralismo lançou uma lista de nove candidatos, porém apenas dois receberam votos. Nestor Pereira, recebeu a grande maioria da votação, obtendo 1.486 votos, enquanto que João Maria Linhares recebeu apenas 21. Esse resultado apesar de muito inferior ao alcançado pelo PRL e FU, duplicou em relação ao obtido nas eleições de 1934 na capital. Se estendido para todo o estado o aumento foi também significativo, já que obtiveram na eleição anterior cerca de dois mil e na de 1935, seis mil e oitocentos em todo o Rio Grande do Sul. Segundo Milke, esses resultados podem ser vistos sob dois ângulos: o primeiro, de que os integralistas não conseguiram eleger nenhum de seus candidatos, pois embora Nestor Pereira tenha ficado na sexta colocação não foi eleito porque o partido não alcançou o quociente eleitoral. O segundo é de que o integralismo começava a apresentar um certo crescimento eleitoral principalmente nas regiões de imigração, onde os resultados mais significativos em número de votos e no acesso ao parlamento municipal. Além disso, essa eleição teve um percentual de 37% de

⁸⁸ MILKE, op. cit. p. 143. Esse posicionamento foi inclusive publicado no principal jornal de circulação através de uma comunicação enviada pela AIB: “Assoalhando-se que a Ação Integralista Brasileira, no Rio Grande do Sul, tivesse entrado em entendimento com forças políticas de outros partidos, afim de negociar acordos para a apresentação de candidatos comuns – como chefe provincial do movimento nesta província, apresso-me a desautorizar essas versões. A Ação Integralista Brasileira não entrará em entendimentos com quaisquer forças políticas, preferindo, como até aqui, disputar sozinha as eleições. Enquanto não chegarem instruções referentemente à atividade eleitoral da Ação Integralista nos próximos prélios, emanadas da Secretaria Nacional de Organização Política – instruções essas que valerão para todo o país e não exclusivamente para o Rio Grande do Sul – a palavra de ordem continua sendo: intensificar os trabalhos de qualificação eleitoral em toda a província. Pelo bem do Brasil, Anauê! – Porto Alegre, 4 de junho de 1935 – Dario de Bittencourt, chefe provincial”. *Correio do Povo*, 05/06/35, n. 129, p. 9. Dias depois uma nova nota publicada sobre o mesmo assunto: AIB informa que em todas cidades que têm núcleo concorrerão candidatos a vereador e prefeito, “sendo desautorizadas quaisquer notícias referentes a alianças políticas do integralismo, com partidos políticos ou candidaturas populares. – Butler Maciel”. *Correio do Povo*, 17/10/35, n. 243, p. 14.

⁸⁹ IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo verde: o integralismo no norte do RS (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

abstenção, ou seja, um número bastante significativo de eleitores a ser conquistado, que poderia ser alvo de investimento de um partido que estava se consolidando no sistema partidário da época.⁹⁰

Fausto Irschlinger analisa aspectos da implantação e intervenção político-partidária do integralismo na região norte do Rio Grande do Sul, especificamente nos municípios de Passo Fundo, Carazinho e Erechim.⁹¹ Desse estudo interessa para o nosso trabalho, entre outros elementos, o processo de organização e funcionamento da AIB nesses municípios, assim como a sua participação nas eleições municipais de 1935 e os resultados alcançados pelo partido.

A implantação do integralismo ocorreu, primeiramente, no município de Erechim em fins de 1933 e no ano seguinte nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Segundo Fausto Irschlinger, a estrutura hierárquica da AIB montada no norte gaúcho guardava similitudes com a nacional analisada por Héglio Trindade. O norte do estado seria dividido em duas divisões regionais, a 27^a que incluía os municípios de Passo Fundo, Carazinho e Soledade e a 28^a com os municípios de Erechim e Getúlio Vargas, as quais compunham uma estrutura hierárquica, composta por um núcleo central em cada sede municipal, além de secretarias e departamentos, destacando-se a Secretaria de Propaganda e de Cultura Artística e o Departamento Feminino.⁹² Os municípios sedes dessas regionais eram Passo Fundo e Erechim, que competiam entre si na busca por representação, unindo-se apenas quando necessário para se defender dos ataques das correntes políticas tradicionais.

Foram constituídos na região dezenas de subnúcleos distritais e rurais/locais. Eles se vinculavam ao aparato burocrático demonstrando a existência de uma rígida

⁹⁰ Porto Alegre tinha 38.533 eleitores inscritos, mas votaram 23.762, um total de 37% de abstenção. *Correio do Povo* -19/11/35, 269, p. 11.

⁹¹ IRSCHLINGER, op. cit.

⁹² Irschlinger destaca a criação na região de outras secretarias e departamentos. As secretarias seriam um total de cinco, sendo a Secretaria Municipal de Organização Política (SMOP), Secretaria de Finanças, Propaganda e Estudos (SFPE), Secretaria Municipal de Imprensa (SMI) e a Secretaria de Assistência Sócia. Já os departamentos foram o Departamento Eleitoral, Departamento Sindical e o Departamento da Juventude, este último foi criado em 1935 para atender os novos plinianos. *Ibidem.*, p.91.

estrutura que não visava apenas o cumprimento das orientações oriundas da direção nacional, mas tornou-se uma necessidade para a organização e integração do movimento na região.

A dinamização dessa estrutura era controlada por um grupo pequeno, os chamados dirigentes municipais ou *cúpula integralista* da qual faziam parte chefes, secretários, coordenadores, instrutores, oradores e milicianos.⁹³ Ainda segundo Irschlinger, o grupo dirigente ocupava cargos hierarquicamente divididos no núcleo central e nos subnúcleos. A ascensão desses dirigentes estava ligada à posição social e intelectual desses indivíduos, sendo um importante elemento que os diferenciava dos chamados milicianos de base. As variáveis origem social e étnica desses grupos também foram objeto de análise do autor. As suas conclusões a respeito de tais características se aproximam das encontradas por Hélgio Trindade para os dirigentes e militantes locais e nacionais do movimento. Para aquele autor, os grupos pertencentes ao integralismo no norte do estado possuíam sua origem social nas “classes médias”, cuja composição étnica predominante era italiana e alemã.

As eleições municipais de novembro de 1935 foram as primeiras em que a AIB participou no norte do Rio Grande do Sul. Segundo Irschlinger, a organização possuía um quadro de representação bastante modesto se comparado com o período de 1937 e 1938, no qual viveu um momento de expansão no nível regional. Entretanto, esse aumento tanto do número de adeptos, quanto de representação política não teria sido de modo sintonizado entre as chefias da AIB nesses municípios. O pleito municipal para prefeito de Passo Fundo foi disputado entre PRL e o Partido Popular (formado a partir de uma dissidência liberal e Frente Única), fundamentalmente. A AIB lançou o industrialista Nascimento Rocha, poucos dias antes das eleições, alcançando 3% dos votos. O PRL atingiu 67%, ficando em primeiro lugar, enquanto o Partido Popular obteve 30%. Na disputa para a Câmara Municipal, a AIB participou do processo com

⁹³ Segundo Irschlinger, esses dirigentes se constituíam “de uma elite intelectual dentro da circunferência integralista, formada pela elite dirigente de representação, a qual também se configurava através de laços de parentesco e de relações, assim como de posturas e, até mesmo de amizade”. *Ibidem*, p. 89.

uma nominata de sete candidatos, obtendo um resultado de 6% do total dos votos, o que significou um distante terceiro lugar atrás dos 64% obtidos pelo PRP e dos 26% do Partido Popular.

Ao analisar os resultados dos dois níveis de disputa ocorridos nessas eleições, o autor enfatiza que a diferença de percentual entre os candidatos à vereança e o candidato a prefeito, que foi o dobro, suscita a idéia de que a AIB teria se aproximado das correntes tradicionais da política riograndense na medida em que parte dos votos integralistas teria ido para o candidato do Partido Popular. Tal escolha teria como objetivo derrotar o candidato da situação pois, segundo Fausto Irschlinger, só dessa forma se poderia compreender “o fato de terem lançado um candidato próprio à prefeitura apenas às vésperas das eleições de 1935, o que, a princípio, não era cogitado entre as cúpulas integralistas municipais”.⁹⁴

No que se refere ao pleito eleitoral de Carazinho, o autor destaca que a tônica da eleição girou em torno da mesma polêmica ocorrida em Passo Fundo, a de um provável apoio do integralismo local ao candidato a prefeito de uma das correntes políticas tradicionais. Apenas diferenciando a corrente, pois em Carazinho os votos teriam ido para o candidato do PRL. Os resultados da votação apontam que o candidato a prefeito da AIB recebeu 1% dos votos, enquanto o percentual recebido pelos vereadores foi de 5%. Esse largo saldo entre os níveis pode ter ido para o candidato a prefeito do PRL que recebeu 67%, enquanto os candidatos à vereança alcançaram 62% dos votos. Já os candidatos do Partido Popular teriam alcançado um percentual relativamente equilibrado, em que a candidatura majoritária recebeu 32%, enquanto a proporcional ficou em 31%. Segundo o autor, essas discussões atingiram a opinião pública local através de vários materiais de propaganda, inclusive da imprensa. Entretanto, não teria havido nenhuma manifestação dos integralistas no sentido de responder aos ditos boatos, restando assim a questão se “o integralismo foi beneficiado com a vitória de Albino Hillebrand (candidato vitorioso do PRL), pois, ao que tudo

⁹⁴ Ibidem. p. 150.

indica, serviu apenas como massa de manobra nas estratégias políticas desencadeadas pelas correntes tradicionais”.⁹⁵

O principal diferencial entre as disputas eleitorais de Erechim e os municípios de Passo Fundo e Carazinho foi o resultado da votação recebida pelos candidatos da AIB naquele município. Apesar do integralismo ter lançado para prefeito o nome de Dario de Bittencourt, o que ocorreu também em Carazinho, ainda assim o resultado alcançado nos dois níveis de disputa foi o mesmo, ou seja, 7% dos votos. Esse equilíbrio sugere que “houve uma maior uniformidade no contingente total de votos, bem como nas parciais locais/distritais, demonstrando, em certo sentido, maior fidelidade e ‘pureza’ nas práticas integralistas em relação aos pressupostos *verdes* nacionais”.⁹⁶ Segundo Fausto Irschlinger, a partir desse resultado se verifica que a política tradicional foi reafirmada nesses municípios do norte do estado, assim como as estratégias e práticas políticas eleitorais da AIB não seguiram uma mesma sintonia.

Outro estudo de caráter local que focaliza a intervenção da AIB no contexto local é o de Daniela Pistorello. Em sua dissertação de mestrado, ela analisa o integralismo na cidade de Caxias do Sul, no período de 1932 a 1938, tendo como fio condutor as relações políticas e sociais na perspectiva de delinear a trajetória do movimento numa região de colonização italiana.⁹⁷ Elementos desse estudo são importantes para este trabalho na medida em que nos ajudam a entender o surgimento da AIB, o seu funcionamento e a sua participação na política local, possibilitando um maior entendimento da atuação do diretório municipal de Caxias do Sul atuante na fase de intervenção do PRP no estado, sob a direção do Diretório Regional.

Segundo Daniela Pistorello o núcleo foi fundado no segundo semestre de 1934, por um grupo de adeptos, instalando-se na sede da Associação dos Empregados no Comércio. A estrutura organizacional seguiria o modelo da nacional com as seguintes

⁹⁵ Ibidem, p. 158.

⁹⁶ Ibidem, p. 163.

⁹⁷ PISTORELLO, Daniela. *Os homens somos nós: o integralismo na região colonial italiana do RS*. Porto Alegre: PUCRS, 1998, Dissertação de Mestrado.

secretarias: de Propaganda, de Finanças, de Organização Política, de Estudos, de Educação Moral e Cívica e a Secretaria de Chefia Municipal. Estas foram criadas a partir de junho de 1935, sob a direção de Atílio Salomoni, liderança que havia substituído o primeiro grupo que dirigiu o núcleo caxiense. Entretanto, ainda no primeiro ano de fundação desse núcleo teria sido criada uma Seção Feminina, que foi chefiada por três mulheres: Tereza Tarrogó, Olga De Carli e Gismunda Pezzi. Neste núcleo diferentemente do de São Luis as mulheres não saíram candidatas nem nas eleições estaduais de 1934, nem nas municipais de 1935, pois a nominata de candidados da AIB local era formada apenas pelo sexo masculino.

Segundo Pistorello, a direção do núcleo realizou diferentes atividades, as quais objetivavam organizar e consolidar a AIB no município. Havia reuniões e palestras periodicamente na sede do movimento. As *Bandeiras* ou excursões eram também estratégias de atuação do movimento nos distritos de Caxias, que buscavam arregimentar novos militantes e fundar subnúcleos. Nas festividades cívicas e comemorativas do município também foi observada a atuação dos integralistas caxienses, buscando dar visibilidade do movimento à sociedade local. Uma outra forma de divulgação utilizada foi a criação de uma emissora de rádio a chamada “Rádio Sigma” e o periódico *O Bandeirante*, de circulação quinzenal que divulgava “o posicionamento dos integralistas referente ao quadro político nacional, regional e principalmente local. Era um órgão de divulgação e de propagação da AIB em Caxias do Sul”.⁹⁸

Outra questão analisada por Pistorello e relevante para o nosso estudo refere-se à indicação de um certo perfil dos participantes do movimento, mais especificamente daqueles da área urbana de Caxias. Ou seja, ela procura analisar quem eram as pessoas que faziam parte do integralismo local e o tipo de atividade econômica exercida por elas na sociedade. A autora explicita que a grande maioria dos membros da AIB local pertencia ao segmento de extração social média, na medida em que as profissões

⁹⁸ Ibidem, p. 119.

exercidas eram predominantemente as de comerciante, funcionários de empresa privada, proprietários de pequenas empresas, profissionais liberais, professores etc. A idade média desses membros girava entre 22 e 35 anos, sendo que as principais motivações de ingresso no integralismo local eram em razão dos “condicionamentos próprios presentes na região, representados principalmente por questões de ordem política.”⁹⁹

As eleições municipais ocorridas em 1935, nas quais a AIB disputou com as principais forças políticas locais, o PRL e a FU também foram analisadas por Pistorello. O integralismo formou chapa própria com o apoio da Igreja Católica, lançando sete nomes para disputar o cargo de vereador.¹⁰⁰ Não disputou o cargo de prefeito que foi ocupado pelo candidato do PRL coligado com a FU. Uma das estratégias de campanha dos candidatos integralistas era criticar qualquer tipo de apoio, acordo ou conchavo com as correntes políticas tradicionais, valendo-se de um discurso que defendia a “pureza partidária”. Além de uma plataforma eleitoral que destacava os princípios morais como elemento importante a ser seguido. O resultado da eleição para vereador foi bastante positivo para a AIB, na medida em que conseguiu eleger três dos sete vereadores da Câmara Municipal de Caxias do Sul. O PRL obteve um total de 1.417 votos, elegendo quatro vereadores, enquanto os candidatos integralistas alcançaram um total de 1.218 com uma diferença de cerca de 200 votos do partido da situação, garantindo as vagas de Humberto Bassanesi, Arthur Rech e Emílio Pezzi.¹⁰¹ Uma das razões apontadas para essa votação recebida pela AIB é a possibilidade de oposição que ela representaria em razão do apoio da FU ao PRL.

Conforme se observa, os trabalhos acima mencionados buscam fornecer reflexões de diferentes ordens a respeito do movimento integralista. O primeiro conjunto faz uma abordagem sobre aspectos ou propriedades daquele movimento, buscando estabelecer uma caracterização geral da intervenção daquela organização no

⁹⁹ Ibidem, p. 123.

¹⁰⁰ Conforme Pistorello toda campanha da AIB foi veiculada pelo órgão católico *Stafetta Riograndense*.

¹⁰¹ Assim, a Câmara de Vereadores foi composta “por jovens oriundos das atividades ligadas ao comércio e de sobrenomes italianos, representantes da AIB, e, de outro lado, por senhores de tradicional vida pública, de sobrenomes luso e italiano, pela legenda do PRL. Ibidem., p. 136.

espaço político. O segundo, procura recortar questões específicas sobre a atuação do movimento em uma determinada região do país ou em localidades do Rio Grande do Sul. Destaca-se que sempre que for necessário recorreremos a esses trabalhos, os quais possibilitam melhor compreensão do itinerário político percorrido pelo PRP no período de sua atuação. Em razão da atuação do partido ter ocorrido em contextos e realidade nacional e regional distintos, optou-se por separar os trabalhos sobre a temática a partir dessa divisão.

2.2 - O Integralismo na fase de atuação do PRP: algumas concepções do fenômeno

Os estudos referentes ao período de atuação do PRP, se comparados aos da AIB, aparecem em menor quantidade. As citações, de um modo geral, sobre aquele partido são quase sempre sumárias, demonstrando pouco conhecimento sobre sua atuação na arena política. Na seq uência tentamos enumerar os trabalhos de pesquisa existentes sobre esse partido.

Na dissertação de mestrado de Gilberto Grassi Calil *O integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*, publicado em livro em 2001, faz uma análise da rearticulação do integralismo, a partir da intervenção do PRP no processo político brasileiro, no período de 1945 a 1950.¹⁰² Nele, é destacado que algumas práticas oriundas do período de atuação da AIB foram mantidas no PRP. O juramento, por exemplo, ato realizado em cerimônia em que o militante jurava obediência ao Chefe Nacional e que garantia a sua supremacia mantinha-se enquanto mito, pois Salgado continuou recebendo dos membros do PRP obediência e disciplina. Calil demonstra que Salgado continuava a receber manifestações de apreço e idolatria, sua fotografia era amplamente comercializada e em cerimônias oficiais havia “descerramento” de seu retrato.

¹⁰² CALIL, op. cit.

Para o autor, no regime de 1946, o integralismo procedeu a uma reorientação doutrinária, em que passou a existir uma constante recorrência ao espiritualismo católico que intencionava servir como “álibi ao caráter democrático da PRP”. A defesa do corporativismo foi conciliada pelo apoio ao sistema eleitoral; alguns aspectos da simbologia permaneceram, porém sem efeito prático e outros, como a milícia integralista, foram abandonados. Segundo Calil, nessa reformulação Salgado buscou estabelecer uma distinção entre o “integralismo” (definido como doutrina imutável) e a AIB, caracterizada como expressão que se utilizou daquela doutrina.

Em seu trabalho, Calil procurou detalhar o processo de reestruturação, de adaptação e de intervenção do integralismo no pós-guerra. Destacou que o retorno do integralismo à cena política ocorreu a partir da reelaboração de vários de seus princípios, pois o PRP visando entrar na institucionalidade, pautou-se em regras diferenciadas daquelas do sistema político anterior.

Na seq uência, menciono alguns trabalhos que recortam questões mais específicas do período de intervenção do PRP, diferenciando-se da pesquisa realizada por Calil que reflete sobre a trajetória do partido, em nível nacional, nos seus primeiros anos.

O trabalho de Miguel Bodea publicado em 1992, sobre a intervenção do PTB gaúcho no processo político gaúcho de 1945 até 1954, faz várias menções à atuação do PRP na política do período. Primeiramente, refere-se a uma caracterização do partido do ponto de vista ideológico. Segundo Bodea, apenas o PRP e o PC não se igualavam aos demais no quesito ideologia, pois estes não possuíam o chamado “ecletismo ideológico” relativamente presente nas outras organizações atuantes naquele período. Para o autor, o PRP situava-se do lado oposto do espectro político, era detentor de uma ideologia de direita com “pouca influência nos centros urbanos, mas algumas fortes bases regionais em áreas de pequenos agricultores independentes, particularmente nas regiões de colonização alemã e italiana do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.¹⁰³

¹⁰³ Segundo o autor a base de sustentação do PRP era fundamentalmente rural, porém não derivava dos

Bodea também trata do PRP ao analisar as eleições ocorridas no período. Na discussão sobre a campanha eleitoral de Alberto Pasqualini para o governo do estado em 1947, em que disputou tal cargo com Walter Jobim, Bodea explicita que a razão principal do apoio do PRP ao candidato pessedista foi tentativa de combater o “perigo vermelho” que a candidatura do petebista representaria. Segundo Bodea, a responsabilidade do partido integralista era de “bloquear o avanço pasqualinista nas camadas médias e baixas do mundo rural, enquanto o PC procuraria dificultar-lhe a caminhada no meio operário urbano”.¹⁰⁴ Outro dado importante referente ao PRP apareceu quando o autor analisa as razões da derrota de Alberto Pasqualini. Segundo ele, o peso da aliança PSD-PRP na Zona Colonial, fundamentalmente entre os pequenos e médios proprietários agrícolas, foi um elemento importante nesse resultado, pois na vitória de Salgado Filho para o Senado teria pesado a candidatura própria do PRP para senador.

Ao reconstituir as articulações para a formação das alianças políticas para as eleições de 1950, o autor explicita também a participação do PRP nesse processo. Bodea destaca que o acordo entre a UDN nacional e o PRP para lançar a candidatura de Plínio Salgado ao Senado, condicionando o apoio deste partido à candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República teria impedido a formação de uma “frente liberal-conservadora” no Rio Grande do Sul nessas eleições. O PL, aliado potencial do bloco conservador, lançou seus próprios candidatos ao governo estadual e ao Senado. Segundo Bodea a efetivação dessa “esdrúxula aliança” teria vitimado especialmente o Rio Grande do Sul pois Salgado saiu como candidato por esse estado. Ao mesmo tempo, este quadro teria possibilitado o surgimento de “uma aliança parcial PSD-UDN: o PSD aceitava apoiar Plínio Salgado para o Senado em troca do apoio simultâneo do PRP e da UDN para o candidato a governador Cylon Rosa”.¹⁰⁵

setores da “oligarquia e dos estancieiros, mas sim dos pequenos e médios proprietários agrícolas”. BODEA, op. cit. p. 16-19.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 39.

¹⁰⁵ Bodea ressalta o caráter paradoxal da aliança na medida que “em troca do apoio do PRP ao seu candidato presidencial Eduardo Gomes, a UDN apoiava o candidato ao Senado do PRP Plínio Salgado e, junto com o PRP, apoiava o candidato a governador Cylon Rosa do PSD gaúcho. Este último também

Outra questão analisada por Bodea que traz para o centro das discussões o PRP refere-se à aliança desse partido com o PTB para as eleições municipais de 1951. A percepção do autor a respeito desse acordo difere da de muitos estudiosos que a vêem como uma autêntica falta de consistência ideológica dos partidos atuantes no sistema partidário gaúcho do período. Para Bodea, essa aliança pode ser entendida como um “movimento de convergência tática”, sobretudo, das bases de sustentação desses dois partidos contra a frente de oposição formada pelo PSD, UDN e PL, para enfrentar o então candidato à prefeitura de Porto Alegre, Leonel Brizola. Parte dos setores do PTB dizia haver um embasamento doutrinário que justificava tal aproximação, pois tratava-se “de um lado, da semelhança, pelo menos aparente, na pregação nacionalista e anti-imperialista de ambos os partidos. Por outro, um eventual pacto com o PRP era visto pelos setores mais dinâmicos do PTB como uma inteligente manobra tática para aproximar o partido das áreas rurais, às quais até então tinha escasso acesso”.¹⁰⁶

A atuação política do PRP também é enfocada no Trabalho de Mercedes Cánepa, recentemente publicado. Na terceira parte de *Partidos e Representação Política – a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945/1965)*, cujo foco principal é fazer uma análise do desenvolvimento/consolidação do sistema partidário gaúcho, a autora analisa, entre outras coisas, as campanhas eleitorais e a atuação dos partidos e coligações à frente do Executivo estadual. Referindo-se à formação do PRP gaúcho, Cánepa destaca que este partido, diferentemente do PCB, não enfrentou maiores resistências “nem por parte da Igreja, nem por parte das demais correntes partidárias tradicionais”.¹⁰⁷ No que se refere às campanhas, a autora procura identificar os diferentes conteúdos programáticos apresentados por cada partido nos diferentes contextos de disputa eleitoral, buscando analisar o caráter de interpelação utilizado por cada organização com vistas a constituir elementos de identidade própria.

apoiava Plínio Salgado para o Senado, mas em nível federal apoiava a candidatura presidencial de Christiano Machado, do próprio PSD”. Ibidem, p. 64.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 99.

¹⁰⁷ CÁNÉPA, op. cit. p. 110.

Os processos eleitorais do período são explicitados pela autora, sobretudo, a partir das disputas eleitorais entre as correntes políticas para ocupar o executivo e legislativo estaduais. Nas primeiras eleições para o executivo, 1947 e 1950, o PRP manteve seu apoio à maior corrente política do estado naquele momento, o PSD e seus aliados. A disputa de 1947 foi analisada pela autora a partir do quadro partidário composto pelas candidaturas próprias do PTB e do PSD. Este último conseguiu efetivar uma frente antigetulista, tendo como apoiadores o PL, a UDN, o PCB e o PRP. O apoio destes dois últimos partidos situados, segundo Miguel Bodea, nos extremos opostos do espectro político, ao candidato pessedista Walter Jobim foi bastante peculiar naquelas eleições, pois esses partidos tinham interesses bem específicos em tal aliança. Cánepa ressalta que o acordo com o PRP foi fechado mediante a promessa de que este ocuparia cargos na administração estadual. Entretanto, como o PSD não teria alcançado a votação esperada, descumpriu o acordado com o PRP. Este, ainda assim, manteve seu apoio ao governo por todo o período. Nas eleições de 1950, o apoio do PRP ao candidato Cylon Rosa foi efetivado mediante a aceitação da parte do PSD em apoiar a candidatura de Plínio Salgado ao Senado Federal. Apesar disso, a vitória de Ernesto Dornelles levou a suspeição de que parte de sua base votara nesse candidato, em razão da votação recebida por ele nas zonas coloniais tidas como reduto integralista.

Nas eleições de 1954, entretanto, o PRP lançou candidatura própria: o integralista Wolfram Metzler concorreu ao governo do estado. O partido justificou sua opção alegando que os problemas do estado não teriam sido resolvidos com as coligações inter-partidárias. Segundo Cánepa, o PRP tentou apresentar-se como “uma alternativa à política tradicional do Rio Grande”, na medida em que buscava afirmar-se como “novo”. A campanha eleitoral realizada pelo PRP teria feito um percurso pelo interior do Estado, sobretudo na zona de colonização. Entretanto teria sido bem menos expressiva do que as campanhas da Frente Democráticas e do PTB.

Nos dois últimos pleitos para o executivo estadual do período, 1958 e 1962, o PRP retornou à política de alianças. Com relação à eleição de 1958, Cánepa destaca que

a aliança entre PTB e PRP nesse pleito ocorreu de modo rápido e foi de interesse mútuo entre as direções dos dois partidos. O PTB não queria repetir a derrota de 1954, quando saiu sozinho e o PRP, por sua vez, viu a possibilidade de eleger um senador e ainda ocupar cargos públicos na burocracia estatal. Nas eleições de 1962, por sua vez, a política de alianças do PRP foi mantida. O acordo, porém, foi efetivado com a outra força política que disputava espaço político com o PTB, o PSD.

Em minha dissertação de mestrado, investiguei as alianças políticas entre o PRP e as duas maiores correntes partidárias do Rio Grande do Sul (PTB e PSD) para os pleitos estaduais de 1958 e 1962.¹⁰⁸ A primeira com o PTB e a segunda com os partidos que constituíram a Ação Democrática Popular (ADP). Foi possível, ainda, sintetizar a sua política de alianças no período anterior, verificando quais foram, a partir de 1947, os aliados preferenciais do PRP nas eleições para a Mesa da Assembléia Legislativa e nos pleitos estaduais e municipais. A perspectiva desenvolvida é de que no processo político sul-riograndense, além da participação ativa das duas forças majoritárias (PTB e PSD), os pequenos partidos puderam maximizar sua intervenção política devido à necessidade desses dois partidos de fazer alianças para conseguir maioria de votos.

O trabalho de Christofolletti analisa a realização de duas ações simultâneas pelos integralistas nos anos cinquenta. Um evento de celebração do Jubileu de Prata do integralismo e a publicação da *Enciclopédia do Integralismo*.¹⁰⁹ O primeiro ocorreu na cidade de Vitória em 1957. Tal realização foi comemorativa aos 25 anos do Manifesto de Outubro de 1932. A outra, refere-se à publicação de um compêndio de escritos, que foi denominado de Enciclopédia Integralista. Fazem parte desse material as publicações editadas de outubro de 1957 a agosto de 1961, com 12 livros que reuniram os preceitos da doutrina integralista, objetivando reconstruir a simbologia e a auto-análise do

¹⁰⁸ CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular: política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado em História.

¹⁰⁹ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *As Celebrações do Jubileu de Prata (1957-1961)*. Assis, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2002 (Dissertação de Mestrado em História).

movimento. O autor explicita que tais eventos constituem o mais bem sucedido projeto de divulgação integralista do pós-guerra.

Segundo Christofolletti, a análise do conteúdo da Enciclopédia Integralista permite verificar que as formulações integralistas não eram tão homogêneas quanto se tenta evidenciar na historiografia. Tais conteúdos, propostos como uma apresentação ordenada da leitura do mundo integralista, teria obtido um efeito contrário, pois provocaram tensões entre as gerações de integralistas revelando, em especial, a diferença de ideário entre a AIB e PRP. A tentativa de desvincular este último do primeiro foi utilizada no sentido de evitar uma correlação entre o integralismo e as doutrinas totalitárias. A década de 1950, porém, apresentava uma nova conjuntura político-democrática, a qual possibilitou aos integralistas voltarem-se “ao passado na tentativa de vincular-se novamente aos preceitos integralistas, como forma de sustentação política, uma vez que o PRP não respondia mais às demandas de seus militantes, que, na sua maioria, provinham de levadas remanescentes e simpatizantes dos preceitos da AIB”.¹¹⁰

Sobre a intervenção do PRP no processo político do Rio Grande do Sul, na década de 1960, pode-se mencionar o estudo de Ângela Flach, cujo recorte priorizou a participação do PRP nos acontecimentos que antecederam o golpe militar de 1964 e a instalação inicial do Regime Militar.¹¹¹ Em seu trabalho, Flach procurou mostrar a adesão de grande parte das lideranças do PRP à ARENA no Estado, fato que permite perceber que, ainda nos início dos anos 1960, o partido continuava inserido no sistema partidário gaúcho, apesar de ter reduzido suas bancadas estadual e federal no processo eleitoral de 1958. Flach explicita que o PRP estava coligado a grupos políticos que se opunham ao governo Goulart e que se posicionava frente às questões políticas de destaque do período. Na Campanha da Legalidade ocorrida em agosto de 1961 no Rio

¹¹⁰ CHISTOFOLETTI, Rodrigo. Lembranças do esquecimento: datas e comemorações do movimento integralista. In: DOTTA, Renato Alencar (Org.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

¹¹¹ FLACH, Ângela. *Os vanguardistas do anticomunismo: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação de Mestrado.

Grande do Sul, por exemplo, o PRP apoiou o movimento, tendo inclusive o presidente do Diretório regional do partido, Alberto Hoffmann, ido à Montevideu acompanhar a comitiva que recepcionou João Goulart.¹¹² Esse apoio, entretanto, não foi unânime no interior do partido. Pouco tempo depois, em outubro de 1961, influenciado também por uma entrevista de Dom Vicente Scherer à imprensa local, o PRP regional passa a engrossar o coro dos grupos que viam infiltração comunista em vários setores da sociedade gaúcha, estendendo-se à brasileira.

A posição do partido a respeito do regime parlamentarista e do debate acerca da consulta popular plebiscitária estabelecida pela emenda constitucional, também refletiu a conjuntura acima mencionada. As lideranças perrepistas defendiam a continuidade do parlamentarismo, porém eram contrários ao *referendum* popular. Afirmavam que o novo sistema deveria ser experienciado no Brasil por mais tempo, haja vista o tempo de funcionamento do presidencialismo. A volta deste não deveria ocorrer, por ser um meio encontrado pelos “esquerdistas” para que Jango viesse a “desfrutar dos amplos poderes pessoais do Presidencialismo”.¹¹³

No que se refere à crise do governo Goulart, Flach mostra a participação atuante do PRP como um dos grupos que se uniu a outros na campanha contra esse governo a partir de 1962. Ela ressalta que a grande maioria das ações políticas adotadas por Goulart passou a ser alvo constante de críticas em âmbito interno e externo ao partido. Apesar de sua atuação não ter sido primordial para o processo de deposição de João Goulart, segundo a autora, pode ser vista como co-participante, pois o PRP “assumiu uma atitude de defesa dos interesses dos grupos mais conservadores da

¹¹² “Posição do PRP gaúcho durante a crise político-militar”. *Correio do Povo*, 10/08/1961. Naquele momento o presidente do Diretório Regional do PRP estava à frente da Secretaria Estadual de Agricultura do governo Brizola, a partir da aliança eleitoral de 1958.

¹¹³ FLACH, op. cit., p. 44. A autora cita ainda uma entrevista do deputado federal do PRP Pedro Afonso Anchau publicada no jornal *Folha da Tarde*, na qual ele diz que “a maioria moderada do Congresso Nacional atua como um freio ponderável à ação das cúpulas esquerdizantes, impedindo, como já impediu, que para o exercício das altas funções de Presidente do Conselho de Ministros, seja escolhido um homem como o Sr. San Tiago Dantas. Reimplantando o presidencialismo, os Julião, os Brizolas e os San Tiago Dantas poderão ser indicados para o exercício das mais altas funções da República, já que ao Congresso Nacional não mais assistirá o direito de vetar tais nomes”. *Folha da Tarde*, 27/10/1962, p. 3.

sociedade, preocupados com o crescimento de organizações sindicais, estudantes e grupos de esquerda”.¹¹⁴

Na dissertação de mestrado de Veridiana Tonini também são discutidas questões referentes à atuação PRP gaúcho, em especial, na esfera municipal.¹¹⁵ O referido município, Guaporé, fica localizado na região da Encosta Superior do Nordeste, de colonização italiana criado em 1903. Uma das indagações feita por Tonini é no sentido de investigar como o PRP conseguiu traçar estratégias políticas em um município que tinha uma disputa política extremamente acirrada entre as duas maiores correntes políticas do estado (PTB e PSD), mantendo-se aliado deste último. O partido integralista instalou um diretório municipal, localizado em Vila Casca, tendo como principal liderança o médico João M. Pereira. O prestígio e respaldo político desse líder poderia ser comparado ao de Metzler, fato que teria influenciado positivamente a imagem do partido junto à sociedade guaporense e no meio partidário, pois o reconhecimento por sua atuação política ia além do partido.¹¹⁶

De um modo geral, os recortes selecionados para estudo nessas pesquisas demonstram a existência de um material significativo a respeito da atuação do integralismo no processo político brasileiro e gaúcho, em seus dois momentos de intervenção política. Os trabalhos cujo foco é a atuação da AIB buscam explicitar elementos como ideologia, formação do movimento, projeto político, discurso integralista, apontando para determinadas especificidades das relações intra-partidárias e extra partidárias. Em especial, os estudos a respeito do movimento em diferentes regiões do Rio Grande do Sul oferecem um conjunto de questões que podem ser comparadas a partir da atuação do PRP, através de vários diretórios criados em âmbito municipal. Os trabalhos de Trindade e Calil, em especial, delineiam a trajetória do movimento a partir de um conjunto de relações entre os agentes membros do partido

¹¹⁴ Ibidem, p. 62.

¹¹⁵ TONINI, Veridiana M. Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957). Passo Fundo: UPF, 2003.

¹¹⁶ Segundo a autora, João M. Pereira ainda é visto como “um médico humanitário, um homem que possuía grande liderança, grande prestígio e respeito na sociedade guaporense.” Ibidem, p.146.

que exerceram atividades político-partidárias dentro e fora do partido. Certamente, a análise dessas importantes contribuições acadêmicas a respeito do integralismo nos ajuda a entender melhor diferentes aspectos que caracterizam esse movimento/partido, assim como a identificar as principais lacunas a serem exploradas nesta investigação.¹¹⁷

De posse desses dados foi possível delimitar o foco de estudo para este trabalho, que busca analisar a formação, a organização e o funcionamento do PRP em suas inúmeras relações entre seus agentes, ocupantes de cargos na hierarquia interna e externa da seção gaúcha. Questões que serão discutidas a partir do capítulo seguinte.

¹¹⁷ Fora esses estudos existem outros como a Dissertação de Mestrado de Ivo Canabarro, intitulada “*Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do Integralismo em Ijuí*”. Porto Alegre: IFRGS, 1994. Na qual é realizada uma abordagem mais voltada a aspectos culturais dos significados do integralismo dos anos 30 em Ijuí. Os elementos enfocados pelo autor referem-se fundamentalmente à construção, por parte do movimento, da “idéia-imagem de homem-integral”, ou seja, o sujeito pertencente de corpo e alma ao integralismo; e da família, esta caracterizada como célula básica da sociedade e também como elemento fundamental de referência para o homem-integral da nação brasileira.

Capítulo 3 – O PRP gaúcho: formação e estrutura diretiva

Introdução

No presente capítulo será abordado o processo de organização, estrutura e composição do PRP, desde as primeiras movimentações dos grupos que retomaram a intervenção do integralismo sob a atuação do PRP no processo político regional, bem como discutir o funcionamento da máquina partidária no Estado a partir da atuação dos dirigentes do Diretório Regional.

O processo de reorganização do integralismo será investigado desde a sua origem no Estado, com o início das primeiras manifestações em outubro de 1945, até a realização da 1ª Convenção Regional, evento que configurou oficialmente a institucionalização do partido no Rio Grande do Sul.

A estruturação e funcionamento do partido serão analisados na esfera interna e externa. A máquina partidária será estudada a partir da caracterização de cada um dos órgãos deliberativos da hierarquia partidária no âmbito estadual, com base no posicionamento dos dirigentes frente a situações da conjuntura política significativas para a consolidação do partido junto ao sistema partidário, como as eleições de 1945 e a busca pelo apoio da Igreja Católica. Nessa perspectiva trabalha-se com a hipótese de que a estrutura burocrática em si não é um elemento determinante numa organização partidária, mas um recurso que tem peso relativo similar a outros recursos detidos pelos dirigentes, estando o sucesso da organização partidária ligado às interações desses elementos que fazem o partido.

3.1 – O processo de estruturação da seção gaúcha do PRP pós-Estado Novo

O PRP nacional se rearticulou formalmente no primeiro semestre de 1945, fundado em 26 de setembro desse mesmo ano, sendo seu registro definitivo concedido em 10/11/1945 pelo Tribunal Superior Eleitoral no Distrito Federal, após marchas e contra-marchas que se desenrolaram desde 1943.¹¹⁸ Como é possível verificar, esse processo se desenrolou quase que concomitantemente ao primeiro pleito eleitoral ocorrido no pós-Estado Novo, com eleição para Presidente da República, Senador e Deputado Federal.¹¹⁹ A partir daí os integralistas passaram a elaborar estratégias com vistas à rearticulação e organização do partido em diversos Estados e municípios a partir dos diretórios regionais e municipais, os quais, em geral, seguiram os passos orientados pelo Diretório Nacional.

As estratégias utilizadas pela direção para estruturação e consolidação do PRP no regime de 1946, ocorreram de modo concomitante em âmbito interno e externo ao partido. Dentre as estratégias, duas ficaram bastante recorrentes: a busca de alianças com outras correntes políticas com representação eleitoral maior que a sua e uma aproximação com determinadas instituições para obter apoios que pudessem servir de avalistas ao novo partido, principalmente no que se refere ao seu “caráter democrático”. Uma das importantes instituições foi a Igreja Católica.

Na esfera interna a estruturação do partido, no Rio Grande do Sul, pode ser analisada a partir da existência de articulações anteriores à sua formação oficial ainda no período do Estado Novo. Uma delas pode ser verificada no depoimento de Emílio Otto Kaminski, ex-dirigentes da AIB e do PRP, quando ele menciona sobre a discreta atuação do triunvirato integralista no período do Estado Novo:

¹¹⁸ O pedido foi aceito por unanimidade em 09/10/1945 e que conforme a legislação vigente, a obtenção do registro definitivo ficava condicionada à apresentação de 10.000 assinaturas, tendo o partido apresentado 15.772. Os estatutos e programas foram considerados ‘democráticos’ e aprovados pela Justiça Eleitoral em 10/11/1945, sendo as assinaturas recolhidas em quinze Estados. Ver em Calil no capítulo 3, pp. 195 a 226 todo o processo de formação do PRP nacional. CALIL, 2005.

¹¹⁹ Segundo Miguel Bodea é neste momento que surgem “pela primeira vez na história do Brasil Republicano, verdadeiros partidos nacionais, (...) estes partidos nascem, aparentemente, com relativo ecletismo ideológico (com exceção do PC e do PRP) e caracterizam-se também por uma grande heterogeneidade de posições no interior de cada um deles. BODEA, op. cit. p. 16.

(...) nós chamávamos o ... a Ação Integralista Brasileira na clandestinidade. Mas não ... não tivemos muita atuação, não... Foi mais, vamos dizer, um órgão que... procurava manter viva as ligações, quer dizer, se alguém do interior viesse a Porto Alegre procurava um de nós três para conversar (...) Então, houve só assim, vamos dizer, era para não deixar morrer completamente, então foi criado esse triunvirato, e os companheiros procuravam trocar idéias (...). Até 1945, quando o Estado Novo caiu (...) e aí então os partidos se reabriram, justamente por nós não estarmos completamente mortos, porque estávamos... é que se criou o Partido de Representação Popular.¹²⁰

Como observa o senhor Kaminski, as relações entre os membros da AIB continuaram existindo, mesmo que discretas, através da atuação do Triunvirato gaúcho, facilitando, portanto, o imediato contato entre eles para a formação do PRP. Outra indicação referente à assinatura do Professor Oscar Machado, ex-membro da AIB e professor do Instituto Porto Alegre, como um dos signatários da “Carta Aberta à Nação” publicada nos principais jornais do Brasil, em maio de 1945, cujo objetivo era refutar as acusações de ligação do integralismo com o nazi-fascismo.¹²¹

Além disso, a existência de alguns telegramas enviados por ex-membros da AIB de Porto Alegre para alguns municípios do interior, solicitando assinaturas para o registro do PRP, contribui para confirmar a continuidade dessas relações que de alguma forma facilitaram as articulações que forjaram mais um novo partido no Estado. Portanto, se poderia afirmar que parte do capital político acumulado por alguns membros da AIB, foi novamente utilizado como recurso no período de formação do PRP gaúcho.¹²²

Em razão das atividades públicas terem tido seu início a partir de outubro de 1945, portanto, de modo quase concomitante com a formação do partido em âmbito

¹²⁰ Depoimento de Emílio Otto Kaminski. Elaborado e tomado por Carla Luciana Silva e Gilberto Grassi Calil. Porto Alegre, Ed. CD-AIB/PRP, 1996, p.56.

¹²¹ O professor Oscar Machado foi candidato a deputado federal pela AIB em 1934 e consta como um dos integralistas presos em março de 1938, em Porto Alegre.

¹²² Segundo Oferllé, uma organização coletiva pode ter recursos como “sua marca, sua sigla” garantidos por sua visibilidade, antiguidade e notoriedade, os quais permitem recolher proveitos no mercado político. Certamente, é essa marca já constituída e aceita por seus interessados que possibilita essa rápida, segundo o sr. Kaminski, rearticulação do integralismo no Rio Grande do Sul. OFERLLÉ, op.cit.

nacional é possível presumir que existiam contatos entre os ex-membros da AIB no Rio Grande do Sul, e destes com lideranças nacionais. Assim, conforme publicação do jornal *Diário de Notícias*¹²³ em uma reunião dos associados do PRP foi criada uma direção regional provisória através da “Comissão Estadual Provisória”¹²⁴ que teria como objetivo coordenar a convenção estadual do partido prevista para a primeira quinzena do mês de novembro. Imediatamente, iniciaram os trabalhos de organização com o estabelecimento de uma Secretaria Provisória instalada no centro de Porto Alegre. Essa movimentação pode ser verificada através do envio de uma convocatória a pessoas de vários municípios do Estado, solicitando adesão ao partido e participação na 1ª Convenção Estadual, realizada em 12 de novembro de 1945, no Teatro São Pedro em Porto Alegre. E ainda, nas cópias de inúmeros telegramas convocando outras pessoas para participarem do referido evento estadual.

Não foram encontrados registros que retratam de modo específico os pontos de discussão desse primeiro acontecimento político do PRP no Estado, mas alguns jornais da época noticiaram a participação no evento. Segundo o jornal *Correio do Povo* a Convenção teve a participação de mais de quarenta municípios.¹²⁵ Já o *Diário de Notícias* publicou a presença de delegados dos seguintes municípios: Bagé, Livramento, Ijuí, Dom Pedrito, Tupanciretã, São Francisco de Paula, Novo Hamburgo, Canoas, São Leopoldo, Vacaria, Taquari, Caxias do Sul, Taquara, Flores da Cunha, Camaquã, Tapes, Itaquí, General Câmara, Santa Cruz do Sul, Erechim, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Antônio Prado e Alegrete.¹²⁶

Segundo os integralistas, a participação no evento foi bastante significativa, para o militante Mário Ferreira de Medeiros o evento reforçava a criação de um partido que teria surgido para

¹²³ *Diário de Notícias*, 28/10/1945, Notas políticas.

¹²⁴ A comissão foi formada por Guilherme Barbosa (presidente), Celestino Peres Cardoso (industrialista), Jorge Souza Gomes (Engenheiro civil), Sezefredo Azambuja Vieira (advogado), Hugo di Primio Paz (professor), Dante Sfoggia (advogado), Joel Cavalcante Albuquerque Tabajara (comerciante) e Alípio Carrard (industrialista), sendo que cinco dos sete componentes foram ex-membros da AIB.

¹²⁵ *Correio do Povo*, 13/11/1945.

¹²⁶ *Diário de Notícias* do dia 13/11/1945.

batalhar por Cristo, pelo predomínio do Espírito sobre a matéria, pela justa liberdade da pessoa humana, pela democracia cristã, pela verdadeira justiça e em particular pela justiça aos operários, pelo direito de propriedade privada dentro dos limites do bem comum, pelo Brasil, pela sua unidade, pela sua independência, pelo seu prestígio internacional e pelas suas tradições cristãs, pelo seu progresso material, cultural e espiritual e, finalmente, para lutar pela unidade americana.¹²⁷

Ainda segundo esse dirigente, os objetivos do partido eram “solucionar” problemas de ordem material e espiritual da sociedade brasileira. No programa de rádio do PRP, de 13/11/1945, era destacado que com o referido evento o partido se projetaria “entre as grandes organizações partidárias que ora surgem em nossa pátria, nesta campanha de redemocratização da nossa vida política. A cultura e o amor à Pátria aliam-se nos mentores do PRP em terras gaúchas”.¹²⁸

Nessa Convenção uma nova direção foi empossada a partir da eleição de um Diretório Estadual Provisório formado por cinco dirigentes, ocupando os seguintes cargos: Celestino Caparelli Peres Cardoso (Presidente), Luiz Alexandre Compagnoni, (1º Vice-presidente), Andrino Braga (secretário), Sezefredo Azambuja Vieira (consultor jurídico) e Romano Tóffoli Culau (tesoureiro). Esses cinco dirigentes têm em comum o militância na AIB, além de todos serem provenientes dos setores médios da sociedade, pois o primeiro era professor e industrialista; o segundo jornalista e advogado; o terceiro bancário; o quarto, advogado e o quinto comerciante. Essa 1ª Convenção Estadual do partido no Estado pode ser vista como o retorno do partido no processo político regional, buscando visibilidade e o recrutamento de antigos e novos adeptos ao novo partido.

No tocante à tentativa de consolidação no âmbito externo abordar-se-á, primeiramente, aspectos relativos ao campo partidário. A investida do partido pode ser verificada já nessas primeiras eleições, nas quais o PRP assumiu posição frente às mesmas. No pleito para presidente declarou seu apoio ao general Eurico Gaspar Dutra do PSD, eleito com aproximadamente 72% dos votos. Calil aponta que o apoio do PRP

¹²⁷ Matéria lida no programa de rádio de 29/11/1945. Acervo CD-AIB/PRP.

¹²⁸ Conforme noticiado no programa de rádio do PRP de 13/11/1945 às 21:45. Esse programa era veiculado diariamente pela Rádio Mayreink Veiga. Acervo CD-AIB/PRP.

a esse candidato teria ocorrido num momento em que o partido buscava se apresentar como uma força política detentora de todos os pré-requisitos democráticos, ou seja, buscava sua consolidação no sistema político criado naquela conjuntura.

No Rio Grande do Sul, não obstante o pouco tempo para investir na campanha eleitoral de 2 de dezembro de 1945, pois a 1ª Convenção do PRP ocorreu em meados de novembro, a direção estadual publicou materiais de propaganda eleitoral, nos quais chamava a atenção para a importância do novo regime político, para suas bandeiras de luta, assim como efetuava a defesa do partido em contraposição aos ditos “detratores comunistas”.

Conforme divulgado em um folheto, o regime de 1946 teria representantes do povo na Câmara, no Senado e nas Assembléias estaduais, aprovando ou desaprovando leis e projetos de seus interesses.¹²⁹ Além disso, a eficiência da representação estaria intrinsecamente ligada à escolha de pessoas de “confiança, indiscutível honestidade, patriotismo”, as quais representariam os interesses de cada “classe profissional e social”. Em outro material de propaganda publicado em novembro de 1945, o PRP se colocava como “a nova mentalidade política do Brasil” que consagrava a democracia como futuro e grandeza do país, comprometendo-se “a incentivar o culto de respeito e de confiança devido às Forças Armadas e propugnaremos para que a nova Constituição seja promulgada em nome de Deus”.¹³⁰

No que se refere ao pleito para a presidência da República de 1945, a direção regional corroborou a candidatura do Gal. Eurico Gaspar Dutra definida nacionalmente. Apesar do pouco tempo de campanha os discursos concentraram-se no enaltecimento da figura do Gal. Dutra, assim como num ferrenho combate ao candidato Iedo Fiúza do Partido Comunista Brasileiro.¹³¹

¹²⁹ O folheto é intitulado “O que o povo precisa e deve saber!”. Acervo do CD-AIB/PRP. 1945. pp.1-7.

¹³⁰ Partido de Representação Popular – Proclamação, 17 de novembro de 1945. Acervo CD-AIB/PRP.

¹³¹ No programa de rádio do partido que foi ao ar, em 26/11/1945, foi lida a seguinte nota: “Não esquecer: que a candidatura de FIUZA não é uma candidatura a serviço do Brasil; que a candidatura de FIUZA é o resultado de um arranjo de família com LUIZ CARLOS PRESTES; que a ‘Esquerda Democrática’ é uma força de vanguarda subterrânea, do Partido Comunista e que os componentes dessa ‘esquerda’ freqüentam a SOCIEDADE ESPANHOLA, quartel general de todos os comunistas do Rio Grande; que tais processos obedecem aos ensinamentos do camarada LENINE, que aconselhava a técnica da elasticidade bolchevista. Além dessa matéria pode-se verificar inúmeras outras que buscam associar a

Quanto às eleições proporcionais, o partido lançou uma nominata com 19 candidatos para a Câmara Federal, sendo eles: Felix Contreiras Rodrigues, Alípio Norberto Carrard, Luiz Alexandre Compagnoni, Nei Câmara, Jacob Longoni, Hermes Malater Cidade, Giacomo Olivier, Aristides Milano, Jarbas Figueira, Mário Ferreira de Medeiros, Celestino Caparelli Peres Cardoso, Olympio Brasil, Olimpio Dotti, José Rafael Alves de Azambuja Junior, Guido Mondin Filho, Bovio Nilo Ferlanto, Guilherme Correa Barboza, Manoel Ferraz Hasslocker e Floriano Constant Coelho Dutra.¹³² Essa nominata era justificada sob o argumento de que esses candidatos eram “homens de todas profissões, unidos por ideais cristãos e de brasilidade, dando todo o próprio esforço, todo o sacrifício, para que o Brasil possa alcançar o seu destino, como grande Nação no seio da Cristandade”.¹³³ Era destacado ainda que esses candidatos eram homens de trabalho ligados à classe a que pertenciam e não políticos profissionais.

Desse total, apenas dois candidatos não foram homologados. Duas questões chamam a atenção nessa nominata dos candidatos perrepistas. A primeira, é que a sua composição tem um alto percentual de profissionais liberais e de funcionários públicos; outros exercem ofícios manuais, além de um industrialista, um comerciante e um criador. A segunda refere-se ao fato de que 68% desses candidatos foram ex-militantes e/ou dirigentes da AIB. O partido priorizou a candidatura de Félix Contreiras Rodrigues¹³⁴, dirigente detentor de um reconhecido capital cultural e político, contudo, a votação obtida por ele não foi suficiente para que o partido conseguisse ocupar uma

candidatura de Iedo Fiuza com “inimigo russo”.

¹³² Lista publicada no jornal *Correio do Povo* 22/11/1945. p.2.

¹³³ Partido de Representação Popular – Proclamação, 17 de novembro de 1945. Acervo CD-AIB/PRP.

¹³⁴ Félix Contreiras Rodrigues nasceu em Bagé no Rio Grande do Sul, em 1884. É filho de tradicional família de fazendeiros da região. Formou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre em 1909, exercendo a profissão de advogado de 1910 a 1915 em Bagé. Em outubro de 1915 viajou para Europa, ficando por um longo tempo na Suíça e Paris, onde fez o curso de Economia Política de Charles Gide. Retornou ao Brasil em fins de 1922, alistando-se nas forças Libertadoras de Estácio Azambuja para lutar na Revolução de 1923. Terminado o movimento emigrou para Montevidéu. Retornando ao Rio Grande do Sul, permaneceu em sua cidade natal de 1924 a 1934. Neste ano passou a ocupar uma diretoria no Banco do Rio Grande do Sul. Além disso, é autor das seguintes obras: *Velhos Rumos Políticos* (Paris-1920), *Ementários* (Paris 1921), *A questão social* (1926), *Novos rumos políticos* (1930), *Traços da economia social e política do Brasil colonial* (1934). Sua trajetória política teve início no Partido Libertador, posteriormente ingressou na AIB e depois no PRP, foi candidato à Câmara Federal em 1945; em 1946, elegeu-se na 2ª Convenção Nacional membro do Diretório Nacional do partido; em 1947 é candidato ao Senado na coligação com PSD. In: *Curriculum Vitae* - Acervo CD-AIB/PRP.

cadeira na Câmara Federal, pois alcançou apenas 21.197 votos, o que equivale a 4%. Para esse nível de disputa, a votação obtida pelo PRP foi um pouco acima da metade daquela alcançada pelo PCB, o qual elegeu um deputado federal, e praticamente metade da recebida pelo PTB que também elegeu um representante.

As observações do historiador Gilberto Calil a respeito desta fase de estruturação e participação do PRP no processo político são bastante interessantes. Para ele, uma das formas encontradas pelo PRP para se consolidar junto ao sistema foi a busca de proximidade com a maioria dos partidos políticos. Assim, o apoio à candidatura do General Dutra nas eleições presidenciais de 1945, e com isso a aproximação com o maior partido, do ponto de vista eleitoral daquele momento, o PSD, pode ser entendida como importante estratégia para vencer as barreiras do contexto adverso vivido pelo partido até o final dos anos 1940. Por isso, apesar dos resultados eleitorais dessa eleição ter sido pouco satisfatórios, foram, contudo, muito úteis para reforçar o “caráter democrático” do partido. Ademais, o partido logrou abertura de espaços de atuação no cotidiano da vida partidária do período da quarta República em diversos estados, inclusive no Rio Grande do Sul.

Um outro importante aliado do PRP no âmbito externo e estrategicamente definido ao longo do Regime de 1946, foi a Igreja Católica. Diversos autores já constataram em seus trabalhos uma certa proximidade entre o PRP e essa instituição secular.

No segundo capítulo de seu trabalho, no qual procura reconstituir a trajetória do integralismo dos anos 30 até sua nova reorientação doutrinária nos anos 40, Calil demonstra que Salgado procura apresentar determinados “princípios espiritualistas” com o objetivo de obter maior garantia do “alegado caráter democrático do integralismo”, assim como para sua sobrevivência política.¹³⁵

¹³⁵ No referido capítulo, que busca reconstituir o período de exílio de Salgado em Portugal (país em que residiu de 1939 até seu retorno para o Brasil em 1946), o autor demonstra que a Igreja Católica (ala mais conservadora) foi uma das instituições que o “chefe do integralismo” buscou se aproximar. Ao identificar as publicações e as conferências realizadas por Salgado, no período de 1942 a 1946, afirma que se tornava visível essa aproximação e ao mesmo tempo o percurso de reelaboração doutrinária por ele efetuado. A obra *Vida de Jesus* talvez possa ser apontada como uma das que corrobora a referida argumentação. CALIL, op. cit. pp. 176-194.

Também em Miguel Bodea encontramos a afirmação de que nos primeiros anos do período pós-Estado Novo, o PRP gaúcho contava com uma rede de apoio de expressiva parcela do clero das paróquias rurais, apesar da hierarquia eclesiástica manifestar seu apoio ao PSD. As principais razões para essa simpatia, segundo o autor, eram em razão do “zelo com que o PRP fechava o mundo rural ao ‘comunismo’ e às novas idéias”.¹³⁶

Em Trindade encontra-se que a quase totalidade dos dirigentes nacionais e regionais dos integralistas da AIB se dizia católica, ainda que houvesse um número considerável de protestantes dentre os integralistas de base imigrantes do RS e de SC. Em um universo de cem dirigentes nacionais e regionais, três quartos são apontados como praticantes, enquanto que no nível dos militantes locais menos da metade o são. Com base nesses elementos o autor destaca que as “(...) diferenças de intensidade da prática religiosa, a religião e tudo que se vincula à filiação e à crença religiosa, é muito valorizada pelos integralistas de todos os níveis”.¹³⁷ Referindo-se especificamente ao Rio Grande do Sul, esse Trindade menciona que foi nas zonas de colonização alemã e italiana que a AIB obteve o engajamento de padres, pastores protestantes e outros, em especial a congregação dos “capuchinhos”.¹³⁸

Carla Brandalise afirma em seu trabalho que o clero, em particular, da Congregação dos Capuchinhos que se concentrava na zona rural, nas regiões de colonização italiana, influenciou para a formação de uma opinião pública favorável ao integralismo a partir de matérias publicadas no periódico *Stafetta Riograndense*, editado em italiano desde 1909. Segundo a autora o integralismo era uma representação do fascismo brasileiro, o qual realizaria no Brasil os feitos do fascismo italiano, na medida em que “a AIB prometia lutar pela grandeza da pátria, defender a família e estruturar-se sob os princípios de Deus. Assim, apresentou-se o integralismo no ‘Stafetta’ como o fascismo nacional”.¹³⁹

¹³⁶ BODEA, op. cit. pp. 19 e 20.

¹³⁷ TRINDADE, op. cit. p.147.

¹³⁸ Ibidem, pp. 146 e 147.

¹³⁹ BRANDALISE, op. cit. p.258.

Já Veridiana Tonini, em sua análise sobre as relações de poder da Igreja Católica com os imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul, aponta que em vários momentos membros do clero manifestaram afinidade e simpatia com os ideais defendidos pelo integralismo. Destaca que a disciplina, a ordem, a estrutura vertical e rígida do movimento foram elementos que atraíram um grande número de adeptos, inclusive padres e muitos simpatizantes da hierarquia católica, os quais teriam impulsionado no seio da Igreja uma importante valorização desse tipo de conduta centrada na ordem, além da “supervalorização da família, a figura do homem como mantenedor da organização e da conduta dos bons princípios dos jovens e de toda a sociedade.”¹⁴⁰

No trabalho de Daniela Pistorello¹⁴¹, referente à inserção do integralismo no município de Caxias do Sul na década de 1930, também se verifica elementos que apontam para essa relação de proximidade entre a igreja, neste caso em nível local, e o movimento integralista. Segundo a autora a relação era efetivada, inicialmente através das associações católicas, as quais reuniam muitos italianos católicos; e, posteriormente, pelos padres locais da ordem dos Capuchinhos, responsáveis pelo jornal *Stafetta Riograndense*, no qual eram editadas matérias que demonstravam simpatia pelo movimento. A simpatia e aprovação da igreja local pelo integralismo era também demonstrada, segundo Pistorello, a partir da presença dos párocos nos comícios integralistas após as missas e na realização dos três casamentos integralistas, os quais foram realizados na Catedral daquela cidade.

Observa-se que em vários documentos escritos por membros do PRP, encontra-se com muita freqüência passagens que se referem à identidade confessional do partido, ou pelo menos da maioria dos seus dirigentes. Na “Carta de Princípios e Programas” do PRP, aprovada na 2ª Convenção Nacional, em 1946, os integralistas procuram apresentar-se como defensores da religião católica. No início do documento afirmam que “este é o manifesto dos brasileiros que se uniram, numa Sagrada Aliança, para a

¹⁴⁰ TONINI, op. cit. p.62.

¹⁴¹ PISTORELLO, op. cit. pp. 147-150.

defesa de Cristo e da Pátria”. Mais adiante, num capítulo específico intitulado, *Deus*, afirmam que a doutrina integralista seria “inspirada por Deus, Causa Suprema e fonte inicial das ordens políticas legítimas”. Fazem menção aos *céticos* que negam a existência divina, colocando-se em posição diametralmente oposta na medida em que se consideravam não somente espirituais, mas também cristãos. Enfatizam que

Em Deus pomos o princípio e o fim de nossa doutrina política. Em Deus pomos o supremo destino de nossas aspirações. E opondo nossa clara doutrina a todas as formas do materialismo, ficamos com o Cristo. Com Ele e por Ele marchamos, convencidos de que Ele é, realmente, a Luz do Mundo, o Caminho, a Verdade e a Vida. E confiamos nesta fé, que nos abraça, proclamamos, mais uma vez: Deus dirige o destino dos povos.¹⁴²

Portanto, não é de se estranhar a busca de aproximação ou mesmo um certo aval de membros da Igreja Católica ao programa e estatutos do partido no Rio Grande do Sul. A resposta do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, S. Excia. Dom João Becker, a uma carta da direção do Partido de Representação Popular, foi assaz alardeada interna e externamente ao partido, objetivando mostrar o ‘reconhecimento’ ou ‘aprovação’ do partido perante um importante representante da Igreja Católica. A carta do Arcebispo dizia:

Porto Alegre, 8 de Novembro de 1945.- Ilmo. sr. Presidente do Diretório Regional. Guilherme Barbosa, Presidente da Comissão Estadual Provisória do Partido de Representação Popular. Recebi a carta de Vossa Senhoria datada de 5 do corrente, juntamente com um exemplar do ‘Programa e Estatutos’ do Partido de Representação Popular. Agradeço-lhe sinceramente esse obséquio. Na fase histórica que o nosso Brasil atravessa, os partidos devem fazer o possível para integrar a nossa Pátria nos imperativos da justiça e do direito na lei de Deus. Deve ter uma base sólida. Do contrário será sempre um juguete das paixões humanas. Fazendo votos pela realização dos seus justos desejos, assino-me atenciosamente de Vossa Senhoria servo obrigado. (ass.) Dom João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre.¹⁴³

¹⁴² Partido de Representação Popular. Carta de princípios e Programa. Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul. 1955. p. 31.

¹⁴³ Jornal Correio da Noite do dia 12/11/1945. Segundo Brandalise era possível verificar desde 1926 a simpatia do arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker pelo estado fascista italiano, que nos anos seguintes passa a exaltar publicamente a figura de Mussolini e o fascismo. Ela destaca que na Pastoral, de janeiro de 1934, o arcebispo “faz aproximações entre o integralismo e os programas antiliberais, anticomunistas e espiritualistas levados a cabo por Hitler e Mussolini, mediante a implantação do estado totalitário, para a ‘salvação’ da Alemanha e da Itália das garras dos movimentos ateizantes e do liberalismo amoral”. BRANDALISE, op. cit. p.255.

Não obstante a resposta do Arcebispo ter sido bastante genérica não se detendo em questões específicas sobre o PRP, ainda assim esse retorno foi bastante explorado pela direção como forma de demonstrar que a igreja não tinha nada contra a existência do partido e ao mesmo tempo o via como legalmente institucionalizado.

Um outro exemplo dessa relação de proximidade pode ser observado em uma carta-resposta do PRP à LEC em dezembro de 1946.¹⁴⁴ Na referida missiva o partido registra a sua posição em “defesa dos princípios cristãos”, reforçando os preceitos religiosos que o partido se dizia defensor. Enfatizavam que os representantes do PRP defenderiam na Assembléia Legislativa o cumprimento dos *postulados da Igreja inscritos na Constituição Federal*, pois o partido continuaria mantendo em qualquer circunstância “a posição atual de intransigente defesa dos princípios cristãos, que dão vida à sociedade brasileira convencido de que outro procedimento acarretar-nos-á males sem conta”.¹⁴⁵

Além disso, frases com dizeres religiosos eram impressas no material de uso corrente no dia-a-dia do partido. Frases do tipo “por Cristo e pela Pátria, por Cristo e pela Nação”, estavam impressas no papel timbrado da instituição, permanecendo durante muito tempo; outra, também muito utilizada era “Homens novos do Brasil, soldados de Deus e da Pátria, avante!”, quase sempre escrita pelos membros dos diretórios ao final de uma correspondência. A seguir será analisada a estrutura diretiva do PRP no âmbito regional.

3.2 - A estrutura diretiva regional

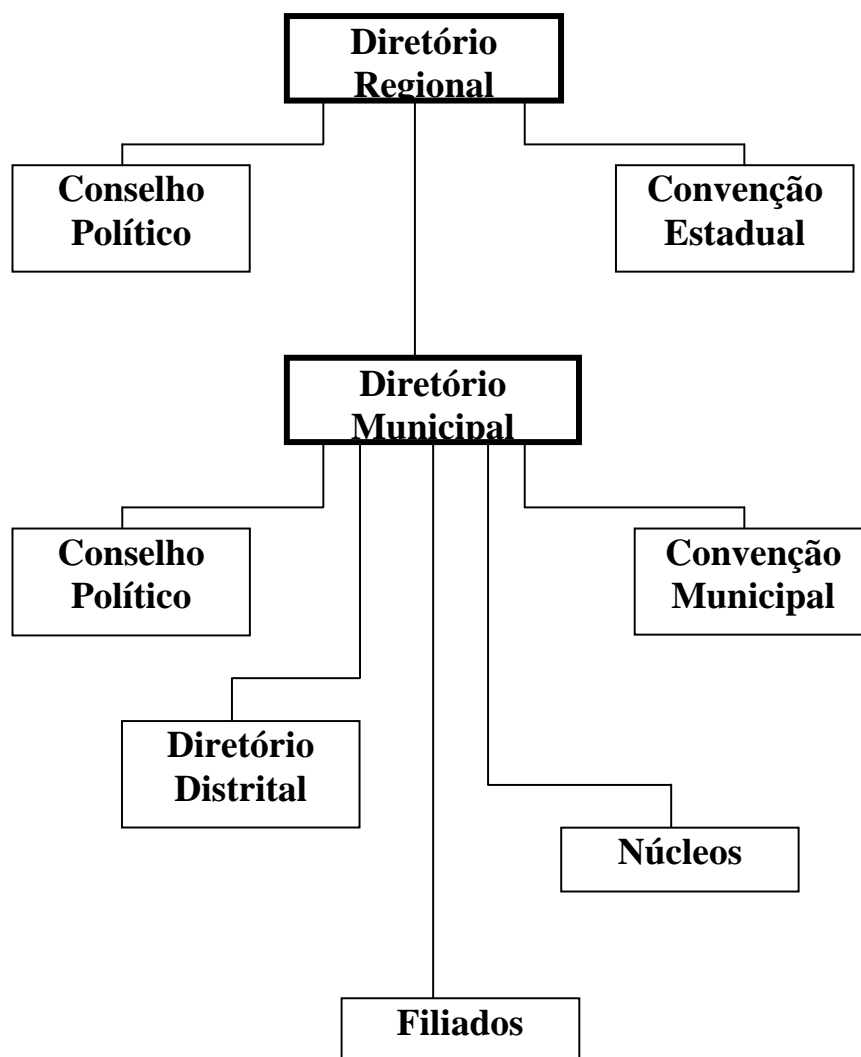
O organograma abaixo representa a estrutura formal do PRP em âmbito regional. A partir dele é possível verificar os diferentes níveis de poder da esfera estadual e o formato de seu ordenamento na estrutura hierárquica regional do PRP. A articulação entre os escalões partidários era regulamentada nos estatutos do partido,

¹⁴⁴ Essa instituição costumava enviar ofícios aos candidatos e partidos no período de eleições, indagando sobre a posição dos mesmos em relação a seus postulados religiosos.

¹⁴⁵ “A resposta do PRP à Liga Eleitoral Católica”. Boletim do PRP, Porto Alegre, 07/01/1947. Acervo CD-AIB/PR, p.8.

criados a partir de sua formação em 1945. Por esse instrumento o órgão máximo do partido era o Diretório Nacional, o qual se colocava acima das outras instâncias, na medida em que os membros das direções regionais e municipais não faziam parte dele.¹⁴⁶ No plano estadual os estatutos estabeleciam como órgãos dirigentes o Diretório Regional, o Conselho Estadual e a Convenção Estadual; no município era o Diretório Municipal, o Conselho Municipal e a Convenção Municipal. Neste item serão detalhados apenas os órgãos de direção estadual.

¹⁴⁶ Calil salienta que de 1945 a 1964 a direção nacional fez sete alterações em seus estatutos, sendo a de 1946, II Convenção Nacional, a que provocou importantes modificações na estrutura partidária e que garantiu mais poderes à presidência nacional. CALIL, op. cit. p.303.



Inicialmente, o Diretório Regional foi composto por “um presidente, um primeiro e segundo Vice-presidentes, um primeiro e segundo Secretários, um primeiro e segundo tesoureiros, um consultor jurídico e três membros Vogais, eleitos pela Convenção Estadual, com mandato de dois anos.”¹⁴⁷ Uma de suas principais competências era dirigir e administrar o partido no Estado, conforme as regras estabelecidas pelos órgãos nacionais, ou seja, era a principal instância que fazia funcionar a máquina burocrática sob a qual eram dinamizados os recursos políticos e sociais da instituição e de seus membros no âmbito regional. A fiscalização e incentivo

¹⁴⁷ Partido de Representação Popular – Estatutos. Aprovados pela 2ª Convenção Nacional, em sessão de 26/10/1946. Mimeo. Acervo CD-AIB/PRP.

às atividades partidárias nos municípios era uma de suas importantes atribuições, pois tinha a prerrogativa de aprovar ou vetar processos eleitorais realizados pelos diretórios municipais.

A existência de uma vasta documentação pode atestar, em parte, procedimentos efetivados pelo Diretório Regional de inúmeras atividades partidárias do cotidiano da organização, as quais demonstram a realização das mesmas, e, que de certa forma seguiam orientações propostas pelo Diretório Nacional. O Diretório Regional buscava dar encaminhamento a atividades de cunho político-administrativo no âmbito da própria direção regional, assim como junto aos diretórios municipais no Estado. Verifica-se através dos livros de atas do Diretório Regional que, por exemplo, suas reuniões obedeciam a uma frequência quinzenal, conforme estabeleciam os estatutos; eram convocadas com certa periodicidade reuniões extraordinárias com o Conselho Político; eram realizados contatos com os diretórios municipais, o diretório nacional, além de outras instituições; era registrado o recebimento de ofícios, telegramas, comunicações, nomeações de diretórios distritais, atas de reunião de diretórios municipais, pedidos de exoneração, cartas, escolha de candidatos concorrentes aos pleitos eleitorais.

Existem, ainda, registros de discussões e deliberações, principalmente no que se refere à posição do partido frente aos pleitos eleitorais no âmbito estadual e municipal. Entretanto, ao submetermos esse acervo a uma análise mais aprofundada, comparando a atuação dos dirigentes em suas gestões político-administrativas com a conjuntura política de cada uma delas, observa-se que o funcionamento do partido não transcorreu sob uma mesma “organicidade” ao longo de sua existência institucional. Verifica-se que a sua trajetória estava repleta de discontinuidades e incoerências. Estas, muito provavelmente, devem ser remetidas ao fato de que o dia-a-dia da organização dependia dos recursos individuais e coletivos de seus diferentes dirigentes, assim como de seus diferentes interesses.

O segundo órgão em importância no Estado foi o Conselho Político, cuja principal competência era “opinar sobre as questões de interesse partidário, que lhes

eram propostas pelo Diretório Estadual”.¹⁴⁸ Conforme os estatutos, essa instância partidária deveria reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do Diretório Regional. Foi um órgão que teve pouco tempo de existência, ao menos com essa nomenclatura, pois foi extinto na IX Convenção Nacional do partido em 1951. Posteriormente, em 1956, com o aumento do número de vogais no Diretório Regional esses dirigentes foram incorporados. As informações a respeito de sua atuação não estão muito detalhadas na documentação.

Encontra-se nas atas de algumas reuniões, que esse órgão era convocado pelo presidente do Diretório Regional, e, suas reuniões eram conjuntas às do Diretório Regional. A participação desses conselheiros foi registrada, por exemplo, no conjunto das cinco reuniões que deliberou sobre as estratégias políticas que o partido seguiria nas eleições estaduais de outubro de 1950. Essas reuniões foram dirigidas pelos principais dirigentes do PRP regional, incluindo os membros do Conselho Político¹⁴⁹ e alguns membros do Diretório Nacional, como Plínio Salgado, José Loureiro Junior (presidente do Diretório Estadual de São Paulo), Nelson Chiurco (secretário Nacional interino), Vicente Meggiolaro (secretário nacional de finanças), Manoel Ferraz Hasslocher (conselheiro nacional), João de Hollanda Cunha e João Francisco Maciel Fernandes.

Outra interessante menção sobre o Conselho encontra-se numa circular reservada enviada pelo Diretório Regional aos diretórios municipais, em abril de 1951. Nela é relatado que o presidente do Diretório convocou o Conselho para opinar sobre a orientação que o PRP deveria seguir nas eleições municipais de novembro de 1951, apesar do Diretório já ter sido autorizado pela direção nacional a participar de

¹⁴⁸ Partido de Representação Popular. Acervo CD-AIB/PRP. Estatutos. op. cit. p.18.

¹⁴⁹ Os membros do Conselho presentes nessas reuniões eram: Alberto Hoffmann, Aristides Milano, Carlos Maurício Werlang, Celestino Cardoso, Elpídio de Moraes Gomes, Ernaini Corrêa Reichmann, Helmuth Closs, João Manoel Pereira, Ney Câmara, Plínio Arlindo de Moura, Reinaldo Kieling Germany, Severo Correa de Barros, Umberto Bassanesi, Walter Cecchela e Wilson Ivo de Castro. Entretanto, o Conselho eleito na IV Convenção Estadual era constituído pelos seguintes membros: para o mandato de 2 anos, Dante Sfoggia, Igor Weiss, Hugo di Primio Paz, Carlos Soares Bento, Severo Correia de Barros Neto, Walter Cecchela, Ney Câmara, Carlos Maurício Werlang, Afonso Celso da Costa, Alberto Hoffmann, João Manoel Pereira, Erani Corrêa Reichmann e Aristides Milano; para o mandato de 1 ano: Helmuth Closs, Romano Tóffoli Culau, Celestino Caparelli Peres Cardoso, Antônio Carlos Osório, Mário Ferreira de Medeiros, Sezefredo Azambuja Vieira, Plínio Arruda Moura, Wilson Ivo Castro, Reynaldo Kieling Germany, Elpídio de Moraes Gomes, José Doris Schlater e Umberto Bassanese.

coligações partidárias de âmbito estadual, com o PSD, PL, UDN e PRP numa frente contra o PTB.¹⁵⁰ Além disso, também constam nessa documentação os processos de escolha desses dirigentes nas Convenções Estaduais, assim como algumas características do perfil sócio-político de tais lideranças, os quais serão abordados no capítulo seguinte.

O terceiro órgão diretivo no âmbito do Estado era a Convenção Estadual. As convenções estaduais eram sempre construídas pelos dirigentes, como uma importante atividade partidária. A realização de uma Convenção Estadual envolvia um conjunto de ações preparatórias, em geral coordenadas por um grupo de dirigentes e militantes mais frequentes, os quais eram escolhidos em reunião ordinária do Diretório Regional. Eram feitas várias reuniões preparatórias, que resultavam em um documento (circular interna) que continha as principais questões a serem abordadas no evento. Essa foi, em geral, uma prática da direção regional e que recebia retorno de diversos diretórios municipais, não só uma resposta à circular, mas também em forma de participação através de delegações nas várias convenções realizadas no período. Esse tipo de circular costumava ser aproveitada pela direção para recrutar e fazer uma certa educação política a membros dos níveis mais baixos da hierarquia partidária. A circular chamando para a 2ª Convenção Estadual, realizada nos dias 15 e 16 de novembro de 1946, é um bom exemplo do que foi dito, pois nela encontra-se que a Convenção tinha como finalidade:

estruturar os quadros do partido dentro das normas a serem fixadas pela convenção nacional a reunir-se neste mês, no Rio de Janeiro; 2) a estreitar os contatos entre os companheiros do estado; 3) a estudar a situação política; 4) a troca de idéias e penetração do PRP; 5) a organização da chapa com que o partido concorrerá para a Assembléia dos Representantes; 6) a decidir sobre nossa posição relativamente aos candidatos a governador; 7) a combinar as medidas para o pleito eleitoral de 19 de janeiro de 1947". No que se refere ao Ato solene contará com a presença de prestigiosos líderes nacionais do partido, entre eles Rio Grande do Sul. Plínio Salgado e Raimundo Padilha. Recomendamos, por isso, ao prezado companheiro que se empenhe em mandar à Convenção o maior número possível de correligionários e, se estiver ao seu alcance, um representante de cada distrito, pelo menos. Todos os Diretórios

¹⁵⁰ Correspondência reservada do DE para os DD.MM, 21/04/1951. Acervo CD-AIB/PRP.

ficam encarregados de elaborar um relatório, simples e curto, contendo: 1) as necessidades econômicas de seus municípios; 2) a situação administrativa do mesmo; 3) a situação dos diversos partidos políticos; 4) a situação do PRP; 5) posição dos companheiros em particular e da população em geral, relativamente aos candidatos que, até a data da Convenção, tiverem sido lançados para a eleição a governador; 6) quais os companheiros que o PRP desse município olha com simpatia para figurarem na chapa de deputados.¹⁵¹

Como se observa, o documento aponta no sentido de estruturar o partido em diferentes aspectos. As frentes de atuação iriam desde o estreitamento de laços entre os participantes, o conhecimento da realidade local, a definição de estratégias de entrada do PRP nas regiões até o posicionamento quanto à sua participação no processo político estadual. Além disso, a vinda de Salgado era usada como meio de convencimento à participação de dirigentes e membros dos diretórios municipais no evento.

Tal utilização era também desdobrada para divulgar a existência do partido através da imprensa local¹⁵² e regional a diversos segmentos sociais, como os partidos adversários e a sociedade de um modo geral, assim como possibilitava a entrada de novos adeptos ao partido. A Convenção Estadual é mencionada regimentalmente como aquela que “opina sobre questões de interesse do Diretório Estadual” era organizada ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocada pelo Diretório Regional, tendo ocorrido um total de dezoito durante o período.¹⁵³ Em geral, o processo de escolha da direção regional ocorria nas convenções de caráter ordinário, e nas extraordinárias eram aprovadas as estratégias a serem seguidas nas eleições estaduais e municipais, principalmente. O processo de escolha da direção regional não era definido pela base partidária, mas por dirigentes partidários do Diretório Regional (e parlamentares) e dos diretórios municipais. Eles constituíam-se delegados eleitos e

¹⁵¹ Circular reservada de 19 de outubro de 1946, assinada por Andrino Braga, Secretário do Diretório Estadual. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁵² Na edição de 01/12/1946 o jornal *Diário de Notícias* noticiou a 2ª Convenção do PRP, concedendo um espaço de duas páginas, com a publicação na íntegra do discurso de Plínio Salgado e várias fotos do evento, inclusive uma de Salgado com Cilon Rosa. Foi noticiada ainda a visita de Salgado nos municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Galópolis, Caxias do Sul, as homenagens feitas a ele pelos militantes e populações locais. Além disso, afirmou que o evento contou com representantes de 73 municípios.

¹⁵³ Partido de Representação Popular – Estatutos. Registrados no TSE, 21 de julho de 1947. Acervo CD-AIB/PRP.

nomeados para efetuar a homologação da direção a partir de uma nominata de candidatos, previamente definida em reuniões do Diretório Regional, afirmando um caráter mais oficial e publicizado das decisões, anteriormente tomadas pelos órgãos dirigentes superiores.

As Convenções Regionais constituem um momento privilegiado para se verificar as disputas de posição entre os dirigentes e ao mesmo tempo possibilita perceber que o partido não é um “ser coletivo”, mas constituído de grupos que foram adequando seus interesses às regras da instituição integralista. Como mencionado acima, no período de 1945 a 1964 o partido realizou dezoito convenções regionais, em que as deliberações nelas ocorridas possibilitam verificar questões, como a pouca autonomia das direções regionais em relação à Direção Nacional, processos de disputa de posições entre os dirigentes, o restrito universo das tomadas de decisão, o descontentamento dos diretórios municipais controlados pelo uso da disciplina partidária, a ausência de participação da base do partido, dentre outras. Por isso, considera-se interessante destacar algumas questões discutidas nessas convenções que interessam mais de perto para o nosso trabalho.

Começamos pelo posicionamento do partido frente aos pleitos eleitorais. A posição adotada nas eleições estaduais e municipais, se apresentou em vários momentos como ponto de decisão da direção nacional, que repassava à regional. Esta, por sua vez, encarregava-se do convencimento dos demais membros do partido, principalmente, daqueles mais atuantes nas atividades realizadas pelo partido de que eram co-partícipes daquela decisão. Entretanto, o poder de decisão era delegado a um conjunto menor de dirigentes ou mesmo ao Presidente nacional do partido, que tinha poder para tomar a decisão final em muitas questões. Observe-se, por exemplo, que a deliberação da 2ª Convenção Regional foi similar à da 1ª Convenção Nacional de novembro de 1945, em que esta delegou ao Diretório Nacional o poder para decidir sobre a sucessão presidencial. Naquela, a decisão sobre o candidato que teria o apoio do PRP para o pleito ao governo estadual, em 1947, foi também delegada ao Diretório Nacional. Este definiu que seria enviada uma correspondência da direção regional aos três candidatos

concorrentes. Após seu retorno, a escolha recaiu sobre o nome de Walter Jobim¹⁵⁴ oficializado através da publicação de um “Manifesto da Direção Central”, justificando a decisão a partir de argumentos, como: “1) os interesses do Brasil; 2) a defesa e aperfeiçoamento da ordem social cristã; 3) a necessidade de estabilizar o regime democrático nascente; 4) o progresso e a paz política do Rio Grande do Sul; 5) o desenvolvimento do partido”.¹⁵⁵

No pleito estadual de 1958 verificou-se que a decisão foi novamente delegada à direção nacional. A XII Convenção Regional, realizada em janeiro de 1958, corroborou a decisão do Diretório Nacional referente à sucessão estadual que teria sido encaminhada a partir de uma pré-convenção ocorrida em Porto Alegre, em outubro de 1957. Na convocatória da referida convenção, enviada pela Secretaria Regional aos presidentes de diretórios municipais, encontra-se no seu item terceiro que

(...) cumpre lembrar que a pré-convenção realizada nesta capital a 12 de outubro findo, pôs nas mãos do D.N. e de Plínio Salgado a solução do rumo a tomarmos na presente conjuntura política, tendo em vista que a eleição para o governador do Estado não pode ser dissociada do esquema político de âmbito nacional em razão do que determinou aquele alto órgão dirigente (...).¹⁵⁶

Esses exemplos demonstram, primeiramente, a existência de interlocução entre o Diretório Regional do Rio Grande do Sul e o Diretório Nacional; em segundo lugar, o fato de que decisões como essa, que diz respeito à tomada de posição do partido em relação aos pleitos eleitorais eram, em geral, submetidas à instância nacional do partido, o qual exercia certa predominância sobre os órgãos regionais.

¹⁵⁴ “Uma nova geração política levanta-se no Rio Grande – 2ª Convenção do PRP”. Boletim do PRP, 7/11/46, p. 1.

¹⁵⁵ “Por que o PRP apoia a candidatura Jobim”. Além desses pontos, o manifesto destacava que “Considerando que o PRP tem objetivos mediatos e imediatos, sendo aqueles constituídos pela implantação de sua doutrina e a realização de seu programa e estes pela criação de condições em que se lhe permita a livre propagação de suas idéias, das quais, em caso algum abdicará; Considerando, por outro lado, que uma das candidaturas a do Sr. Walter Jobim - reúne, em si, o maior número de condições necessárias à obtenção do apoio deste partido”. Boletim do PRP, 7/1/47, p. 1.

¹⁵⁶ Convocatória aos presidentes e demais membros dos D.M. e vereadores do PRP de 23/11/57. Acervo CD-AIB/PRP.

Outra questão percebida nesses processos é a competição entre os dirigentes. Nas Convenções VIII e IX, realizadas em março e julho de 1954, nas quais foram apontadas as estratégias a serem adotadas para o pleito eleitoral de 1954, que culminou com a candidatura de Wolfram Metzler ao governo do Estado, podem ser evidenciadas algumas das disputas de posição entre os dirigentes. Representantes de alguns diretórios trouxeram para as Convenções documentos – moções – que faziam uma avaliação das decisões tomadas anteriormente pela direção, tecendo várias críticas às opções adotadas nos pleitos eleitorais de 1947, 1950 e 1951. A partir do diagnóstico, os dirigentes municipais entendiam que apesar das decepções com o PTB, este deveria ser mantido como aliado preferencial do PRP. Entretanto, um outro balanço assinado por alguns membros do Diretório Regional apontava para o lançamento de candidatura própria para as eleições estaduais. Sabido o resultado, foi ponderado que tal proposição tenha sido apontada a partir de uma avaliação de que as escolhas feitas anteriormente não haviam surtido o resultado esperado pelo PRP, ou seja, os acordos estabelecidos com o PSD, em 1947, e com o PTB, em 1950, não garantiram ao partido a ocupação de postos na estrutura burocrática do Estado conforme havia sido acordado.¹⁵⁷

Como já mencionado antes, essas decisões não eram definidas no âmbito da Convenção ou mesmo regionalmente, ainda que nesta de 1954 tenha se travado um certo debate entre os dirigentes. São questões da política que estão inseridas em um processo maior de discussão, que se configura naquilo que Offerlé aponta como “cooperação concorrencial” entre os dirigentes partidários, constituindo-se numa “espécie de conveniência pré-reflexiva ou sistemática que se estabelece ainda entre os grupos e seus agentes. Magnetizando aqueles que os magnetizam, eles podem ainda

¹⁵⁷ No sexto capítulo intitulado “A ‘independência partidária’ e a reivindicação do legado integralista”, Calil analisa um conjunto de iniciativas adotadas pela direção nacional com vistas a dinamizar o PRP colocando-o numa ofensiva política, haja vista seu crescimento bastante modesto nos primeiros cinco anos e o risco de efetiva estagnação na década de 1950. Dentre essas iniciativas, encontra-se a chamada “independência partidária”, a qual buscou priorizar o lançamento de candidaturas do próprio PRP em disputas eleitorais de tipo majoritário e proporcional. Segundo o autor o desdobramento de maior relevância dessa política “foi a candidatura presidencial de Plínio Salgado, em 1955, que teve grande impacto no interior do integralismo e colocou-o no centro do embate político nacional” CALIL, op.cit, pp. 426 a 427.

servir àqueles que os servem, reforçando assim uma relação que seus predecessores, situados numa posição homóloga à sua, tem institucionalizada”.¹⁵⁸

Os órgãos diretivos, acima mencionados, faziam parte de uma estrutura funcional-burocrática, a qual efetuava o encaminhamento das proposições oriundas daqueles, assim como de atividades burocráticas do cotidiano da instituição. Calil afirma que ao longo da existência do PRP ocorreram diversas alterações estatutárias, no entanto, a realizada na II Convenção Nacional, em 1946, pode ser considerada a de maior impacto pois modificou “profundamente a estrutura partidária e fortalecendo a presidência nacional”.¹⁵⁹ Em 1947, as mudanças impulsionaram a criação de 10 secretarias nacionais, as quais tiveram grande importância na estrutura do partido. Tais alterações deveriam ser adotadas de modo regular nos estados e municípios. Segundo Calil ao constituir esse tipo de estrutura partidária, Salgado trabalhava com a idéia de criar uma estrutura partidária que pudesse “rivalizar com o Partido Comunista”, na medida em que considerava a máquina partidária comunista uma organização perfeita.¹⁶⁰

No Rio Grande do Sul, foram criadas a Secretaria Regional, a Secretaria de Propaganda, a Secretaria de Finanças, a Secretaria de Arregimentação Eleitoral, a Secretaria de Arregimentação Estudantil, o Departamento de Estatística e Controle, a de Arregimentação Feminina e a de Arregimentação Trabalhista. Não foram obtidas informações da implementação no Estado das seguintes secretarias: Assistência Social, Cultura Artística, Educação Moral e Cívica, Física e Estudos e Planos Governamentais. Em um relatório do Diretório Municipal de Porto Alegre, enviado à Secretaria Estadual, no qual é feito um balanço das atividades realizadas em 1949, o secretário Abílio Pilger, afirma que as secretarias de Cultura Artística, de Arregimentação Feminina, de Arregimentação Trabalhista e Moral e Cívica, não tiveram efetivo funcionamento

¹⁵⁸ OFFERLÉ, op. cit, p. 63.

¹⁵⁹ CALIL, op. Cit. P. 303.

¹⁶⁰ Foram as seguintes: Arregimentação Eleitoral; Propaganda; Finanças; Assistência Social; Arregimentação Feminina; Arregimentação Trabalhista; Arregimentação Estudantil; Cultura Artística; Educação Moral, Cívica e Física; e Estudos e Planos Governamentais, cujos secretários eram livremente nomeados pelo Presidente Nacional. Apud, CALIL, op. cit., p.305.

durante a sua gestão. Quanto aos Diretórios Distritais de Porto Alegre, menciona que apenas o 1º e o 4º distritos funcionavam regularmente, destacando a importância deste último por se tratar de um importante centro operário.

Duas das secretarias por ele mencionadas, a de Arregimentação Feminina e a de Arregimentação Trabalhista, provavelmente não tiveram regularidade no âmbito regional. O que encontramos sobre a primeira é apenas uma circular datada de 18/11/1954, em que a secretária responsável, Zilda Arnt, solicita aos presidentes dos diretórios municipais a criação da referida secretaria em âmbito municipal. Quanto à segunda, encontramos apenas o documento de nomeação da secretaria que indicava o responsável para o mandato de 1962.

Diferentemente dessas secretarias foi o funcionamento da Secretaria Estadual de Finanças. Calil a classificou juntamente com a de Propaganda e a de Arregimentação Eleitoral, como aquelas de fundamental importância “para os objetivos eleitorais do partido”.¹⁶¹ Se considerarmos o regular volume de circulares, orientações, cobranças, etc. oriundos dessa secretaria e emitidos aos diretórios municipais, pode-se dizer que realmente havia uma atenção especial no seu funcionamento. Já em 1945 há registros de uma campanha de arrecadação financeira para fazer frente às despesas da campanha eleitoral de 2 de dezembro de 1945. A circular de 20 de janeiro de 1948, encaminhava para os diretórios municipais o chamado “Plano financeiro para o exercício de 1948” no qual eram estabelecidos os valores das contribuições obrigatórias do Diretório Regional para o Diretório Nacional (no caso do Rio Grande do Sul o valor era de cr\$ 300,00), dos diretórios municipais para o Diretório Estadual (eram valores de cr\$ 100,00, cr\$ 50,00 e cr\$ 25,00) e a contribuição de prefeitos e vereadores (5% do valor recebido para o Diretório Regional e 5% para o Diretório Nacional).

¹⁶¹ Eram tidas como imprescindíveis para o funcionamento do partido, por isso eram alvo de grande preocupação. Porém, as secretarias “voltadas à formação política e doutrinação, tendiam a ficar em segundo plano”. O autor sugere que talvez tenha sido o fracasso de algumas dessas secretarias que levou o partido buscar arregimentar politicamente fora do âmbito partidário setores como estudantes e trabalhadores. CALIL, op. cit. p. 305.

No que se refere ao nível municipal os estatutos estabeleciam uma estrutura de poder em termos organizacionais semelhante à estadual, entretanto se compararmos o nível de atuação dessas duas esferas de poder verifica-se inúmeras diferenças entre elas. Primeiramente, porque nem todos os diretórios municipais funcionaram de modo contínuo, ocorrendo freqüentes fechamentos e tentativas de reabertura dos mesmos. Segundo, porque as atividades desenvolvidas nos municípios eram mais concentradas num número bastante reduzido de membros e militantes, os quais em sua maioria não faziam parte do diretório estadual, ficando circunscrito na direção de âmbito local.

O Diretório Municipal era composto de um presidente, dois Vice-Presidentes, um secretário, um tesoureiro e dois membros vogais, eleitos para um mandato de um ano pelos associados residentes no município, conforme instruções do Diretório Nacional. Pelas regras partidárias, eram os responsáveis por dirigir e administrar o partido na esfera municipal, assim como pela organização e nomeação dos Diretórios Distritais, espécie de núcleos organizados em cidades com extensão e densidade populacional. Da mesma forma como ocorria no Diretório Regional, quanto maior a importância do cargo na hierarquia interna, maiores eram as exigências em termos de recursos (sociais, políticos e culturais) dos seus pretendentes. Os dirigentes municipais mais qualificados em termos de formação ou com diferentes recursos de capitais poderiam disputar uma posição no Diretório Regional. Assim como os dirigentes deste poderiam representar o Rio Grande do Sul, junto à direção nacional.

É interessante mencionar que dentre os diversos diretórios criados na época é provável que o diretório municipal de Porto Alegre tenha sido o principal braço de apoio do Diretório Regional do PRP no estado. Especialmente no que se refere aos encaminhamentos das deliberações aprovadas em reunião, destacando-se o pagamento da cota mensal devida àquele Diretório. Foi fundado em 1947, sob a presidência do

então estudante de direito, Hugo Girafa e secretaria por Romeu Parossini. No mesmo ano de criação do diretório há registro de que teriam 338 filiados e de que haviam criado oito “núcleos populistas” com seus respectivos presidentes, destacando que ainda vários outros seriam criados, além disso, era necessário organizar os já existentes.¹⁶²

Uma grande quantidade de documentos originados a partir dos contatos entre os órgãos dirigentes do partido no Estado e também com o Diretório Nacional, como atas de reunião, circulares, correspondência enviadas e recebidas, acordos políticos firmados, folhetos, panfletos, boletins, jornais, fichas de filiação e vários outros podem apontar que um dos principais meios de consolidação do PRP no Estado foi sua extensão a partir da articulação e funcionamento dos diretórios municipais.¹⁶³ Isso não quer dizer que eles constituíram diretórios em todos os municípios do RS, mas que havia uma preocupação permanente em traçar políticas para o funcionamento dos mesmos.

De modo concomitante à estruturação do Diretório Regional foram lançadas as bases para a constituição dos diretórios municipais no interior. Vários desses diretórios representaram, de certa forma, a real força eleitoral do PRP no Rio Grande do Sul. Através dessas inúmeras correspondências acima mencionadas, é possível tomar conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Diretório Estadual e os diretórios municipais na tentativa de formar e manter o funcionamento de diretórios municipais. Ainda no processo de organização da 1ª Convenção Regional observa-se a prioridade na formação de diretórios provisórios em várias regiões do Estado, principalmente

¹⁶² Segundo o Secretário Geral, Romeu Parussini, o relatório “os apelos insistentes e enfadonhos da Direção Municipal não encontram eco entre os populistas da cidade, daí supor-se que os Coordenadores encontram a mesma barreira para a sua ação. Poucas reuniões foram realizadas pelos núcleos, cuja frequência foi diminuindo a ponto dos coordenadores desistirem de realizá-las. Relatório da Secretaria Geral – exercício de 1948, datado de 12 de janeiro de 1949. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁶³ O rico acervo documental existente no CD-AIP/PRP, com aproximadamente 18.000 documentos, referente à organização e funcionamento dos diretórios formados no Estado, demonstra um continuado engajamento da direção regional na tentativa de constituição dos mesmos.

naquelas onde já havia contato com ex-lideranças ou simpatizantes da antiga AIB.¹⁶⁴ Passadas às eleições de 2 de dezembro de 1945, a organização das atividades foi direcionada para a estruturação de diretórios municipais em diferentes regiões do Estado. As inúmeras circulares e reuniões do Diretório Regional datadas dos primeiros anos de existência do PRP mencionam que “devem ser organizados os diretórios”. Pode-se citar a circular de 23 de dezembro de 1946, enviada aos delegados e representantes municipais e assinada pelo então Secretário Estadual Luiz Alexandre Compagnoni, a qual contém um conjunto de instruções que visava orientar os delegados e os representantes municipais sobre os passos básicos para estruturação do partido no interior. Inicialmente o documento chama a atenção para algumas das diferenças que o PRP teria em relação aos outros partidos às razões pelas quais seria o mais forte dentre eles, afirmam:

O PRP não tem o caráter de intermitência ou de transitoriedade que até hoje vem presidindo a vida dos demais partidos no país. Surgimos em virtude de uma necessidade nacional, para lutar contra o inimigo comum de todas as pátrias. Numericamente mais fraco do que muitos partidos, pois o PRP conta apenas dois meses de existência e, praticamente, quinze dias de propaganda, é entretanto o partido mais forte, não só porque representa uma corrente viva de idéias, dentro de princípios perfeitamente delineados, como também porque não existe nos seus quadros a idéia subalterna do imediatismo, que se traduz na desunião dos políticos no momento em que entram em jogo os grandes interesses pessoais.¹⁶⁵

Além dessas questões, foram pontuadas ainda a importância da *formação de novos diretórios*. Orientava ainda que deveria ser feita “A instalação de diretório

¹⁶⁴ A existência de um telegrama enviado pelo presidente Guilherme Barbosa, em 14/11/1945, a 49 municípios com o nome do contato do PRP naquela localidade, sinaliza o investimento na criação dos diretórios. Um outro telegrama enviado pela Divisão de Arregimentação Municipal, aos bairros Menino Deus, Glória, Teresópolis, Partenon, Petrópolis, São João, Navegantes, Mont Serrat, Higienópolis, Passo da Areia, Rio Branco, Bela Vista, Três Figueiras e Zona do Centro, em 14/12/1945, convocava “todos os associados a obterem informações sobre a organização dos núcleos residenciais em todos arrabaldes desta capital”. Fundo 2 – PRP/RS, Secretaria Regional (correspondência Geral 1945-1947). Acervo do CD-AIB/PRP.

¹⁶⁵ Circular de 22 de dezembro de 1945, enviada pela Secretaria Estadual do PRP. Acervo do CD-AIB/PRP.

municipal em cada município e de diretórios distritais deve seguir às disposições estatutárias que estabelece (um presidente, um secretário e um tesoureiro) que podem ser eleitos por aprovação. A constituição de um novo diretório deveria ser informado à Secretaria Estadual.” A *inscrição dos associados*, deveria “ser efetuada através de uma ficha de modelo já aprovado pelo Diretório Nacional.” Referindo-se às *contribuições*, estas seriam um dever do associado (art. 5º, nº IV dos Estatutos), devendo ser efetuada mensalmente (Instrução da Secretaria Geral 12/12/1945) e fixada pelo sócio no ato de sua inscrição. Além da arrecadação das contribuições os diretórios devem promover “campanhas financeiras” e comunicar à Divisão de Finanças do Diretório Regional à sua situação financeira. E ainda, referindo-se à *Sede e reunião* afirma que “os diretórios devem informar os componentes do diretório e sua sede. Devem dar especial atenção ao art. 52 dos estatutos, que orientava “promovam-se sessões do partido, com a presença dos associados e visitantes ou simpatizantes”. Na mesma circular foram reproduzidos os artigos do cap. IV do estatuto que dispõe sobre a composição e funcionamento de um diretório municipal. Destacava-se ainda que deveriam ser difundidos o programa partidário; a impressão de folhetos de propaganda ou a sua solicitação à Secretaria Estadual; a comunicação freqüentemente ao diretório sobre o andamento dos trabalhos; a realização de uma assembléia dos associados para a instalação oficial do Partido e eleição do primeiro Diretório Municipal; além da apresentação de tudo em um relatório ao Diretório Estadual.

De um modo geral, o que se tentou discutir nesse capítulo foram as diferentes situações que implicaram no processo de formação e estruturação do PRP gaúcho. Verificou-se o quanto a busca por aliados nos processos eleitorais constituiu-se de grande importância para a sobrevivência do partido, não obstante sua atuação político-partidária ter ido além dos períodos eleitorais. Guardadas as proporções, é possível dizer

que o PRP buscou alavancar um conjunto de atividades que visava a mobilização de alguns setores sociais, contudo, não se pode dizer que seus agentes perderam de vista os dividendos resultantes dos processos eleitorais. Além da busca por aliados envolvidos mais diretamente na política, a proximidade com a Igreja Católica era vista também como sinônimo de aceitação do partido em diferentes esferas sociais.

O funcionamento dos órgãos internos seguiu um efetivo ordenamento conforme a gestão político administrativa de cada dirigente da instituição. Não obstante a rigidez dos estatutos, esses órgãos poderiam ser caracterizados como “pequenas partes interligadas”, cujo funcionamento ocorria a partir das “múltiplas operações” realizadas por seus agentes em suas relações sociais, políticas e culturais. Por isso, sua análise é de fundamental importância para este trabalho na medida em que se pode verificar a regularidade do processo de escolha dos dirigentes do partido, e acima de tudo porque evidencia uma concorrência entre eles para ocupar as posições de poder interna e externamente na hierarquia partidária. Questões que segundo Bourdieu, atendiam às exigências daquilo que é previamente estabelecido no campo da política, ou seja, uma espécie de contrato tácito aceito por aqueles que participam do processo.

Verificou-se, então, que a desigualdade de capitais individuais e coletivos entre esses agentes exerce influência na decisão tanto de escolha dos nomes para ocupação dos cargos, quanto na presença das diferentes delegações municipais às convenções, a qual estava ligada à reputação e representatividade – o capital de relações¹⁶⁶ – que esses líderes tivessem em seus redutos eleitorais. Por isso, as observações de Offerlé referentes ao funcionamento das organizações políticas se fazem relevantes, na medida

¹⁶⁶ Denominado por Bourdieu como capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade”, firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa de ter um “nome”, uma “reputação” e também no fato de possuir certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”, são freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural. Assim, esse capital é produto de uma acumulação lenta e contínua que desaparece com a pessoa de seu portador. BOURDIEU. *O poder simbólico*, op. cit. pp. 190 e 191.

em que deixa claro que o seu funcionamento só ocorre, a partir de um diferencial de recursos entre seus membros e por conta disso há uma divisão do trabalho político. Assim, a estrutura está dividida hierarquicamente, sendo composta por indivíduos com níveis diferenciados de engajamento partidário, mas, tendo em comum o registro de uma ficha de adesão, o comprometimento, ao menos em tese, em pagar uma cota mensal.

Capítulo 4 - Os dirigentes perrepistas à frente do Diretório Regional gaúcho

Introdução

Este capítulo examina as ações políticas do PRP a partir da escolha durante as convenções regionais dos dirigentes que comandariam o partido através de um mandato estabelecido no estatuto partidário. Cada mandato da direção foi denominado por nós, para efeito de estudo, como gestão político-administrativa do Diretório Regional do PRP gaúcho. Inicialmente, serão analisadas as primeiras gestões, desde a estruturação do partido até o final dos anos 1950, período em que os dirigentes eram lideranças pertencentes à AIB. Foi o caso dos mandatos exercidos por Oscar Machado, Arno Arnt e Wolfram Metzler/Juracy Machado. Posteriormente, serão abordadas as gestões que ficaram sob a responsabilidade do único dirigente do Diretório, Alberto Hoffmann, que não teria atuado diretamente no integralismo da fase anterior.

Buscou-se explicitar as principais políticas e/ou estratégias de atuação dos dirigentes eleitos, destacando a elaboração dessas políticas em reuniões e convenções do Diretório Estadual. Procurou-se caracterizar os temas centrais de discussão, que perpassaram as ações implementadas no decorrer dessas gestões. Em alguns casos, isso

possibilitou verificar a operacionalização ou não daquilo que era deliberado no âmbito da direção.

Oscar Machado foi eleito presidente do Diretório Regional na 2ª Convenção Regional, ocorrida em novembro de 1946 e reeleito nas cinco convenções seguintes: III Convenção Regional realizada em maio de 1947; IV Convenção realizada em março de 1949; V Convenção realizada em julho de 1950; VI Convenção realizada em junho de 1951 e VII Convenção realizada em março de 1952. Arno Arnt que era vice de Machado assumiu a presidência em setembro de 1952, quando o primeiro se afastou do partido, permanecendo no cargo por dois mandatos aprovados na VIII e X Convenções Regionais, ocorridas em março de 1952 e março de 1954, respectivamente. Metzler, por sua vez, foi eleito na XI Convenção realizada em outubro de 1956. Com o seu falecimento em 17 de outubro de 1957, foi substituído por Juracy de Assis Machado.

Antes de entrar na análise das gestões, é importante lembrar que as definições referentes a alianças eleitorais ou a candidatura própria para o governo do estado ocuparam boa parte das discussões do Diretório Regional. O quadro abaixo apresenta as eleições que ocorreram no período que compreende as gestões aqui analisadas com o posicionamento assumido pelo PRP e da votação alcançada pelo partido quando for o caso.

Quadro nº 1- Eleições estaduais e posição do PRP gaúcho

Eleição	Posicionamento	Partidos
1947	Aliança	PSD/PL/UDN/PCB/PRP
1950	Aliança	PSD/UDN/PRP
1954	candidatura própria	Wolfram Metzler (71.110 votos)
1958	Aliança	PTB/PSP/PRP
1962	Aliança	ADP (PSD/PL/UDN/PDC/PRP)

4.1 – O Diretório Regional sob a direção de Oscar Machado (1946/1952)¹⁶⁷

Conforme foi mencionado no capítulo anterior, as atividades oficiais do PRP têm início no RS logo após a formação do partido em nível nacional. Uma direção provisória regional foi eleita em novembro de 1945. Na 2ª Convenção Estadual, realizada em novembro de 1946, grande parte da direção eleita anteriormente foi mantida, alterando-se apenas a presidência do Diretório que passou a ser ocupada por Oscar Machado. As metas estabelecidas visavam consolidar a incipiente estrutura do PRP no Estado. Assim, as gestões político-administrativas sob a direção dessa liderança – de 1946 a 1952 - podem ser caracterizadas pela busca de organização, ampliação e consolidação do PRP no Estado. Naquele momento, um grupo relativamente fixo, de mais ou menos doze dirigentes, se fazia presente nas reuniões semanais do Diretório Estadual.

O permanente incentivo à criação de novos diretórios é um forte indício de que nos primeiros anos, as gestões político-administrativas priorizaram a organização, a consolidação e a ampliação da área de atuação do PRP em diferentes regiões do Estado.¹⁶⁸ Além das inúmeras instruções fazem parte deste processo, também tem-se, a

¹⁶⁷ Os registros das atividades e ações realizadas pelo partido no período que vai de sua fundação até o início de 1948 encontram-se dispersos em diversos conjuntos documentais no Acervo do Centro de Documentação sobre a AIB/PRP. Por essa razão, foi necessário escolher alguns deles que melhor pudessem ser trabalhados. Contudo, as principais discussões e deliberações da direção, referentes ao período entre abril de 1948 e agosto de 1950, encontram-se registradas em um Livro de Atas, o que facilitou o acompanhamento mais efetivo das propostas de atuação nessas gestões político-administrativas sob a presidência de Oscar Machado. Nesse livro constam as atas das reuniões desse órgão, que certamente não representavam os registros completos das atividades desenvolvidas por seus membros. Através delas, porém, é possível verificar os assuntos que eram tratados pelos que ali se reuniam, neste caso, de modo freqüente para discutir e tomar decisão em nome do partido.

¹⁶⁸ A política de criação e tentativa de funcionamento dos diretórios municipais foi freqüentemente buscada durante os mandatos dirigidos por Oscar Machado. O empenho na implementação dessas ações pode ser verificado através das inúmeras diretivas e circulares expedidas internamente e também publicadas com muita freqüência. Exemplo disso são circulares do tipo: “como instalar diretórios municipais e distritais”, “instruções sobre diretórios municipais e distritais”, “diretivas – organização, o PRP funda diretórios e inaugura horas radiofônicas”, dentre outras.

criação em 1947 das chamadas Inspetorias Regionais, que foram priorizadas a partir de 1949. Elas tinham como principal atribuição fiscalizar as atividades partidárias nos municípios.¹⁶⁹ Este órgão de caráter eminentemente fiscalizador funcionava como elo entre a hierarquia municipal e a estadual, na medida em que o estado foi dividido em 26 regiões, cada uma sob a coordenação de um inspetor nomeado pelo Diretório Regional. A partir da criação dessa instância se verifica, nas atas, uma intensificação de pedidos de aprovação, de renovação dos diretórios municipais, distritais e núcleos, além de outras solicitações referentes ao cotidiano de tais instâncias partidárias.¹⁷⁰

A rigidez no cumprimento das normas pode ser observada no fato de que o Diretório Estadual criou uma “Comissão de Justiça”, responsável por analisar os processos “ditos” de indisciplina.¹⁷¹ O Diretório Regional através de sua direção dedicava um grau de atenção especial a questionamentos, ações ou posturas dos seus membros, principalmente se tal demanda tivesse origem nos escalões mais baixos da hierarquia. Na ata de 13 de maio de 1948, por exemplo, o Diretório Regional encaminhou ao presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre uma advertência a dois membros da Secretaria Municipal de Estudantes, em razão de uma matéria publicada no jornal *Geração Decisiva*, editado em Porto Alegre, sob a responsabilidade dessa secretaria, que teria como título “A imoralidade na Assembléia” e “Para quê

¹⁶⁹ No artigo 2º da Resolução que estabelecia às Inspetorias Regionais, era destacado que competia aos inspetores: (...) c) Promover a fundação de diretórios municipais, distritais e núcleos; e) Empenhar-se no sentido de os diretórios e núcleos locais melhorarem suas finanças, fiscalizado o cumprimento de suas obrigações financeiras para com o Diretório Estado; g) Coadjuvar os diretórios na sua ação partidária e proporcionar-lhes assistência técnica, orientação, etc. *Monitor Populista*, nº 3 agosto de 1949, p. 1.

¹⁷⁰ Entre esses 26 inspetores encontravam-se os quatro deputados estaduais, outros membros do Diretório Regional, membros do Conselho Político e alguns presidentes de diretórios municipais que não faziam parte daquele Conselho.

¹⁷¹ Ata número 10, de 13 de maio de 1948. Acervo CD-AIB/PRP. Ao analisar a democracia interna do PRP, Calil destaca que “O PRP constituiu uma estrutura interna autoritária, desenvolvendo um padrão relativamente próximo do PTB e do PSP, no que se refere à imposição permanente da supremacia do Diretório Nacional sobre os diretórios regionais. O Diretório Nacional periodicamente impunha o silêncio aos diretórios estaduais e municipais acerca da política de alianças para eleições futuras, submetia à aprovação as chapas de candidatos ao parlamento e as alianças e coligações realizadas nos estados e mantinha os parlamentares sob rígido controle, exigindo homogeneidade absoluta, sob a justificativa do caráter nacional do partido”. CALIL, op. cit. p. 330.

Deputados Populistas”. A justificativa era de que tal ato contrariava a disciplina partidária e a “ética sempre seguida pelo jornalismo populista e recomendada como ponto fundamental de ação educativa (...)”.¹⁷² Posicionamento semelhante foi verificado na postura que o Diretório Estadual adotou no processo de expulsão de um membro do diretório de Erechim, Modesto Rigoni, que teria cometido atos contrários à disciplina partidária. A mesma atitude foi adotada no que se refere ao processo encaminhado pelo presidente do Diretório Municipal de Santo Ângelo contra dois membros, por “faltas cometidas durante o pleito eleitoral”.¹⁷³ É provável que o rigor disciplinar imposto pelo Diretório Nacional fosse reproduzido no âmbito do Diretório Estadual, principalmente no trato a determinadas questões suscitadas por membros dos escalões hierarquicamente mais baixos, a ele subordinados.

Certamente havia diferenças de posicionamento entre lideranças perrepistas, mas poucas vezes, neste período, foram expostas nas reuniões.¹⁷⁴ Como nos lembra Michel Offerlé, as posições assumidas pelos dirigentes não necessariamente são unívocas, pois o fato de fazerem parte de um grupo político não quer dizer que os interesses desses agentes sejam os mesmos. Considero interessante mencionar alguns poucos posicionamentos registrados em reuniões, que levaram os dirigentes presentes a externarem suas opiniões, suscitando importantes debates acerca dos mesmos. Sezefredo Azambuja (consultor jurídico e secretário de arregimentação eleitoral) externou seu descontentamento com o fato de o partido assumir postos na Assembléia Legislativa ou fazer acordos que se referissem a assuntos da administração pública ou

¹⁷² Posição registrada na ata de 20 de maio de 1948. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁷³ Ata de nº 20 de 26 de agosto de 1948. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁷⁴ Ao comentar sobre os conflitos internos ocorridos nos diretórios regionais, Calil afirma que eles existiam em praticamente todas as suas seções regionais, inclusive eram grandes conflitos, que “em alguns casos chegavam a determinar a ruptura por parte de alguns grupos em conflito. O autor menciona casos de conflito no Diretório Estadual de Pernambuco, Rio de Janeiro, do Diretório de Minas Gerais com Olbiano de Melo, no Diretório da Bahia, no Paraná, Santa Catarina, Espírito Santos, Amazonas e no Rio Grande do Sul. Especificamente sobre este último destaca conflitos em 1952, 1958 e 1962, casos que iremos tratar mais adiante. CALIL, op. cit. p. 340-346.

qualquer outro de grande repercussão política, sem que os mesmos tivessem expressa autorização do Diretório Estadual. Ele se referia ao acordo do PRP com PTB para a formação da Mesa Diretora do exercício 47/48, em que Wolfram Metzler foi candidato à vice-presidente na chapa do PTB, contra uma chapa que unia PSD, UDN e PL. Metzler afirmava não ter existido acordo. Luiz Compagnoni, por sua vez, disse ter havido conversações, estas naturais entre parlamentares.

Outra manifestação de Sezefredo Azambuja, contrária ao que estava ocorrendo, referia-se ao revezamento dos suplentes de deputados do partido. Ele chegou a mencionar que se desligaria de suas funções no Diretório Estadual, caso esse órgão não revisasse a posição que estava sendo praticada, quanto ao revezamento dos suplentes ao cargo de deputado estadual. Lembrava que o Diretório havia deliberado por uma coisa e estaria praticando outra.¹⁷⁵ Posteriormente, foi discutido, votado e aprovado por unanimidade que o “Diretório Estadual disporia dos cargos eletivos conseguidos pelo partido e sob sua legenda”.¹⁷⁶

O debate acerca da contribuição de 10% do salário dos deputados estaduais ao Diretório Nacional foi outra questão em que se pode verificar divergências entre os parlamentares e a direção. Um ofício do Diretório Nacional cobrando o “cumprimento de obrigações dos deputados”, aprovado na 3ª Convenção Nacional, motivou a discussão sobre o assunto em uma reunião do órgão estadual. Compagnoni justificativa que como só os deputados do RS haviam contribuído, por essa razão o órgão nacional teria deixado livre de consideração a cota de cada parlamentar. E como ele havia tido gastos familiares altos – falecimento de membro da família – suspendeu a sua

¹⁷⁵ Ata de 13 de maio de 1948. Nesse documento Sezefredo questiona o fato de Emílio Otto Kaminski estar ocupando o cargo de deputado de modo permanente, descumprindo aquilo que havia sido definido.

¹⁷⁶ Ata nº 12, de 13 de junho de 1948, do Diretório Estadual. Acervo CD-AIB/PRP. Tal deliberação foi vetada pelo Diretório Nacional através de resolução que garantia ao parlamentar a liberdade de deliberar sem constrangimento. CALIL, op. cit. p. 362.

contribuição mas, independentemente dessa situação atípica, ressaltava que seus gastos com viagens a serviço do partido para diferentes municípios eram muito altos e por essa razão achava injusto ter que repassar mais 10% para o Diretório Nacional. Metzler, por sua vez, alegava atraso de dois meses, em razão de uma obra realizada em sua casa, mas que iria regularizar imediatamente a sua situação. Mondin afirmava que sua contribuição teria sido superior ao percentual estipulado. Sobre a situação do deputado Closs, foi mencionado que o mesmo nunca teria contribuído.¹⁷⁷

Em geral, nas discussões como a mencionada acima não foi verificada uma intervenção direta da direção nacional, diferentemente do que ocorria em votações controvertidas que envolvessem o posicionamento do partido, como foi o caso da escolha do aliado nas eleições para governador em 1950 e, em seguida, para o acordo com o governo Ernesto Dornelles.

Calil destaca que a intervenção institucional era uma das questões que estava no centro das estratégias do partido, mas a tentativa de sempre manter o controle sobre os parlamentares teria sido dificultada por opções distintas dos mesmos. No nível da direção gaúcha encontramos, nesse período, alguns indícios dessa tentativa de controle sobre as posições adotadas pelos parlamentares, porém esta era dificultada quando se tratava de disputas entre a presidência do Diretório e o líder da bancada na Assembléia Legislativa. Há registro de uma chamada de atenção desse órgão à bancada, no sentido de que os deputados deveriam discutir em reunião os assuntos antes de tomar qualquer posição na Assembléia Legislativa.¹⁷⁸ Pouco depois, os deputados Metzler e Compagnoni foram advertidos por esse órgão, em razão de terem concedido entrevista e

¹⁷⁷ Ata no 14 de 28 de junho de 1949. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁷⁸ Ata nº 16 de 07 de julho de 1949. Acervo CD-AIB/PRP.

feito comentários ao jornal *Folha da Tarde* sobre assuntos considerados de sigilo do partido.¹⁷⁹

O que se observa é que em questões que poderiam resultar em penalidades brandas aos parlamentares, estas eram discutidas ou mesmo deliberadas. Aquelas situações que envolviam disputas mais acirradas entre a principal cúpula do Diretório e os deputados mais ativos politicamente (Metzler e Compagnoni), no entanto, nem sempre eram registrados. Foi o caso da grande polêmica ocorrida na VII Convenção Regional para a escolha da nova direção partidária, registrada por Metzler em uma carta-denúncia. Talvez por isso, poucas dessas controvérsias, posteriormente, tenham sido registradas nos documentos do PRP, diferentemente do que ocorria em relação aos debates e posicionamentos sobre a formação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, no início de cada ano.

Conforme mostramos anteriormente, os desdobramentos para a composição da Mesa Diretora da Assembléia na gestão 47/48 foram registrados em ata. Da mesma forma ocorreu para a Mesa de 1949. Aí a posição da maioria dos dirigentes foi favorável a que o PTB lançasse candidato próprio à presidência da Mesa com o voto do PRP. Em troca, os perrepistas escolheriam um cargo dentre os demais.¹⁸⁰

O mesmo se pode verificar para a formação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa para o mandato 1950/51. Essa eleição gerou inúmeras discussões e a tomada de decisão do PRP resultou, inclusive, na tentativa de licenciamento do presidente Oscar Machado por conta das conversas mantidas com lideranças da UDN, PL e PSD. Nelas o dirigente teria afirmado o não comprometimento do PRP com nenhum partido,

¹⁷⁹ Foi uma advertência branda, na medida em que salientavam que os deputados “não havia procedido com propósitos desatenciosos à direção do partido”. Porém, afirmavam que “se esboçava uma tendência de os líderes entabularem conversações políticas à revelia dos órgãos de direção (...)”. In: Ata nº 17 de 14 de julho de 1949. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁸⁰ Ata nº 6 de 30 de março de 1949. Acervo CD-AIB/PRP.

mas um possível acordo com o PTB. Na reunião extraordinária convocada para deliberar sobre tal questão, não fica explicitado ser essa a razão pela qual Machado encaminhou pedido de afastamento. No entanto, a solicitação de Wolfram Metzler de que fosse negado tal pedido a Machado, e, o encaminhamento por este, de “moção de confiança à sua atuação”, evidenciam a sua insatisfação frente a possíveis questionamentos de suas posições sobre tal assunto.¹⁸¹

Em outra reunião, Machado fez questão de destacar que teria se reunido com representantes da UDN e do PL, mas argumentava não haver assumido qualquer compromisso verbal ou escrito com esses líderes, seguindo o estabelecido pelo Diretório Regional. Em razão da necessidade de tratar com mais freqüência a respeito da composição da Mesa da Assembléia com aquelas lideranças, ele solicitava “uma autorização mais positiva”, dando ênfase nas seguintes questões: que o status ocupado pela bancada do partido na Assembléia deveria ser mantido; que o presidente da Mesa fosse escolhido entre os deputados das bancadas pequenas, portanto entre PL, UDN e PRP; a formação de uma “frente única” entre essas forças minoritárias com vistas a uma candidatura própria ao governo do Estado. Metzler opunha-se à tal proposta, alegando a existência de motivos que davam vantagens a um acordo com o PTB e não com a UDN e o PL. Por essa razão, apresentava ao Diretório um documento de compromisso assinado por ele com o líder da bancada do PTB, Egydio Michaelsen.

Tal atitude gerou desentendimentos entre as lideranças presentes na sessão extraordinária do Diretório de 26 de março de 1950 pois, segundo Machado, tal fato causava estranheza, na medida em que na reunião do dia 23 fora autorizado a manter conversação sem assumir qualquer posição definitiva. Sezefredo Vieira, por sua vez, propunha a intervenção do Diretório Nacional, bem como a licença de Metzler da

¹⁸¹ Ata de reunião do DE realizada em 26 de março, de 1950. Acervo CD-AIB/PRP.

direção. Compagnoni propôs a aprovação ou rejeição do que denominou de “fato consumado”. Jacob Van Der Laan defendeu a aprovação em nome da unidade partidária. O resultado da votação foi de oito votos a favor do compromisso assinado por Metzler e dois votos contrários, sendo estes os de Oscar Machado e de Eduardo Martinelli.¹⁸²

Uma das conseqüências desse processo foi o encaminhamento junto ao Diretório Regional do pedido de demissão de Oscar Machado e de Metzler da direção do partido. Embora o mesmo não tenha sido aceito pelos demais dirigentes, tal solicitação dava demonstração de que as disputas de posição no interior daquele órgão não eram tão pacíficas como, em geral, os integralistas procuravam apresentar. Muito pelo contrário, Oscar Machado buscava demonstrar que ele ao ser “alertado” pelo conjunto da direção, para apenas manter um processo de conversação com as outras correntes políticas, seguiu tal orientação, enquanto que a atitude de Metzler teria sido de “desrespeito à decisão da maioria do Diretório”, quando assinou um documento em que comprometia o partido. Metzler, entretanto, ao invés de ter sido punido por seu ato, obteve a aprovação da maioria do Diretório, mesmo que uma parcela considerável dos diretórios municipais tenha prestado seu apoio ao presidente do Diretório Regional Oscar Machado.¹⁸³

¹⁸² Ata de reunião do DE realizada em 30 de março, de 1950. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁸³ Em uma correspondência enviada a Oscar Machado, Sezefredo Vieira, militante do PRP, se mostrou muito indignado com a atitude tomada pelo líder de sua bancada. Dentre outras coisas afirmava: “Ora, o Diretório Estadual deliberara que nesta legislatura a exemplo, aliás, do que se fizera na anterior o problema da composição da Mesa da Assembléia seria resolvido em conjunto pelo próprio Diretório e a nossa bancada. Isso era do conhecimento do líder da bancada. Agora estupefatos tomamos conhecimento de que o líder da nossa bancada firmou um compromisso escrito com o líder da bancada trabalhista, no sentido de que, neste ano, as duas bancadas agiriam da mesma maneira que em 1949. A atitude de nosso líder se reveste de três aspectos desagradáveis: 1) É indelicada para com V. S. e demais membros do Diretório Estadual; 2) É humilhante para o Diretório Estadual, pois lhe retira toda e qualquer autoridade; 3) É atentatória aos processos do nosso partido, segundo os quais a vontade da coletividade, expressa através de seus órgãos representativos deve pairar acima de todo e qualquer personalismo”. Além disso, constam também telegramas de apoio à posição adotada por Oscar Machado de diretórios como os de Cruz Alta, Guaporé, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Ijuí, Livramento, Cachoeira do Sul, Lajeado, Lagoa Vermelha, Santiago, Uruguaiana, Passo Fundo, e outros. Correspondência de Sezefredo Vieira a

Apesar desse resultado, Machado encaminhou solicitação de abertura de um processo interno para investigar o ato de indisciplina de Metzler, baseado no artigo 28, inciso II da Resolução de 15 de agosto 1949.¹⁸⁴ Este caso demonstrou a pouca eficácia da rigidez disciplinar em casos em que os envolvidos eram importantes membros da alta cúpula partidária. Por outro lado, ficava evidente a disputa de poder entre o principal dirigente do partido na hierarquia interna, o Diretório Regional, e o principal dirigente do partido na hierarquia externa, líder da bancada do PRP na Assembléia Legislativa.

Após a divulgação dos resultados eleitorais de 1947, a direção convocou um evento para traçar políticas de atuação em que buscava aproximar a bancada eleita do conjunto da direção. Em uma correspondência da direção aos presidentes de diretórios municipais, ficou registrado que o Diretório Estadual¹⁸⁵, juntamente com os quatro deputados e técnicos de “reconhecido mérito” do partido, constituíram-se em comissão permanente para “estudar os problemas políticos e administrativos que interessam ao Estado e encaminhar as soluções que alvitrem ao Poder Legislativo por intermédio da nossa representação partidária”.¹⁸⁶ Em nota publicada em abril de 1947, foi solicitado aos diretórios municipais e distritais do partido que encaminhassem suas sugestões e pedidos à direção para que estes pudessem ser encaminhados à bancada, e também ao público em geral que “independentemente da iniciativa dos nossos Diretórios, aceitamos com o máximo prazer sugestões particulares, problemas, reclamações, afim de que não só a bancada populista possa apresentar indicações ou projetos na Assembléia, como

Oscar Machado de 29/03/50. *Acervo CD-AIB/PRP*.

¹⁸⁴ O referido artigo regulamenta as ações dos parlamentares do PRP, pois afirma “Os representantes do partido na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas Estaduais e nas Câmaras Municipais, não poderão realizar alianças, coligações, ou assumir, de per si, atitudes de adesão ou de ação em conjunto, com outros partidos, sem antes ouvir, respectivamente, os Diretórios Nacional e Regional do partido”. *Resolução D. N. 15/08/49 art. 28 inciso II estatutos*. *Acervo CD-AIB/PRP*.

¹⁸⁵ Assim eram denominados os diretórios nos Estados antes de 1950, quando passou a ser identificado como Diretório Regional.

¹⁸⁶ Correspondência enviada aos presidentes dos diretórios municipais, sem data, assinada pelo 2º secretário Fioravante Milanez Filho. *Acervo CD-AIB/PRP*.

para ficar em condições de estudar e defender todos os interesses do povo com devido conhecimento de causa”.¹⁸⁷

A defesa do partido diante dos “ataques dos inimigos” foi outra estratégia recorrente ao longo das gestões de Oscar Machado. Em geral, a direção do partido buscava elaborar estratégias de ataque e de defesa frente a temas, questões ou críticas dirigidas ao partido por setores da sociedade civil. Neste quadro, a direção político-administrativa do período inicial recorreu à publicação em jornais de diversas matérias, nas quais os principais alvos eram os comunistas, as chamadas “graduadas figuras da politicagem tradicional” e a “imprensa oportunista”. Esses inimigos eram considerados poderosos e eficientes em suas maldades. Os primeiros teriam objetivos diametralmente opostos aos dos perrepiristas; os políticos tradicionais utilizariam todo tipo de artimanha para permanecer no poder; a imprensa, por sua vez, bateria palmas aos poderosos do dia, aos aproveitadores e aos falsos cristãos.¹⁸⁸

Outra estratégia de atuação foi a realização dos chamados “Congressos de Agricultores do PRP”, eventos realizados em algumas cidades do interior do Estado, que contavam com a presença de importantes lideranças, e, posteriormente, com a dos deputados estaduais do partido. Afirmavam que tais eventos faziam parte de “um vasto programa de interiorização do PRP”, que visava discutir problemas ligados à produção e à vida dos agricultores gaúchos. Segundo consta nos registros do partido, esses

¹⁸⁷ “Nossa Bancada está à disposição do povo”. *Boletim do PRP*, Nº 16, p. 1. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁸⁸ Certamente, não seria errôneo afirmar que o “inimigo” que recebeu o maior grau de combate foi o comunismo, pois é grande o número de material de autoria do PRP que faz referência aos comunistas, como supostos inimigos do Brasil. Chama atenção o fato de que até no cartaz de chamada à inscrição no partido, o comunismo era o foco, nele consta “Não seremos escravos dos vermelhos! Inscreve-te no Partido de Representação Popular”. A realização de um estudo mais apurado sobre o material publicado pelo PRP, tanto o que era distribuído no âmbito interno quanto externo, talvez possa confirmar essa minha assertiva. Trabalho semelhante ao realizado por Rodrigo Santos de Oliveira, sobre o anticomunismo da AIB através da palavra escrita. “*Perante o tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2004.

conclaves tinham grande repercussão na região onde ocorriam, pois reuniam um número significativo de pessoas.

Sobre o primeiro Congresso, encontramos apenas a informação de que foi realizado no interior de Caxias do Sul, no final de 1946. O segundo ocorreu em 02 de março de 1947, na Linha 60, interior de Flores da Cunha. Foi presidido por Jardelino Ribeiro W urdig, Guido Fernando Mondin e Josué Fávaro e por dirigentes do PRP de Caxias do Sul, tendo a presença de aproximadamente trezentos agricultores. A discussão teria girado em torno das “dificuldades dos viticultores e da atuação do Instituto Riograndense do Vinho”, além de questões como impostos antieconômicos, taxa rodoviária, situação das estradas, distribuição de sementes (...).¹⁸⁹ Provavelmente, a formação de uma Comissão Parlamentar proposta pelo deputado Compagnoni ao legislativo, cujo objetivo era investigar as reclamações dos agricultores contra o Instituto do Vinho possa ter sido fruto desse evento realizado pelo partido. O III e IV Congressos foram realizados em 20 de abril, nas localidades de Igrejinha e Vila Sander, município de Taquara, sob a coordenação dos deputados Wolfram Metzler e Compagnoni. O V Congresso foi realizado nas localidades de Rolante e Riozinho, distritos do município de Santo Antônio, em 11 de maio de maio de 1946, sob a coordenação dos deputados Compagnoni e Helmuth Closs e de Celestino Caparelli Cardoso, presidente de honra do PRP.

A divulgação das atividades desenvolvidas pelo Diretório Estadual também foi priorizada nesses primeiros mandatos. No âmbito interno foram emitidos diversos tipos de comunicações. Externamente ocorreu a criação e publicação do *Boletim do PRP*¹⁹⁰ e a transmissão de programas radiofônicos. O *Boletim do PRP* circulou mensalmente de

¹⁸⁹ Boletim do PRP, Nº 15, p. 2. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁹⁰ Foi criado em janeiro de 1946, sendo sua publicação mensal, com duração ininterrupta durante o ano de 1946 e 1947.

janeiro de 1946 a novembro de 1947. A partir de junho de 1949 foi criado o *Monitor Populista*. Foram estes dois principais órgãos de divulgação do partido em âmbito regional. Sua circulação, muito provavelmente, incentivou alguns diretórios municipais a criarem seus próprios materiais de divulgação. Essas ações e procedimentos no sentido de estruturar o partido em diversos municípios visaram obter resultados melhores nas eleições majoritárias e proporcionais que aqueles alcançados em 1945.

O outro meio de divulgar o partido era através de programas radiofônicos implantados pela Divisão de Propaganda. A partir de março de 1946, todas as quartas e sábados, das 21:00 as 21:15, o programa do PRP era transmitido pela Rádio Farroupilha de Porto Alegre. Em junho desse mesmo ano foi criado, também em Caxias do Sul, um programa radiofônico transmitido pela estação Z.Y.F.3, Rádio Caxias do Sul diariamente das 12:00 às 14:00, e nas segundas e sextas-feiras da 21:30 às 21:40.¹⁹¹ Em abril de 1950 era divulgado que além desses dois programas, o partido possuía horário em mais nove estações de rádio no Estado. Tais emissoras propagavam notícias sobre o partido nos municípios de Bagé, Cachoeira do Sul, Erechim, Ijuí, Livramento, Novo Hamburgo, Sobradinho, Passo Fundo, Santa Rosa e Santo Ângelo.¹⁹² Esse tipo de recurso de propagação das atividades partidárias assemelha-se ao encontrado por Calil referente ao PRP nacional, em que “a propaganda partidária, através de uma imprensa própria, de programas radiofônicos e da publicação de livros e folhetos foi permanentemente uma prioridade daquele partido, não se restringindo aos momentos eleitorais”.¹⁹³

¹⁹¹ *Boletim do PRP*, nº 7, 30 de junho de 1946, p. 4. Acervo do CD-AIB/PRP. Além desses programas foram criados outros, sobre os quais faremos referência no 5º capítulo.

¹⁹² *Monitor Populista*. Ano II. Nº 4. P. Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁹³ Segundo Calil “Embora algumas vezes enfrentando dificuldades financeiras, compreensíveis em face da dimensão do empreendimento pretendido pelos integralistas, é inegável que eles tiveram êxito na estruturação de uma rede de propaganda vasta e diversificada, constituída pelos jornais semanais, por programas radiofônicos regulares e extraordinários, pela publicação sistemática de livros através de uma editora integralista, além da produção de materiais de propaganda como folhetos e panfletos. Esta

É importante destacar que uma das características do 3º mandato de Oscar Machado foram os contatos efetivados com os diretórios municipais. Não seria exagerado afirmar que de abril de 1948 a agosto de 1950 - período em que constam registradas as atas de reuniões do Diretório Estadual em livro – foram inúmeras as cartas e ofícios formalizando a criação ou a renovação de diretórios municipais e distritais e as correspondências que tratavam de assuntos referentes à atuação das lideranças no âmbito do município, distritos e vilas. Já o contato com os representantes do partido eleitos para as câmaras municipais e prefeituras, em novembro de 1947, era pouco mencionado, apesar de terem sido eleitos naquele processo eleitoral 56 vereadores, 3 prefeitos e vice-prefeitos na sigla do PRP.¹⁹⁴ Da mesma forma, as relações políticas da direção com os deputados estaduais eram pouco harmoniosas, segundo Helmuth Closs.¹⁹⁵

A questão financeira era outro foco de intervenção, pois era recorrente a afirmação de que o Diretório possuía uma “difícil situação financeira”. O assunto era tratado com frequência em reuniões do Diretório, assim como nas Convenções Regionais, em que o mesmo sempre constava como item a ser discutido e deliberado. Tal situação era agravada com a obrigatoriedade de contribuição mensal para o Diretório Nacional, que tomava boa parte dos valores arrecadados regionalmente, provenientes da cotização entre os filiados e da contribuição obrigatória dos diretórios

máquina de propaganda era diversificada não apenas em termos de veículo, mas também buscava atingir públicos diversos, visando desde a propaganda voltada às ‘massas’ até a doutrinação permanente da militância, através de livros de Salgado e de seus artigos doutrinários, e foi encarada como prioridade pelos integralistas durante todo o período analisado”. CALIL, op. cit. pp.327 e 328.

¹⁹⁴ O contato do Diretório Regional com esses eleitos na esfera municipal parecia pouco frequente, apesar da IV Convenção Estadual ter sido realizada estrategicamente em conjunto com o primeiro “Congresso de Vereadores Populistas do Estado”, e, tendo sido aprovado um conjunto de ações denominadas de “Plano Partidário”.

¹⁹⁵ Na correspondência de Closs, endossada pelo Diretório Regional, ao Diretório Nacional o deputado reclama da falta de orientação harmônica para os deputados estaduais, afirmando que o partido estaria alheio aos problemas de transcendental importância. *Correspondência do DR para o DN, em 30/06/1952*. Acervo CD-AIB/PRP.

municipais, segundo afirmavam.¹⁹⁶ Isso pode ser verificado a partir dos constantes debates acerca de quatro questões mencionadas em várias reuniões: a quitação do débito referente ao programa “Hora Radiofônica” com a Rádio Farroupilha; o débito com jornais de circulação regional referente a matérias publicadas, em especial o *Jornal do Dia*, o recolhimento de fundos para compra de uma sede para o partido e; a aquisição de uma caminhonete. Esta foi adquirida em meados de 1950, graças à contribuição de 1.000 cruzeiros do operário Acrísio Bittencourt, militante do diretório municipal de Porto Alegre. Além desse tipo de contribuição, devidamente registrada, vez que outra aparecem nos documentos do Acervo do CD-AIB/PRP registros de quitação de débitos do partido por alguma de suas lideranças. Os nomes de Wolfram Metzler e Guido Mondin constam recebendo agradecimento especial por parte da direção por este motivo.

O processo eleitoral de 1950, realizado em outubro, recebeu as primeiras providências ainda nos primeiros meses daquele ano. Em fevereiro foi criada a Junta Estadual de Planejamento Eleitoral (JETEL) que visava “superintender e orientar os trabalhos partidários atinentes às eleições gerais que se realizarão no corrente ano”. Era subordinada diretamente à presidência daquele órgão, sendo composta por três membros e tendo o Secretário Estadual de Arregimentação Eleitoral como presidente.¹⁹⁷ Essa Junta ganhou status de “órgão auxiliar” do Diretório Estadual. Tinha uma ligação direta com o presidente daquele órgão, sendo de sua competência o seguinte:

¹⁹⁶ Segundo Calil, a pouca disponibilidade de documentos dificulta bastante a investigação acerca do financiamento partidário. Em um dos aspectos do seu trabalho, que trata do financiamento do PRP nacional, ele destaca que com base em alguns fatores é possível dizer que esse partido enfrentou permanentes dificuldades de financiamento, pois “as várias campanhas extraordinárias de arrecadação, a constante remessa de correspondências cobrando contribuições atrasadas dos diretórios estaduais e municipais e as dificuldades de manutenção do jornal partidário, são os mais claros indícios desta dificuldade”. Em razão dessa dificuldade é que, segundo Calil, o partido buscou recursos junto a grandes grupos econômicos. CALIL, op. cit, p. 271 e 276.

¹⁹⁷ Ata do DE realizada em 17 de fevereiro de 1950. *Livro de Atas do DE 12.2* Acervo do CD-AIB/PRP.

a) zelar subsidiariamente pela observância das normas legais e estatutárias atinentes à constituição e registro dos órgãos partidários; b) Prover sobre o registro dos candidatos partidários aos postos eletivos; c) Incentivar o alistamento eleitoral; d) Organizar os serviços de fiscalização partidária aos atos do pleito e a sua apuração; e) Traçar normas e organizar planos visando o aumento das legendas partidárias; f) Requisitar dos candidatos do partido os elementos informativos e a colaboração que julgar necessários para o êxito da respectiva candidatura; g) Elaborar planos de propaganda dos candidatos do partido, ouvidas as Secretarias de Propaganda e a de Finanças no que lhes disser respeito; h) Organizar juntas de planejamento eleitoral dos municípios; i) Providenciar sobre as exigências legais afim do partido concorrer ao pleito; j) Praticar todos os atos que implícita ou explicitamente não lhes sejam vedados por este regulamento, desde que condizentes com suas finalidades. §I – Os candidatos do partido não poderão recusar a colaboração que lhes for solicitada pela JEPEL; §II – O trabalho de propaganda de cada candidato pela JEPEL será somente supletivo, não retirando, assim, do próprio candidato a iniciativa daquilo que julgar conveniente para o êxito de sua candidatura.¹⁹⁸

Vários dos critérios pertinentes ao processo eleitoral foram regulamentados e delegados a uma comissão formada por alguns dirigentes do partido, os quais não poderiam candidatar-se a cargo eletivo no referido pleito e, ao mesmo tempo, seriam desligados de qualquer função executiva que exercessem no âmbito estadual, regional ou municipal. Tal procedimento diferenciava-se daqueles adotados em pleitos anteriores, em que as proposições inerentes às eleições eram de responsabilidade do conjunto do Diretório. Nesta disputa, foram concentrados todos esses procedimentos a um pequeno grupo de pessoas que teria como única atribuição trabalhar na formulação das estratégias de campanha, sinalizando uma concentração de esforços com vistas a um melhor resultado eleitoral para o PRP.

Além disso, pode-se dizer também que sob o comando de Oscar Machado foram cumpridas as exigências estatutárias de realização das convenções regionais ordinárias anuais e as extraordinárias, sempre que consideradas necessárias.

¹⁹⁸ Circular do Diretório Regional de 20/03/1952. Acervo do CD-AIB/PRP.

4.1.2 – O fim da era Oscar Machado

As gestões político-partidárias dirigidas por Oscar Machado que ocorreram entre a 5ª Convenção, realizada em julho de 1950 e a 7ª, em março de 1952, direcionaram suas estratégias de maior fôlego para a busca de proveitos coletivos e individuais, com vistas a obter ganhos políticos a partir dos acordos viabilizados com outras forças políticas, seja no âmbito da Assembléia Legislativa, do legislativo municipal, ou no primeiro escalão do governo estadual.

A vitória de Ernesto Dornelles em 1950 foi fruto da aliança entre PTB/PSDA e PSP. O PRP impetrou seu apoio ao candidato derrotado Cylon Rosa (PSD/UDN). Contudo, no decorrer desse governo ocorreu uma freqüente, ainda que conturbada, aproximação entre o PRP e o PTB. A proximidade, anteriormente, concretizada em alianças parlamentares no âmbito da Assembléia Legislativa para a escolha da Presidência da Mesa Diretora, foi ampliada a partir de junho de 1951 quando o Diretório Estadual decidiu fechar um acordo com vistas às eleições municipais de 1951.

Conforme já referido, esse acordo contrariou a decisão tomada na VI Convenção Estadual e apesar de “pragmático”, segundo Plínio Salgado, foi denunciado em maio de 1952, em razão do não cumprimento por parte do PTB.¹⁹⁹ Tal decisão não era defendida por Oscar Machado, que entendia que o acordo com o PTB deveria ser cumprido por ambas as partes. Já Wolfram Metzler e Luiz Compagnoni defendiam que, embora o partido não devesse aceitar participar do governo, deveria continuar apoiando

¹⁹⁹ Circular do D.R. aos presidentes dos Diretórios Municipais de 12/05/52: “O acordo PRP-PTB – A imprensa desta capital publicou, com data de 06/05/52, na íntegra, o documento oficial pelo qual o PRP, seção RS, denunciou o acordo firmado com o PTB em 29/06/51. Dispensamo-nos de proceder a apreciações em torno do assunto, porquanto este documento de 26/04 apresenta o histórico completo e fiel dos acontecimentos que precederam ao acordo, bem como as razões que, posteriormente, determinaram ao PRP descompromissar-se com o PTB. Cumpre acentuar, todavia, conforme ficou ressaltado no documento em apreço, que, embora denunciado o acordo no plano estadual, ficaram a critério dos DD. MM. de ambos os partidos a manutenção ou não ‘dos acordos e colaborações administrativas municipais ora existentes’ entre PRP e PTB”. Acervo CD-AIB/PRP.

o Chefe do Executivo.²⁰⁰ Helmuth Closs adotava um posicionamento diferenciado dessas lideranças, pois criticava a aproximação do PRP com o PTB no curto espaço de tempo de uma eleição, na qual seu partido havia apoiado forças contrárias a este último.²⁰¹ Essas divergências ocuparam as manchetes de alguns jornais do Rio Grande do Sul, aumentando os conflitos entre as principais lideranças, mas também provocando reações entre os líderes municipais.²⁰²

O resultado desse processo teve seu desfecho com o desligamento de Oscar Machado do partido em setembro de 1952, alegando o discurso do deputado Helmuth Closs, que o acusara de adesista ao governo Dornelles sem ter feito nenhuma discussão com o partido.²⁰³

Não se pode negar que através das gestões desse líder, o PRP consolidou sua participação no sistema partidário gaúcho, inclusive constituindo-se na maior Seção do partido em nível nacional. Contudo, na ocupação de qualquer posto de direção se desenvolve aquilo que Offerlé denomina de “cooperação concorrencial” entre os agentes envolvidos. Por isso, se verifica o desgaste, em parte natural, dos vários anos de comando de Machado, evidenciado pelo aumento das disputas internas entre os dirigentes, assim como uma tentativa de reação às estratégias mal sucedidas das direções nacional e regional.

²⁰⁰ “Metzler e Compagnoni contrários a um eventual rompimento com o governador Ernesto Dornelles”. Tal matéria afirmava que “Entendem que o PRP deve declinar de sua participação direta na Administração, mantendo, porém, sua atitude política em relação aos trabalhistas. O eventual rompimento do PRP com o PTB ou com governo do estado, seria uma medida recebida com desagrado pelos deputados Wolfram Metzler e Luiz Compagnoni”. *Diário de Notícias*, 4/5/1952. “Crise, agora, no populismo: Metzler e Compagnoni desejam ser os donos do PRP no RS”. Em 6/5/1952 no mesmo jornal, foi a vez de Oscar Machado responder às acusações que julgou serem contra ele, - “Declara, agastado, o prof. Oscar Machado”. “E possivelmente virão a sê-lo brevemente, mas não com a minha convivência e muito menos com o meu silêncio”. *Diário de Notícias*, 6/5/1952. “A discórdia intestina no PRP - Metzler e Luiz Compagnoni respondem a Oscar Machado” Em 11/5/1952 foi novamente publicada outra matéria sobre o desentendimento dos membros do PRP. *Diário de Notícias*, 11/5/1952.

²⁰¹ Correspondência de Helmuth Closs a Plínio Salgado, 31/05/1953 (APHRC-PRP 31/05/1953). Apud. CALIL, op. cit. p. 423.

²⁰² A reação negativa de vários diretórios municipais a tal orientação pode ser verificada em CARDOSO, op. cit. pp. 19-24.

²⁰³ Matéria intitulada “Descontentamento no PRP, pela demora no cumprimento por parte dos trabalhistas”, publicada no *Jornal do Dia*, 13/04/1952. p.5.

Assim, os confrontos ocorridos entre o principal expoente do Diretório Regional e as duas principais lideranças do partido na Assembléia Legislativa, Metzler e Compagnoni, que aumentaram no decorrer da consolidação do PRP no sistema partidário gaúcho, e, ficaram evidentes após o resultado da VII Convenção, indicam que uma parcela das lideranças desejava que a direção fosse renovada.²⁰⁴ É possível que as acusações apresentadas na carta de Metzler a Machado tenham se ampliado, constituindo-se em clara oposição a que uma nova gestão político-administrativa fosse presidida sob seu bastão. Provavelmente, os fracassos decorrentes dos acordos com diferentes forças políticas, o pequeno crescimento eleitoral do partido entre 1947/50 e a dificuldade em manter organizados os diretórios municipais, tenham sido questões que contribuíram para desencadear essa reação denominada pelos integralistas de “independência partidária”, a qual buscará dar novos rumos ao PRP.

4.2 – A administração Arno Arnt

Após a saída oficial do ex-presidente Oscar Machado do PRP, em 15 de setembro de 1952, o Diretório Regional empossou para a presidência desse órgão, em 02 de outubro, Arno Arnt, então 1º vice-presidente eleito na mesma chapa de Machado na polêmica VII Convenção Regional.²⁰⁵ Não houve um novo processo eleitoral interno. Esse dirigente foi oficialmente conduzido ao cargo que já ocupava enquanto vice-presidente desde a saída de Oscar Machado. Conforme informações contidas na ficha de filiação ao PRP e em um *currículum vitae*, o novo presidente do Diretório Regional era portador de um importante capital cultural observado em seu currículo profissional e em sua atuação política. O mesmo era médico, membro da diretoria da Federação Rural-RS,

²⁰⁴ O resultado da referida Convenção foi questionado, em especial, a forma como o próprio Oscar Machado encaminhou o processo de votação que culminou com a sua reeleição. In: Correspondência de Wolfram Metzler ao presidente do Diretório Regional Oscar Machado datada de 14/03/1952. Acervo do CD-AIB/PRP.

²⁰⁵ Ofício da Secretaria Regional enviado a Plínio Salgado em 3 de outubro de 1952. Acervo CD-AIB/PRP.

componente do Conselho Rodoviário do Estado e presidente da Associação Rural de Canoas.²⁰⁶

A sua gestão foi marcada por inúmeras ações no sentido de propor políticas de atuação para o PRP que buscassem obter melhores resultados, principalmente no que se refere ao crescimento do partido no Estado. Uma outra característica dessa gestão foi tentar equacionar importantes embates ocorridos entre as principais lideranças da Seção gaúcha.

Um conflito que marcou a gestão de Arno Arnt foi relacionado à exclusão do deputado estadual Helmuth Closs do partido. A razão da exclusão teria sido às manifestações feitas pelo deputado à imprensa local, referentes a problemas internos do partido. Foi alegado pela direção do PRP que Closs teria dado várias entrevistas ao *Correio do Povo* sem autorização do Diretório, sendo a de 07 de julho de 1953 a que teria levado a direção a decidir pela expulsão daquele deputado.²⁰⁷ Existem, contudo, alguns indícios de que a saída do deputado estava ligada às divergências ocorridas na VII Convenção.

Na ocasião, Metzler denunciou que teria havido manipulação de Machado no processo eleitoral. O deputado manifestava inconformidade por não ter sido chamado pela presidência do Diretório Regional para ajudar na condução da convenção. Ele próprio seria candidato à presidência do Diretório Regional por indicação de Plínio Salgado²⁰⁸. O outro deputado, Compagnoni por sua vez afirmou que Machado teria

²⁰⁶ Na ficha de filiação consta ainda que esse dirigente era porto-alegrense, nascido em 1904, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil (RJ) em 1927. Falava alemão, inglês, francês e espanhol, cultivava música como hobby e teria pertencido anteriormente ao Partido Economista Brasileiro. Acervo CD-AIB/PRP.

²⁰⁷ Correspondência de Arno Arnt a Plínio Salgado em 02/12/1953. Acervo CD-AIB/PRP.

²⁰⁸ Correspondência de Wolfram Metzler ao presidente do Diretório Regional Oscar Machado datada de 14/03/1952. Acervo do CD-AIB/PRP.

exercido um papel “demolidor” dentro do PRP e expôs as razões pelos quais o mesmo não teria entrado no partido no início da sua formação²⁰⁹.

Naquela ocasião, Closs defendeu que a indicação de Metzler por Plínio Salgado era uma intromissão do Diretório Nacional nas definições que considerava serem de caráter regional. É interessante ressaltar que em várias reuniões do Diretório Regional, em que o foco de discussão recaía sobre o comportamento do deputado Closs ocasionando, em geral, situações de conflito, a posição adotada pelos deputados Metzler e Compagnoni foi sempre em defesa do mesmo.

Uma das importantes ações políticas encaminhadas sob a presidência de Arno Arnt foi o rompimento do acordo firmado em fins de junho de 1951 entre o PRP e o PTB, que visava à participação do PRP no Governo Ernesto Dornelles em troca de apoio parlamentar ao PTB. Tal acordo, na verdade, não havia sido cumprido pelos petebistas. Situação semelhante havia sido vivenciada quando do apoio político do PRP ao governo de Jobim, como foi visto anteriormente. Provavelmente, o desfecho desta “*demarche*”, associado a outras, teria levado a Seção gaúcha a dar início ao chamado movimento pela “independência partidária”, caracterizado pelo propósito de não fazer alianças eleitorais/parlamentares com nenhuma força política para disputar pleitos eleitorais, tendo em vista o não cumprimento dos acordos até então realizados.²¹⁰ Encontram-se, em vários documentos do partido, registros de denúncias de membros da direção, apontando que o acontecido nas tratativas entre o PRP e o PSD em 1947, repetira-se com o PTB de Ernesto Dornelles. Daí se justificar a busca de outras alternativas que visassem garantir sua manutenção no sistema partidário gaúcho.

²⁰⁹ Correspondência de Luiz Compagnoni ao Diretório Regional datada de 3/6/1952. Acervo CD-AIB/PRP.

²¹⁰ Circular do Diretório Regional aos presidentes dos DD. MM enviada em 12/05/52. Acervo CD-AIB/PRP.

Um levantamento sobre a situação do partido no estado foi concretizado na administração de Arno Arnt. Por solicitação do Diretório Nacional, todos os diretórios estaduais deveriam responder a um questionário composto de 44 perguntas sobre as diferentes atividades realizadas nos estados no biênio 1951/52. A direção nacional afirmava ter o propósito de obter informações mais concretas a respeito dos estados, no sentido de evitar perda de tempo com “discursos prolixos e quase vazios” na XI Convenção Nacional que seria realizada no mês de outubro de 1952, em São Paulo.²¹¹ Dos dados registrados foi possível verificar uma espécie de balanço da direção sobre a atuação do PRP estadual nos anos de 1951 e 1952. Uma das perguntas refere-se à situação dos diretórios municipais no estado. A resposta a essa questão foi a de que sessenta e nove diretórios municipais estariam em funcionamento. Todos, porém, estariam com mandatos extintos, sendo que desse total apenas 19 nominatas haviam sido encaminhadas ao TRE. O documento estatutário que normatiza o funcionamento legal do partido estabelecia que em cada município só poderia ser criado um diretório municipal. Os dados do questionário sinalizam a existência de certa dificuldade do partido em eleger as direções municipais, conforme as regras daquele documento. Assim, ao compararmos a situação desse período com a do período anterior, junho de 1950 – quando foi informada ao Diretório Nacional a existência de 58 diretórios municipais registrados no Tribunal - verifica-se uma diferenciação no grau de penetração do partido no nível municipal.²¹²

²¹¹ Segundo Salgado, essa providência visava “evitar os discursos prolixos, quase vazios de informações concretas, que tem tomado inutilmente o tempo das convenções”. Por isso, os dirigentes estaduais deveriam se apresentar àquele evento com o relatório pronto. Ofício do Diretório Nacional ao presidente e membros do Diretório Regional, de 22 de agosto de 1952. Acervo CD-AIB/PRP.

²¹² Em ofício de 17 de junho de 1950 enviado pela Secretaria Estadual ao Secretário Geral do PRP, Hermes da Mata Barcelos, era mencionado ainda que havia “20 Coordenações Municipais (a maioria será transformada em diretórios municipais dentro em breve); 62 Diretórios Distritais; 100 Sub-Diretórios Distritais e 78 núcleos). Acervo CD-AIB/PRP. Assim, o que se observa é que aumentou o número de diretórios municipais. Porém, os mandatos não foram renovados antes da sua extinção.

Muito provavelmente, o resultado desse levantamento serviu para traçar as estratégias de atuação para 1953, ano pré-eleitoral, ao longo do qual ocorreram inúmeras atividades que visavam dirigir o partido às eleições estaduais de 1954 e à nacional de 1955. Para melhor entender as opções definidas pelas direções nesses processos, considera-se importante mencionar alguns elementos discutidos por Calil sobre a atuação do PRP nacional no período de 1952 a 1957, especialmente no que se refere ao processo de institucionalização do partido no início da década de 1950.²¹³

O autor mostra que, apesar de estar num estágio de consolidação bastante avançado, o PRP possuía uma significativa parcela da militância integralista que manifestava-se “descontente ou desanimada com aquilo que percebia como uma ‘acomodação’ do movimento, manifestando desejo de uma retomada da ofensiva política por parte do integralismo”.²¹⁴ Esse descontentamento de parte da militância, segundo Calil, não era algo novo no partido, já que existia desde o início da rearticulação do integralismo no pós-guerra. Teria, entretanto, se acentuado a partir de 1950 e estava relacionado às grandes expectativas de crescimento do partido prometidas pela direção à sua militância. Esse argumento teria perdido “eficácia após as eleições gerais daquele ano, quando já ficava evidente que o partido oscilava entre um crescimento moderado e a estagnação, em patamares bastante modestos”.²¹⁵

Tal expectativa foi bastante alimentada no PRP do Rio Grande do Sul, o que pode ser evidenciando a partir das políticas implementadas por sua direção regional. Por isso, o processo de institucionalização foi bastante impactante na Seção gaúcha do partido que possuía um grupo de militantes que desempenhava suas funções políticas de

²¹³ Ver a respeito “ 1952-1957: a “independência partidária” e a reivindicação do legado integralista. In: CALIL, Gilberto.

²¹⁴ Ibidem, p. 426.

²¹⁵ Segundo Calil, essas previsões irreais de crescimento, feitas pela direção em 1950, que tinham como objetivo obter maiores barganhas nas coligações realizadas, aumentaram ainda mais a decepção da militância após os resultados eleitorais. Ibidem, p.426.

modo articulado com as decisões do Diretório Nacional. Observa-se que a partir do rompimento do acordo com o PTB, em setembro de 1952, várias divergências desencadearam-se no interior da direção perrepista.²¹⁶ Passou-se a avaliar como negativos os acordos realizados com as duas maiores correntes políticas, os quais tinham como prerrogativa a participação do PRP nos governos estaduais. Além disso, a posição definida e encaminhada de vários diretórios municipais, no primeiro semestre de 1953, contribuiu para que a Seção gaúcha impulsionasse uma nova estratégia de intervenção do PRP nos processos eleitorais de 1954 e 1955.

Pautada na avaliação acima descrita, a delegação do PRP gaúcho encaminhou à XI Convenção Nacional do Partido, que definiu os rumos políticos do ano seguinte - um documento no qual defendia que a orientação a ser seguida deveria ser a de independência partidária. Destacava o documento que: “É preciso que tenhamos a coragem de afirmar que realizamos, no passado, acordos realmente ignominiosos que, além de constituírem um desvirtuamento dos princípios integralistas, prejudicaram enormemente a nossa marcha”.²¹⁷ Apesar de tal constatação, era ressaltado que o Diretório Nacional não seria o responsável pelas conseqüências dos acordos aviltantes, mas, sim, os Diretórios Regionais que não seguiam as orientações daquele órgão. Essa observação é bastante contraditória em relação ao modo de proceder da Seção gaúcha, que, em geral, delegava ao Diretório Nacional a última palavra sobre decisões desse nível. O documento em questão propunha o seguinte:

- a) concorrer com chapa própria às eleições para deputados estaduais e federais e para senadores; b) disputar sempre que possível, com candidatos próprios para governador; c) em caso de não ser absolutamente possível a candidatura própria ao cargo acima é aconselhável o apoio a outro candidato, fazê-lo com a mais completa independência, não solicitando e nem acordando a seção (sic.) de cargo algum; finalmente, que

²¹⁶ Ver a respeito em “Do PSD à aproximação com PTB”. In: CARDOSO, op. cit. capítulo 2.

²¹⁷ Documento datado de 11/12/53 sala das sessões à Convenção Nacional do PRP. Acervo CD-AIB/PRP.

determine o D.N. estudar a viabilidade do candidato próprio à presidência da República, como expressão de independência partidária.²¹⁸

Calil demonstrou que tal posição era de cunho estritamente regional, mas que naquele evento nacional teria sido aberta uma exceção ao Rio Grande do Sul que poderia seguir o caminho da independência partidária.²¹⁹ A partir de tal definição, todas as atividades partidárias realizadas no estado convergiram no sentido de mobilizar a direção estadual, as municipais e a base militante para que tal proposta tivesse êxito.

A XI Convenção Regional, realizada entre 12 e 14 de outubro de 1956, foi o último evento da gestão administrativa de Arno Arnt. Nela, foi eleita a nova direção regional; aprovado uma espécie de plano de trabalho para ser executado pelas lideranças partidárias no período de um ano, além de feito um balanço da gestão em questão. A nova direção estava representada pelo médico e deputado federal Wolfram Metzler na presidência do Diretório Regional. Para primeiro vice-presidente, foi escolhido o advogado e militar Juracy de Assis Machado; para segundo vice-presidente, o engenheiro Mário José Maestri; para a secretaria regional foram reeleitos o protético Romeu Parussini e o guarda-livros Roberto Diehl. O advogado Armando Gomes Ferreira, foi escolhido para o cargo de consultor jurídico.

No que se refere ao plano de trabalho, este previa um conjunto de medidas que abarcavam diversas áreas de atuação do partido, sendo denominado pelos integralistas: “compromisso de honra dos integralistas gaúchos”. A realização de suas atividades deveria ser gerenciada pela Comissão Executiva Regional (CER), também criada nesse evento com o propósito de administrar o PRP no Estado.²²⁰

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Ver texto aprovado na XI Convenção Nacional em 11/12/1953, em CALIL, op.cit., pp. 428 e 429.

²²⁰ Em uma correspondência interna do Diretório Regional consta a nomeação dos membros dessa comissão e quais seriam as suas principais atribuições. “Na sessão de 18 do corrente do Diretório

A Correspondência Interna da Secretaria Regional, “campanha ou plano dos 400 diretórios”, que propunha a reestruturação dos diretórios municipais e a fundação de novos, era enfatizada como um importante passo, que impulsionaria uma nova dinâmica na organização e atuação do partido em nível estadual. Associadas a esse objetivo maior eram sugeridas outras medidas que ajudariam na sua concretização como a “divisão do estado em regiões”. Ela estabelecia que cada região ficaria sob a responsabilidade de um “coordenador” nomeado, que teria “por missão assistir, coordenar e dinamizar a ação do Partido em sua jurisdição, de acordo com as instruções e poderes conferidos pela CER, à qual deverá prestar informações periódicas, por escrito”. As chamadas “Bandeiras e Oradores Integralistas” iriam percorrer as regiões do Estado com o propósito de realizar reuniões, comícios, convenções, etc.. “Teriam a incumbência de tomar contas ao diretório municipal ou diretório distrital de seu trabalho externo e de sua organização administrativa e burocrática; orientar o DM ou DD no que lhe compete fazer. A Campanha de Alistamento Eleitoral”, por sua vez, era considerada de alta envergadura para o partido, pois era vista como uma oportunidade de conquistar novos adeptos e conseq uentemente o aumento de seu eleitorado. Propunham também a criação de uma secretaria de imprensa que teria tarefa exclusiva de intermediar contatos com a imprensa do partido a nível nacional e com os demais veículos de comunicação no Estado e no país.²²¹

Regional do PRP foi eleita a Comissão Executiva, a quem cabe a administração interna do partido do Rio Grande do Sul. O presidente do Diretório Regional, Dr. Wolfram Metzler escolheu como presidente da Comissão Executiva o Deputado Arno Arnt, tendo ainda sido eleitos o Deputado Alberto Hoffmann e o Dr Beno Kaefler como membros da Comissão e os Snrs Antonio Cândido Silveira Pires e Breno Ribeiro Wurdinger como suplentes. Já no dia 23 do corrente, terça-feira, a Comissão Executiva reuniu-se para dividir o Estado em regiões. Estas serão divididas por coordenadores de região, objetivando a concretização do PLANO DOS 400 DIRETÓRIOS em cinco meses, ou seja 110 diretórios municipais e 290 diretórios distritais devidamente reestruturados nos moldes dos novos estatutos do partido. Vencida esta etapa, será executado um plano que visa a organização oficial e dinâmica do PRP em todos os municípios riograndenses”. Correspondência interna da secretaria regional de 24/10/1956, Acervo CD-AIB/PRP.

²²¹ Ata da X Convenção Regional do Partido de Representação Popular, Seção do Rio Grande do Sul, realizada nos dias 7 e 8 de maio de 1955. Acervo CD-AIB/PRP.

No relatório de avaliação da atuação do partido nesse biênio, consta que a principal “tônica” da gestão de Arno Arnt foi o processo referente às campanhas eleitorais, destacando-se a candidatura de Metzler para Governador e de Plínio Salgado para Presidente da República. É destacado que o partido teria investido o que pôde no “soerguimento” do Estado, tanto na esfera estadual quanto nacional, mas concluiu que “Possuísse e persistisse nosso Partido em melhor e crescente tendência para organização e mais poderíamos e poderemos fazer pela Pátria. Isto ficou evidenciado.”²²² Faziam referência aos parlamentares eleitos pelo PRP em todas as esferas, em especial os prefeitos, vices e vereadores, destacando que apesar de não terem conseguido eleger um vereador em Porto Alegre, possuíam um representante nesse nível na capital que era o Secretário Municipal de Águas e Saneamento.

Outra questão mensurada no relatório dizia respeito à tentativa de inserção do partido nos municípios. Constatavam haver 38 diretórios municipais com mandatos em vigor ao final dessa gestão. Enfatizavam, contudo, que parte deles deveria ser reestruturado, pois seu funcionamento era precário. Outros 42 estavam com mandatos extintos. Afirmavam que tal situação era decorrente das mudanças estatutárias aprovadas pelo Diretório Nacional na XII Convenção Nacional, realizada em 1955. Já avaliação sobre os diretórios distritais, era bastante negativa: “ (...) esta Presidência demonstra seu profundo desgosto e grande mágoa dos companheiros distritais e municipais não o organizarem em profusão. Somente os possuindo é que os municípios respectivos estarão aparelhados, sob uma faceta apreciável, para influir na conquista dos postos de administração (...).”²²³

Foi, portanto, com base nesse conjunto de propostas que a direção buscou fazer um mapeamento dos diversos campos nos quais o partido deveria ter uma intervenção

²²² Relatório sobre a gestão da presidência na sessão da convenção regional. Acervo CD-AIB/PRP.

²²³ Relatório apresentado à X Convenção Regional do Partido de Representação Popular, Seção do Rio Grande do Sul, realizada nos dias 7 e 8 de maio de 1955. Acervo CD-AIB/PRP.

mais efetiva no período seguinte. Ou seja, estaria apostando numa “nova” forma de atuação do PRP no estado, que *a priori* teria como principal consequência o aumento de seu eleitorado.

4.3 – A administração Metzler/Juracy de Assis Machado

A permanência de Wolfram Metzler à frente do diretório regional foi relativamente curta. Ele foi eleito e empossado em outubro de 1956 e faleceu em outubro de 1957, sendo a gestão concluída por seu primeiro vice-presidente Juracy de Assis Machado, conduzido ao cargo de presidente em 29 de outubro de 1957.

Uma das características dessa gestão foi o compromisso em realizar as políticas definidas na XI Convenção Regional, as quais visavam a solucionar diversos problemas que estariam impedindo o crescimento eleitoral do partido. Foi marcada também por mudanças ocorridas no estatuto do partido que repercutiram nos registros escritos daquela gestão. Uma das modificações foi quanto à periodicidade das reuniões ordinárias dos diretórios regionais, que passou a ser mensal.

As regras anteriores estabeleciam reuniões quinzenais. No diretório gaúcho elas ocorriam, entretanto, quase sempre semanalmente e eram devidamente registradas no livro de atas do partido. Com a mudança estatutária, o diretório não só definiu que seria registrada apenas a reunião mensal, como também passou praticamente a não registrar as discussões internas entre os participantes da reunião. Diferentemente das gestões anteriores em que, nas atas, se podiam verificar os embates acerca de questões que exigiam um posicionamento do partido, em relação a esta será necessário recorrer-se a outras fontes. Apesar de não constar nenhuma deliberação registrada a esse

respeito, imagino que tal definição tenha ocorrido em razão da mudança tão significativa na forma de registrar a pauta de discussão das reuniões, haja vista a reeleição do mesmo secretário ao longo das diferentes gestões político-administrativas.

Conforme se verifica nas deliberações da XI Convenção Regional, realizada em outubro de 1956, o Diretório Regional do PRP do Rio Grande do Sul elegeu para o partido no biênio 1956/1958 um grupo de dirigentes, cuja presidência foi ocupada pelo então deputado federal Wolfram Metzler. Aparentemente, o processo de escolha da presidência do Diretório Regional ocorreu a partir de uma candidatura única, a qual foi sugerida por um grupo de dirigentes do PRP e foi aceita pelo candidato Metzler.²²⁴ Da mesma forma que na convenção anterior, não houve disputa entre candidatos para a ocupação do cargo.

Observa-se que o presidente da gestão anterior, Arno Arnt, continuava na linha de frente do partido, sendo nomeado por Metzler presidente da chamada CER, comissão que, conforme plano aprovado na XI Convenção Regional, era uma espécie de “braço direito” do diretório regional na implementação de ações partidárias que seriam executadas na gestão. De acordo com os integralistas, o objetivo de se criar essa comissão era o de administrar internamente o partido a partir de uma estrutura de cargos e pessoas responsáveis pelos mesmos, propondo-se a estabelecer políticas que garantissem maior intervenção do partido em diferentes campos de atuação.

Visando garantir a execução de tais prerrogativas foram nomeados ainda pelo presidente, a senhora Zilda Arnt²²⁵, para ocupar a Secretaria de Finanças; Olímpio Saggim, para o cargo de tesoureiro regional; e Antonio Pires, Breno Ribeiro W urdig e

²²⁴ Na ata do dia 11 de outubro de 1956 consta o registro de que Metzler foi convidado para candidatar-se à presidência do Diretório Regional por Alberto Hoffmann, Afonso Anchau, Beno Kaefer e Antonio Pires. Acervo CD-AIB/PRP.

²²⁵ Ressalta-se que esta foi a única mulher a ocupar um cargo neste nível da hierarquia interna. Mais adiante serão abordados mais alguns aspectos a respeito de sua participação no referido órgão.

Umberto Pergher para compor uma comissão de imprensa. A chamada CER era composta por um presidente nomeado, Arno Arnt, e por outros quatro membros eleitos, dos quais três foram os que sustentaram o nome de Metzler para a presidência do diretório. Essa nova conformação da estrutura dirigente definida na CER sugere que o grupo próximo de Metzler passou a controlar de uma outra forma o aparelho partidário regional, diferenciando-se do grupo encabeçado por Oscar Machado.

Pelo que se observa, a nova direção eleita estaria se propondo a dar continuidade ao trabalho de retomada do crescimento eleitoral do PRP no Estado, questão elencada como prioritária nas duas gestões administrativas presididas por Arno Arnt. Investimento que, conforme se verifica nos resultados eleitorais, não resultou em significativos aumentos da força eleitoral do partido se comparado com o que já existia na primeira metade da década de 1950. Assim, o que se observa na gestão Metzler é a tentativa de articular políticas que alcançassem esse almejado crescimento, porém com a adoção de estratégia não utilizada anteriormente.

A política de “independência” foi utilizada no início da gestão como uma espécie de escudo da nova direção no sentido de se preservar do desgaste sofrido com a política de alianças estabelecida pelo partido até então. Em seguida, contudo, foram restabelecidas as condições em termos de discurso e de ação política para o retorno à política de alianças. Evidenciava-se algum “suspense” quanto à posição que o partido adotaria no processo eleitoral estadual de 1958. Os resultados eleitorais estaduais de 1954 demonstraram ao PRP que o percentual que o partido alcançou poderia ser usado de modo estratégico no sentido de estabelecer algumas barganhas com qualquer uma das grandes correntes políticas no estado. Entretanto, essa posição não foi assumida publicamente logo no início da gestão Metzler. Foram adiadas as definições por parte das lideranças partidárias. Elas afirmavam que o PRP se mantinha na mesma linha de

“independência” e que não achavam conveniente tratar de tal assunto em período ainda distante das eleições, as quais ocorreriam somente em 1958. Em nota distribuída à imprensa, em janeiro de 1957, afirmavam o seguinte:

O Diretório Regional do PRP, recentemente reunido, entre outros assuntos, apreciou a situação política rio-grandense em face dos movimentos que se estão verificando no sentido de antecipar o debate eleitoral com relação ao pleito de 1958. Sem entrar no mérito dos nomes até aqui aventados, como possíveis candidatos à governança estadual, entendeu que não só é prematura, como também lamentável e inconveniente aos reais interesses do Rio Grande do Sul a apreciação do problema sucessório, que em nada se justifica no momento em que tantos e tão absorventes problemas estão a exigir do poder público e dos partidos a maior e mais sincera concentração de esforços, visando, pelo menos, amenizar a caótica situação econômica e social que atinge a todo o país. Com este pronunciamento, o PRP reafirma idêntica decisão tomada unanimemente por sua Convenção Regional de outubro último, quando também foi resolvido que a questão sucessória somente seria apreciada pelo partido na ocasião oportuna e pelo seu órgão competente, que é a Convenção Regional, aliás, de acordo com disposições estatutárias que vedam aos diretórios municipais e às autoridades partidárias a se definirem sobre a sucessão governamental. Daí porque a direção máxima do PRP está alertando seus diretórios e líderes do interior a não se envolverem em tais manifestações que, além do mais, importariam em indisciplina partidária. O diretório regional do PRP entende que a atividade que os partidos devem desenvolver, a quase dois anos do próximo pleito, é a da difusão e debate de suas doutrinas e programas e não a de cunho individual e eleitorista.²²⁶

Conforme se observa na nota acima, a direção evita apontar qualquer posição a respeito da questão em torno de aliança eleitoral. Entretanto, o retorno à estratégia de aliança com qualquer das correntes políticas teria que passar por um processo de reconstrução no âmbito interno. Isso porque o discurso que justificara a independência partidária, sobretudo, na eleição para governador do estado em 1954 era de que o PRP era o único partido que possuía propostas para resolver a “crise” pela qual passava o Rio Grande do Sul, na medida em que os demais candidatos, e conseq uentemente seus partidos, já haviam governado o estado e contribuído para esse estado de “coisas” em que o Rio Grande do Sul estava mergulhado. Argumentavam ainda que os dirigentes do

²²⁶ Ata nº 268, de 10 de janeiro de 1957. Acervo CD-AIB/PRP.

PRP não seriam políticos profissionais, como os dos partidos adversários, mas pessoas interessadas em uma “renovação social”. Fazia-se, portanto, necessário elaborar os elementos que deveriam justificar as razões para uma mudança de posição que pudesse convencer alguns dirigentes municipais e os militantes da base partidária, na perspectiva de que tal decisão não provocasse grandes arranhões ao partido.

A gestão Metzler foi marcada por inúmeros acontecimentos no ano de 1957, os quais implicaram em tomada de decisão da direção partidária. Uma questão importante de ser mencionada se refere à confirmação de que o PRP era conhecedor de sua força eleitoral, obtendo clareza de que seu percentual de votos poderia ser decisivo para a vitória do bloco ao qual viesse a se unir para disputar eleições estaduais majoritárias no Rio Grande do Sul. Em uma entrevista concedida ao jornal *O Globo*, o deputado Arnt evidencia que o PRP era visto como o “fiel da balança” da política no estado, inclusive em votações no âmbito da Assembléia Legislativa. Segundo ele, o número de deputados era a expressão real do eleitorado gaúcho e a cifra de seu partido ficaria em torno dos 80 mil votos.²²⁷ No semanário integralista *A Marcha*²²⁸, tal assertiva também era

²²⁷ “Abrem os integralistas a porta à união, no sul, com o PTB”. *O Globo*, 02/12/1957, p. 13.

²²⁸ Jornal que circulou entre 1953 e 1965 em substituição ao Jornal Idade Nova, sob a coordenação de Plínio Salgado. Segundo Calil, o Jornal *A Marcha* “foi lançado em fevereiro de 1953 e seguiu sendo editado até setembro de 1964. Foi sem dúvida o principal veículo de divulgação partidária, tendo mantido periodicidade semanal por dez anos ininterruptos, até dezembro de 1962. A função de propaganda para além da militância também era assumida pelo jornal. Antes mesmo de seu lançamento, seus diretores solicitaram aos diretórios regionais listagens atualizadas dos bispos, secretários de Estado, dirigentes de autarquias e comandantes da região e de guarnições militares, para receberem o jornal como cortesia. A distribuição de cortesias parece ter se mantido por todo o período de publicação do jornal: quando o jornal teve sua publicação suspensa, no início de 1963, nas listagens de assinantes de 10 estados, encontravam-se 1.541 assinantes e 578 recebedores do jornal regularmente como cortesia (27,3% do total dos jornais remetidos). CALIL, op. cit. P 322.

Segundo Ângela Flach “Quando voltou a circular, em outubro de 1964, o jornal tornou-se mais espaçado, com uma edição a cada dois meses, aproximadamente, e em sua primeira edição trouxe uma nota explicando o porquê desse cancelamento provisório, atribuindo o fato ao alto preço do papel e às dificuldades que isso trazia para continuar a manutenção do periódico. Além do mais, foi alegado que durante esse período de interrupção, *A Marcha* procurou desenvolver uma campanha de expansão nos municípios brasileiros. Aparentemente essa campanha não foi muito exitosa pois em dezembro de 1962 esse periódico publicava quadros anunciando que tinha circulação em 1.902 dos 2.776 municípios brasileiros. Já quando voltou a circular em 1964, pretensamente mais fortalecido, o mesmo tipo de quadro anunciava que *A Marcha* circulava em 1.930 municípios do Brasil, o que não representa um aumento significativo, a não ser que tenha sido ampliado o número de assinaturas do periódico nesses municípios. Outro dado interessante refere-se à diretoria do jornal. Em 1962, aparentemente todos os membros da

mencionada: “(...) o partido integralista vem se constituindo autêntico fiel de balança dos próximos pleitos. Em Estados como: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, etc... significa o apoio integralista fator decisivo na balança de suas forças políticas”.²²⁹

O ano de 1957 também foi marcado pela conquista de uma série de barganhas, tanto com a Frente Democrática quanto com o PTB. A eleição de Alberto Hoffmann à presidência da Assembléia Legislativa, com o apoio da Frente Democrática no início de 1957, exemplifica as jogadas realizadas pelo PRP.²³⁰ Talvez por essa razão, a direção do partido tenha postergado ao máximo a decisão acerca de quem receberia seu apoio no pleito de 1958. Enquanto não deliberava oficialmente, jogava com as duas forças majoritárias, alimentando a possibilidade de aliança com cada uma delas.²³¹

diretoria eram civis, e Plínio Salgado era o Diretor-Presidente. Em outubro de 1964, o jornal funcionava ‘sob orientação’ de Plínio Salgado e havia dois generais e um coronel presentes na composição da diretoria. Junto a isso havia ainda a questão das assinaturas. Uma carta enviada por Plínio Salgado ao Professor Oscar Machado (membro do Diretório Metropolitano de Porto Alegre), no início de 1965, comunicava que *A Marcha* teria distribuição gratuita, sem assinaturas, dali para frente. O jornal seria mantido com publicidade paga, com apoio financeiro de alguns amigos dedicados e com recursos que Plínio Salgado recebia, provenientes de direitos autorais. Percebe-se, no entanto, que quando voltou a circular em 1964, esse jornal diminuiu consideravelmente o número de anunciantes, se comparado com o último exemplar de 1962, além de aumentar de seis para oito páginas, ainda em comparação com o ano de 1962. Esse dado é curioso, pois de que forma se poderia diminuir o número de patrocinadores e aumentar o volume do jornal? O preço era de Cr\$ 50,00, o mesmo preço cobrado por exemplar do *Diário de Notícias*, mas solicitava-se que os companheiros contribuíssem, se possível, com Cr\$ 100,00 por exemplar enviado, além de tentarem conseguir anunciantes para o jornal. Em sua nova edição, *A Marcha* circulou de outubro de 1964 a agosto de 1965, perfazendo um total de seis edições, do número 468 ao 473”. FLACH, op.cit.p. 102.

²²⁹ “PRP fiel de balança em Massapê”. *A Marcha*, 12/12/1957, p. 9.

²³⁰ “O deputado Alberto Hoffmann, cuja candidatura foi lançada pela bancada do PRP, deverá ser eleito presidente da Assembléia Legislativa no próximo dia 20, com o apoio dos partidos situacionistas e de seus companheiros de bancada”. Segundo informações desse jornal, a decisão foi tomada em reunião no Palácio do Governo com a presença do governador Ildo Meneghetti, Walter Peracchi Barcelos, Hélio Carlomagno, Ariosto Jaeger, Décio Martins Costa, Heitor Galant, Alcides Soares Junior, Artur Bachini e Poti Medeiros. A Frente Democrática, após um longo exame da situação política estadual, segundo ela resolveu não lançar candidato próprio. *Folha da Tarde*, 17/4/1957.

²³¹ Em uma nota à imprensa local em 13 de janeiro de 1957, a direção regional do PRP comunicou que o partido estava avaliando as discussões feitas pelas diversas correntes político-partidárias no tocante à situação política sul rio-grandense para o pleito de 1958. Segundo afirma a direção regional não entraria no mérito da discussão de nomes dos possíveis candidatos ao cargo de governador, pois alegava que tal discussão “não só é prematura como lamentável e inconveniente aos reais interesses do Rio Grande do Sul a precipitação do problema sucessório, que em nada se justifica no momento em que tantos e tão absorventes problemas estão a exigir do poder público e dos partidos a maior e mais sincera concentração de esforços...”. “Sucessão estadual. PRP: prematura a indicação de candidaturas”. *Diário de Notícias*, 13/1/1957, p. 1.

O chamado Conclave de Vitória foi outro evento ocorrido na gestão Metzler considerado de grande importância para os integralistas. O “*Conclave Nacional dos Líderes do Partido de Representação Popular*” foi realizado no final de julho de 1957 em Vitória, no Espírito Santo.²³² Esse evento teve publicidade na imprensa nacional, sendo divulgado de modo mais intenso nos informativos, jornais e reuniões do PRP. Os dois principais eixos do evento foram a apresentação de um “programa nacionalista” e o retorno do sigma como distintivo do partido. Segundo afirmavam, “o Conclave era de maior importância para a vida do Partido de Representação Popular”²³³, pois objetivava reestruturar o partido²³⁴ e traçar a sua linha política para as próximas eleições para governadores, senadores e deputados federais, com base na situação brasileira no tocante à “economia, sociedade, política e moral”.²³⁵

Na sessão de encerramento do Conclave, Plínio Salgado lançou um Manifesto à Nação, considerado pelos integralistas um “importante documento político, doutrinário e programático que deverá dirigir a todos os brasileiros iniciando a grande batalha eleitoral do PRP para a eleição da ‘Bancada de Plínio Salgado’”²³⁶. De uma maneira geral, o documento apresentava uma crítica à continuidade da crise político-social pela qual passava o Brasil desde os anos 30, destacando que nem o governo nem a oposição poderiam resolver os problemas, visto que a estes faltava definição doutrinária e filosófica, na medida em que os partidos haviam sofrido uma total desagregação. Como consequência desse processo, Salgado apontava o crescente descontentamento do povo com as instituições, com os Poderes e com os partidos. Para ele, os partidos haviam perdido a “(...) substância programática, diluíram-se na

²³² Denominação dada ao evento em todas as publicações do partido.

²³³ “Primeiro Conclave Nacional do PRP”. *A Marcha*, 7/6/1957, p. 1.

²³⁴ Afirmavam que “o PRP será reajustado internamente, conforme uma estruturação mais consentânea com as necessidades da hora presente e, se preparará para externamente, dar o máximo impulso à propagação das idéias integralistas que, nesta hora, consubstanciam os autênticos anseios da Nação Brasileira”. *Idem*.

²³⁵ “Manifesto à Nação”. *A Marcha*, 2/8/1957.

²³⁶ “Enorme interesse despertado pelo Conclave de Vitória”. *A Marcha*, 28/6/1957.

indisciplina, corroeram-se pelo regionalismo, despiram o caráter nacional, calaram-se diante de todas as questões postas à discussão nos plenários legislativos e deixaram que seus representantes se desgarrassem e se unissem aos de outras legendas no comum objetivo de reivindicações extra-partidárias”.²³⁷

4.4 - O Diretório Regional sob a direção de Alberto Hoffmann

Antes de assumir a presidência do Diretório Regional do PRP gaúcho em 1959, Alberto Hoffmann havia ocupado diversos cargos no interior da direção partidária e também exercido mandatos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e na Câmara Federal, desde o final dos anos 1940. Por conta dessas atividades políticas desenvolvidas tanto no Partido de Representação Popular (PRP) quanto nos parlamentos, Alberto Hoffmann constituiu um leque de relações com vinculações internas e externas ao partido, as quais contribuíram para o seu sucesso eleitoral assim como de dirigente partidário.²³⁸ Esses ganhos políticos tiveram continuidade na fase do bipartidarismo, na ARENA.²³⁹

Uma das peculiaridades que deve ser mencionada quando se analisa a trajetória desse dirigente é o fato dele ter sido o único dentre os presidentes do Diretório que não atuou de fato na AIB. É certo que um dos fatores que contribuíram para essa conformação é o fato do dirigente ser menor de idade à época. Alberto Hoffmann foi o único dirigente do PRP gaúcho que conseguiu conjugar uma carreira parlamentar bem

²³⁷ “Manifesto à Nação” *A Marcha*, 2/8/1957.

²³⁸ Em 1957, quando das discussões a respeito da posição do PRP quanto à candidatura a governador do Estado, Alberto Hoffmann, então presidente da Assembléia Legislativa, teria sido cogitado por um grupo de integralistas para ser o candidato do partido ao governo do Estado. In: “Candidatura própria para salvação do PRP”. *A Hora*, 04/10/1957.

²³⁹ Por esta legenda Alberto Hoffmann foi eleito deputado federal pela ARENA nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978. Nas eleições de 1982 concorreu ao Senado pelo Partido Democrático Social (PDS), porém não foi eleito. Da década de 80 até o início dos anos 90, ocupou o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, órgão que chegou inclusive a presidir durante determinado período. In: SILVA, Carla Luciana. “*Apontamentos sobre a base eleitoral do PRP*”. Unioeste: Marechal Cândido Rondon, 2001.

sucedida do ponto de vista eleitoral, e, ao mesmo tempo, uma progressiva ascensão na estrutura diretiva partidária. É bastante perceptível que tal projeção política lhe permitiu ascender ao longo de uma década ao topo da hierarquia partidária regional, podendo ser caracterizado como um dirigente detentor de um perfil parlamentar e, ao mesmo tempo, orgânico ao partido. Essa dupla atuação, de certa forma equilibrada, o diferenciou dos demais dirigentes do PRP regional, que em geral apresentaram um perfil de dirigente mais orgânico que parlamentar. Talvez, a trajetória política de Alberto Hoffmann possa ser comparada nesses dois quesitos à de Wolfram Metzler, não fosse a morte prematura deste em 1957, na medida em que ambos foram progredindo de modo concomitante na carreira política tanto em âmbito interno, quanto externamente ao partido.

Buscarei fazer uma caracterização geral das gestões político-administrativas dirigidas por Alberto Hoffmann, de 1960 a 1965. Esses cinco anos coincidiram com uma efetiva participação do PRP na esfera dos governos estaduais, no primeiro e segundo escalão da burocracia estatal. Essa participação, dentre outras coisas, fez evidenciar divergências entre os dirigentes, ocasionando em outubro de 1961 o rompimento do PRP com o governo Brizola. As razões alegadas para tal atitude foram convertidas em uma onda de denúncias contra o comunismo. Todas essas questões geraram internamente inúmeros desdobramentos, os quais influenciaram nas deliberações políticas executadas nos mandatos que estiveram sob a direção daquele dirigente.

Alberto Hoffmann foi eleito presidente do Diretório Regional pela primeira vez em dezembro de 1959, na XV Convenção Regional que escolheu a nova direção para o biênio 1960/62. Na perspectiva de melhor entendermos a vitória desse dirigente nesse evento faz-se necessário a reconstituição de algumas questões que tiveram influência sobre o resultado. Uma delas foi a exoneração de Mário Maestri da Secretaria de Obras

do Estado em fins de 1959, a qual repercutiu nas relações internas do PRP ao longo do ano de 1960. Na XIV Convenção, realizada em 16 de janeiro de 1960, ficou evidenciada a formação de duas correntes com posições divergentes sobre a continuidade do apoio do PRP ao governo de Leonel Brizola, apesar da proposta vencedora naquela Convenção ter sido a de que o PRP deveria continuar apoiando o governo estadual.

Essas divergências eram veiculadas pela imprensa local, inclusive apontando superação das mesmas, tendo em vista a aproximação de uma nova Convenção que objetivava a renovação da direção partidária. O *Jornal do Dia* destacava que as “divergências que vinham caracterizando as demarches para a renovação dos quadros dirigentes do partido estavam para ser superadas, em razão da disposição das principais lideranças do PRP em lançar candidato único à Convenção de dezembro de 1960, como forma de pacificação.”²⁴⁰ Em outro jornal, afirmava-se que Mário Maestri deveria ser o novo presidente do Diretório Regional, sendo acertado que “haverá chapa única, no sentido de uma aglutinação de forças e destinadas a evitar cisões internas”²⁴¹. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, Juracy Machado disse não haver disputa pela presidência do partido. Afirmava acreditar que o “futuro presidente, sairá na própria Convenção de um modo mais natural, como diz a tradição do partido”.²⁴²

Entretanto a Convenção foi disputada por duas chapas. Uma encabeçada pelo engenheiro Mário Maestri e a outra por Antonio Cândido Silveira Pires. Este, na qualidade de candidato à presidência, convidou seus contendores, Maestri e Silvio Toigo, a retirarem suas candidaturas para que fosse escolhido um nome de união partidária. Porém Mário Maestri manteve-se candidato, alegando que sua candidatura pertencia a um grupo de correligionários e que se achava em condições de dirigir o

²⁴⁰ “PRP acerta pacificação: candidato único para presidência do partido”. *Jornal do Dia*, 20/11/1960.

²⁴¹ “Comando do PRP: volta de Maestri”. *Diário de Notícias*, 20/11/1960.

²⁴² “Juracy Machado: ‘todos nomes apontados para a presidência do PRP são dignos’”. *Diário de Notícias* 30/11/1960.

partido. Na tentativa de superar tal impasse foi lançada a candidatura de Alberto Hoffmann, como um nome de consenso entre os convencionais. O resultado da disputa entre as duas chapas foi de 61 votos para Alberto Hoffmann e 41 votos para Mário Maestri.

Ressaltar essa disputa pela presidência do Diretório ajuda a entender elementos do percurso de Hoffmann como dirigente do mesmo nessa gestão. Assim, verifica-se que os resultados da XV Convenção demonstram que as divergências no interior do partido não foram superadas com seu o final, mas, ao contrário, acirraram-se ainda mais no decorrer de 1961. Mário Maestri deu início a uma série de questionamentos tanto a respeito da direção quanto de alguns elementos de princípio defendidos pelo partido. Ele fez críticas a seus companheiros, destacando que eles “apenas querem se agarrar aos cargos e postos do governo, esquecendo-se dos ideais integralistas. Precisamos reorganizar o PRP e lançá-lo como ele deve realmente ser, um partido idealista”.²⁴³ Maestri afirmou ainda que “Alberto Hoffmann quis se eleger para não perder o cargo de Secretário da Agricultura, onde pretende negociar sua candidatura em 1962, para Senador ou governador”.²⁴⁴

As críticas à nova direção não partiram apenas de Mário Maestri, enquanto candidato derrotado na XV Convenção, mas também de outros membros do partido. Em uma correspondência o senhor Ivoni Martini, membro do Diretório Regional, enviou uma correspondência a Alberto Hoffmann, na qual demonstrava seu descontentamento com os resultados do evento. Dizia:

Os dias que antecederam nossa convenção foram para mim de penosa expectativa, mesclada de esperanças e de pessimismo. De esperança no sentido de que a convenção lograria superar o pesado e indifarsável(sic) clima de desconfianças e

²⁴³ “O fato mais importante nas últimas horas no setor político, foi a convenção do PRP. Hoffmann derrotou Maestri, adjudicando-se a presidência partidária do integralismo indígena”. *Diário de Notícias*, 13/12/1960.

²⁴⁴ Idem.

desinteligências, que de há muito consomem as melhores energias do integralismo aqui e em todo o país. De pessimismo, receoso de que a convenção viria (como de fato veio), contribuir para aumentar a efervescência de ânimos, reavivar ressentimentos e produzir uma cisão ainda maior no seio de nossa agremiação.²⁴⁵

Essas manifestações de ressentimento podem ser observadas no posicionamento de Antônio Setembrino de Mesquita, prefeito de Arroio do Meio e membro do Diretório Regional ao referir-se ao processo eleitoral que definiu a nova direção do partido naquela convenção. Nesta, segundo Setembrino teria ocorrido um “golpe macabro de Antonio Pires para derrotar o eng. Mário Maestri, permitindo assim que continuassem servindo-se deste banquete que tem custado os olhos da cara do tão espezinhado e sofredor povo rio-grandense”.²⁴⁶

Esse clima de insatisfação teria motivado a saída de membros do partido. Geraldo Lindgren, membro do diretório, desligou-se do PRP alegando descontentamento com as decisões políticas adotadas nessa primeira gestão Alberto Hoffmann. Em uma correspondência enviada a Plínio Salgado, Lindgren afirmava que estava “cansado da hipocrisia de certos companheiros e do espírito de subserviência do

²⁴⁵ A referida carta critica várias atitudes adotadas pelo partido. Mas sobre a convenção diz mais: “Entendia e entendo que a convenção deveria ter sido realizada em função de um único objetivo: a recuperação interna de nossa grei como condição fundamental para qualquer esforço revitalizador. Cria, para mim, a convenção foi, realmente, o conclave de um partido como os demais: repartido, tripartido, com os mesmos vícios e com a mesma mentalidade liberal-democrática, quando deveria ter sido todo um esforço de soma, de recuperação, de conagraçamento, no mais alto estilo integralista somando todos os elementos positivos de nossa grei - porque este é o símbolo de nossa concepção filosófica. Não votei nem recebi delegação. Tenho mesmo a impressão de que houve monopólio de delegações a favor de uns e em detrimento de outros... Não tive predileção por A ou B, mas desejei sinceramente que se realizasse uma convenção impregnada do espírito do SIGMA e que dela resultassem condições favoráveis à superação de nossa crise interna. Para mim, permanece inalterada a situação, continua o impasse, perduram os desencontros e se avolumam os ressentimentos. Melancólica convenção dominada pelo personalismo. Melancólico ocaso de um grande movimento, reduzido a uma cúpula de interesses pessoais. Reconheço e sinto como tantos outros companheiros do interior e da capital, a necessidade de um esforço constante e heróico para a superação desse estado de coisas que tanto avilta nosso ideal”. Carta de Ivone Martini ao presidente do Diretório Regional Alberto Hoffmann, 20/1/1961. Acervo CD-AIB/PRP.

²⁴⁶ “Mesquita: PRP conivente com o banquete que custa os ‘olhos da cara’ do povo!” *Jornal do Dia*, 7/10/1961.

grupo que dirige o PRP do Rio Grande do Sul, em relação ao sr. Leonel Brizola, que anda de braços com integralistas e comunistas a um mesmo tempo”.²⁴⁷

Além dos descontentamentos acima mencionados um outro bastante marcante durante a gestão de Alberto Hoffmann foi desencadeado pelo secretário do Diretório Municipal de Porto Alegre, Hugo Berta. Este dirigente foi outro crítico ferrenho das atitudes adotadas pelo Diretório Regional no estado, marcadamente a partir da convenção de dezembro de 1960. Nas correspondências enviadas ao Diretório Regional e ao presidente nacional do partido, em 1961, Hugo Berta cobrou da direção o cumprimento de propostas aprovadas na XV Convenção Regional, que não haviam sido cumpridas até aquele momento²⁴⁸; afirmou ainda que o PRP estava passando por uma séria crise, acentuada a partir dos resultados da XV Convenção Regional, destacando que a direção regional era “inoperante e omissa”.²⁴⁹

Uma entrevista do Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer à imprensa local é outra questão ocorrida na gestão Hoffmann que merece ser analisada. Em 6 de outubro de 1961, a imprensa divulgou uma entrevista realizada com o Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer, na qual foi afirmado que elementos do governo do estado favoreciam movimentos de cunho nitidamente comunista.²⁵⁰ Essa entrevista provocou reações no interior do PRP, inclusive, de parte dos dirigentes que garantiam

²⁴⁷ Lindgren abandona o PRP: será candidato à câmara pelo MTR!” *Jornal do Dia*, 29/6/1961

²⁴⁸ Na XV Convenção Regional, Hugo Berta propôs que fosse implantado no Estado o Conselho Político, proposta aprovada na Convenção Nacional do partido em abril de 1960, e o aumento do número de membros do Diretório Regional. O Diretório Regional havia ficado responsável pela implementação desta proposição. Essas propostas constam da documentação referente àquela convenção, sendo retomadas pelo autor na carta enviada ao Diretório Regional em 19/9/1961.

²⁴⁹ Na referida carta ele afirmava que “na convenção de 12/60, a eleição do Presidente, vices e secretários se deu de maneira indecorosa. Dois pretensos candidatos, teatralmente renunciaram à sua candidatura, a fim de prejudicar a eleição do autêntico candidato e para apresentarem uma chapa, dita conciliatória, que foi sufragada, na qual figuram - oh santa ironia - os nomes dos dois pretensos candidatos renunciantes, como vice-presidentes, com exclusão do candidato autêntico, burlando a boa fé dos companheiros convencionais”. Carta de Hugo Berta enviada a Antonio Pires, presidente em exercício, respondendo aos questionamentos que lhes foram feitos. 17/12/1961. Acervo CD-AIB/PRP

²⁵⁰ A nota publicada textualmente afirmava: “Não compreendo por que elementos do governo, ao menos aparentemente, favorecem estes movimentos de agitação que cada vez mais assumem a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista, a exemplo do que ocorreu na China e em outros lugares, para a conquista do poder. Só se ilude quem quer”. *Folha da Tarde*, 6/10/1961.

apoio ao governo Brizola. Dias depois, o presidente do Diretório Regional, Alberto Hoffmann, em entrevista a um outro jornal local reafirmou as declarações do Arcebispo.

Segundo aquele dirigente

(...) os comunistas conseguiram infiltrar-se - esta é a dura verdade - não apenas em órgãos oficiais como também nas entidades de classe, em setores de segurança nacional e nos partidos políticos, que, com exceção do PRP, veêm-se às voltas com a presença de agentes vermelhos, muitos abrigados sob a denominação de esquerdismo.²⁵¹

Essa crítica parece um tanto paradoxal à medida em que o PRP participava do governo e também que avalizou suas ações no episódio da Legalidade.²⁵² Entretanto, essas afirmações de Alberto Hoffmann tiveram desdobramentos tanto interno, quanto externamente ao PRP. Nesse mesmo dia da entrevista, Mário Maestri, então presidente do CODEL, demitiu-se do cargo sob a justificativa de “procurar ser o mais coerente possível”.²⁵³ Na reunião do Diretório Regional, realizada em 12 de outubro o deputado Onil Xavier apresentou requerimento pedindo o rompimento do acordo PTB/PRP. Além dessa manifestação houve também a do presidente e vice presidente do Diretório Municipal de Caxias do Sul, os quais denunciaram que o acordo PTB/PRP não estava sendo cumprido, razão pela qual os membros daquele diretório pediam o seu rompimento.²⁵⁴ Existiu ainda o apelo do prefeito de Arroio do Meio, Antônio Setembrino de Mesquita, para que o Secretário de Agricultura se “afastasse do cargo e rompa com o governo do Estado”.²⁵⁵

O rompimento da aliança eleitoral existente entre o PRP e o PTB foi outro evento bastante polêmico que marcou uma das gestões político-administrativa liderada por Alberto Hoffmann. Tal proposição já havia sido cogitada quando da exoneração de

²⁵¹ “Secretário da Agricultura denuncia presença de comunistas no governo”. *Jornal do Dia*, 11/10/1961.

²⁵² Ver sobre essa discussão em CARDOSO, op. cit. pp. 120 e 121.

²⁵³ Ata 375 do Diretório Regional de 12/10/1961. Acervo CD-AIB/PRP.

²⁵⁴ Além desse diretório, já defendiam o rompimento também os diretórios de São Leopoldo, Flores da Cunha, Arroio do Meio, Estrela, Ijuí e Montenegro. *Jornal do Dia*, 12/10/1961.

²⁵⁵ Ata 375 do Diretório Regional de 12/10/1961. Acervo CD-AIB/PRP

Mário Maestri da Secretaria de Obras do Estado no final de 1959, esse dirigente havia proposto o rompimento do acordo com o PTB, entretanto não obteve êxito em seu encaminhamento, inclusive assumiu posteriormente um cargo de direção na Coordenação de Desenvolvimento do Litoral (CODEL), órgão do terceiro escalão do governo. É importante destacar que quando essa decisão foi efetivada por parte do PRP, em outubro de 1961, ela não teve unanimidade entre os seus dirigentes, as denúncias do Arcebispo e assumida como decisão do partido atrelada a vários elementos da conjuntura política daquele ano.

Por isso, se afirma que até Dom Vicente dar início às denúncias de infiltração comunista no governo, o PRP se mantinha dando todo apoio às ações do governo Brizola. Quando essas denúncias foram publicizadas, o PRP, se afastou do governo antes mesmo de qualquer outro partido se manifestar sobre a fala do Arcebispo, ou ainda antes que alguém insinuasse que os integralistas estivessem coniventes com a referida infiltração. Através do presidente do Diretório, o PRP declara concordância com tais denúncias. Cabe indagar se eles tinham clareza de como repercutiriam as afirmações de seu presidente e se cogitavam a possibilidade de rompimento do acordo com o PTB. As declarações de Alberto Hoffmann a respeito da questão demonstravam que ele sabia o momento em que os comunistas teriam se infiltrado no governo, pois afirmou que “na campanha da legalidade em seu Estado, pela posse do sr. João Goulart, os comunistas se infiltraram nitidamente no movimento, prevalecendo-se da popularidade da causa, que na realidade, unira representantes de todas as classes”.²⁵⁶ No entanto, não houve por parte do PRP ou de qualquer de suas lideranças nenhuma manifestação oficial a respeito do assunto, o que nos leva a concluir que, naquele momento, não era interessante levantar posição de confronto com o governo Brizola.

²⁵⁶ “O ex-secretário Hoffmann confirma que há infiltração comunista no Rio G. do Sul”. É importante considerar que o discurso foi proferido depois da efetivação do rompimento. *O Estado de S. Paulo*, 27/10/1961.

Apesar das denúncias, tanto as promovidas pelo Arcebispo quanto pelo presidente do PRP, a direção do partido continuou dividida. De um lado, estavam aqueles que desejavam permanecer no governo, mas se aproveitavam da situação buscando obter dividendos eleitorais a partir de posições contrárias à permanência do partido no governo. De outro, os que preferiram assumir os riscos de serem chamados de comunistas, sem deixar de tentar o reatamento do acordo com o governador, cobrando a continuidade do PRP no governo. No bojo dessa discussão é interessante observar que o grupo liderado por Alberto Hoffmann abarcava uma parte significativa do Diretório Regional. A sua proposição de romper com o governo Brizola visava contentar a maioria, entretanto, se deparou com uma oposição de importantes lideranças daquele diretório, além de vários prefeitos e diretórios do interior. Por isso, o rompimento com o PTB deve ser visto como uma questão de difícil resolução entre os perrepistas, conforme é apontado por Ângela Flach que o entende “como um marco divisor na trajetória do PRP do Rio Grande do Sul, uma vez que é a partir daí que os perrepistas voltam a se aproximar dos seus tradicionais aliados políticos, integrando-se novamente no chamado bloco conservador”.²⁵⁷

Após o rompimento do acordo com o PTB, os perrepistas passaram a fazer uso de diversos instrumentos que buscavam destacar a sua posição contrária ao comunismo. Isso está bastante evidenciado na produção da documentação gerada nesse período, a qual servia de elo entre a direção e a base partidária, assim como com outros grupos e órgãos sociais. São inúmeros os exemplos que podem ser citados, dentre eles, pode-se citar um telegrama enviado por Alberto Hoffmann à direção do Jornal *O Globo*, em maio de 1961, no qual o presidente do PRP faz elogios àquele jornal pela campanha anticomunista por ele desencadeada:

²⁵⁷ FLACH, op.cit., p.36.

Acompanhando campanha desse prestigioso órgão imprensa nacional vem realizando contra expansão comunista e particularmente quanto regime soviético imposto ao povo cubano, diretório regional Rio Grande do Sul Partido de Representação Popular envia seus aplausos e solidariedade todos os homens amantes da liberdade, respeitadores da dignidade humana e todos brasileiros fiéis nossas tradições cristãs e democráticas, somente podem repudiar regime totalitário e sanguinário imperante em Cuba após proclamação primeiro maio. [...]. Esteja certo esse matutino que conta com o apoio gaúchos quais acabam de dar prova seu anticomunismo impedindo pacífica mas energeticamente que Prestes falasse em Caxias do Sul e Passo Fundo como comparsa Fidel.²⁵⁸

Um outro documento produzido pelo partido e que pode ser destacado diz respeito a uma nota oficial do Diretório Regional, na qual é analisada a “extensão da crise político-militar-sindical” que afirmava existir no país naquele momento. Duas questões podem ser referidas: a primeira, é uma espécie de agradecimento à tomada de posição da bancada federal do PRP por ter realizado uma denúncia a respeito de um “soviéte” que estaria funcionando no Brasil sob o pseudônimo de CGT²⁵⁹, “que vem atuando em nossa vida política no sentido de conduzir o Brasil à órbita da União Soviética”, mais adiante recomendam que fosse mantida vigilância,

contra as investidas da minoria organizada e atuante do comunismo indigna, que, servindo-se de inocentes úteis e de maus brasileiros, tenta solapar a democracia, destruir nossa formação cristã, sufocar a liberdade do povo brasileiro e chegar até a dominação total do poder, do mesmo modo como ocorreu nos diversos países hoje escravizados pelo comunismo.²⁶⁰

Alertava ainda para o perigo que os três poderes da República corriam em função do avanço cada vez maior da dominação comunista no país. Apelavam para o “pundonor, o brio, a honra, o patriotismo das forças armadas, para que evitem, a todo o transe, as desgraças que se prefiguram para a Nação Brasileira e alerta o povo de nossa

²⁵⁸ Telegrama de Alberto Hoffmann enviado à direção do jornal *O Globo* em 19/05/1961. Secretaria Regional do PRP – correspondência específica enviada. Acervo CD-AIB/PRP. Apud: FLACH, op. cit. p.30.

²⁵⁹ Comando Geral dos Trabalhadores, organismo ligado ao movimento sindical na época.

²⁶⁰ Nota Oficial do Diretório Regional do PRP, de 4 de outubro de 1963. Acervo CD-AIB/PRP.

Pátria para que em união sagrada se levante nesta última oportunidade de que depende a salvação nacional”.²⁶¹ Outra mostra do “perigo comunista” foi a mensagem de Plínio Salgado enviada aos gaúchos, na qual destacava a participação de comunistas nos altos postos do Governo, desde auxiliares diretos do Presidente da República, no meio estudantil, entre os operários, o CGT, na imprensa, entre os professores e até nas forças armadas o veneno comunista já teria se infiltrado. Destacava que, “se preciso for, devemos levantar-nos, mesmo com armas, na hora em a Pátria chamar os seus filhos para defendê-la da escravidão de Moscou que nunca se apresenta às claras, principalmente sob a bandeira comunista de um nacionalismo hipócrita (...)”²⁶². Além dessas, várias outras manifestações do PRP foram publicadas em boletins e jornais do partido.²⁶³

A análise das políticas definidas pelo Diretório Regional e executadas em diferentes gestões político-administrativas, no período de atuação do PRP no cenário político gaúcho, possibilitou observar diferenças de recursos sociais, políticos e simbólicos entre os dirigentes partidários na implementação das mesmas. Os dirigentes imprimiram diferentes tipos de relação partidária às gestões político-administrativas. As diferenças estão ligadas, sobretudo, aos recursos sociais e políticos apropriados pelas lideranças, assim como a elementos do contexto político e social sob o qual ocorreram as atividades de direção partidária. É interessante perceber que o fato de quatro dos cinco dirigentes que estiveram na presidência do Diretório regional nesse período terem pertencido à AIB, não implica que as políticas propostas ou executadas em seus

²⁶¹ Pronunciamento da bancada federal do PRP, composta por Plínio Salgado, Abel Rafael, Ivan Luz, Rubem Nogueira, Osvaldo Zanello e Arno Arnt, realizado em 24/9/1963. Acervo CD-AIB/PRP

²⁶² Plínio Salgado ao Povo Gaúcho - “seja esta mensagem uma clarinada que encontre eco nos pampas e nas coxilhas e há de ser agora, mais do que nunca, atendida por seu povo generoso e forte”. Gravada em 14/10/1963. Acervo CD-AIB/PRP

²⁶³ Em alguns boletins do PRP foram publicadas várias matérias sobre o assunto, vimos por exemplo: “As técnicas da subversão comunista reveladas em sensacional documento da Aeronáutica” e “Arma-se o soviet da traição”. *Boletim do PRP*, outubro, 1963. “PRP denuncia os organizadores da guerra revolucionária”, *Boletim do PRP*, janeiro/fevereiro, 1964.

mandatos internos fossem necessariamente iguais. Pois as relações e inter-relações que fazem o funcionamento de uma organização partidária, estão intrinsecamente ligadas aos diferentes recursos que o dirigente obteve ao longo de sua trajetória. Por isso, as diferenças entre as políticas adotadas não estão unicamente no fato de Alberto Hoffmann não ter pertencido à AIB, mas estão relacionadas a vários outros fatores.

Ainda que dirigentes oriundos de uma mesma matriz partidária proponham e executem políticas diferenciadas entre eles, o fato de quase todos os presidentes do Diretório Regional do PRP terem pertencido à AIB levanta uma questão interessante sobre o sistema partidário criado no regime de 1946. A preponderância dessa escolha reforça a tese de que persistiram nesse regime traços de autoritarismo na cultura política brasileira, assim como a idéia de que a AIB constituiu ao longo de sua existência um capital simbólico que foi aproveitado para a estruturação e funcionamento do PRP.

Outra questão observada ao se analisar o cotidiano das atividades partidárias ou de políticas deliberadas no interior do PRP, Seção gaúcha, foi a competição entre os seus membros, em especial, entre os dirigentes. Essa questão é importante de ser levantada, pois de certa forma desmistifica determinadas afirmações dos perrepistas de que o partido era uma grande família, que não haveria diferenças de posições entre seus membros. O que se verificou foi a existência de muita disputa entre os próprios dirigentes, o que reforça a idéia de que o PRP, assim como qualquer outro partido, está inserido no campo político-partidário, o qual pode ser apropriado em diferentes proporções por seus dirigentes e aderentes.

CAPÍTULO 5 - DIRIGENTES REGIONAIS DO PRP GAÚCHO: DETENTORES DE DIFERENTES RECURSOS E NÍVEIS DE PODER

Introdução

O presente capítulo analisa o itinerário político-partidário dos membros que dirigiram o partido, em âmbito regional, ao longo das diferentes gestões político-administrativas do período 1945/1965. Observa-se que havia, de modo geral, duas categorias de dirigentes do PRP. Uma incluía os dirigentes eleitos nas convenções regionais, em que a maioria tinha como incumbência definir e deliberar a respeito das políticas adotadas pelo partido. A outra categoria era formada por dirigentes que ocupavam cargos na hierarquia interna do Diretório Regional, mas que também poderiam ser escolhidos internamente para disputar mandatos eleitorais em diferentes instâncias do poder político. Como será demonstrado ao longo do capítulo, o tipo de perfil político-social do dirigente era um elemento chave no processo de sua escolha como representante em uma ou nas duas categorias de representação. A formação educacional e o capital de relações sociais eram atributos que exerciam importância no processo de disputa entre os dirigentes partidários.

5.1 - Perfil dos dirigentes: relação de interação de ordem sócio-política

Os dirigentes do PRP gaúcho aqui mencionados foram os membros do partido eleitos internamente para ocupar cargos de direção no Diretório Regional, nos diretórios municipais e para representá-lo nos parlamentos municipais, estadual e federal. Em geral, os processos de escolha ocorriam através de disputas internas nas convenções regionais. Era dessa forma que os dirigentes conquistavam o direito de falar em nome do partido nos espaços do campo político-partidário. Os cargos de direção faziam parte da estrutura hierárquica perrepista, cujos níveis de direção eram diferenciados entre si. Daí a exigência de um tipo específico de dirigente para cada cargo.

Por essa razão, ao buscarmos cotejar a atuação dos dirigentes do PRP do Rio Grande do Sul, faz-se necessário mergulhar nas inúmeras relações operadas por esses dirigentes/agentes a partir da construção conjugada de fatores de ordem social, política, econômica e cultural, inclusive anteriormente à sua entrada no partido quando for o caso. É a partir dessa conjugação que se pode entender que a adesão de cada um desses dirigentes ou dos demais membros do partido realizou-se por diferentes razões e interesses.

Nessa perspectiva, o funcionamento de uma organização partidária admite que alguns tragam mais recursos individuais, outros menos, e que a outros o partido possibilite a aquisição dos recursos necessários à sua atuação política. Esses recursos diferenciados levam a ocupar posições de poder de modo desigual em sua distribuição ou conquistada, apresentando diferenças entre aderentes, militantes e os níveis de direção. Observa-se, então, que os dirigentes/agentes são dotados de diferentes disposições ou capitais, o que os leva a fazer uso social e político diferenciado de suas

apropriações. Com base nesses elementos é possível compreender, por exemplo, que o cargo de secretário geral, de presidente, ou mesmo de deputado, exigia recursos individuais diferenciados e que, ao mesmo tempo, os níveis de poder detidos pelos próprios dirigentes eram desiguais na hierarquia de poder do partido.

Quando se discute sobre quem conduz as tomadas de posição em um partido político é importante considerar algumas questões da problemática política. Para isso recorreremos a alguns pontos levantados por Bourdieu quando se refere à representação política.²⁶⁴ Um dos aspectos considerados remete ao que é exigido para a entrada dos agentes no campo político. Esse campo seria um espaço aberto a qualquer agente? Sem regras pré-definidas? Bourdieu afirma que tais regras são tão específicas e excludentes que levam a maioria a se sentir desapossada de condições mínimas de participação no campo político-partidário. Por isso, pode parecer “natural” se delegar a mesma àqueles que se intitulam “competentes” ou detentores de um *corpus* de saberes, que lhes permitem codificar as regras de funcionamento do campo político. Seguindo-se, portanto, essa lógica de restrição e de especificidade do campo político deve-se considerar que para a ocupação de um cargo de direção em um partido político, qualquer que seja ele, exige-se que os participantes do processo apresentem condições mínimas para fazê-lo.

Ainda, segundo Bourdieu, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido para dele participar, pois o *habitus* político supõe uma preparação especial, ou seja, a aquisição de um *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais, como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa

²⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2000. Ver especialmente o capítulo VII.

retórica política.²⁶⁵ Esses profissionais exercem uma espécie de monopólio da produção dos interesses políticos, pois dominam o partido através da liberdade conquistada frente àqueles que lhes delegam o poder de representá-los e, ao mesmo tempo, impõem os seus interesses como sendo de todos. Na organização partidária objeto desta análise, esse *habitus* político é passível de verificação, sobretudo, no domínio que os dirigentes exercem sobre as demais instâncias da estrutura interna do partido.

Michel Offerlé, por sua vez, ao refletir a respeito da sobrevivência de uma organização partidária, afirma que a mesma está condicionada à divisão do trabalho com diferenciação de recursos entre os seus membros. As funções em um partido são exercidas seguindo uma divisão do trabalho político. Esse processo de divisão estaria ligado ao crescimento da organização partidária que, progressivamente, passa a exigir uma burocracia e uma profissionalização de seus dirigentes, na medida em que eles adquirem um *saber fazer e uma competência específicas*, consolidadas através do mandato coletivo. A desigualdade de distribuição dos recursos desses dirigentes, que pode se apresentar nos aspectos sociais, políticos e simbólicos, pode contribuir para acentuar os fenômenos de dominação no interior dos partidos. Por isso, a oligarquia não se constitui como um processo “natural”, configurada em todos os seus contornos, pois é necessário considerar que os capitais ou recursos dos dirigentes não são idênticos, podem sofrer alterações conjunturais, implicando num recrutamento não homogêneo num sistema de competição aberta.²⁶⁶

Levando em conta estas reflexões, considera-se que a direção partidária regional do PRP gaúcho esteve ligada a “um sistema de posições e divisão do trabalho” no interior da organização, consubstanciada na ocupação dos cargos da estrutura regional do PRP gaúcho - aqueles do Diretório Regional, dos diretórios municipais e

²⁶⁵ Idem, pp. 169 e 170.

²⁶⁶ OFFERLÉ, op. cit. p. 71.

dos mandatos parlamentares – que levava em conta “disposições” ou “recursos” dos quais esses dirigentes/agentes eram detentores.²⁶⁷ Dentre eles, a formação educacional foi um dos recursos individuais bastante valorizado no recrutamento de determinadas lideranças, principalmente para os cargos do Diretório Regional. Verifica-se que os cargos de maior importância no partido eram ocupados por dirigentes que dispunham de diferentes tipos de capitais acumulados. Conseq uentemente, alguns ocupavam melhores posições que outros. Uma das formas de recrutamento do PRP no Rio Grande Sul era realizada a partir de uma “divisão territorial” do Estado entre os dirigentes de maior prestígio no partido, ou seja, entre aqueles que já possuíam acumulados “capitais coletivos partidários e capitais sociais individuais”. A cada dirigente era delegada a responsabilidade de atuação em uma determinada região – geralmente a de sua origem - em nome do partido. Em geral, o resultado desse processo era o aumento da rede de relações sociais desses dirigentes, o que, posteriormente, era reconvertido em votos para o partido, mas também para eles individualmente.

Através do exemplo acima e de vários outros se pode verificar, portanto, que as posições de poder ocupadas por essas lideranças não são as mesmas no interior do PRP, como também não são ocupadas pelas mesmas pessoas, em que pese a fraca rotação dessas elites dirigentes ao longo do período de existência do partido. As gestões político-administrativas que ocorreram ao longo do período de atuação do PRP no Estado foram reflexos de seus respectivos dirigentes, assim como dos diferentes elementos que influenciaram para sua formação. Daí encontrarmos situações de interação que possuem ligações entre si; outras que podem ser atribuídas ao estilo pessoal de seu principal dirigente, ou mesmo de um determinado grupo no interior do partido ou, ainda, sofrer influência das relações com outros setores externos ao partido.

²⁶⁷ Tomamos como referência o conceito de Michel Offerlé que caracteriza a direção partidária como “um conjunto de indivíduos muito diferentes e freq uentemente bem difíceis de identificar”. OFFERLÉ, op.cit. pp. 19 e 20.

Por isso, dizemos que as atividades político-partidárias desenvolvidas eram reflexos de um conjunto maior de relações desde a marca impressa de seus principais responsáveis até os diferentes momentos do contexto social e político do Estado e do país.

Em Sérgio Miceli podem ser encontradas algumas questões referentes a grupos dirigentes de dois partidos nacionais. Em seu trabalho são destacadas inúmeras características comuns entre os dirigentes da UDN e do PSD, tanto em relação à origem social, quanto à formação escolar ou à trajetória ocupacional. Esses grupos, no entanto, possuíam importantes diferenças, as quais derivavam “de um lado, dos laços que seus integrantes mantêm com setores distintos da elite econômica, bem como da posição relativa que ocupam na hierarquia das profissões liberais e culturais, e, de outro, do grau de proximidade quer em relação aos grupos dirigentes estaduais quer em relação ao poder central ou às ‘extensões’ em que se desdobrou sua presença no plano nacional”.²⁶⁸

5.2 – Competição interna – os mandatos dos dirigentes do Diretório Regional

Como mencionado anteriormente, as relações que se estabeleciam no interior da organização em estudo eram dinâmicas e permeadas por constantes disputas entre seus participantes, principalmente entre aqueles que assumiam um cargo de direção e cumpriam um mandato partidário. Certamente, o nível de acirramento das disputas variava conforme aquilo que era objeto de apreciação dos grupos internos. O contexto social também exercia influência, assim como os limites estabelecidos pelas instâncias superiores. Por isso, não é incorreto dizer que as relações de interações que ocorrem no

²⁶⁸ MICELI, op. cit. p. 562.

interior da organização são produto das diversas propriedades dos seus aderentes, as quais estão ligadas a outras situações de interação. Assim, é de fundamental importância considerar as propriedades além das aparências, caso contrário seria muito difícil explicar as relações cotidianas em que aparecem as divisões, os conflitos, as contradições e várias outras características que se apresentam como tomada de decisão do partido. As Convenções partidárias, por exemplo, podem ser caracterizadas como um espaço em que se poderiam realizar “discussões”, “divergir” até chegar a uma tomada de posição.

O exercício do mandato dos dirigentes do Diretório Regional do PRP pode ser reconstituído, em parte, através da análise das atas de reuniões ordinárias realizadas quinzenalmente, e de outros documentos oficiais do partido, como as fichas de filiação, que comprovam inúmeras das tomadas de posição da direção. Para conhecermos quem eram os detentores desses mandatos é de fundamental importância reconstituir a posição relativa que ocupam na hierarquia das profissões liberais e culturais, buscando verificar o nível da influência exercida por esses elementos nas relações subjacentes a seus mandatos. Além disso, traçar uma distinção entre a origem social desses dirigentes e a daqueles da direção nacional do PRP e da AIB pode possibilitar um entendimento bastante aproximado dos dirigentes do integralismo em seus dois momentos de atuação política.

O PRP gaúcho desde o início da sua formação até meados dos anos cinquenta foi dirigido predominantemente por lideranças que simbolizavam o passado da organização, ou seja, por ex-membros da AIB. Ao que parece, ter pertencido à AIB significava uma “via de acesso” de maior aceitabilidade se comparada com o ingresso a partir da década de 1940.

O Diretório Regional do PRP gaúcho foi dirigido por um total de noventa e quatro membros que atuaram em 250 mandatos, com duração de 2 anos, conforme consta nos estatutos. Até 1956, esse órgão era composto por 11 membros, sendo modificado desde então para um número entre 15 e 45 membros. Essa instância diretiva era composta por um presidente, dois vice-presidentes, um primeiro e segundo secretários, um consultor jurídico e os vogais que, conforme já mencionamos, cumpriu com o estabelecido nos estatutos, elegendo a cada dois anos, através da Convenção, um novo grupo que dirigiria os rumos do partido em cada Estado.²⁶⁹ Não é demais mencionar que cada um desses cargos possuía atribuições específicas, estabelecidas em regras estatutárias definidas pelo Diretório Nacional do partido, com exceção do cargo de vogal que recebia suas atribuições do presidente do Diretório Regional.

Os principais cargos da direção executiva regional foram ocupados por pessoas que haviam pertencido à AIB. Dos mandatos de 1945 a 1948 todos, sem exceção, haviam sido militantes daquele movimento. Foi a partir dos anos 1950, sobretudo, após a derrota de Wolfram Metzler ao governo do Estado, em 1954, e a de Plínio Salgado à presidência da República, em 1955, que esse predomínio quase absoluto sofreu modificações, permitindo a ascensão de alguns dirigentes à cúpula do partido no cargo de vogal. Os principais cargos, contudo, permaneciam sob a direção de pessoas que tiveram efetiva participação no integralismo dos anos 30. Nos mandatos ocorridos a partir do início de 1960, três últimos antes do fechamento dos partidos, foi eleito o único presidente que não teria pertencido de fato à AIB, Alberto Hoffmann, mas que via o movimento com certa simpatia. Ressalte-se ainda, que ele foi o único dirigente do partido eleito para mandatos parlamentares consecutivos, tanto na Assembléia

²⁶⁹ A reforma de 1956 não altera a nomenclatura dos cargos, contudo aumenta o número de vogais de 6 para 39.

Legislativa como na Câmara Federal, além de ter sido nomeado Secretário de Agricultura do Estado no Governo de Leonel Brizola, no final dos anos 1950.

Mesmo que se dê a devida importância ao fato de que um dos pré-requisitos para ter acesso à direção do PRP era ter pertencido ao integralismo, não se pode afirmar que as gestões de todos foram iguais já que suas propriedades sociais não eram necessariamente as mesmas e nem a conjuntura política. Além disso, as relações políticas mantidas por esses agentes não são dissociáveis das relações mantidas em outras situações de interação vivenciadas em outros espaços fora do político. Com base nisso, se supõe que esses dirigentes dos mandatos seguintes tinham sua entrada no partido a partir da valorização de outros tipos de *filières*. O pertencimento à AIB era um deles, mas a notabilidade profissional, a formação educacional, os recursos econômicos, o não pertencimento ao Partido Comunista, foram da mesma forma alavancados como elementos significativos na competição interna e externa. Em sua análise sobre os dirigentes e eleitos do Partido Socialista Francês no Var, em Pas-de-Calais e em Ille-et-Vilaine, Sawicki aponta que a diversidade e os tipos de interações existentes entre os dirigentes só podem ser “compreendidas em relação às configurações espaço-temporais nas quais elas se inscrevem (...)”.²⁷⁰

²⁷⁰ SAWICKI, op. cit. p. 49.

Quadro 2 - Composição do número de dirigentes do Diretório Regional do PRP gaúcho (1945 –1965)

Cargos e/ou funções dos dirigentes	DIRETÓRIO REGIONAL (n ^{os} absolutos = 249)
Presidente	13
1º Vice-presidente	13
2º Vice-presidente	13
1º Secretário	13
2º Secretário	13
Consultor Jurídico	13
Vogal*	176

Fonte: Acervo CD-AIB/PRP

* Em 1956, na XIV Convenção Nacional, foi modificado o número de componentes do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais, sendo estes últimos compostos de um mínimo de 15 e máximo de 45 dirigentes.

Conforme os dados do quadro acima, ocorreram treze processos eleitorais para eleger os dirigentes do Diretório Regional entre 1945 e 1965. O cargo mais importante da direção executiva regional era o de presidente. Foi ocupado por sete dirigentes, sendo dois deles reeleitos para quatro e três mandatos. O professor universitário Oscar Machado da Silva exerceu o cargo por cinco mandatos e o ex-deputado Alberto Hoffmann por três vezes. Já o médico Arno Arnt foi reeleito, enquanto que o dentista Guilherme Barboza, o professor e industrialista Celestino Caparelli Peres Cardoso, o médico Wolfram Metzler e o advogado Juracy de Assis Machado, foram eleitos uma única vez.

Uma das questões que chama a atenção com relação aos presidentes que obtiveram o maior número de gestões no Diretório Regional, é o fato de que os mandatos cumpridos por Oscar Machado foram exercidos nos primeiros anos de funcionamento do PRP, enquanto que os de Alberto Hoffmann ocorreram nos últimos anos. O primeiro havia sido uma importante liderança da AIB, inclusive candidato a

deputado federal nas eleições de 1934 pela organização, e o segundo foi construindo os capitais necessários à ocupação do cargo em sua atuação político-partidária vinculada ao PRP.

Os dados apresentados permitem que se observe o baixo nível de renovação do núcleo dirigente principal do Diretório Regional, ficando concentrado em um maior número de vezes em apenas dois dirigentes do partido. Permitem também verificar uma relativa flexibilização dos critérios de exigência na escolha do principal dirigente regional, pois a escolha do ex-deputado Alberto Hoffmann representou uma certa ruptura nos critérios de escolha no nível da presidência.

O segundo cargo, a vice-presidência, foi ocupado sempre por dois dirigentes definidos, como 1º e 2º vice presidente. Os dirigentes Alexandre Compagnoni, Guido Fernando Mondin, Alberto Hoffmann e Bernardino Conte foram eleitos por duas vezes, enquanto que Arno Fernando Arnt, Juracy de Assis Machado, Mário José Maestri, e Antonio Cândido Silveira Pires elegeram-se uma única vez, o último não fez parte da AIB, mas era filho de um militante do movimento. Na vice-presidência houve uma circulação maior de dirigentes, se comparado com a presidência. Dos dirigentes reeleitos os dois primeiros foram membros da AIB, enquanto que os dois últimos não o foram. Veja-se que Alberto Hoffmann ocupou por duas vezes esse cargo.

A 2ª vice-presidência foi ocupada por três mandatos por Mário José Maestri e Nestor Feldmann Pereira, enquanto que Mário Ferreira de Medeiros, Emílio Otto Kaminski, Wolfram Metzler, Arno Fernando Arnt, Guido Fernando Mondin, Silvio Toigo Filho exerceram apenas um mandato, sendo este último o único que parece não ter pertencido à AIB. A 2ª vice-presidência foi ocupada por um número maior de dirigentes, porém foi predominantemente representada por ex-membros do integralismo da década de 1930.

A Secretaria Geral da entidade foi dirigida por quatro secretários, sendo predominante a atuação do protético Romeu Parussini, eleito nove vezes para o cargo a partir de 1951. Todos os secretários foram ex-membros da AIB. O advogado Juracy de Assis Machado foi reeleito uma única vez e o bancário Andrino Braga eleito para um único mandato. Ambos dirigiram o órgão no início da formação do partido. O cargo de 2º secretário teve um único dirigente, o qual foi eleito por seis vezes para o cargo, o guarda-livros Roberto Diehl, que ocupou também postos de direção no Diretório Municipal de Porto Alegre por diversas vezes. Da mesma forma, o nome de Romeu Parussini aparece como membro da direção do Diretório de Porto Alegre desde de 1947, eleito para diversos cargos, dentre eles o de vice-presidente desse diretório para a gestão 1951/1952. Dentre os principais dirigentes desse núcleo da direção executiva - que inclui os cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidente e secretário - a formação educacional e a ocupação de Romeu Parussini podem ser consideradas as que tiveram os níveis mais baixos se comparadas com as dos demais, que em geral tinham formação superior e ocupação compatível com a mesma. Parece que uma das propriedades bastante valorizada e que mantiveram Parussini no cargo, por várias gestões, tenha sido a sua competência técnica no exercício do cargo, pois a documentação da Secretaria Geral da qual foi responsável pode comprovar o estabelecimento de uma importante rede de contatos ininterruptos desse órgão com os demais órgãos internos do partido.

No que se refere ao cargo de Consultor Jurídico, a atuação do dirigente eleito para representá-lo era mais evidenciada nos períodos eleitorais, nos quais eram frequentes as consultas sobre questões legais que envolviam as eleições. O advogado Jacob Van Der Laan foi o consultor eleito para um maior número de gestões, pois foi confirmado em cinco mandatos. O também advogado Sezefredo Azambuja Vieira

elegeu-se para dois, enquanto que outros cinco membros do partido foram eleitos para apenas um mandato.

Já os vogais²⁷¹ eram os membros do Diretório Regional que tinham como incumbência assistir às reuniões quinzenais e eventualmente executar funções atribuídas pelo presidente do diretório durante o período de vigência do mandato, tendo sido 66 dirigentes que ocuparam os 176 mandatos deste cargo no período de existência do partido. Foram incluídos nesse total os 26 dirigentes que exerceram mandatos nos demais cargos da hierarquia partidária. A circularidade dos dirigentes do cargo de vogal pode ser considerada relativamente alta se comparada com as dos demais cargos, pois a ampliação do número de pessoas no cargo, a partir de 1956, de seis para trinta e nove, contribuiu para essa maior oxigenação dos dirigentes, mas ainda assim era circunscrita a um grupo relativamente pequeno de membros do partido.

A afirmação de que o grau de renovação entre os dirigentes do PRP foi restrito apóia-se no fato de que foram dezoito os membros que se revezaram na direção, nos três principais cargos de direção – presidência, vices e secretaria – na totalidade dos treze mandatos exercidos no período. Se considerarmos o nível de circularidade individualmente por cargos é possível concluir que a presidência e a secretaria geral foram os cargos que ficaram concentrados a um número mínimo de dirigentes no decorrer dos treze mandatos existentes. Se somarmos as gestões administrativas de Oscar Machado e Alberto Hoffmann na presidência, veremos que os dois ficaram no cargo mais da metade do total de mandatos existentes no período. Na secretaria geral, a ausência de circularidade fica evidenciada nos nove mandatos exercidos pelo protético Romeu Parussini. As gestões da 1ª e 2ª vice-presidência também não comportavam um número muito grande de dirigentes, pois dos quatorze membros ocupantes desses

²⁷¹ A circularidade dos vogais era maior que nos demais cargos do diretório, já que o estatuto partidário exigia a presença desses membros nas reuniões. A ausência em duas reuniões seguidas sem justificativa implicava em substituição do vogal.

cargos, cinco foram presidentes, ocupando inúmeras vezes os postos de vice; outros dois ocuparam mais de um mandato como 1º e 2º vice-presidente.

5.3 – Propriedades sociais dos dirigentes – recursos individuais e coletivos

5.3.1 - Trajetória política dos dirigentes do PRP

Quadro 3 - Trajetória política anterior

Nome	AIB	Presidente	Vice	1º vice	2º vice	Total
Guilherme Barboza	Sim	1				1
Oscar Machado da Silva	Sim	5				5
Celestino Caparelli Peres Cardoso	Sim	1	1			2
Arno Fernando Arnt	Sim	2		1	1	4
Wolfram Metzler	Sim	1			1	2
Juracy de Assis Machado	Sim	1		1		2
Alberto Hoffmann	Não	3		2		5
Bernardino Conte	Não			2		2
Emílio Otto Kaminski	Sim				1	1
Guido Fernando Mondin	Sim			2	1	3
Luiz Alexandre Compagnoni	Sim			2		2
Mário Ferreira de Medeiros	Sim				1	1
Mário José Maestri	Sim			1	3	4
Nestor Feldman Pereira	Sim				3	3
Silvio Toigo Filho	Não				1	
Antônio Cândido Silveira Pires	Não			1		1
Total		13	1	13	13	40

Fonte: Acervo CD-AIB/PRP

O quadro acima fornece uma amostra dos cargos de presidente e vice-presidente que foram ocupados por dezesseis dirigentes distribuídos em treze mandatos ao longo do período de 1945 a 1965. Como já afirmado anteriormente, a grande maioria era originária da AIB. Dos dezesseis dirigentes, doze se apresentavam como membros

da AIB, sendo apenas quatro os não pertencentes. Enquanto Alberto Hoffmann era menor de idade nos anos 30, Silvio Toigo Filho e Antonio Cândido Silveira Pires eram filhos de membros da AIB. Eles ocuparam uma única vez a vice presidência nos últimos mandatos do Diretório Regional nas gestões de Alberto Hoffmann. Bernardino Conte também ocupou duas vezes a vice-presidência nas gestões deste último dirigente. Ele é o único dos quatro sobre o qual não obtivemos informações a respeito de sua trajetória política anterior. Outro elemento passível de ser verificado no quadro acima, refere-se ao número de vezes e os cargos que cada dirigente ocupou no Diretório Regional. Oscar Machado da Silva e Alberto Hoffmann foram os dirigentes que ocuparam o maior número de vezes os dois principais cargos do partido, sendo seguidos por Arno Arnt e Mário José Maestri.

Assim, com base nos dados acima, é possível dizer que o PRP herdou alguns dos recursos conquistados pela Ação Integralista Brasileira no passado, assim como recursos individuais de parte de seus adeptos. A sigla ou marca característica do integralismo da década de 1930, que a organização obteve por sua visibilidade, notoriedade e atuação no mercado político, possibilitou ao PRP tirar proveitos desses recursos acumulados, principalmente no tocante às suas lideranças e seu eleitorado, relativamente fiéis àquela organização.

Elementos dessa herança podem ser percebidos, por exemplo, no processo de rearticulação do movimento, em 1945. Observa-se que nos municípios onde a AIB havia existido anteriormente, a implantação do PRP transcorreu de modo mais freqüente, sendo esse o caso de vários municípios gaúchos. Nestes foram criados diretórios municipais tendo como referência pessoas que haviam pertencido àquele movimento e que já possuíam, portanto, uma certa experiência da vida partidária integralista.

Tais aproximações, no entanto, eram, negadas quando da formação do partido no plano nacional. Gilberto Calil destaca que no início da formação do PRP a sua direção nacional afirmava, de modo estratégico, que o partido teria sido formado por “católicos independentes”. Negava, portanto, uma ligação direta do novo partido com o integralismo da década de 1930, mesmo que a maioria dos dirigentes tivesse participado da constituição do partido e ocupado cargos no Diretório Nacional. Entretanto, afirma ainda o autor, quando essa estratégia ameaçou trazer prejuízo ao partido junto à sua base, ou seja, quando a versão “deixou de ser vantajosa ela foi progressivamente sendo abandonada e relegada ao esquecimento, uma vez que se passou a convocar todos os integralistas a ingressarem em ‘seu partido’”.²⁷²

Pode-se notar ainda que, determinadas características foram predominantes na escolha daqueles que assumiram posição de destaque no núcleo dirigente do partido, dentre elas, uma certa experiência de vida partidária, em especial, nos quadros da AIB. O critério pertencimento à AIB foi, assim, um importante recurso que pôde ser utilizado como uma credencial de confiabilidade para acessar o PRP. Vários dos indivíduos que pertenceram à AIB ao entrarem no PRP podiam fazer uso desse recurso que, de certa forma, funcionou como elemento de diferenciação em relação aos que não haviam pertencido àquela organização. Essa variável possibilitou ascensão mais rápida a postos de poder no interior do Diretório Regional ou a candidatura a cargos eletivos, dentre outros. Talvez se possa dizer que quanto mais alto o cargo ocupado na AIB, maiores as chances de alcançar postos nos níveis mais altos da hierarquia do novo partido. Com exceção do líder Dario de Bittencourt que não ingressou no PRP, a esmagadora maioria dos chefes provinciais da AIB ingressou no PRP, ocupando posições de destaque em sua hierarquia interna e externa.

²⁷² CALIL, op. cit. p 216.

Ao analisarmos os recursos dos dirigentes que ocuparam a presidência e vice-presidência do Diretório Regional, verifica-se que praticamente todos eles haviam ocupado importantes posições de poder no interior da organização nos anos de 1930. Pode-se apontar, por exemplo, o grupo responsável pela criação da “Comissão Estadual Provisória” responsável pela fundação do partido no Estado, em que a maioria havia pertencido à AIB. Dos seus sete membros, cinco fizeram parte da AIB no Rio Grande do Sul. Wolfram Metzler foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1934 e era Chefe Provincial em Novo Hamburgo; Oscar Machado foi candidato a deputado federal também naquelas eleições, além de constar da lista de membros da AIB presos em Porto Alegre, em 1938; Guilherme Barboza e Celestino Caparelli Peres Cardoso foram os primeiros dirigentes do partido no Estado sobre os quais não conseguimos obter muitas informações. Este último consta dessa mesma lista de presos em 1938. A falta de dados relativos aos cargos ocupados por estes dirigentes nos impede de precisar categoricamente qual foi o seu nível de participação na AIB. Mas, por outro lado, como o critério pertencimento à AIB permaneceu ao longo de todo o período é muito provável que tais dirigentes tenham sido também lideranças do movimento. Além desses, os nomes de Juracy de Assis Machado e Arno Arnt também constam entre aqueles que teriam militado no integralismo.

Conforme vimos, poucos foram os dirigentes do partido que não teriam pertencido ao integralismo da década de 30 e que conseguiram, no decorrer de sua trajetória, acumular um capital de notoriedade que lhes garantiu determinadas posições de poder no Diretório Regional. O elemento “pertencimento à AIB” pesou de fato, pois se vê que o único presidente do Diretório Regional que não pertenceu ao movimento foi o ex-deputado Alberto Hoffmann, em que pese sua simpatia pelo movimento nos anos 30. Sua ascensão somente ocorreu após ter acumulado um importante capital de

notoriedade pessoal e ao mesmo tempo coletivo, cuja construção iniciou com a sua entrada no partido em 1946, no diretório municipal de Ijuí, prosseguindo no Diretório Regional, em Porto Alegre, até os anos 1960.

5.3.2 - Origem sócio-profissional e de classe dos Dirigentes do Diretório Regional

Outro critério relevante no recrutamento dos dirigentes do PRP gaúcho foi um determinado perfil sócio-educacional. Este parece ter sido predominante não só entre os principais dirigentes do Diretório Regional, mas do PRP nacional, e ainda da AIB. Segundo o cientista político Hélgio Trindade, esses traços também podem observados entre os dirigentes regionais da AIB. O autor afirma que a direção executiva da AIB, tanto no plano nacional quanto regional, era recrutada predominantemente entre as camadas intelectuais da classe média superior, especialmente originárias das profissões liberais, sendo 57% das profissões liberais da média burguesia intelectual urbana, 13% da burguesia comercial e industrial, apontando para um recrutamento de dois terços no seio da burguesia e da média burguesia. Enquanto que apenas 15% seria oriunda da pequena burguesia e das classes populares. Por isso, o autor afirma que o aparelho dirigente do partido era controlado pela classe média superior em nível nacional e regional.

Ao analisar o perfil social, a partir da variável sócio-profissional e de classe da direção nacional do PRP, o historiador Gilberto Calil destaca a predominância da pequena burguesia com larga representação dos profissionais liberais (60,2%), principalmente em ocupações como professores universitários (15), advogados (14), engenheiros (14) e médicos (14). Do conjunto da direção 88,3% pertencia às diferentes

frações da pequena burguesia, 8,8% à burguesia e 2,9% ao operariado.²⁷³ Referindo-se especificamente às direções regionais de 17 estados e dois territórios federais, esse mesmo autor encontrou novamente a preponderância de um perfil social pequeno burguês para os dirigentes deste nível. As profissões liberais seriam novamente o “carro chefe” com 29,1%, seguidos por trabalhadores da nova pequena burguesia com 19,8%, funcionários públicos com 18,8% e comerciantes com 11,3%.

No que se refere aos dirigentes do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, optou-se por investigar algumas das variáveis que compõem o perfil social desses dirigentes, começando pela sistematização do nível de instrução apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4 - Instrução de nível superior por cargo no Diretório Regional

	Presidente	1º vice	2º vice	1º secretário	2º secretário	Consultor Jurídico	Vogais	Totais
Com instrução de nível superior	7 (100%)	7 (87,5%)	7 (87,5%)	1 (33,3%)	1 (33,3%)	12 (100%)	45 (53,6%)	80 (64%)
Sem instrução de nível superior	0 (0%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	2 (66,7%)	2 (66,7%)	0 (0%)	39 (46,4%)	45 (36%)
Totais	7 (100%)	8 (100%)	8 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	12 (100%)	84 (100%)	125 (100%)

Fonte: Acervo CD-AIB/PRP

²⁷³ De acordo com Calil, ainda, havia “a presença de 12 trabalhadores da nova pequena burguesia (dos quais 4 bancários e 2 comerciantes), e uma participação extremamente reduzida de comerciantes (apenas 3) e trabalhadores autônomos de ofícios especializados (apenas um alfaiate e um motorista autônomo), e ausência completa de funcionários públicos (exceto militares) e agricultores”. CALIL. op. cit. p. 258.

No quadro acima, observa-se inicialmente que a maior parte dos dirigentes possuía diploma de curso superior. Todos os que ocuparam a presidência e a consultoria jurídica desse órgão possuíam tal formação. Tanto na primeira, quanto na segunda vice-presidência apenas um entre os oito dirigentes não possuía formação de nível superior. As gestões desses dirigentes ocorreram a partir do início da década de 1960, quando o construtor Sílvio Toigo Filho foi eleito 2º vice-presidente na Convenção de 11/12/1960, e, posteriormente, elegeu-se 1º vice-presidente o contabilista Bernardino Conte para as gestões 62/64. O cargo de secretário regional parece ter sido o único cargo entre os de função executiva em que os dirigentes tiveram formação de nível médio, sendo a partir da gestão de 1951 ocupado pelo protético Romeu Parussini, como 1º secretário. No que se refere aos ocupantes dos cargos de vogais, observa-se que dos 84 dirigentes, quarenta e cinco possuíam titulação de nível superior, enquanto os outros trinta e nove eram pessoas que exerciam uma ocupação que exigia formação de nível médio.

A variável “nível de formação superior” foi também encontrada como predominante entre os dirigentes de outros partidos da época. Sérgio Soares Braga verificou que entre os constituintes de 1946, 88,2% possuía curso universitário, sendo 55,3% diplomados em Direito.²⁷⁴ Ainda segundo o autor, os únicos partidos que não tinham maioria entre os bacharéis eram o PSP, o PTB e o PCB, sendo encontrado no PR e na UDN as maiores proporções de 66,7% e 63%, respectivamente. Em razão desse alto índice, Soares alerta para o peso do chamado “bacharelismo” na formação dos principais líderes partidários do período.

Para Joseph Love a variável educação constituiu-se em um importante indicador de homogeneidade da elite política paulista, onde apenas 8% não possuía

²⁷⁴BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília: CEDI/Câmara dos Deputados. 2 v. A versão on-line deste livro está disponível no site da Câmara dos Deputados: camara.gov.br – [Documentação e Informação] – [Publicações Eletrônicas]. P. 126.

diploma de formação superior. Três quartos de seus membros eram bacharéis em direito ou medicina, significando que 70% eram advogados, em sua maioria formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Nessa perspectiva, o recrutamento dessa elite efetuava-se dentro de um contexto extremamente restrito, pois na década de 1940 “somente 1 em cada 250 paulistas era portador de diploma universitário”.²⁷⁵

No quadro abaixo, pode ser observado o conjunto das profissões dos dirigentes do Diretório Regional. Antes, porém, apresentam-se alguns esclarecimentos acerca de como os dados foram tomados para análise. Devido à existência de mais uma indicação de profissão para alguns dirigentes, optou-se por incluir nesta tabela, preferencialmente, a profissão ou ocupação que melhor correspondesse à sua formação educacional. Houve necessidade de se fazer uma escolha, em razão de alguns dirigentes exercerem mais de uma atividade profissional e/ou ocupacional.

²⁷⁵ LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 217.

Quadro 5 – Profissão e cargos ocupados no Diretório Regional

Profissão/Cargo (1945/1965)	Presidente	1º vice	2º vice	1º Secretário	2º secretário	1º tesoureiro	2º tesoureiro	consultor Jurídico	vogal	Total Global
Advogado	1	2	1	2				12	30	48
Agricultor									1	1
Agrônomo									6	6
Bancário				1					7	8
Comerciante						1			23	24
Comerciário							1			1
Construtor			1						1	2
Contabilista		2			6				5	13
Contador	3	2							8	13
Dentista	1								6	7
Doméstica									6	6
Economista		2	2						22	26
Engenheiro ²⁷⁶		1	3						10	14
Farmacêutico									5	5
Funcionário Público									5	5
Industrialista									9	9
Industriário									1	1
Jornalista		2	3						5	10
Médico	3	1	2						8	14
Militar					1				3	4
Professor	5	1			1				8	15
Protético				9						9
Representante Comercial									3	3
Securitário					1				2	3
Universitário									2	2
Total Global	13	13	12	12	9	1	1	12	176	249

Fonte: Acervo CD-AIB/PRP. Utilizou-se a soma das profissões com base no total de mandatos dos dirigentes, considerando que um dirigente pode ter exercido mais de um mandato.

Os dados apresentados no quadro acima referem-se às profissões e aos cargos ocupados pelos dirigentes no período de análise deste trabalho. No quadro é possível observar que a formação educacional, ou seja, o capital cultural acumulado foi também um elemento que pesou na escolha dos dirigentes que ocuparam os cargos do Diretório

²⁷⁶ Foi feita a junção entre as categorias de engenheiro civil e químico.

Regional. Ao analisarmos mais detidamente o conjunto das profissões praticadas ou reivindicadas pelos dirigentes do Diretório Regional do PRP, verifica-se que a grande maioria possuía ocupação oriunda de uma formação de nível superior e/ou de nível médio. Para os mandatos de vogal foi encontrado apenas um agricultor, um comerciante e um industriário, os quais exerceram uma única vez um mandato nesse cargo. As variáveis “educação” e “ocupação” nesse nível da direção apontam para uma super-representação dos profissionais liberais e dos técnicos, maciçamente superior ao ramo de atividade agrícola em que apenas um membro do seu núcleo dirigente se reivindicou ocupante, enquanto que ninguém foi incluído como operário. Tal configuração ocupacional sugere que a direção era, predominantemente, “letrada” e que não havia praticamente nenhum dirigente identificado com o ramo de atividade agrícola, ao qual o partido se dizia representante.

Verifica-se a predominância das profissões de advogado e de economista entre os cargos da direção executiva do Diretório Regional. Os advogados, como seria de se esperar, tiveram maior domínio no cargo de consultor jurídico com doze mandatos exercidos, e trinta no cargo de vogal. Ocuparam ainda um mandato de presidente; dois mandatos na 1ª vice-presidência, um na 2ª vice-presidência, além de dois mandatos na secretaria geral. Já os economistas ocuparam vinte e seis mandatos. Destes, vinte e dois ocuparam o cargo de vogal. Dos quatro restantes, dois elegeram-se na primeira vice-presidência e os outros dois na segunda vice-presidência.

Os mandatos exercidos por professores devem ser também destacados, na medida em que esses profissionais ocuparam a presidência do Diretório Regional por cinco ocasiões. A 1ª vice-presidência foi ocupada por esses profissionais por um mandato, e, o cargo de vogal por oito mandatos.

Engenheiros e médicos tiveram expressão dentre as ocupações mencionadas. Os primeiros ocuparam um mandato na primeira vice-presidência, três na 2ª vice-presidência e dez no cargo de vogal. Os médicos tiveram três mandatos na presidência, um na 1ª vice-presidência e dois na 2ª vice-presidência, além de oito como vogais. Ambos tiveram o mesmo total de mandatos, porém em postos diferenciados. Os jornalistas, por sua vez, ocuparam por dois mandatos a 1ª vice-presidência, por três a 2ª vice-presidência e cinco mandatos como vogais. Além destas, outras ocupações em menor número de repetições podem ser mencionadas, como a de agrônomo, dentista, farmacêutico, funcionário público, bancário e protético.

Da mesma forma, contadores e contabilistas também ocuparam postos de poder naquele órgão. Os primeiros, ocuparam a presidência por três mandatos, dois na 1ª vice-presidência e oito como vogais; já os contabilistas, com formação de nível médio e técnico, ocuparam dois mandatos na 2ª vice-presidência, seis na 2ª secretaria e cinco como vogais. Já os mandatos ocupados pelos comerciantes e industrialistas ficaram concentrados nos cargos de vogais. Estes dois ramos de atividades, os quais fazem parte dos grupos de profissões ligados à burguesia industrial e à pequena burguesia comercial, conforme a classificação de Calil²⁷⁷, tiveram uma significativa participação no diretório, inclusive com a eleição de alguns deles para a Assembléia Legislativa e Câmara Federal, como veremos adiante. Os comerciantes exerceram vinte e três mandatos, e os industrialistas nove, ambos nos cargos de vogais.

Também se pode observar que a maioria absoluta dos ocupantes do Diretório Regional era formado por homens, sendo a participação de mulheres em cargos de direção da Seção gaúcha pouco significativa. Ao que se sabe apenas uma mulher

²⁷⁷ Esse autor agrupou as diferentes profissões em grandes grupos, abarcando as diferentes designações encontradas. No grupo Burguesia Industrial foram incluídos: construtor civil, industrial, industrialista e fabricante de bebidas; no grupo Pequena Burguesia Comercial entraram: comerciante, hoteleiro, marchante, negociante e viajante. CALIL, op. cit. p. 247.

ocupou mandatos no cargo de vogal a partir da gestão político-administrativa de 1956. Essa representante do sexo feminino foi Zilda Arnt, esposa de um importante dirigente do PRP, Arno Arnt, cuja ocupação aparece em alguns documentos ora como doméstica, ora como professora, e ou, ainda, como pianista.

De modo sintético, pode-se dizer que a maioria dos dirigentes do Diretório Regional gaúcho possuía formação de nível superior com predominância nas profissões liberais. Dentre estas destacam-se a advocacia, o magistério, a economia, a medicina e o jornalismo, enfatizando um grau elevado de homogeneidade no recrutamento dessas lideranças em determinados setores da classe média alta e média. Tais profissões estão intimamente ligadas à busca de ascensão ou conservação social, confirmando a condição de elite de “mérito” da maioria desses profissionais. Os dados indicam, portanto, que essa proporção bastante elevada de dirigentes não era recrutada entre as classes mais baixas, mas entre os setores com maior concentração de recursos econômicos, políticos e culturais.²⁷⁸ Também se pode afirmar que para vários desses dirigentes, ser membro do Diretório Regional consistia em uma etapa de sua carreira política, sendo uma espécie de “transição” a cargos políticos da esfera estadual e federal. Finalmente, se pode dizer ainda, que a elite política do PRP gaúcho era tendencialmente homogênea também no fator educacional, pois este se constituía como um dos critérios preponderantes de ascensão aos escalões mais altos da hierarquia partidária, em detrimento dos comerciantes e industrialistas que exerceram mandatos unicamente como vogais e pertenciam a uma elite menos letrada e mais econômica.

²⁷⁸ A caracterização de “Classe Média” está baseada em Leôncio Rodrigues: “camadas, grupos, ou estratos com orientações ideológicas, sistemas de valor, nível e fonte de renda, prestígio social, capacidade de pressão política, etc., bastante diferenciados e mesmo antagônicos (empregados de escritório, artesãos, funcionários públicos, intelectuais, pequenos industriais, e comerciantes, pequenos e médios proprietários rurais, profissionais liberais e outros, trabalhadores autônomos, técnicos e gerentes, militares, etc.)” RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III - O Brasil Republicano, v. 3 - sociedade e política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.p. 384.

Ao que parece esse tipo de recrutamento não era exclusivo do PRP, pois era observável em outros partidos, como também em outros grupos sociais. No trabalho de Lisandre Oliveira, sobre a estruturação e intervenção política da UDN no Rio Grande do Sul, é destacado que o Diretório Estadual dessa organização partidária, em 1945, era formado por uma maioria preponderante de setores médios, entretanto, a partir de meados dos anos cinquenta o percentual de grandes proprietários subiu de 15% para 20%, sendo aumentado para 25% no início dos anos sessenta.²⁷⁹

Na análise de Leôncio Rodrigues sobre os dirigentes do PCB, por sua vez, é apontado que o partido possuía uma elevada proporção de membros das classes baixas entre seus militantes. Os principais dirigentes, entretanto, “provieram fundamentalmente dos intelectuais (especialmente jornalistas e professores), profissionais liberais (médicos e advogados), e, em meados da década de 1930, do exército (capitães e tenentes), quase todos eles de famílias brasileiras tradicionais, do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro, especialmente.”²⁸⁰

As indicações de Lúcia Hipollito sobre a composição profissional ou atividade profissional dos principais dirigentes do PSD também sugerem um recrutamento mais voltado para um círculo bastante restrito de indivíduos ligados às interventorias, à administração estadual, proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos, etc.²⁸¹ Também em Joseph Love, a variável profissão possibilitou elementos para que o autor explicitasse o perfil da elite política paulista, como sendo de um grupo que possuía em média três outras ocupações. As profissões mais frequentes foram a

²⁷⁹ OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2001. p. 152. Dissertação (Mestrado em História).

²⁸⁰ RODRIGUES, op. cit. p. 385.

²⁸¹ HIPOLLITO, op.cit., p. 52.

advocacia (69%), a agricultura (38%), a industrial (28%), o jornalismo (27%) e o ensino (21%).²⁸²

5.3.3 – Idade dos Dirigentes

	Presidente	1º vice	2º vice	Secretário
Menos de 30				
De 30 a 39		6	2	3
De 40 a 49	2	2	4	
De 50 a 59	4			
60 ou mais				

Quadro 6 - Faixa etária dos dirigentes ocupantes dos cargos executivos do Diretório Regional. Utilizou-se como data para cálculo das idades dos dirigentes a data de início de cada gestão do primeiro mandato assumido no cargo.

De acordo com Hélió Trindade, a variável idade pode ser apontada como uma das principais características dos integralistas dos anos 30, pois a partir dela é possível explicar “o clima comunitário existente no movimento”, em que a grande maioria dos dirigentes e militantes locais eram jovens com menos de 25 anos, enquanto três quartos dos dirigentes nacionais e regionais tinham menos de 30 anos. Ainda, segundo o autor, também os cargos de direção eram ocupados por jovens. Plínio Salgado seria quase uma exceção entre os jovens dirigentes.

Os dados indicam que os principais dirigentes do PRP do Rio Grande do Sul estavam todos na faixa etária acima dos trinta anos diferenciando-se, portanto, dos militantes da AIB que chegavam mais cedo aos cargos de direção. Os cargos de 1º e 2º vice-presidente e de secretário foram ocupados por dirigentes mais jovens do que os que ocuparam a presidência do Diretório Regional. Os dirigentes que ocuparam a presidência – os seis que constam do quadro – chegaram ao cargo com idade superior a quarenta anos. Dois deles estavam na faixa dos quarenta, enquanto a maioria possuía

²⁸² LOVE, op.cit., p. 387.

idade superior a cinquenta anos. Quanto aos vices se registrou que a maioria dos dirigentes que assumiu a 1ª vice-presidência estava na faixa dos trinta anos, enquanto que os ocupantes da 2ª vice-presidência apresentaram uma média de idade relativamente superior a dos seus colegas de cargos. Os dirigentes ocupantes da Secretaria Geral do diretório estavam todos na faixa dos trinta anos de idade.

Os dados a respeito da idade dos principais dirigentes do Diretório Regional gaúcho reforçam a idéia de que o PRP herdou da AIB, dentre outras coisas, boa parte de seus antigos dirigentes. Por isso, a faixa de idade dos mesmos é bem superior à encontrada entre os dirigentes do movimento na década de 1930.

Os dados referentes à idade dos dirigentes perrepistas, entretanto, guardam certa semelhança aos encontrados por Braga, referentes aos parlamentares eleitos na Constituinte de 1946, em que 35,8% dos deputados estavam na faixa dos 40-50 anos.²⁸³ No entanto, se distanciam dos dados encontrados por Rodrigues a respeito dos militantes do PCB, em que a adesão ao partido se dava por volta dos vinte anos e na “idade madura”, por volta dos quarenta, ocorria seu desligamento das atividades partidárias²⁸⁴. No estudo da elite pernambucana, Robert Levine afirma que os pernambucanos atingiram mais cedo o sucesso político. Aos quarenta anos 38% da elite já havia atingido alto nível de status no serviço público e 80% aos 50 anos. O jovem entrava para a elite pernambucana antes dos 30 anos.²⁸⁵

²⁸³ BRAGA, op.cit., p. 67.

²⁸⁴ RODRIGUES, op.cit., p. 133-135.

²⁸⁵ LEVINE, Robert. *A Velha Usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 196.

5.3.4 - Origem geográfica dos dirigentes

Região	Presidente	1º e 2º vice	Secretário	Total
Dep. Central	1	5	2	8
Campanha	2	3	1	6
Enc. Superior do NE		5		5
Enc. Inferior do NE	1	2		3
Planalto Médio	1	1		2
Litoral	1			1

Quadro 7: Dirigentes conforme origem de nascimento

O quadro acima apresenta dados referentes ao local de nascimento dos dirigentes que ocuparam cargos de presidente, de vice-presidente e de secretário. Levando-se em conta a origem regional da amostra, observa-se que todos os dirigentes eram nascidos no Rio Grande do Sul, porém em diferentes regiões. As principais regiões gaúchas que mais abasteceram de dirigentes o PRP foram a da Depressão Central, da Campanha e da Encosta Superior do Nordeste. Deve ser destacado que o local de nascimento desses dirigentes não correspondeu, necessariamente, ao local onde foram desenvolvidas suas carreiras políticas, já que a grande maioria desses dirigentes residia em Porto Alegre quando do exercício de seus mandatos no Diretório Regional. Neste aspecto, Porto Alegre pode ser considerado o “centro de gravidade” da política do estado, na medida em que atraía pessoas de diversas regiões para o exercício das atividades político-partidárias, semelhantemente à capital mineira, segundo John Wirth.²⁸⁶

²⁸⁶ Wirth destaca que Belo Horizonte funcionava como um centro de gravidade do estado mineiro, apesar de seu pequeno eleitorado, na medida em que mais de um terço de toda a elite política mineira teria residido “os anos mais importantes de suas carreiras políticas”. WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 206.

Esse alto índice de deslocamento pode ser observado em dirigentes como Oscar Machado (Alegrete), Juracy de Assis Machado (Santana do Livramento), Celestino Caparelli Peres Cardoso (Rio Grande), Antonio Cândido Silveira Pires (Bagé), Mário José Maestri (Caxias do Sul), Luís Alexandre Compagnoni (Caxias do Sul), Nestor Feldman Pereira (Taquara) e Alberto Hoffmann (Ijuí). Todos saíram de seus locais de origem e no período de exercício de seus mandatos residiam na capital do estado. Outros dirigentes, entretanto, que eram originários de Porto Alegre como Arno Arnt, Guido Fernando Mondin, Emílio Otto Kaminski, Romeu João Parussini e Andrino Braga continuaram residindo na capital, quando exerceram seus mandatos naquele órgão. O caso de Wolfram Metzler, nascido em Novo Hamburgo, se diferencia dos demais membros do Diretório. Este dirigente foi o único que construiu sua carreira política no integralismo residindo em sua cidade natal (Novo Hamburgo), onde manteve sua base eleitoral.

Ao analisar os resultados eleitorais obtidos pelo PRP, no período 1945/65, percebe-se que as duas regiões de maior índice de nascimento de seus dirigentes a Depressão Central e a Campanha foram aquelas em que tradicionalmente o partido recebeu um índice muito reduzido de votos. Isso possibilita pensar que não existe uma relação direta entre o local de nascimento dos dirigentes e a base eleitoral do partido. Pois, segundo Trindade e Noll era o PTB o partido que possuía uma forte base eleitoral nessas regiões.²⁸⁷ A região de maior índice eleitoral do PRP gaúcho foi as da Encosta Inferior e Superior do Nordeste, conforme será analisado no capítulo seguinte.

²⁸⁷ TRINDADE & NOLL, *op.cit.*, pp. 11 e 12.

5.3.5 - Origem étnica

Alemã	35 (37,23%)
Italiana	31 (32,98%)
Luso-brasileira	26 (27,66%)
Outras	2 (2,13%)
Totais	94 (100%)

Quadro 8: Origem Étnica - Fonte: CD-AIB/PRP

O historiador René Gertz critica a explicação da variável étnica como determinante da presença integralista na zona de imigração alemã. O autor chama a atenção para as dificuldades em se constatar evidências de que o integralismo tivesse apresentado especificidade do ponto de vista étnico. Gertz, demonstra que essa variável também era encontrada em outras organizações partidárias da década de 1930, daí não se constituir uma especificidade dos membros da AIB. Se o elemento étnico fosse comparado aos demais partidos era possível verificar que sua influência nos municípios de colonização alemã foi menor do que em geral é mencionado.²⁸⁸ Assim, explicita que além da questão étnica o contexto sócio-político e econômico da região deve ser considerado quando se analisa essa questão. Segundo ele é possível estabelecer certa correlação entre o favorável grau de adesão ao integralismo e o maior desenvolvimento urbano da maioria dos municípios em que havia a presença de imigrantes estrangeiros.²⁸⁹

Na análise de Carla Brandalise a variável étnico-cultural também é discutida. A autora destaca que a especificidade étnica deve ser investigada com base na motivação

²⁸⁸ GERTZ, op.cit., p. 113.

²⁸⁹ Ibidem. pp. 158 a 172.

que levou essas pessoas a aderirem à AIB. Talvez esses fatores possam concorrer para explicar a significativa receptividade do movimento nas zonas de colonização alemã e italiana. Assim, Brandalise considera que “os imigrantes e descendentes que optaram pela AIB visualizaram no movimento não só um expediente alternativo de participação política numa arena partidária exclusivista, como também a possibilidade de integração definitiva à cidadania e à vida política do país”.²⁹⁰

No trabalho de Daniel Roberto Milke sobre a atuação política da AIB em Porto Alegre, foi realizado um levantamento, que buscou identificar a origem étnica dos membros do movimento. Como resultado, o autor apresenta 451 nomes de aderentes da AIB, cuja origem é teuto-brasileira. Esse total representa 34% do total de integralistas no ano de 1937.²⁹¹

Dos 94 membros que ocuparam cargos no Diretório Regional, foram predominantes sobrenomes das nacionalidades alemã, italiana e luso-brasileira. Se juntarmos as duas primeiras nacionalidades teremos um total de 66 membros. Esse número aponta para o fato de que 70% dos dirigentes eram descendentes de imigrantes alemães e italianos, contra 28, ou cerca de 30%, de outras nacionalidades com ênfase na de origem lusa. Esse resultado é bastante diverso daquele encontrado por Trindade para a ascendência paterna dos dirigentes regionais da AIB, em que foram encontrados 16 dirigentes descendentes de luso-brasileiro, 3 italianos, 2 alemães e 4 descendentes de outras etnias. Além disso, o autor constata que nas zonas rurais colonizadas por imigrantes, em que as comunidades eram muito fechadas, os núcleos integralistas eram dirigidos por pessoas da mesma etnia, citando os casos de São Leopoldo e Novo Hamburgo.²⁹²

²⁹⁰BRANDALISE, op. cit. p. 221.

²⁹¹MILKE, op.cit., p. 147.

²⁹² Trindade chama atenção sobre a participação dos descendentes de imigrantes e a influência exercida pelo integralismo em algumas regiões de colonização, em especial a alemã, no Rio Grande do Sul e SC, a

Levando-se em conta as reflexões acima, considera-se que levantar a ascendência dos membros dirigentes do Diretório Regional não implica sobrevalorizar esta variável étnico-cultural em detrimento de outras, também importantes para caracterizar o perfil desses agentes. Elas permitem perceber que outros aspectos do social contribuem para a compreensão das relações desses dirigentes ao longo de sua atuação político-partidária.

5.3.6 – Religião

Religião	Dirigentes	%
Católica	60	63%
Protestante	28	29%
Outras	6	0,6%
Totais	94	100%

Quadro 9: Religião - Fonte: CD-AIB/PRP

Conforme a tabela acima, a maioria dos dirigentes ocupantes de cargos no Diretório Estadual declarava-se católico, alcançando um índice de 63% do total de membros daquele órgão. Os que se diziam de opção confessional protestante ficavam em torno de 30%, ou seja, pouco menos da metade dos católicos. Esse resultado vai ao encontro do que foi constatado por Hélgio Trindade para a maioria dos dirigentes da AIB, tanto em âmbito regional quanto nacional, que identificava-se como católico. Segundo ele, a prática religiosa é mais intensa nos níveis mais altos da hierarquia partidária, se comparada com a praticada pelos membros de base, pois três quartos dos dirigentes seriam católicos praticantes. É destacado ainda, que “tudo que se vincula à

filiação religiosa, a religião, é muito valorizada pelos integralistas de todos os níveis”.²⁹³

Em sua análise sobre a atuação do PRP nas diversas mobilizações que antecederam ao golpe militar de 1964 e sua posterior implantação no Rio Grande do Sul, Ângela Flach²⁹⁴ constata que a opção confessional do partido é majoritariamente católica, possuindo extrema proximidade com a ala mais conservadora dessa Igreja. Ela verifica que enquanto esta instituição apresentava-se de conjunto no combate ao comunismo, o partido admitia que ela podia emitir posicionamentos sobre assuntos fora do âmbito religioso. Todavia, após o Golpe Militar quando alguns membros do clero passaram a tecer críticas ao regime, o PRP passou a refutar declarações de seus clérigos. Dom Helder Câmara foi um dos mais criticados através do jornal integralista *A Marcha*, por suas declarações contrárias a medidas adotadas pelo Regime Militar.

O elemento religião é também analisado por John Wirth na vida política e social da elite mineira. Nesse estado, tradicionalmente apontado como “o estado mais católico do Brasil”, a formação educacional teria contribuído para uma “perda” da fé dos membros da 1ª geração da elite, mesmo que as gerações seguintes tenham se envolvido mais em questões católicas que seus pais “racionalistas”.²⁹⁵ Segundo o autor, 9% do grupo - incluía três gerações - tinha sólidas convicções religiosas, entretanto a maioria restante era composta por católicos não-praticantes.

A partir da análise do conjunto das variáveis acima apresentadas, é possível constatar algumas evidências que podem indicar traços do perfil social dos principais dirigentes do PRP gaúcho. O pertencimento à AIB, o alto nível de formação educacional, a faixa etária acima dos trinta anos e o elemento masculino, foram

²⁹³ TRINDADE, op. cit. p. 147.

²⁹⁴ FLACH, op.cit., pp. 82 e 83.

²⁹⁵ WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 208.

características que exerceram um alto grau de predominância no perfil dessas lideranças. Quanto à origem étnica, a direção ficava dividida entre alemães e italianos com relativa predominância dos primeiros. Na variável religião, foi predominante a católica, no entanto o percentual de vinte e nove por cento de protestantes não pode ser ignorado, na medida em que o dirigente que ocupou o maior número de mandatos no Diretório Regional não era católico e, sim, protestante. Assim, grosso modo, pode-se dizer que o perfil do núcleo dirigente do partido era de um homem, acima dos trinta anos de idade, que havia pertencido à AIB, descendente de imigrantes alemães ou italianos e cristão.

Capítulo 6 – O PRP nos processos eleitorais do período 1945/1965

Introdução

No presente capítulo será analisada a participação do PRP no processo político do Regime de 1946 no Rio Grande do Sul. Inicialmente, serão discutidos elementos que contribuíram para a formação do sistema partidário gaúcho, buscando compreender como ocorrerem as articulações entre as principais forças políticas. Num passo seguinte, serão analisados os resultados eleitorais do partido no período. Foram priorizadas as eleições para a Câmara Federal, para a Assembléia Legislativa e para o Senado, em especial os pleitos nos quais o partido disputou com chapa própria.

6. 1 – O Sistema partidário do Rio Grande do Sul

A formação do sistema partidário do regime de 1946, no Rio Grande do Sul, ocorreu seguindo, em parte, o “divisor de águas” predominante em termos nacionais: a existência de correntes de oposição e de apoio a Vargas. Entretanto, deve-se considerar que determinadas peculiaridades oriundas do processo de formação histórico-política do estado, como as clivagens entre os setores das oligarquias gaúchas, exerceram influência no tipo de configuração partidária que seria predominante no novo sistema partidário, pois, segundo Mercedes Cánepa, as forças políticas do período anterior e suas clivagens partem das divisões anteriores à reestruturação do sistema partidário em

1945.²⁹⁶ A forma como se consolidou o embate entre os pólos de oposição, PTB e PSD UDN e PL, diferenciando-se do que ocorria em nível nacional, pode ser apontada como um elemento dessa peculiaridade da política gaúcha.

Inicialmente, organizaram-se PSD e PTB pró-Getúlio; UDN e PL, anti-Getúlio; PCB e PRP, por sua vez diferenciavam-se da clivagem inicial dos blocos anteriores, pois assumiram posições de cunho mais ideológico. Nas eleições de 1947, o PSP teve sua primeira participação. Em 1953, foi a vez do PDC estruturar-se para participar do processo eleitoral de 1954 e, finalmente, o MTR surgiu em 1961 no cenário político, oriundo de uma dissidência do PTB. Ao longo do período em estudo, a disputa girou em torno de duas correntes políticas, criadas por Vargas, porém com predominância, a partir de 1947, da corrente trabalhista. Esta, formada com características que a diferenciavam do PSD gaúcho e nacional, alcançou significativo êxito eleitoral, tanto no âmbito estadual, quanto no municipal.

O PSD organizou-se ainda no primeiro semestre de 1945, sob o Governo de Ernesto Dornelles, seguindo os passos do PSD nacional, em que o beneplácito da interventoria e da máquina governamental regional foram fundamentais para a organização e sustentação do partido. As principais lideranças no período de sua estruturação foram Protásio Vargas, Ernesto Dornelles, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa todos vinculados à máquina da administração estadual. Já na

²⁹⁶ Segundo Cánepa, essas clivagens seriam de duas ordens: “a) as clivagens mais antigas seguiam a principal divisão da oligarquia rio-grandense na República Velha, entre Republicanos e Federalistas (Governo *versus* Oposição). Essa divisão estende-se desde os primeiros anos da República até o Governo de Getúlio Vargas (que substituiu Borges de Medeiros na Presidência estadual em 1928) e a formação da Frente Única Gaúcha (FUG) por ocasião da Revolução de 30; b) as clivagens pós-30, decorrentes das dissensões ocorridas no interior das forças revolucionárias e que, em parte, obedeciam ainda a clivagens anteriores à formação da Frente Única (Raul Pilla) e, em parte, correspondiam a rupturas próprias do pós-30 (Borges *versus* Getúlio em 1932 e Flores *versus* Getúlio em 1937), envolvendo, neste caso, portanto, divisões no seio dos antigos integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. pp. 95 e 96.

primeira convenção do partido, em julho de 1945, originou-se a “ala trabalhista”, fruto da disputa entre lideranças “elitistas” e “populistas”, a qual dará origem ao PTB.

No estado, a UDN organizou-se ainda no primeiro semestre de 1945, tendo como principais apoiadores tradicionais lideranças políticas como Osvaldo Aranha (ex-Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas), Borges de Medeiros (Governador do Rio Grande do Sul de 1898 a 1928) e Flores da Cunha (ex-Interventor do estado, deposto às vésperas do golpe do Estado Novo). Este último foi o principal organizador do partido. Sob as hostes da UDN esteve, por pouco tempo, a chamada Esquerda Democrática, liderada por Bruno de Mendonça e Antônio Aranha. Não obstante o peso dessas importantes lideranças, o partido não conseguiu atrair grandes contingentes eleitorais para suas fileiras, talvez porque o momento político possibilitasse um leque maior de opções com roupagens diferenciadas das práticas políticas já implementadas por esses líderes.

O PCB, situado à esquerda do espectro político, retornou à legalidade com significativa influência no movimento operário-sindical, cujas bases de penetração encontravam-se em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e em outros centros urbanos do estado. O PRP, localizado à direita desse espectro, declarava-se herdeiro do integralismo da década de 1930, tendo sua influência nas regiões de colonização alemã e italiana (zona colonial), em que predominavam as pequenas e médias propriedades rurais.

O sistema partidário gaúcho do período multipartidário tem sido analisado sob diferentes enfoques, em pesquisas realizadas nas décadas de 1960 e 1970 e em outras mais recentes. Dentre elas, destacamos os trabalhos de Noll e Trindade, Bodea e, ainda, Cánepa.

O trabalho de Maria Isabel Noll e Héglio Trindade²⁹⁷, definiu cinco padrões de comportamento eleitoral: 1) relativa estabilidade partidária em razão da fidelidade partidária dos eleitores, sobretudo ao PTB e PL; 2) padrão bipolarizado, em razão da dicotomia PTB/anti-PTB nas eleições e no campo das lutas políticas; 3) dominação eleitoral do PTB, em razão da sólida implantação do trabalhismo, sendo o 1º ou 2º maior partido; 4) declínio progressivo dos partidos conservadores liberais, perda eleitoral do PSD, UDN e uma relativa estabilidade do PL; 5) inviabilidade da formação de uma terceira força, em razão da polarização entre as duas maiores forças.

No trabalho de Miguel Bodea, cujo principal foco de análise é a estruturação e consolidação do PTB gaúcho, desde suas origens até 1954, é destacado que o quadro partidário formado no período possibilitou a formação de verdadeiros partidos nacionais que nasceriam com relativo ecletismo ideológico (exceto o PC e o PRP) pois, caracterizavam-se “por uma grande heterogeneidade de posições no interior de cada um deles”.²⁹⁸ Essa reestruturação obedeceu a um padrão semelhante ao nacional, aglutinando as forças de oposição a Getúlio que se agruparam em torno da UDN e as forças fiéis a Vargas em torno do PSD. Bodea destaca que a oposição teve em seus quadros lideranças políticas tradicionais, como Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros, porém teve um número bastante reduzido de eleitores. O PL, com um perfil elitista, liberal, parlamentarista e antigetulista, foi recriado por Raul Pilla, disputava com a UDN o mesmo eleitorado.

Em sua análise sobre a representação político-partidária do período 1945/65, Mercedes Cánepa afirma que a reestruturação do sistema partidário gaúcho não diferiu

²⁹⁷ TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral do Rio Grande do Sul. In: LAMOUNIER, Bolivar & CARDOSO Fernando Henrique (Orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.155, demonstram essa relativa estabilidade através de uma tipologia dos partidos classificando-os como: Populistas, Conservadores-liberais e de Terceira força.

²⁹⁸ BODEA, Op.cit. p. 16.

daquela observada em âmbito nacional. Vargas e o Estado Novo constituem o marco divisor principal. A reorganização obedeceu a duas ordens de clivagens: uma que remete à divisão da oligarquia riograndense no período da República Velha; e a outra, ao pós-30 resultante das dissensões no interior das forças revolucionárias. Destaca que o modo como o processo foi retomado pareceu que os sete anos de Estado Novo tivessem se constituído em um grande ‘parêntese’, pois levam em consideração as divisões anteriores para a reestruturação partidária de 1945.²⁹⁹

Uma das importantes peculiaridades do sistema partidário gaúcho da época foi a intensa e permanente disputa entre as duas principais correntes políticas, o PSD e o PTB. Essa concorrência, consolidada a partir das eleições de 1950, levava o primeiro a estabelecer coligações, em geral, com os partidos de orientação conservadora liberal, enquanto que o segundo, constituía como seus aliados os partidos populistas como o PSP, excetuando-se o PRP nas eleições de 1958, que garantiu a vitória de Leonel Brizola ao Governo do Estado. Neste sentido o PSD capitaneava coligações anti-trabalhistas, que normalmente incluíam UDN e PL, chegando mesmo a englobar PRP e PDC. No pleito de 1958, o PSD uniu-se à UDN e ao PL, formando a Frente Democrática, enquanto que em 1962, esse bloco foi ampliado com a adesão do PDC e PRP, constituindo-se a Ação Democrática Popular. Na tentativa de reagir à formação desse bloco, o PTB buscou aliar-se, em momentos distintos com o PSDA, PSP e PRP. A partir da década de 1950 ocorreu um certo declínio eleitoral do PSD, a nível regional e nacional, devido ao rompimento com o PTB nacional. Essa cisão deu origem ao Partido Social Democrático Autônomo (PSDA), posteriormente incorporado ao PTB, que iniciou seu processo de crescimento, tornando-se a legenda individual dominante na maioria dos municípios do estado.³⁰⁰

²⁹⁹ CÁNEPA, op. cit. p. 103.

³⁰⁰ Para melhor compreensão, ver dados em NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas do*

6.2 - Processos eleitorais e resultados alcançados pelo PRP

A partir de agora serão analisados os processos eleitorais ocorridos ao longo do regime de 1946, focalizando, especialmente, os resultados alcançados pelo PRP.

6.2.1 – As eleições de 1945

Em 1945 ocorre o primeiro processo eleitoral do período pós-Estado Novo. Foram realizadas eleições gerais para Presidente da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados.³⁰¹ Nas eleições presidenciais o PRP declarou apoio ao general Eurico Gaspar Dutra do PSD, eleito com aproximadamente 72% dos votos. Para a Câmara Federal, o PRP concorreu com chapa própria e obteve 3,47% dos votos, porém não atingiu o quórum mínimo para eleger um deputado federal. Apenas nesse pleito o PRP gaúcho não elegeu representante para a Câmara Federal. Nos demais manteve sempre um representante. Em 1954 foram eleitos dois deputados. Ressalte-se ainda que no pleito de 1962, o PRP concorreu à Câmara Federal na aliança formada pela ADP.³⁰² No pleito de 1945, o PRP participou do processo com dezenove candidatos, priorizando a candidatura de Félix Contreiras Rodrigues. A seguir, será detalhada a votação recebida pelo PRP nas regiões do estado na disputa para a Câmara Federal, em 1945.

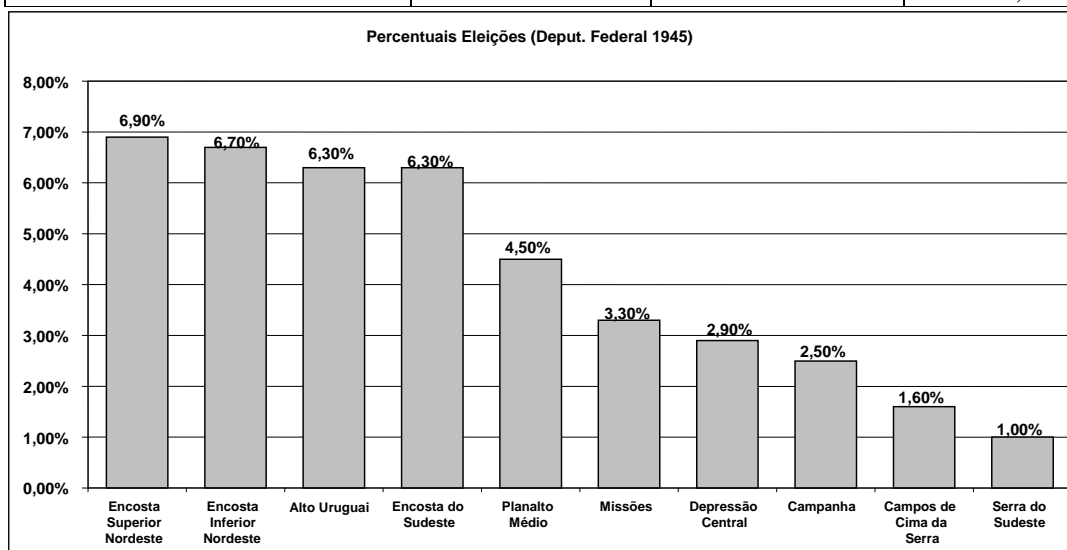
Rio Grande do Sul. op. cit. p.15 e 16.

³⁰¹ Segundo Miguel Bodea, é neste momento que surgem “pela primeira vez na história do Brasil Republicano, verdadeiros partidos nacionais (...), Estes partidos nascem, aparentemente, com relativo eclétismo ideológico (com exceção do PC e do PRP) e caracterizam-se também por uma grande heterogeneidade de posições no interior de cada um deles. BODEA, Op. cit. p. 16.

³⁰² Aliança Democrática Popular, formada pelo PSD, UDN, PL, PDC e PRP.

Quadro 10 – Resultados eleitorais para Deputado Federal 1945

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve mais que 1% dos votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Superior Nordeste	5	5	6,9
Encosta Inferior Nordeste	11	8	6,7
Alto Uruguai	7	7	6,3
Encosta do Sudeste	4	1	6,3
Planalto Médio	5	3	4,5
Missões	7	4	3,3
Depressão Central	12	8	2,9
Campanha	8	1	2,5
Campos de Cima da Serra	3	1	1,6
Serra do Sudeste	4	1	1,0



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

O quadro acima apresenta a composição das juntas/municípios de uma região, destacando em quais delas o PRP obteve votos, e a sua representação em termos percentuais.³⁰³ Nessa eleição para a Câmara Federal o partido recebeu votação em determinadas juntas eleitorais em um universo de dez, das onze regiões nas quais o estado estava dividido. Não obstante, essa votação ter sido a mais alta do PRP no nível estadual em todo o Brasil. O fato de existir votação para o PRP em quase todas as regiões não deve ser confundido com força eleitoral em todas elas. É importante

³⁰³ Sempre que aparecer esse formato de quadro os dados apresentados seguirão esses quatro itens. A referida explicação a respeito do mesmo só será fornecida novamente quando apresentado novo quadro.

salientar que o fato de ter votação em todas as juntas/municípios de uma região não implica em alto índice de votação. Nas regiões da Encosta Superior do Nordeste e do Alto Uruguai, nas quais o PRP obteve votos na totalidade das juntas/municípios seu percentual foi, no entanto, muito inferior aos altos índices (na faixa de 70%) obtidos pelo PSD nas mesmas.³⁰⁴

Esclarecida essa questão, verifica-se a partir dos dados acima, que o PRP alcançou seus maiores percentuais nas regiões da Encosta Superior do Nordeste, da Encosta Inferior do Nordeste, do Alto Uruguai e da Encosta do Sudeste, fundamentalmente. Esses percentuais ficaram próximos da casa dos 7%. Nas regiões do Planalto Médio e das Missões, obteve percentuais de votos entre 3% e 4,5%, representando uma votação mediana se comparada aos índices mais altos e mais baixos. Já as regiões da Depressão Central, Campanha, Campos de Cima da Serra e Serra do Sudeste receberam percentuais entre 2,9% e 1%, constituindo-se os mais baixos.

Na região da Encosta Superior do Nordeste, a votação para o PRP ocorreu nas cinco juntas que compõem a região, com as seguintes percentagens: Caxias do Sul/Farroupilha (12,2%), de Antônio Prado/Flores da Cunha (7,5%), de Bento Gonçalves/Garibaldi (3,8%), de Guaporé/Nova Prata (3,0%) e de Veranópolis (2,2%). Na região da Encosta Inferior do Nordeste, o PRP obteve votação em oito das onze juntas: Sobradinho (24,5%), Novo Hamburgo (16,7%), São Leopoldo (10,1%), Taquara/Canela (8,4%), Caí (5,0%), Lajeado/Arroio do Meio (4,1%), Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires (2,9%), Estrela/Encantado (1,4%). No Alto Uruguai obteve votação nas sete juntas eleitorais da região. Foram os casos de Santa Rosa (11,9%), Ijuí/Três

³⁰⁴ Segundo Carlos Cortês esses resultados referentes às eleições para deputado federal refletiram os alcançados para senador, no qual “os dois partidos de Vargas, o PSD, com 389.975 votos, e o PTB, com 40.146, representaram quase o quádruplo dos votos dos dois partidos anti-Vargas”. CORTÊS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul: 1930-1964*. Albuquerque, USA: Univ. of New México, 1974, p. 121.

Passos (11,6%), Getúlio Vargas (9,6%), Palmeira das Missões/Iraí (4,2%), Erechim (3,1%), Passo Fundo (2,8%), e Marcelino Ramos (1,3%). Na região da Encosta do Sudeste, que possuía quatro juntas eleitorais, o PRP recebeu votos apenas na junta de Camaquã/Tapes (6,3%). No Planalto Médio, obteve votos em três juntas das cinco que compõem a região: Carazinho (5,2%), Cruz Alta (4,8%) e Júlio de Castilhos/Tupanciretã (2,9%).

Na região das Missões, composta por sete juntas, o partido recebeu votos em Jaguari/General Vargas (5,9%), Santo Ângelo (2,8%), Itaqui (2,5%) e São Luiz Gonzaga (2,0%).

Na região da Depressão Central, o PRP recebeu votos em oito juntas eleitorais das doze que compunham a região: São Pedro do Sul (17,5%), de Taquari (4,9%), de Canoas (4,8%), de Porto Alegre/Guaíba (2,9%), de Porto Alegre (2,8%), de São Jerônimo/General Câmara/Bom Jesus do Triunfo (2,3%), de Santa Maria (1,4%) e de Cachoeira do Sul (1,2%).

Nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Serra do Sudeste, o PRP recebeu votos em apenas uma junta eleitoral de cada uma dessas regiões. A primeira é composta por oito juntas, a segunda por três e a terceira por quatro. Na Campanha, teve votos em Bagé (2,5%), nos Campos de Cima da Serra, em São Francisco de Paula (1,6%), e na Serra do Sudeste, na junta de Encruzilhada do Sul (1,0%).

É importante destacar que, as eleições proporcionais para deputado federal foram as primeiras em que o PRP participou com candidatos próprios no novo sistema partidário. Em que pese o fato de não ter atingido o quociente eleitoral para eleger um representante na Câmara Federal, ainda assim é passível de observação a rápida articulação operada por suas lideranças no estado. Nota-se que o partido obteve votos

em dez das onze zonas regionais, cujos resultados foram diferentes entre as regiões, ou ainda dentro de uma mesma. Tal diferença é importante para pensar que o fato do PRP ter tido votação em determinado número de juntas de uma região não pode ser confundido com a totalidade da região. Os casos da região da Encosta Inferior do Nordeste, Encosta Superior, Planalto Médio e Depressão Central são exemplos ilustrativos.

Os melhores resultados obtidos pelo partido na referida eleição assemelham-se aos alcançados pela AIB, para a Câmara Federal, em 1934.³⁰⁵ Em ambas as eleições, as três primeiras zonas de maior índice de votos foram as mesmas, ou seja, a da Encosta Superior do Nordeste, da Encosta Inferior do Nordeste e a do Alto Uruguai. De um modo geral, tais regiões foram as que se mantiveram com maior percentual de votos para o PRP nos pleitos eleitorais ocorridos no período. Os resultados mais incipientes foram nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Serra do Sudeste.

6.2.2 – As eleições de 1947

Em 1947 ocorreram eleições para o Senado Federal, Governadores e Deputados Estaduais. Walter Jobim foi eleito governador na aliança firmada entre o PSD, PRP e PCB, obtendo 41,23% dos votos, o que garantiu a vitória sobre Alberto Pasqualini, candidato do PTB. Este alcançou 37,64% dos votos, ficando na frente do terceiro colocado, Décio Martins Costa (PL/UDN), que atingiu 19%. Segundo Bodea, um dos fatores que influenciou na vitória de Jobim, foi o apoio que esse candidato teria recebido do então interventor Cylon Rosa. Além disso, a incipiente estruturação do PTB

³⁰⁵ Segundo Trindade, “nas eleições de 1934 a AIB obteve votação em 44 dos 83 municípios existentes, sendo que os resultados considerados altamente favoráveis foram em: Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul, Erechim, Caxias do Sul e Montenegro.” TRINDADE, Hélió & NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

nos municípios gaúchos também pode ter contribuído para a vitória daquele candidato.³⁰⁶

No que se refere às eleições majoritárias para o Senado Federal, o PTB derrotou o candidato do PSD. O candidato eleito para a vaga do Rio Grande do Sul foi Joaquim P. Salgado Filho do PTB, que somou 35,21% dos votos. Nesse nível de disputa concorreram ainda pelo PSD, Oswaldo Vergara, que ficou com 28%, na frente de João Carlos Machado candidato da UDN/PL, com 15%. Este alcançou a terceira posição, à frente dos candidatos lançados pelo PRP, pelo PCB e pela ED. O candidato do PRP foi Felix Contreiras Rodrigues que concorreu a deputado federal na eleição de 1945 e não foi eleito. No pleito de 1947 alcançou 43.436 votos, representando 7,82% do total de votantes. A votação recebida pelo PRP veio de onze regiões do Estado. Houve, porém, algumas diferenças em relação à votação de 1945, em especial, no que se refere ao percentual de votos obtidos pelo PRP, que foi bastante superior se comparado à eleição para deputado federal. Além disso, em 1947, obteve um percentual acima de 12% nas regiões do Planalto Médio e do Alto Uruguai, representando o dobro do recebido na eleição anterior.

No que se refere às eleições proporcionais para a Assembléia Legislativa, o PTB foi o partido que elegeu a maior bancada, alcançando 23 das 55 cadeiras. Em segundo lugar ficou o PSD, com 16; na seq uência vieram PL, com 5; UDN e PRP com 4 cada; e o PCB com 3 deputados. Esse resultado, somado ao obtido para o Senado, foi responsável pelo “grande triunfo do PTB” nessas eleições, consolidando-o como o maior partido do Rio Grande do Sul, daí em diante.

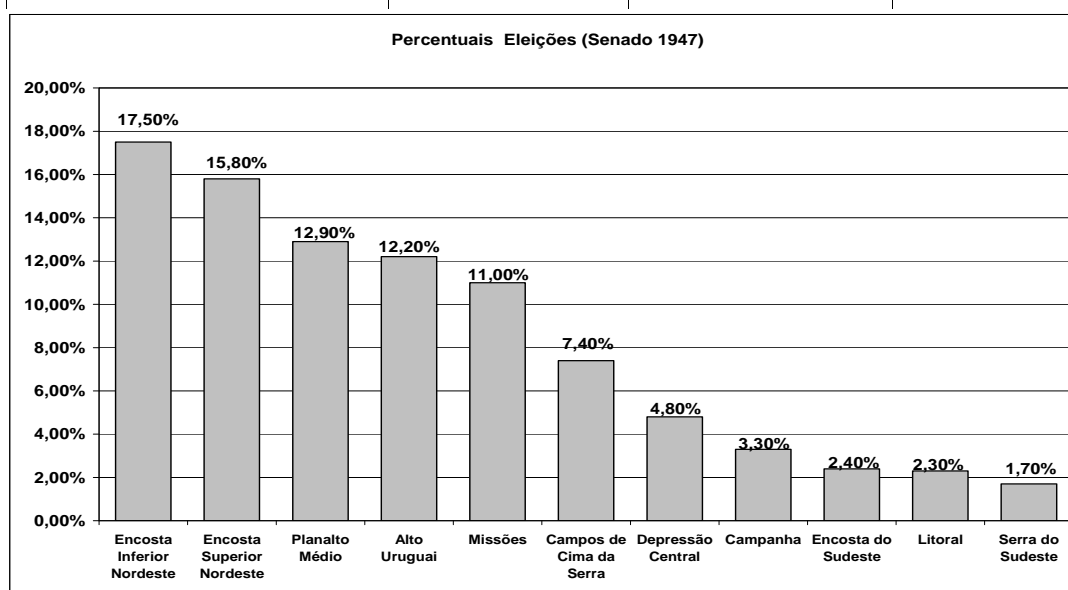
O PRP elegeu como deputados estaduais o médico Wolfram Metzler, o jornalista Luiz Alexandre Compagnoni, o advogado Carlos Maurício Werlang e o

³⁰⁶ BODEA, op. cit. p. 53.

contabilista Helmuth Closs, atingindo 8,42% dos votos válidos com pesos diferenciados nas onze regiões do Estado. O primeiro recebeu 10.508 votos, sendo o 2º mais votado no estado, atrás de José Diogo Brochado da Rocha do PTB que somou 20.446 votos. O segundo contou com 6.024, ficando em 13º lugar entre os cinquenta e cinco eleitos. O terceiro e o quarto receberam 2.058 e 1.809 votos, respectivamente. A seguir, apresenta-se a votação obtida pelo partido nas diferentes regiões para o Senado Federal e para a Assembléia Legislativa.

Quadro 11 – Resultado eleitoral do PRP para Terceiro Senador em 1947

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Inferior Nordeste	11	10	16,9
Encosta Superior Nordeste	5	4	18,6
Planalto Médio	5	5	12,9
Alto Uruguai	7	4	12,2
Missões	7	2	9,8
Campos de Cima da Serra	3	3	7,4
Depressão Central	12	9	4,8
Campanha	8	2	3,3
Encosta do Sudeste	4	4	2,4
Litoral	4	3	2,3
Serra do Sudeste	4	2	1,7



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

Vê-se no quadro acima que nas eleições de 1947, referentes a Terceiro Senador, o candidato Felix Contreiras Rodrigues, obteve votação nas onze regiões do Estado. Os índices mais altos duplicaram em relação aos alcançados na eleição de 1945 para deputado federal. As regiões de maior votação permaneceram em sua maioria as

mesmas da eleição anterior, com exceção da região do Planalto Médio, que passou de um percentual de 4,5% para 12,9%. Nessa região o PRP recebeu votos em todas as juntas, porém muito abaixo dos percentuais atingidos pelo PSD e PTB, ali predominantes eleitoralmente. O percentual de 7,4% alcançado na região dos Campos de Cima da Serra, também foi muito superior aos 1,6% obtidos no pleito para deputado federal em 1945. Por último, mas não menos importante, é a referência às cinco regiões com menor percentual de votos. Estes percentuais ficaram entre 1,7% e 4,8%, significando importante diferença ao recebido no pleito anterior. As regiões onde o PRP recebeu o maior número de votos foram a da Encosta Inferior do Nordeste, da Encosta Superior do Nordeste, do Planalto Médio, do Alto Uruguai e das Missões.

Na região da Encosta Inferior do Nordeste o partido obteve votação em dez das quinze juntas eleitorais. A junta de Sobradinho atingiu 29,4%, sendo o maior percentual alcançado pelo PRP nessa eleição. Nas demais juntas dessa região os resultados foram: São Leopoldo/Novo Hamburgo (27,6%), Lajeado/Arroio do Meio (23,8%), Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires (15,0%), Candelaria (5,5%), Caí (21,0%), São Leopoldo (15,4%), Taquara/Canela (15,2%), Estrela/Encantado (13,4%) e Montenegro (5,6%). É importante salientar que a disputa na maioria das juntas dessa região ocorreu entre o PSD e o PTB. A junta de Sobradinho foi a única em que o PRP ficou em segundo lugar com 27,6%, atrás do PSD com 53,6% e à frente do PTB com 12,6%. Outra junta cujo resultado pode ser considerado excepcional para o PRP na região, é de São Leopoldo/Novo Hamburgo. Nesta, o partido venceu o PTB e o PSD por uma pequena diferença de votos.

Na região da Encosta Superior do Nordeste, o PRP recebeu votação em três juntas. Na de Caxias do Sul/Farroupilha o partido atingiu 19,9%, conquistando seu maior percentual. Esse resultado representou um distante 2º lugar, atrás do PTB com

59,1% dos votos, porém superior aos 9,7% alcançados pelo PSD. As duas outras juntas da região nas quais o PRP obteve votação foram em Bento Gonçalves/Veranópolis/Garibaldi (13,8%) e Guaporé/Nova Prata (12,7%). Estes resultados colocaram o PRP numa terceira colocação, atrás do PTB e do PSD, principais vitoriosos nessas juntas eleitorais.

No Planalto Médio, o partido recebeu votos em cinco juntas eleitorais. A de Ijuí/Três Passos (19,6%) foi a de maior índice da região, vencendo a coligação UDN/PL que alcançou 14,5%, porém ficando distante do PSD com 39% e do PTB com 26,6%. Na sequência de votos do PRP vieram às juntas de Carazinho/Sarandi (17,4%), Cruz Alta (9,4%), Soledade (7,0%) e Júlio de Castilhos/Tupanciretã (4,8%). No que se refere a estas quatro juntas, o PRP alcançou resultados que o colocam em quarto lugar, atrás do PTB, do PSD e da UDN/PL. A exceção foi apenas a junta de Carazinho/Sarandi em que estes último obtiveram 14,6% contra 17,4% do PRP.

Já na região do Alto Uruguai, o PRP obteve votação em quatro juntas. Na junta de Santa Rosa (18,9%) atingiu seu maior percentual, ficando atrás do PSD (33,8%) e do PTB (31,4%). As demais juntas foram a de Passo Fundo/Getúlio Vargas (11,9%), Palmeira das Missões/Iraí (11,7%) e Erechim/Marcelino Ramos (9,2%). A quinta região foi a das Missões, em que a votação do PRP ocorreu em São Luiz Gonzaga (15,2%) e Santo Ângelo (6,7%).

As regiões dos Campos de Cima da Serra e Depressão Central, nessa eleição foram dominadas, fundamentalmente pelo PTB e pelo PSD. Este suplantou aquele em municípios circunscritos na primeira região, porém foi derrotado na maioria das juntas pertencentes à Depressão Central. A votação do PRP ocorreu em todas as juntas da primeira região, porém não ultrapassou dez por cento dos votos. Ainda assim, esse resultado empatou com o recebido pela UDN/PL. Na junta de Lagoa Vermelha obteve

10,0%, em Vacaria/Aparados da Serra, 7,8% e em São Francisco de Paula, 2,1%. No tocante as juntas da Depressão Central, o PRP obteve votos em dez juntas eleitorais, sendo Taquari (8,7%) a que atingiu o maior percentual. Abaixo dele estão Jaguari/General Vargas (5,7%), Cachoeira do Sul (5,6%), Santa Maria/São Pedro do Sul (5,6%), Porto Alegre (5,2%), Santa Maria (5,1%), Porto Alegre/Guaíba/Canoas/Gravataí (4,2%), São Jerônimo/General Câmara/Bom Jesus do Triunfo (1,5%), Rio Pardo (1,0%) e Viamão (1,0%). Esse universo de juntas representa um percentual próximo de setenta e cinco por cento do total da região, entretanto a votação obtida pelo PRP alcançou um índice muito baixo do eleitorado da mesma. Em vários desses municípios o PTB encontrava-se solidamente implantado.

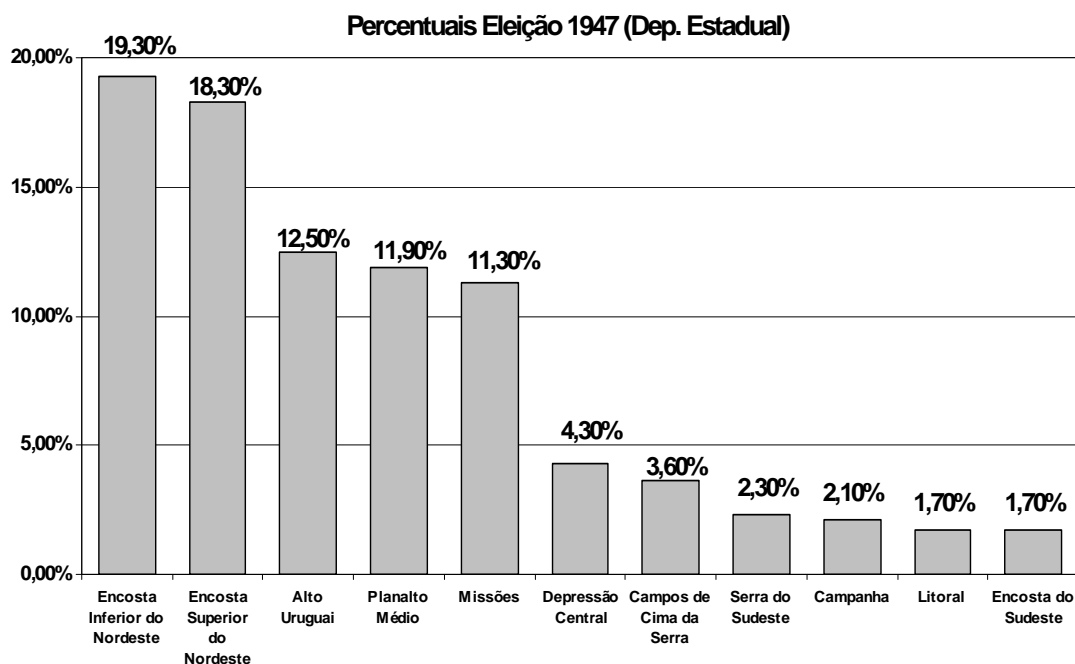
As quatro últimas regiões foram aquelas em que o PRP recebeu percentuais menores. Eram áreas dominadas eleitoralmente pelo PTB, seguido pelo PSD e ainda pelo PL e pela UND. Na Campanha, o partido recebeu votação acima de 1% apenas nas juntas de Bagé (3,8%) e Uruguaiana (2,4%). Na Encosta do Sudeste, de quatro juntas, a de Camaquã/Tapes (3,4%) foi que teve maior percentual. A votação foi menor nas juntas de Pelotas (3,0%), Pelotas/São Lourenço do Sul (2,2%) e Jaguarão/Arroio Grande/Herval do Sul (1,1%). No Litoral, os votos foram provenientes das juntas de Rio Grande (2,5%), Santo Antônio/Osório/Torres (2,4%) e Rio Grande/São José do Norte (2,0%). Finalmente, na região da Serra do Sudeste teve votação muito baixa nas Juntas de Caçapava do Sul/São Sepé (1,8%) e na de Encruzilhada do Sul (1,6%).

De um modo geral, nessa eleição para senador, o PRP obteve votos nas onze regiões do estado, com resultados muito diferenciados entre elas e, ao mesmo tempo, atingiu uma parcela muito pequena do eleitorado. Foi nas regiões da Encosta Inferior do Nordeste, da Encosta Superior, do Planalto Médio, do Alto Uruguai e das Missões que o partido alcançou os mais altos percentuais de votação. Nessas regiões os percentuais

ficaram entre 17,5%, o mais alto, 11,0%, o mais baixo. A região da Encosta Inferior do Nordeste não só atingiu o mais alto índice desta eleição, no município de Sobradinho (29,45%), como também foi a região com votação em um maior número de juntas eleitorais, dez no total. Nas regiões da Campanha, da Encosta do Sudeste, do Litoral e da Serra do Sudeste o partido teve seus piores resultados. Além de percentuais muito baixos nessas regiões, o número de juntas nas quais o PRP obteve votos, fora muito pequeno se comparado ao universo das mesmas.

Quadro 12 – Resultados eleitorais do PRP para deputado estadual 1947

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Inferior do Nordeste	11	10	19,3
Encosta Superior do Nordeste	5	4	18,3
Alto Uruguai	3	3	13,2
Planalto Médio	6	6	13,2
Missões	7	3	11,3
Depressão Central	12	8	4,3
Campos de Cima da Serra	3	3	3,6
Serra do Sudeste	4	2	2,3
Campanha	8	3	2,1
Litoral	4	3	1,7
Encosta do Sudeste	4	3	1,7



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

A partir dos dados do quadro acima, verifica-se que os resultados eleitorais alcançados pelo PRP na eleição para deputado estadual foram proporcionalmente mais

altos que aqueles obtidos na eleição para Terceiro Senador em 1947, assim como o percentual de votos para Deputado Federal em 1945. Talvez, uma das explicações possíveis para esse aumento do percentual de votos do PRP no nível estadual, esteja associada às inúmeras campanhas de divulgação do partido realizadas nas gestões político-administrativas sob a direção de Oscar Machado. Pois, conforme já mencionado no capítulo quatro, uma das marcas da administração interna desse dirigente e de outros foi a tentativa de criar diretórios municipais e propor ações com vistas ao funcionamento dos mesmos.

As cinco primeiras regiões com maior votação mantiveram-se as mesmas, os percentuais, entretanto, foram em média superiores aos alcançados no outro pleito. Na Encosta Inferior do Nordeste, o índice foi de três pontos percentuais acima do alcançado no pleito para senador. Entre as outras quatro regiões nas da Encosta Superior do Nordeste, do Alto Uruguai, do Planalto Médio e das Missões os índices obtidos ficaram muito próximos entre si, mas ainda mais alto que o alcançado anteriormente. No que se refere às regiões com menor índice de votos, a principal diferença foi o percentual de 3,6% alcançado na região dos Campos de Cima da Serra neste pleito para deputado estadual, enquanto que no pleito para senador, o resultado foi de 7,4%.

Na região da Encosta Inferior, o PRP obteve votos para a Assembléia Legislativa em dez juntas eleitorais. Os municípios foram Sobradinho (34,3%), São Leopoldo/Novo Hamburgo (31%), Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires (23,15%), Lajeado/Arroio do Meio (23,1%), Candelária (11,9%), Caí (22,8%), São Leopoldo (15,1%), Estrela/Encantado (14,9%), Taquara/Canela (14,8%) e Montenegro (6%). Na maioria destas juntas, o PSD saiu vitorioso, ficando o PRP em segundo lugar nas cinco primeiras juntas.

Na Encosta Superior do Nordeste, o partido obteve acima de um por cento dos votos em 4 juntas, nos municípios de Bento Gonçalves/Veranópolis/Garibaldi (10,3%), de Caxias do Sul/Farroupilha (18%), de Guaporé/Nova Prata (19,6%) e de Antônio Prado (35%). A votação do PRP recebida neste último município foi superior aos 32,3% do PSD e aos 21% do PTB. Entretanto, nas demais juntas, o PTB alcançou índices superiores aos outros partidos.

No Alto Uruguai, a votação para o PRP ocorreu em quatro juntas eleitorais, abarcando os municípios de Santa Rosa (21%), Palmeira das Missões/Iraí (13,9%), Passo Fundo/Getúlio Vargas (10,9%) e Erechim/Marcelino Ramos (8,9%). Apenas na segunda junta o PSD obteve um percentual de votos superior ao PTB. Este suplantou aquele nas demais juntas, ficando o PRP em terceira posição.

No Planalto Médio o PRP obteve votação em cinco juntas eleitorais. Na de Ijuí/Três Passos (19,6%) e Carazinho/Sarandi (17,2%) atingiu os mais altos percentuais. Em outras três juntas os resultados foram os seguintes: Cruz Alta (14,4%), Soledade (6%) e Júlio de Castilhos/Tupanciretã (4,5%). Em todas essas juntas o PSD foi o partido que recebeu o maior número de votos, em algumas o PTB ficou em um distante segundo lugar. Já o PRP na maioria delas ficou em terceira posição. Porém, nas juntas de Soledade e de Júlio de Castilhos/Tupanciretã foi suplantado também pela UDN.

Na região das Missões, o partido obteve votos nas juntas eleitorais de São Luiz Gonzaga (19,3%), Santo Ângelo (7,4%) e Jaguari/General Vargas (4,7%). Nesta última junta, o PL alcançou 31% dos votos, ficando atrás do PTB com 35,1%. Nas demais, o PSD ganhou por uma larga margem de votos.

Na região da Depressão Central, o PRP obteve votação em oito juntas, com índices entre cinco e oito pontos percentuais. As quatro primeiras juntas foram Taquari (8,2%), Cachoeira do Sul (6,5%), Porto Alegre/Guaíba/ Canoas/Gravataí (6,3%) e Santa

Maria/São Pedro do Sul (5,3%), sendo as quatro últimas juntas Santa Maria (4,9%), Porto Alegre (3,6%), Rio Pardo (3,6%) e São Jerônimo, General Câmara, Bom Jesus do Triunfo (1,7%). Este último município era pertencente à região dos Campos de Cima da Serra.

Finalmente, nas regiões dos Campos de Cima da Serra³⁰⁷, da Serra do Sudeste³⁰⁸, da Campanha³⁰⁹ do Litoral³¹⁰ e da Encosta do Sudeste³¹¹, o PRP obteve os mais baixos percentuais, pois ficou com 1% na junta de Rio Grande e São José do Norte, seu mais baixo resultado, e 4,8% na junta de Lagoa Vermelha, seu melhor resultado nesse conjunto de cinco regiões.

No tocante à disputa para a Assembléia Estadual, observa-se que o PRP obteve percentuais superiores a trinta por cento dos votos nos municípios de Antônio Prado (35%) e Sobradinho (34,3%), este pertencente à região da Encosta Inferior do Nordeste e aquele à região da Encosta Superior do Nordeste. Os índices alcançados na junta de Antônio Prado foram superiores aos recebidos pelo PSD (32,3%) e pelo PTB (21%). Já os 34,3% obtidos em Sobradinho foram superados apenas pelo percentual de (50,9%) recebido pelo PSD, porém muito superior aos (10,4%) atingidos pelo PTB naquele município.

No que se refere aos níveis de disputa para Terceiro Senador e para a Assembléia Legislativa do RS nesse pleito de 1947 é possível verificar similitudes e diferenças nos resultados obtidos pelo PRP nas regiões do Estado. No campo das

³⁰⁷ O PRP obteve votação nas juntas de São Francisco de Paula (2,7%), Vacaria, Aparados da Serra (3%) e Lagoa Vermelha (4,8%).

³⁰⁸ Nessa, foram as juntas de Encruzilhada do Sul (1,2%) e Caçapava do Sul, São Sepé (3%).

³⁰⁹ Na região da Campanha as juntas referem-se aos municípios de Rosário do Sul (1,1%), Uruguaiana (1,7%) e Bagé (2,6%).

³¹⁰ No Litoral as juntas em que atingiu votos são as seguintes: Rio Grande, São José do Norte (1%), Rio Grande (1,3%) e Santo Antônio, Osório, Torres (2,5%).

³¹¹ Nessa região, também foram três as juntas em que o PRP conseguiu votos: Pelotas (1,4%), Pelotas, São Lourenço do Sul (1,5%) e Camaquã, Tapes (3,1%).

semelhanças, deve ser mencionado que o PRP obteve votação nas onze regiões nos dois níveis, assim como as cinco regiões de maior percentual são as mesmas, havendo apenas uma pequena diferença na classificação entre o Planalto Médio e o Alto Uruguai. Além disso, pode-se dizer que as juntas ou municípios de maior votação, nas diferentes regiões, nos dois níveis de disputas, foram às mesmas, com exceção da região do litoral, em que a junta de Rio Grande ficou com o maior percentual na eleição para o Senado e, em segundo lugar, para a Assembléia Legislativa. No tocante às diferenças, observa-se que os percentuais obtidos, principalmente, nas duas primeiras regiões na disputa para deputado estadual, foram superiores aos obtidos para senador. Esse resultado é relativamente superior, também é válido para os percentuais obtidos na unidade junta/município nas diferentes regiões nesses dois níveis de disputa.

Se compararmos os resultados alcançados pelo PRP nas eleições de 1945, para deputado federal, com os dois níveis de 1947 – Senador e Deputado Estadual - é possível verificar que o número de regiões em que o partido obteve votação sofreu uma pequena modificação, pois passou de dez para onze em 1947. Ocorreu também um relativo aumento no percentual de votos atingido nas regiões que alcançaram os mais altos índices. O número de juntas/municípios dessas mesmas regiões também teve acréscimos. Verifica-se ainda que na região da Encosta Inferior do Nordeste, em 1945, o partido recebeu votos em oito juntas, sendo a de Sobradinho a que obteve o maior percentual da região. Esse percentual foi superior também a todas as outras regiões. Em 1947, essa mesma região contou com votação em dez juntas, obtendo a segunda maior votação do PRP no Estado, sendo novamente Sobradinho aquela em que alcançou o maior percentual na região. É importante destacar que por serem ainda as primeiras eleições do período existem diferenças significativas no percentual obtido pelo partido

nessas regiões nos três pleitos, sinalizando uma ampliação do eleitorado em determinadas regiões.

6.2.3 - As eleições de 1950

Em 3 de outubro de 1950 ocorreram eleições para Presidente da República e Vice, para Senador, Deputado Federal, Governador de Estado e Deputado Estadual. Para a Presidência da República foi eleito pela coligação PTB/PSDA/PSP, Getúlio Vargas, com 48% dos votos, deixando em um distante segundo lugar o candidato do PSD, Christiano Machado, que alcançou 28,86%. Em terceiro, ficou o candidato da UDN/ PL/PRP Brigadeiro Eduardo Gomes, que obteve 20,51% dos votos. Os resultados dessa eleição revelaram uma “vitória retumbante” de Vargas, que alcançou quase o dobro da votação de seu adversário do PSD, somando, aproximadamente, quatro milhões de votos.³¹² Além disso, Vargas também conseguiu eleger seu vice, João Café Filho, do PSP, com 30,71% dos votos contra 28,98% de Altino Arantes Marques, do PSD.

Na eleição ao Senado, a aliança do PRP gaúcho foi com o PSD e a UDN, lançando a candidatura de Plínio Salgado (titular) e Felix Contreiras Rodrigues (suplente). Salgado ficou em segundo lugar, com 34,02% dos votos, perdendo para o candidato da coligação PTB/PSDA/PSP, Alberto Pasqualini, que ao alcançar 47,78% dos votos, “atingia a maioria absoluta dos votos nominais, com 50,8% do total, dada a maior incidência de votos em branco na eleição para o Senado”.³¹³

Nas eleições para Governador do Estado, o candidato da aliança PTB/PSDA/PSP, Ernesto Dornelles, conquistou a vitória com 45,85%, derrotando o

³¹²CORTÉS, op. cit. p. 145.

³¹³ Conforme BODEA, op. cit. p. 87.

candidato do PSD/UDN/PRP, Pompilio Cylon F. da Rosa, que alcançou 39,47% dos votos, e também o candidato do PL, Edgar Luiz Schneider, que se classificou em um distante terceiro lugar, com 11,23% dos votos. Os resultados dessa eleição para Governador foram também reflexos do triunfo de Vargas, que levaria o PTB, a partir dessa eleição, a se estabelecer como a principal força política no Rio Grande do Sul.

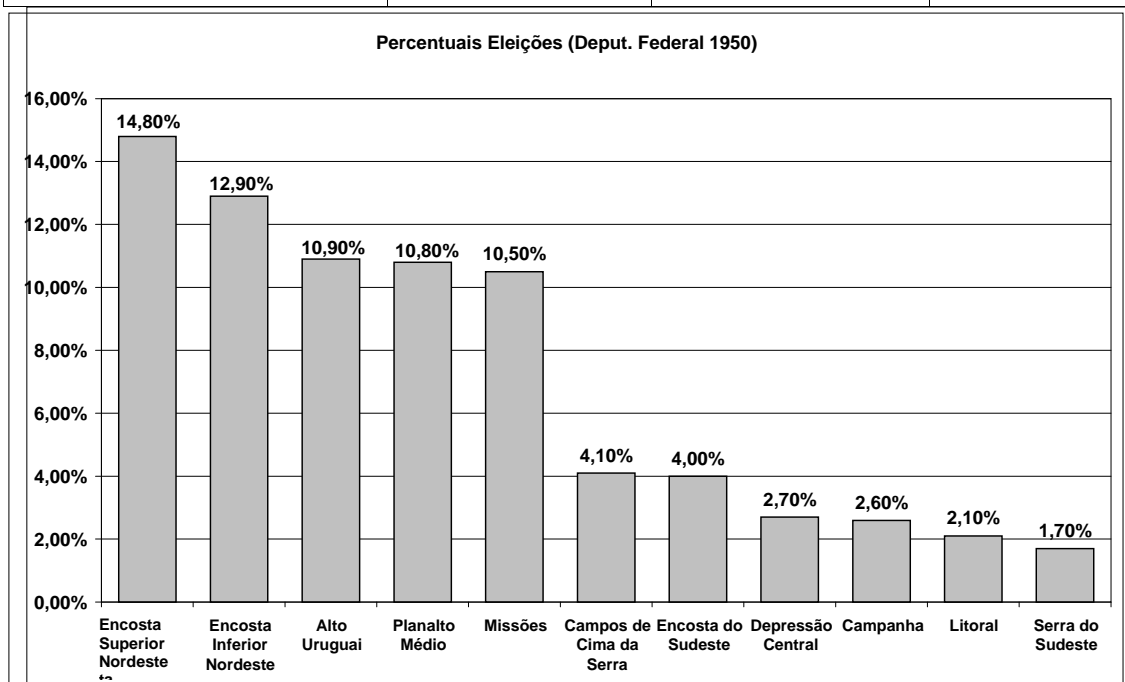
No âmbito do legislativo federal, novamente o principal vitorioso foi o PTB, que ocupou dez das vinte cadeiras da Câmara Federal, na frente do PSD que ficou com oito, do PL, com duas e da UDN e do PRP com uma cada. Este último elegeu o médico Wolfram Metzler com 48.728 votos, representando 6,77% dos 719.334 votantes. Tal resultado significou uma cadeira na Câmara Federal para o partido, condição que demonstra o seu crescimento se comparado com o pleito anterior, no qual o PRP havia atingido 3,47% dos votos, não elegendendo nenhum deputado.

Para a Assembléia Legislativa gaúcha, o PTB foi também o grande vencedor com vinte e um eleitos, na frente do PSD com dezessete, do PL com seis, da UDN e do PRP com quatro cada, do PSP com duas e do PSB com uma. O PRP atingiu 53.861 votos, um percentual de 7,48%, o que lhe garantiu eleger novamente quatro deputados. Dentre esses, o contabilista Helmuth Closs foi reeleito.³¹⁴ A seguir, serão apresentadas de modo detalhado as votações obtidas pelo PRP nas regiões do Estado, em especial as disputas proporcionais para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa do Estado.

³¹⁴ Foram eleitos o industrialista e jornalista Nestor Feldman Pereira, o economista Guido Fernando Mondin, o contabilista Alberto Hoffmann e o contabilista Helmuth Closs.

Quadro 13 – Resultados eleitorais para deputado federal em 1950

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Superior Nordeste	6	5	14,8
Encosta Inferior Nordeste	11	10	12,9
Alto Uruguai	7	4	10,9
Planalto Médio	5	5	10,8
Missões	7	3	10,5
Campos de Cima da Serra	3	3	4,1
Encosta do Sudeste	4	2	4,0
Depressão Central	13	7	2,7
Campanha	8	4	2,6
Litoral	4	1	2,1
Serra do Sudeste	4	2	1,7



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

Conforme o quadro acima, que se refere aos resultados eleitorais para a Câmara Federal, no Rio Grande do Sul, o PRP obteve votação nas onze regiões do estado. Na região do Litoral, o PRP não havia recebido votos superiores a um por cento

na eleição de 1945. Em termos percentuais há aumentos significativos em relação ao primeiro pleito. As três primeiras regiões com maior índice de votos permaneceram as mesmas, porém seus percentuais de votos quase dobraram. As regiões do Alto Uruguai e das Missões aumentaram significativamente seus percentuais, em especial esta última que passou de 3,3% para 10,5%. As regiões que no pleito anterior obtiveram os mais baixos percentuais de votos continuaram praticamente as mesmas no pleito de 1950, apenas com percentuais relativamente maiores que antes. A Encosta do Sudeste, entretanto, foi praticamente a única que reduziu de 6,3% para 4,0% seu percentual de votação.

Na região da Encosta Superior do Nordeste, o PRP alcançou seus maiores percentuais, com votação em quatro juntas eleitorais. A junta de Caxias do Sul/Farroupilha/Flores da Cunha³¹⁵ (27%) foi a que representou ao PRP o percentual mais alto da região, praticamente igualando-se ao percentual obtido pelo PTB e superior ao resultado do PSD. Se comparado com o resultado dessa junta na eleição de 1945, verifica-se um relativo aumento, porém deve-se levar em conta a inclusão do município de Flores da Cunha, que anteriormente fazia parte da mesma junta com Antônio Prado. A segunda junta é a de Antônio Prado (9,3%), que obteve aumento no percentual recebido. Apesar disso, a votação do PRP ficou em um distante terceiro lugar, atrás do PSD com 57,8% e do PTB com 22,4% dos votos. As duas últimas juntas da região com votos para o partido foram Guaporé/Nova Prata (6,2%) e Bento Gonçalves/Veranópolis/Garibaldi (6,1%). A primeira teve aumentado seu percentual de votos para o PRP. À segunda foi acrescida dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, o que talvez tenha contribuído para alterar o percentual de 2,2% obtidos, anteriormente para os 6,1% de 1950.

³¹⁵ Na eleição de 1945 esse município estava na mesma junta com Antônio Prado.

A votação do PRP na região da Encosta Inferior do Nordeste foi obtida em dez juntas. A de Sobradinho (28,8%) não só se manteve com o maior índice da região, como também aumentou o percentual em relação a 1945. A junta de São Leopoldo/Novo Hamburgo (17,7%) foi a segunda com maior percentual de votos da região. Na eleição anterior, esses dois municípios constituíam juntas individuais, com resultados que se comparados com o percentual recebido no atual pleito, eram bastante inferiores. Na junta de Santa Cruz/Venâncio Aires, atingiu 16,4% diferenciando-se bastante dos 2,9% obtidos em 1945. Na junta de Lajeado/Arroio do Meio (15,%) também o percentual significou uma elevação em relação aos 4,1% recebidos anteriormente. As duas juntas seguintes, Caí (14,8%) e Estrela/Encantado (12,3%), assim como as anteriores aumentaram o percentual de votos recebidos. As quatro últimas juntas dessa região são Montenegro (8,6%), Taquara (6,3%), Candelária (4,2%) e Santo Antônio/Osório (2,5%). Destes, apenas Taquara havia tido votação no pleito anterior na mesma junta que Canela.

No que se refere à região do Alto Uruguai, o partido obteve votação em quatro juntas da região. A junta de Santa Rosa (19%) atingiu novamente o maior percentual da região, inclusive superando os 11,9% obtidos em 1945. A segunda classificada é a junta de Palmeira das Missões/Iraí/Três Passos (15,2%), acrescida deste último, aumentando o percentual de 4,2% alcançado anteriormente. Na junta seguinte, Erechim/Marcelino Ramos, juntos neste pleito, aumentaram os percentuais obtidos em relação à eleição passada. A junta de Passo Fundo/Getúlio Vargas (4,5%), acrescida deste último município, aumentou levemente o seu percentual de votos.

No Planalto Médio, a votação do PRP foi obtida em cinco juntas eleitorais. Os percentuais alcançados foram muito superiores aos obtidos anteriormente. A junta de Ijuí (27,1%) foi a primeira da região, superando bastante a de Carazinho que obteve a

primeira classificação da região com 5,2%, na eleição passada. A junta seguinte, Carazinho/Sarandi (14,7%), acrescida do município de Sarandi, também aumentou o percentual de votos recebidos. Na junta de Cruz Alta (6,3%) também houve aumento no percentual recebido pelo PRP. As juntas eleitorais nas quais o PRP obteve um maior percentual de votos foram a de Júlio de Castilhos/Tupanciretã (2,8%) e a de Soledade (2,6%).

Na região das Missões, o percentual de votos do PRP foi superior ao obtido na eleição de 1945. O partido teve votação em três juntas, sendo as de São Luiz Gonzaga (16,2%) e Santo Ângelo (7,2%) os que obtiveram percentuais superiores aos alcançados na eleição anterior. A junta de Jaguari/General Câmara teve seu percentual diminuído para 4,8%.

Nos Campos de Cima da Serra, o PRP recebeu votação em três juntas. A de Lagoa Vermelha recebeu 7,5%, bastante superior ao 0,1% obtido em 1945. As outras juntas foram São Francisco de Paula/Canela (2,8%) e de Vacaria/Aparados da Serra (1,4%), tendo a primeira um relativo aumento de percentual em relação ao pleito anterior.

Na Encosta do Sudeste o partido recebeu votação em Pelotas/São Lourenço do Sul (6,3%), sendo este muito próximo dos 6,2% obtidos por essa junta, em 1945. A junta de Jaguarão/Arroio Grande/Herval do Sul (1,1%) atingiu um percentual baixíssimo.

Os índices individuais obtidos na região da Depressão Central não alcançaram a casa dos sete por cento. Esse resultado se diferencia do obtido em 1945, quando a junta de São Pedro do Sul alcançou 17,5%. Entre as outras sete juntas, a que atingiu maior percentual foi a de Taquari, com 4,9%. Em 1950, essa junta atingiu o maior percentual da região, atingindo 6,9%. As demais juntas foram Rio Pardo (5,9%),

Cachoeira do Sul (4,6%), Porto Alegre (4,1%), Santa Maria/São Pedro do Sul (2,6%), Porto Alegre/Canoas/Gravataí (2,3%) e Viamão/Guaíba (1,2%). É necessário destacar que a junta de Cachoeira do Sul aumentou o percentual de 1,2% anteriormente obtido, e também a junta de Santa Maria/São Pedro do Sul, antes separados, reduziram significativamente o percentual de votos, principalmente se considerarmos os 17,5% alcançados por São Pedro do Sul em 1945.

As três últimas regiões com os mais baixos percentuais foram Campanha, Litoral e Serra do Sudeste. Na primeira, a região da Campanha, o partido teve votos na junta de Uruguaiana (5,7%), com um índice superior aos 2,5% obtidos na eleição passada. Os percentuais alcançados nas três outras juntas Bagé/Lavras do Sul³¹⁶ (1,8%), Livramento (1,5%) e Quaraí (1,1%), foram muito baixos. O caso de Bagé se diferencia das demais juntas, na medida em que tal percentual foi menor ainda que o recebido em 1945. A região do Litoral obteve votação apenas na junta de Torres (2,1%). Na eleição anterior, as juntas dessa região obtiveram votação inferior a um por cento dos votos. Finalmente, na região da Serra do Sudeste, a votação do PRP ocorreu nas juntas eleitorais de Caçapava do Sul/São Sepé (2,0%) e Encruzilhada do Sul (1,1%).

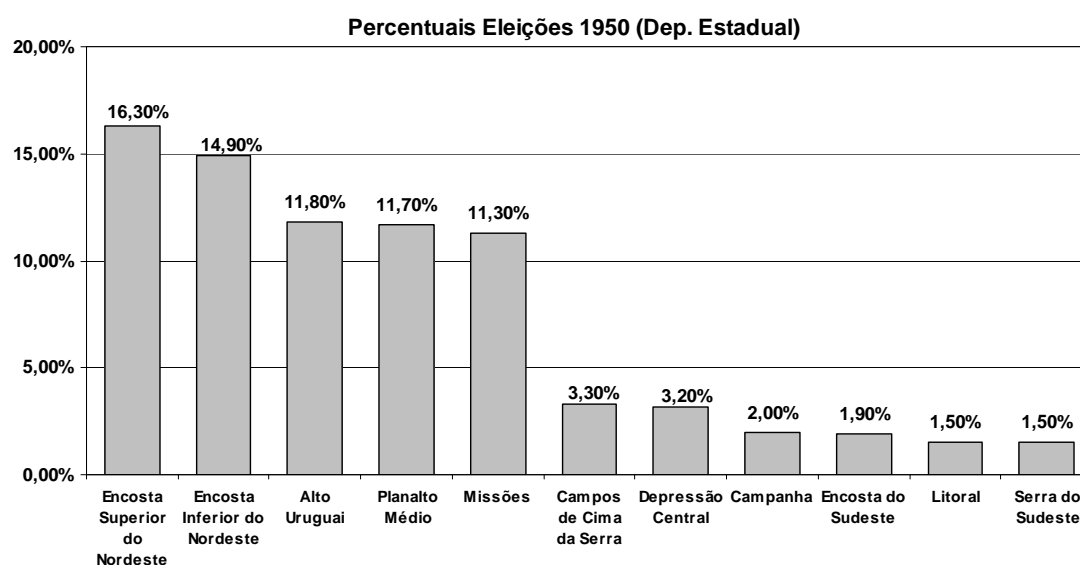
Observa-se que nas regiões em que o partido atingiu seus maiores índices eleitorais, estes foram relativamente superiores em relação aos obtidos em 1945. Pode-se citar a região do Planalto Médio, que havia alcançado a quinta colocação subiu para a quarta, em 1950. Outras regiões, como a Encosta Inferior do Nordeste, a Encosta Superior do Nordeste e o Alto Uruguai tiveram as mais altas votações do PRP, aumentando significativamente seus percentuais em relação aos resultados da eleição anterior. As regiões da Campanha, do Litoral e da Serra do Sudeste não tiveram

³¹⁶ O referido município pertence à região da Serra do Sudeste.

nenhuma modificação em termos de percentual, mantendo-se as mesmas que obtiveram os mais baixos percentuais do PRP em ambos os pleitos para a Câmara Federal.

Quadro 14 – Resultados eleitorais para deputado estadual em 1950

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Superior do Nordeste	6	4	16,3
Encosta Inferior do Nordeste	11	10	14,9
Alto Uruguai	7	6	11,8
Planalto Médio	5	5	11,7
Missões	7	3	11,3
Campos de Cima da Serra	3	3	3,3
Depressão Central	13	6	3,2
Campanha	8	3	2,0
Encosta do Sudeste	4	2	1,9
Litoral	4	2	1,5
Serra do Sudeste	4	1	1,5



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

No quadro acima se pode verificar, primeiramente, que na disputa para a Assembléia Legislativa, o PRP recebeu votação nas onze regiões do Estado. No que se refere aos percentuais recebidos por região nota-se que os mesmos sofreram uma relativa redução, principalmente entre as regiões de maior índice eleitoral. As regiões da

Encosta Inferior e Superior são exemplos disso, pois a primeira havia obtido em 1947, 19,3%, enquanto a segunda, 18,3%. As outras três regiões de maior índice eleitoral, da mesma forma, tiveram redução de votos. As seis regiões de menor votação também sofreram uma pequena diminuição de percentual.

Na Encosta Superior do Nordeste, a junta eleitoral Caxias/Farroupilha/Flores da Cunha³¹⁷ alcançou o percentual de 29% dos votos, significando um aumento de 11% em relação ao pleito de 1947. As demais juntas da região que obtiveram resultados superiores a 1% foram Antônio Prado (14,7%), Guaporé/Nova Prata (7,8%) e Bento Gonçalves/Veranópolis/Garibaldi (6,2%).

Na região da Encosta Inferior, o partido obteve votos em dez juntas eleitorais. A junta de Sobradinho atingiu o maior índice da região, com 34,7%. Nessa mesma região, o PRP teve votos nas juntas de Lajeado/Arroio do Meio (25,5%), Caí (25,2%), Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires (18,9%), São Leopoldo/Novo Hamburgo (17,2%), Estrela/Encantado (10,1%), Montenegro (7%), Taquara (5,9%), Santo Antônio, Osório³¹⁸ (2,9%) e Candelária (1,8%).

Nas regiões do Alto Uruguai e das Missões, as juntas de Santa Rosa e de São Luiz Gonzaga atingiram o mesmo percentual de 17,7% dos votos. As demais juntas do Alto Uruguai foram: Palmeira das Missões/Iraí/Três Passos, Erechim/Marcelino Ramos e Passo Fundo/Getúlio Vargas com 16,2%, 10,5% e 5,4%, respectivamente. As duas outras juntas das Missões foram as seguintes: Santo Ângelo (7,4%) e Jaguari/General Vargas (5,2%).

Na região do Planalto Médio, a junta do município de Ijuí destaca-se entre as demais com o percentual de 34%, superando a votação de 19,6% anteriormente

³¹⁷ No pleito de 1947 o referido município não fazia parte dessa junta eleitoral.

³¹⁸ O município de Osório pertencia à região do Litoral.

recebida. A segunda maior votação da região do Planalto foi na junta de Carazinho/Sarandi³¹⁹, com 13,2% dos votos, percentual superior ao obtido anteriormente. As juntas de Cruz Alta, Júlio de Castilhos/Tupanciretã e Soledade receberam 7,5%, 2,8% e 2,8%, respectivamente.

Na região das Missões, os votos do PRP vieram de três juntas: São Luiz Gonzaga (17,7%), Santo Ângelo (7,4%) e Jaguari/General Vargas (5,2%).

Nas demais regiões a votação do partido foi muito baixa. Nos Campos de Cima da Serra, o partido recebeu votação em três juntas: Lagoa Vermelha (4,7%), São Francisco de Paula/Canela (2,8%) e Vacaria/Aparados da Serra (2,1%). Na região da Depressão Central, os votos vieram de seis juntas, sendo os 6,5% de Taquari/General Câmara o maior percentual da região. Nas demais juntas, o resultado foi o seguinte: Cachoeira do Sul (5,4%), Rio Pardo (4,5%), Santa Bárbara/São Pedro do Sul (4, 4%), Porto Alegre/Canoas/Gravataí (2,5%) e a junta de Porto Alegre com 2,3%. Na região da Campanha, a votação concentrou-se nas juntas de Bagé/Lavras do Sul (2,9%), Uruguaiana (2,5%) e Rosário do Sul (1,0%). Na Encosta do Sudeste, na junta de Pelotas/São Lourenço, o PRP atingiu o percentual de 8,1%, superior aos 1,5% alcançados na eleição anterior. A outra junta da região foi a de Pelotas com 1,9%. No Litoral, vieram das juntas de Torres (2,1%) e Rio Grande/São José do Norte (1,4%). Finalmente, na região da Serra do Sudeste, o PRP recebeu votos unicamente na junta de Caçapava do Sul/São Sepé (1,5%).

Os resultados referentes à disputa para deputado estadual indicam que o PRP recebeu votos nas mesmas regiões em que havia obtido no pleito de 1947, porém houve redução desses percentuais nas quatro regiões com maior índice de votos. Ou seja, as regiões da Encosta Superior do Nordeste, da Encosta Inferior do Nordeste, do Alto

³¹⁹ Esse município pertencia à região do Alto Uruguai.

Uruguai e do Planalto Médio, mantiveram-se com os maiores percentuais, porém inferiores a 1947. Os municípios de Sobradinho e Ijuí foram os que alcançaram os mais altos percentuais de votos. Os 34,7% alcançados pelo primeiro garantiram o maior percentual de votos do PRP, que somou um relativo acréscimo em relação ao pleito anterior. Da mesma forma, o percentual de 34% alcançado em Ijuí superou a votação obtida na outra eleição, ocupando o segundo lugar que havia sido alcançado por Antônio Prado com 35% dos votos. Os resultados alcançados por este último município na presente eleição sofreram uma enorme queda, passando de 35% para 14,7%.

No que diz respeito aos resultados obtidos pelo PRP em Sobradinho e Ijuí, os quais alcançaram um relativo crescimento nos diferentes níveis de disputa ocorridos até a eleição em análise, talvez uma explicação para esses índices esteja nas campanhas de divulgação realizadas na gestão de Oscar Machado. Dentre elas os programas radiofônicos transmitidos para diversos municípios do Rio Grande do Sul, entre os quais esses municípios estavam incluídos. Também a atuação dos diretórios municipais dessas localidades parece ter contribuído para esses resultados, na medida em que se verifica a participação de dirigentes locais nas reuniões do Diretório Regional com certa periodicidade. Além disso, nesses municípios o PRP elegeu vereadores nos diversos pleitos eleitorais ocorridos no período, tais parlamentares eram, em geral, membros desses diretórios.

Apesar dos percentuais mais expressivos alcançados pelo PRP limitarem-se a um número pequeno de regiões, mesmo assim em alguns casos eram superiores aos índices alcançados pelos demais partidos, ou mesmo se igualavam a eles. Veja-se que os 34,7% obtidos em Sobradinho foram superiores aos percentuais alcançados pelos outros partidos, pois o PSD recebeu 33,2%, o PTB, 18,6%, o PL 7,4%, a UDN, 0,3%. Da

mesma forma, os 34% alcançados em Ijuí superaram o percentual de 23,6% recebido pelo PTB, 22,5% pelo PSD, de 11,0% obtido pelo PL e de 2,6% obtido pela UDN.

Ao compararmos os resultados obtidos pelo PRP nos níveis da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa do RS, em 1950, é possível dizer que o partido recebeu votação nas mesmas regiões, inclusive a classificação entre a primeira e a sexta colocada foi igual nos dois níveis. Entretanto, os percentuais de votos foram bastante desiguais conforme se verifica acima. É provável que um dos indícios que explique as maiores votações do PRP nos municípios, nos diferentes níveis de disputas eleitorais, esteja ligado à atuação política dos dirigentes municipais em conexão com lideranças vinculadas a direção regional e ao aparato parlamentar. Os resultados eleitorais alcançados em alguns municípios demonstram em alguma medida essa rede de relações. Nos municípios de Caxias do Sul, Sobradinho e Ijuí seja à organização de seus diretórios municipais. Foram diretórios que desenvolveram atividades políticas em nome do PRP, possibilitando que alguns de seus membros exercessem mandato no legislativo e no executivo municipal. O primeiro desses municípios, possuía na direção do diretório veteranos do período da AIB, Luis Compagnoni, Guido Mondin, entre outros. Certamente, uma parte dessa votação ajudou a eleger Luis Compagnoni, o segundo deputado mais votado do PRP nas eleições estaduais de 1947. Nas eleições municipais desse mesmo ano o PRP elegeu, o vice-prefeito e cinco vereadores. Em Sobradinho dos sete vereadores da Câmara Municipal o PRP ocupou três cadeiras no parlamento municipal de 1947. Na cidade de Ijuí, o resultado foi dessa eleição foi ainda mais vantajosa para o PRP, pois elegeu seis dos sete vereadores da Câmara. Além disso, contribuiu muito para a eleição de Alberto Hoffmann em seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa.

6.2.4 - As eleições de 1954

Antes de tudo, é preciso destacar que quando se analisa o processo eleitoral de 1954, no Rio Grande do Sul, não se deve perder de vista o cenário de crise do governo Getúlio Vargas,³²⁰ assim como os condicionamentos advindos de sua morte em agosto de 1954, os quais tiveram importante repercussão no processo eleitoral gaúcho.³²¹ A eleição para Governador do Estado foi disputada por quatro candidaturas: Ildo Meneghetti apoiado pela Frente Democrática; Alberto Pasqualini pelo PTB; Brochado da Rocha pelo PSP e Wolfram Metzler pelo PRP. Segundo Cánepa, apesar da existência de quatro candidaturas “o pleito foi nitidamente polarizado, de um lado, pelo candidato da Frente Democrática (PSD-PL-UDN), vitorioso com 46,17% dos votos e, de outro, pelo candidato do PTB, que atingiu 42,51% da votação (perdendo por uma diferença de 3,6%).³²²

Wolfram Metzler ficou num distante terceiro lugar, com 71.110 votos, o equivalente a 8,48% do total de votantes. Este resultado, segundo Cánepa, inviabilizava as pretensões do PRP de se tornar uma alternativa eleitoral ao executivo estadual, mas teria funcionado como estratégia de crescimento partidário, na medida em que o PRP teve aumentado o número de cadeiras na Câmara Federal, e manteve as quatro cadeiras que já tinha na Assembléia Legislativa. O último colocado, com 2% dos votos foi José Diogo Brochado da Rosa, candidato do PSP. As eleições para o Senado Federal foram disputadas por seis candidatos no RS, sendo eleitos Armando Câmara (402.438 votos) e

³²⁰ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Saga S/A, 1969, p.142-180. Carlos Cortés em *Gaúcho Politics in Brazil*, capítulo oitavo, faz uma análise do retorno de Vargas ao poder até seu suicídio em 1954.

³²¹ Referindo a essa questão, Cortés afirma que “O suicídio de Getúlio veio num momento em que se preparavam às eleições no país, e o Rio Grande do Sul sentiu seu impacto de forma especial. Os rio-grandenses interpretaram o suicídio de Vargas como o assassinato de um gaúcho pelos militares e pela oposição nacional – mais um dos crimes federais cometidos durante dois séculos contra o Rio grande do Sul”. CORTÉS, op. cit. P 182.

³²² CÁNEPA, Mercedes. Op. cit. p. 203.

Daniel Krieger (383.010 votos) ambos lançados pela Frente Democrática, que derrotou os candidatos João Goulart e Rui Ramos do PTB. O candidato do PRP que disputou nesse nível, Nestor Contreiras Rodrigues, obteve 60.814, 7,24% dos votos, o que representava um pouco menos do que o total alcançado pelo candidato a governador.³²³

Na disputa para a Câmara Federal, o PRP obteve 70.346 votos, o equivalente a 8,39% do total de votantes. Isso garantiu as duas cadeiras que foram ocupadas pelos jornalistas Nestor Feldman Pereira e Luiz Alexandre Compagnoni, num total de oito nomes lançados pelo partido para disputar esse nível de eleição. Nestor Pereira foi o mais votado com 31.586 (3,77%), enquanto que Compagnoni obteve 21.161 (2,52), quase a mesma quantidade de votos obtida por Metzler para este mesmo cargo em 1950. O número de cadeiras alcançado pelo PRP foi superior apenas ao da UDN, que reelegeu Flores da Cunha como seu único representante na Câmara Federal. O PL elegeu três deputados, o PSD sete, e, o PTB elegeu a maior bancada do estado, com onze representantes, conquistando a posição de maior partido individual.

No tocante à disputa para a Assembléia Legislativa do RS, o PRP obteve 61.218 votos o equivalente a 7,3% do total de votantes, garantindo ao partido a manutenção das quatro cadeiras já alcançadas em 1950, porém com a reeleição de apenas um dos quatro deputados eleitos.³²⁴ Dos quarenta e um candidatos lançados pelo partido foram eleitos o contador Pedro Afonso Anchau, o farmacêutico Onil Xavier dos Santos, o médico Arno Fernando Arnt e o contabilista Alberto Hoffmann, reeleito com

³²³ No conjunto das eleições majoritárias – Senador e Governador – e proporcionais - Câmara Federal e Assembléia Legislativa -, ocorreu o aumento do número de votantes que passou de 719.334 para 837.755, perfazendo um total de 16,46%. As juntas eleitorais sofreram alteração, passando de 68 para 93 em 1954. Com isso os votos dos municípios passaram a ser apurados individualmente. In: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Hégio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995, pp. 11, 47 e 69.

³²⁴ Enquanto o PRP reelegeu apenas um dos seus deputados, o mesmo não ocorreu nessa 3ª legislatura da Assembléia Legislativa, em que o nível de reeleição teve um crescimento bastante significativo, pois do total de 55 cadeiras do parlamento estadual 24 foram ocupadas por deputados que tiveram seus mandatos renovados. HEINZ, op. cit. p. 75.

o maior número de votos do partido neste nível de disputa. Na eleição anterior, este deputado havia ficado em terceiro lugar. No pleito em análise obteve um pequeno acréscimo, algo em torno de trezentos votos, que lhe garantiu a primeira colocação. É interessante observar que os três principais nomes da gestão-político administrativa do Diretório Regional de 1952-1956 elegeram-se para exercer mandato parlamentar, ampliando assim os espaços de sua atuação para uma esfera de poder externa ao partido. O presidente do Diretório Regional e o primeiro vice-presidente foram eleitos como para o parlamento estadual, enquanto o segundo vice-presidente elegeu-se para a Câmara Federal.

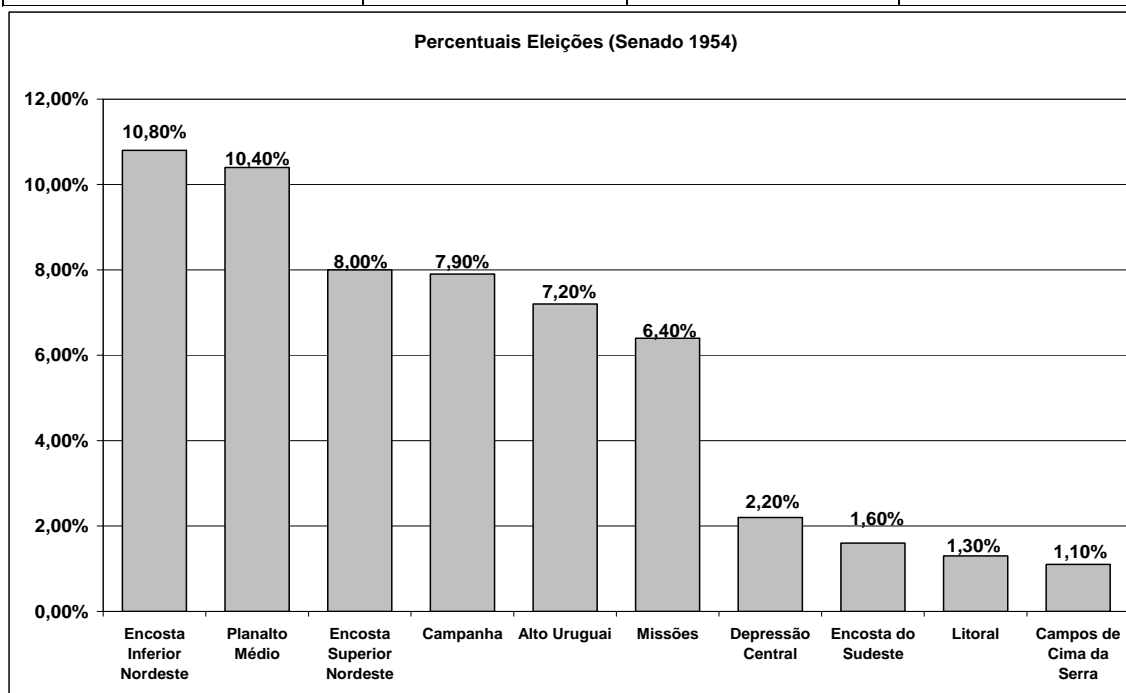
Dos quatro deputados estaduais eleitos pelo PRP, três tinham formação de nível superior. Apenas Alberto Hoffmann desempenhava uma profissão – a de contabilista - que sugere uma formação de nível médio. Nessa bancada, o elemento pertencimento à AIB foi bastante diferente daquele perceptível nas bancadas de 1947 e 1950, nos quais a maioria dos membros havia militado no movimento. Na bancada eleita em 1954, apenas Arno Arnt reivindicava atuação na AIB, talvez em razão de sua idade, pois era o único representante que estava na faixa dos cinquenta anos. Os demais estavam na faixa dos trinta, o que representa também um diferencial em relação às bancadas anteriores. Metade da bancada dizia-se católica, enquanto a outra parte reivindicava-se protestante.

A seguir apresenta-se a votação obtida pelo PRP no Estado no processo eleitoral de 1954, primeiramente nas disputas majoritárias para o Senado Federal e Governador do Estado. Mais uma vez destaca-se que só foram mensurados nesta e nas demais tabelas os resultados superiores a 1% dos votos alcançados pelo partido. As variáveis que compõem essas tabelas foram definidas com o propósito de detalhar a

votação do partido em nível municipal, buscando verificar a real força eleitoral do PRP no município e conseqüentemente na região do estado da qual o mesmo fazia parte.

Quadro 15 – Resultados eleitorais para Senador em 1954

Regiões do estado	Total de municípios p/ região	Nº de Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Inferior Nordeste	14	14	10,8
Planalto Médio	7	4	10,4
Encosta Superior Nordeste	9	5	8,0
Campanha	8	1	7,9
Alto Uruguai	9	7	7,2
Missões	7	2	6,4
Depressão Central	13	7	2,2
Encosta do Sudeste	5	2	1,6
Litoral	6	2	1,3
Campos de Cima da Serra	6	1	1,1



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

A partir dos dados do quadro acima, vê-se que nas eleições majoritárias para o Senado, o PRP obteve votação em dez das onze regiões do Estado. Nesta eleição, o partido não teve votação na região da Serra do Sudeste, na qual obteve o percentual de

1,7% na disputa eleitoral de 1947. A diferença entre os resultados obtidos nas regiões da Encosta Inferior do Nordeste e do Planalto Médio não ultrapassou 0,5%, denotando um certo equilíbrio eleitoral entre as mesmas. Esse resultado, entretanto, foi inferior ao atingido nas eleições de 1947 quando a primeira região alcançou o índice de 16,9% e a segunda, 12,9%. O índice de 8,0% alcançado na região da Encosta Superior classifica-a como o terceiro melhor desta eleição, porém é bastante inferior aos 18,9% obtidos na eleição anterior. As regiões da Campanha e do Alto Uruguai alcançaram índices semelhantes. A primeira obteve o percentual de 7,9% superior aos 3,3% atingidos anteriormente; a segunda, atingiu o percentual 7,2% inferior aos 12,2% em 1947. Dentre as regiões de menor índice, as das Missões e dos Campos de Cima da Serra foram as que tiveram maior redução de percentual em relação à eleição anterior, na qual obtiveram 9,8% e 7,4%, respectivamente. Esses resultados que, por vezes, apresentam-se muito semelhantes entre as regiões, revelam-se ao mesmo tempo, bastante diferenciados no interior de cada uma delas, como se verá a seguir.

A região da Encosta Inferior do Nordeste foi a de maior votação do partido que recebeu votos em quatorze municípios. No município de Caí alcançou seu maior percentual, com 19,7%. Nos demais municípios, os resultados foram os seguintes: Venâncio Aires (18,3%), Arroio do Meio (18,1%), Novo Hamburgo (17,6%), Sobradinho (15,2%), Lajeado (11,5%), Estrela (9,7%), São Leopoldo (9,5%), Santa Cruz do Sul (9,2%), Montenegro (6,8%), Candelária (6,7%), Taquara (6,3%), Encantado (4,3%) e Canela (2,1%).

Na região do Planalto Médio, o município de Ijuí obteve o maior percentual (21,6%). Além deste município, tiveram votação Carazinho (8,6%), Cruz Alta (7,0%) e Tupanciretã (1,5%). Já a região da Encosta Superior do Nordeste, obteve votação em cinco municípios, entre os quais Flores da Cunha alcançou o maior percentual com

16,9% dos votos. Os demais municípios foram Caxias do Sul (9,7%), Antônio Prado (3,6%), Farroupilha (3,4%) e Garibaldi (2,1%).

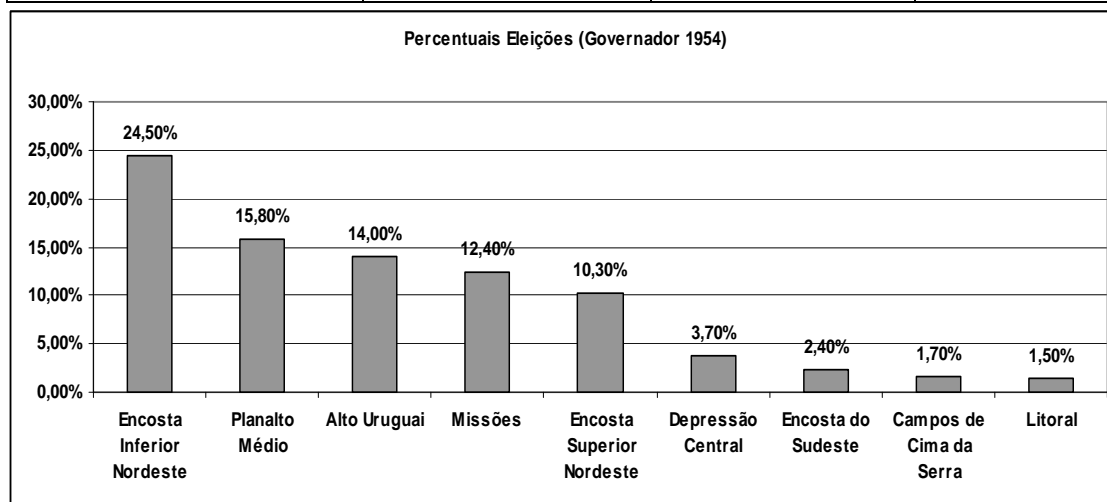
Na região da Campanha, o partido teve votos no município de Santana do Livramento (7,9%). Na região do Alto Uruguai obteve votação em nove municípios. Em Três Passos obteve 20,7%, alcançando o percentual mais alto da região. Na seq uência estão os municípios de Santa Rosa (13,8%), Sarandi (5,7%), Iraí (5,0%), Erechim (4,5%), Marcelino Ramos (4,0%), Getúlio Vargas (2,8%), Júlio de Castilhos (1,7%) e Passo Fundo (1,5%).

Na região das Missões, a votação do partido ocorreu nos municípios de São Luiz Gonzaga (6,6%) e Santo Ângelo (6,1%).

As regiões classificadas com os menores percentuais foram as da Depressão Central, da Encosta do Sudeste, do Litoral e dos Campos de Cima da Serra, respectivamente. Na primeira, obteve votação em oito municípios, sendo o de São Pedro do Sul com 7,2% o que alcançou o maior percentual. Os demais municípios foram Rio Pardo (6,1%), Cachoeira do Sul (4,1%), Taquari (3,1%), General Câmara (2,9%), General Vargas (2,6%), Canoas (2,3%) e Porto Alegre (1,4%). Na segunda, os votos vieram dos municípios de São Lourenço do Sul (2,9%) e Pelotas (1,4%). Na terceira, dos municípios de Santo Antônio (1,8%), Rio Grande (1,1%) e Torres (1,1). Finalmente, na quarta região, o PRP teve votos no município de Lagoa Vermelha (1,1%).

Quadro 16 – Resultados eleitorais para governador 1954

Regiões c/ votação para Governador	Total de municípios p/região	Nº de Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Inferior Nordeste	14	14	24,5
Planalto Médio	7	5	15,8
Alto Uruguai	9	9	14,0
Missões	7	2	12,4
Encosta Superior Nordeste	9	6	10,3
Depressão Central	13	12	3,7
Encosta do Sudeste	5	3	2,4
Campos de Cima da Serra	6	2	1,7
Litoral	6	2	1,5



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

No pleito para Governador, o PRP obteve votação em nove regiões do Estado, conforme o quadro X. Não obteve votação na região da Serra do Sudeste e da Campanha, na qual o candidato ao Senado havia recebido 7,9% dos votos. Os mais altos percentuais ficaram entre as regiões da Encosta Inferior do Nordeste, Planalto Médio, Alto Uruguai, Missões e Encosta Superior do Nordeste, todas situadas na grande área da serra em sua Zona Colonial e Planalto Central.

Na região da Encosta Inferior, o partido obteve votação em quinze municípios, sendo o de Caí (39,7%), o que alcançou o maior percentual da região. Os demais municípios foram Arroio do Meio (35,3%), Novo Hamburgo (34,2%), Venâncio Aires (33,7%), Estrela (30,2%), Montenegro (30,0%), Lajeado (29,2%), Sobradinho (28,3%), Santa Cruz do Sul (23,1%), São Leopoldo (22,3%), Candelária (16,2%), Taquara (15,9%), Encantado (7,3%), Santo Antônio (4,8%) e Canela (4,2%). Os percentuais dos doze primeiros municípios da região mantiveram-se relativamente altos e muito próximos entre si.

No Planalto Médio, houve votação em cinco municípios, sendo o de Ijuí com 34,9% o que obteve o maior percentual da região. Os outros quatro foram Carazinho (18,3%), Cruz Alta (13,3%), Tupanciretã (3,0%) e Soledade (1,6%).

No Alto Uruguai o partido obteve votação em nove municípios. O município com maior percentual foi o de Três Passos com 36,6% dos votos. Na seq uência, estão os municípios de Santa Rosa (26,1%), Palmeira das Missões (13,5%), Sarandi (10,6%), Iraí (9,8%), Erechim (8,9%), Marcelino Ramos (7,9%), Getúlio Vargas (5,3%), Júlio de Castilhos (3,1%) e Passo Fundo (2,8%).

Outras duas próximas regiões são as das Missões e a Encosta Superior do Nordeste. A primeira, obteve votação nos municípios de São Luiz Gonzaga (13,4%) e Santo Ângelo (11,7%). Na segunda região, foram seis os municípios que o PRP obteve votação, dentre eles o de Flores da Cunha com 28,1% alcançou o maior percentual da região. Os demais foram Caxias do Sul (15,9%), Antônio Prado (5,5%), Garibaldi (3,9%), Farroupilha (3,8%) e Guaporé (1,6%).

As regiões com os mais baixos índices foram Depressão Central, Encosta do Sudeste, Campos de Cima da Serra e Litoral. Na região da Depressão Central, o PRP recebeu votação em doze municípios. O de maior percentual foi Rio Pardo com 13,9%

dos votos, seguido por São Pedro do Sul com 12,7%. Os demais foram Taquari (9,5%), Cachoeira do Sul (6,9%), General Câmara (6,2%), Canoas (5,3%), General Vargas (4,5%), Porto Alegre (2,8%), São Sepé (2,0%), Santa Maria (1,6%), Guaíba (1,5%) e Gravataí (1,0%). A segunda, nos municípios de São Lourenço do Sul (9,6%), Tapes (1,2%) e Pelotas (1,1%). Na terceira região, o PRP obteve votos nos municípios de Lagoa Vermelha (1,8%) e São Francisco de Paula (1,5%). Finalmente, na quarta, nos municípios de Torres (2,4%) e Rio Grande (1,3%).

A primeira diferença que pode ser apontada na comparação entre esses dois níveis de disputas são os percentuais de votos obtidos pelos candidatos do PRP para governador e para senador. Metzler alcançou 8,48% dos votos, enquanto Nestor Contreiras Rodrigues atingiu um percentual de 3,62%, demonstrando que não houve transferência de votos do primeiro para o segundo. Houve diferença, também, no número de regiões nas quais os candidatos tiveram votação. O candidato a governador recebeu votos em nove regiões do Estado, enquanto o candidato ao Senado recebeu votos em dez, sendo a votação recebida no município de Lagoa Vermelha, região dos Campos de Cima da Serra, um diferenciador entre eles. Nesta, Metzler não obteve votação, enquanto Contreiras Rodrigues recebeu 7,9% dos votos depositados naquele município. Entretanto, se observarmos os percentuais das regiões que alcançaram os maiores índices de votos, como na Encosta Inferior do Nordeste, Planalto Médio, Alto Uruguai, Missões e Encosta Superior do Nordeste, vê-se que nelas Metzler recebeu percentuais bastante superiores aos recebidos por Rodrigues.

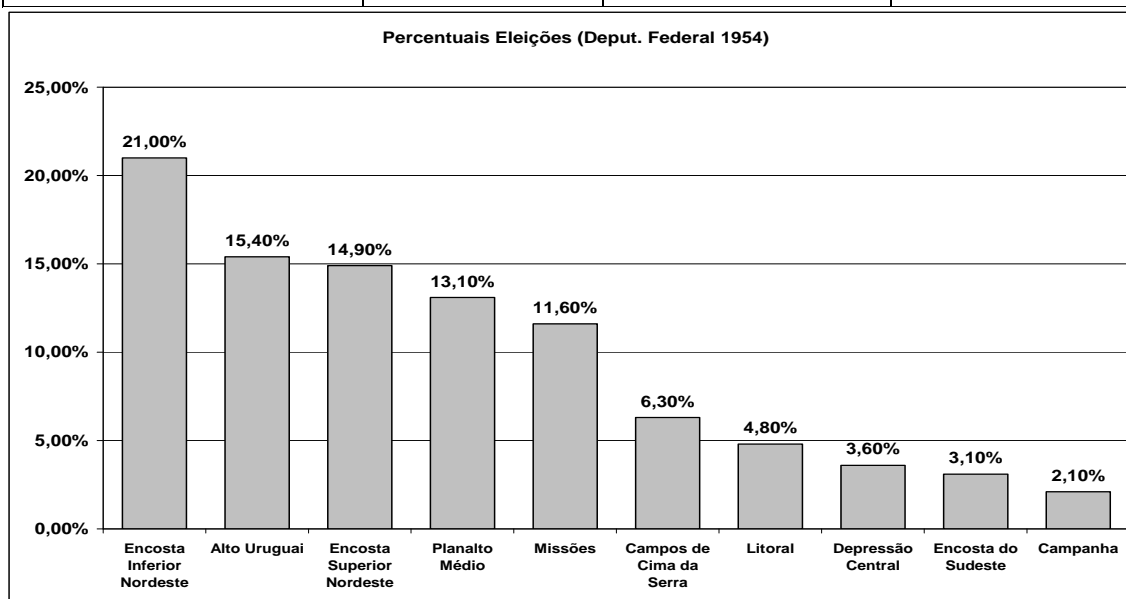
Outra questão observável, refere-se a um certo equilíbrio entre o número de municípios nos quais o partido recebeu votação, havendo diferença apenas em municípios da região da Depressão Central, nos quais Metzler recebeu votação em doze deles e Contreiras Rodrigues em oito. Esse relativo equilíbrio entre o conjunto de

municípios onde os dois foram votados, contudo, não significa percentual de voto igual para ambos. Veja-se, por exemplo, que os percentuais de votos alcançados por Metzler em municípios como Caí, Arroio do Meio, Venâncio Aires e Novo Hamburgo foram muito superiores à votação obtida por Rodrigues nos mesmos. É provável que o capital político e cultural do qual Metzler era portador tenha contribuído para essa diferença de resultado. Tanto a sua militância na AIB, quanto a sua votação no pleito estadual de 1947, no qual foi eleito o deputado com maior número de votos para o PRP somaram em termos eleitorais.

Na seq uência, apresentam-se os resultados obtidos pelo PRP nas eleições proporcionais para deputado federal e para deputado estadual também realizadas em 1954, buscando perceber possíveis similitudes e/ou diferenças entre eles. Para ambos os níveis o partido lançou candidatos próprios, elegendo dois deputados para a Câmara Federal e quatro para o parlamento estadual. A forma de apresentação desses resultados segue o mesmo formato usado anteriormente.

Quadro 17 – Os resultados eleitorais para Deputado Federal

Regiões c/ votação para Dep. Federal	Total de municípios p/região	Nº de Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Inferior Nordeste	15	14	21,0
Alto Uruguai	9	9	15,4
Encosta Superior Nordeste	9	9	14,9
Planalto Médio	7	6	13,1
Missões	7	3	11,6
Campos de Cima da Serra	6	3	6,3
Litoral	6	2	4,8
Depressão Central	13	12	3,6
Encosta do Sudeste	5	1	3,1
Campanha	8	2	2,1



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

A partir do quadro acima verifica-se que nas eleições proporcionais para a Câmara Federal, o PRP obteve votação em dez das onze regiões do Estado. As cinco regiões com maior índice de votos foram a Encosta Inferior do Nordeste, o Alto Uruguai, a Encosta Superior do Nordeste, a região do Planalto Médio e a região das

Missões. Ao compararmos a classificação dessas regiões com a obtida no pleito de 1950, observa-se que se mantiveram as regiões com maior percentual de votos, havendo apenas uma relativa alternância entre elas. No que se refere ao número de municípios com votos em cada região, observa-se que foi, fundamentalmente, na região da Encosta Inferior do Nordeste e na Depressão Central que ocorreram as maiores mudanças.

A Encosta Inferior do Nordeste, que continua entre as de maior índice, obteve votação em quatorze municípios. Nesta região, um dado que chama atenção é a pouca diferença entre os percentuais obtidos nos municípios de maior concentração de votos. Caí com 35,3% recebeu o maior percentual, aumentando significativamente em relação a 1950. Observa-se que praticamente todos os municípios dessa região superaram a votação obtida na última eleição. São os casos de Venâncio Aires (31,1%), Arroio do Meio (30,7%), Novo Hamburgo (28,8%), Montenegro (25,6%), São Leopoldo (19,7%), Estrela (18,0%), Santa Cruz do Sul (16,8%), Taquara (13,0%), Lajeado (12,2%), Encantado (11,9%), Candelária (11,8%) e Canela (4,2%). Apenas o município de Sobradinho (26,2%) teve uma relativa redução em relação aos 28,8% alcançados em 1950.

Na região do Alto Uruguai, o PRP alcançou votação também em nove municípios. O município de Três Passos (37,2%) foi o que obteve maior índice de votos. Este percentual foi significativamente superior aos 15,2% alcançados na eleição anterior, na mesma junta composta também por Palmeira das Missões e Iraí. O segundo em percentual foi o município de Santa Rosa com 25,1%, que também superou os 19,0% obtidos anteriormente. Os demais municípios da região com votação foram Palmeira das Missões (12,9%), Erechim (11,8%), Sarandi (11,6%), Marcelino Ramos (11,2%), Iraí (8,7%), Getúlio Vargas (7,8%) e Passo Fundo (3,5%), os quais, em geral, alcançaram percentuais superiores aos obtidos no pleito de 1950.

A região da Encosta Superior do Nordeste recebeu votos em nove municípios. Destes, Flores da Cunha (51,0%) alcançou o maior percentual da região, obtendo praticamente o dobro da votação obtida pelo segundo melhor classificado dessa região. Além disso, esse percentual foi muito superior aos 27,0% obtidos em 1950, na mesma junta com Caxias do Sul e Farroupilha. Os outros quatro municípios mais votados da região, Caxias do Sul (27,6%), Farroupilha (18,7%), Antônio Prado (16,0%) e Garibaldi (11,8%), também superaram os percentuais alcançados na eleição anterior. Os demais municípios com votação na região foram Bento Gonçalves (2,9%), Veranópolis (2,4%), Guaporé (2,4%) e Nova Prata (1,7%). Estes quatro municípios sofreram uma relativa redução nos percentuais obtidos se comparados à eleição anterior.

O Planalto Médio obteve votação em seis municípios. O município de Ijuí (33,3%) foi, novamente, o que obteve o maior percentual de votos da região, sendo superior ao percentual obtido em 1950. Os outros quatro municípios com maior percentual na região tiveram votação acima da alcançada em 1950. Foi o caso de Carazinho (14,5%), Cruz Alta (11,5%), Júlio de Castilhos (3,9%) e Tupanciretã (1,8%). Apenas o município de Soledade (1,9%) obteve votação inferior aos 2,6% alcançados em 1950.

A Região das Missões foi a região subsequente, na qual o PRP obteve votação em três municípios. Observa-se que o maior percentual desta região é, em média 50% inferior aos percentuais obtidos nos municípios com maior índice daquelas regiões. O município de São Luiz Gonzaga (14,5%) foi o que obteve o maior percentual da região. Ficou, no entanto, um pouco abaixo dos 16,2% obtidos em 1950. Já o município de Santo Ângelo (11,3%), teve seu percentual superior aos 7,2% alcançados na eleição anterior. O último município da região foi Jaguari (1,0%), que também teve seu percentual reduzido neste pleito.

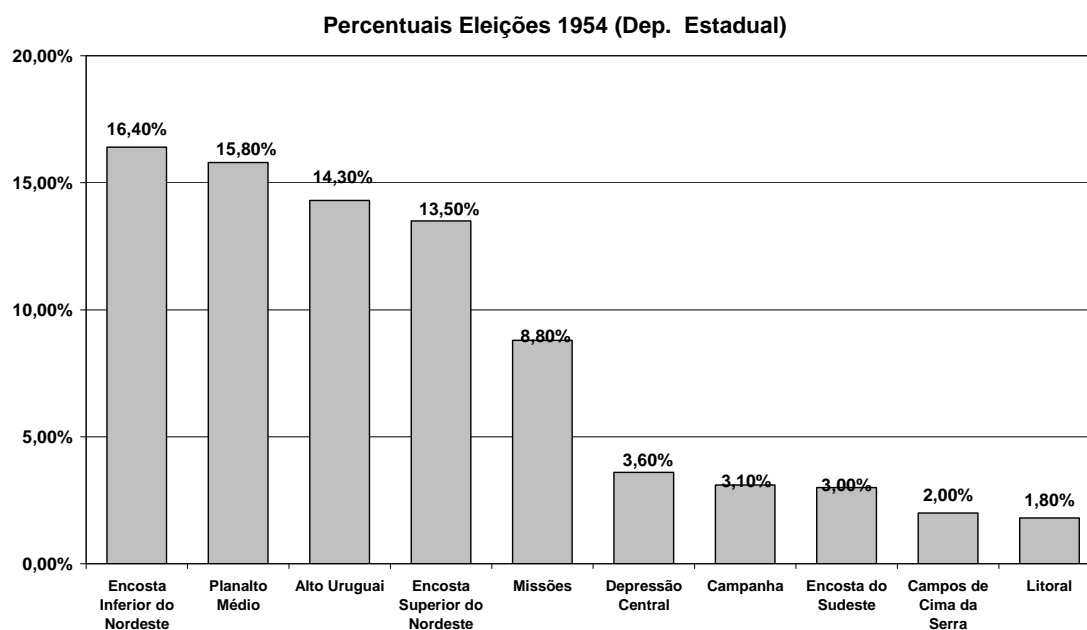
As regiões ulteriores foram os Campos de Cima da Serra e Litoral, nas quais a diferença entre os mais altos percentuais foi muito pequena. A primeira, teve votação em três municípios: Lagoa Vermelha (11,8%), com percentual superior ao obtido em 1950; São Francisco de Paula (2,4%) e Vacaria, os quais mantiveram-se em situação bastante semelhante à anterior. Na segunda região, o PRP teve votação nos municípios de Santo Antônio (5,4%) e de Torres (3,6%).

Na região da Depressão Central, o partido obteve votação em doze municípios. Houve aumento tanto no número de municípios em que foi registrada votação, como também no percentual dos primeiros classificados. O município de Rio Pardo (11,7%) foi o que obteve o maior percentual da região, superando os 5,9% obtidos em 1950. Os municípios seguintes, assim como o primeiro, tiveram seus percentuais de votos aumentados em relação ao pleito próximo passado: São Pedro do Sul (10,9%), Taquari (9,4%), Cachoeira do Sul (6,9%), General Vargas (5,5%), Canoas (5,2%), Santa Maria (2,0%) e Gravataí (1,1%). Porto Alegre com 2,5% teve redução de seu percentual neste pleito. Os municípios de General Vargas (5,3%), Cacequi (2,9%) e São Sepé (1,5%) não haviam recebido votação anteriormente.

As duas últimas regiões em que o PRP recebeu votação superior a um por cento foram a Encosta do Sudeste e Campanha. Nesta região, obteve votação em São Gabriel (4,4%) e Bagé (1,0%). Este último, teve seu percentual reduzido em relação à eleição passada. Finalmente, na Encosta do Sudeste, o partido teve votação no município de São Lourenço do Sul (3,1%). A seguir apresentamos os dados eleitorais para a o Parlamento Estadual.

Quadro 18 – Resultados eleitorais do PRP para Deputado Estadual em 1954

Regiões c/ votação para Deputado Estadual	Total de municípios p/região	Nº de Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Inferior do Nordeste	14	14	16,4
Planalto Médio	7	5	15,8
Alto Uruguai	9	9	14,3
Encosta Superior do Nordeste	9	7	13,5
Missões	7	3	8,8
Depressão Central	13	13	3,6
Campanha	8	2	3,1
Encosta do Sudeste	5	3	3,0
Campos de Cima da Serra	6	2	2,0
Litoral	6	2	1,8



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

No quadro se verifica que, nesse nível de disputa o PRP teve votação em dez das onze regiões do estado. Os maiores percentuais ficaram distribuídos entre as mesmas cinco regiões da eleição de 1950, contudo, os pontos percentuais obtidos sofreram alteração. A região da Encosta Inferior do Nordeste aumentou de 14,9% para

16,4% pontos percentuais. O Planalto Médio passou de 11,7% para 15,8%, situação semelhante para a região do Alto Uruguai que subiu de 11,8% para 14,3%. Já as regiões da Encosta Superior do Nordeste, das Missões e dos Campos de Cima da Serra tiveram seus percentuais de votação reduzidos de 16,3% para 13,5%, de 11,3% para 8,8% e de 3,3% para 2,0%, respectivamente. No que se refere às regiões de menor índice eleitoral ocorreu um relativo aumento em seus percentuais. A Depressão Central passou de 3,2% para 3,6%, a Campanha de 2,0% para 3,1%, a Encosta do Sudeste de 1,9% para 3,0%, e o Litoral de 1,5% para 1,8%.

A região da Encosta Inferior do Nordeste teve votação em quatorze municípios do Estado. O município de Venâncio Aires alcançou o maior percentual da região com 36,5% dos votos, aumentando em quase cem por cento em relação à eleição anterior. Caí, com 31,9% foi outro município que teve seu percentual de votos acrescido em relação ao pleito anterior. Seguindo a ordem de votação, por percentual, o município de Novo Hamburgo com 26,4% se classificaria em terceiro, tendo aumentado em dez por cento o seu percentual em relação a 1950, mas ficando ainda abaixo dos 31% alcançados em 1947. Arroio do Meio com 22,3% e Sobradinho com 21,3% estão na seq uência. Este último município teve, em 1954, uma queda em quinze pontos percentuais se comparado aos dois pleitos anteriores. Os dois próximos municípios são Lajeado e São Leopoldo, tendo os percentuais de 20,3% e 17,5%, respectivamente. Os municípios de Santa Cruz do Sul (13,7%) e Estrela (13,3%) tiveram uma relativa diminuição nos percentuais recebidos. O outro município é o de Candelária (10,2%), cujo percentual obtido foi muito superior ao alcançado em 1950 (1,8%). Na seq uência estão os municípios de Encantado (9%), Taquara (8,1%), Montenegro (7,9%) e Canela (5,1%).

Na região do Alto Uruguai, o partido teve votação em nove municípios. Esses municípios representam o dobro do número de juntas existentes nas duas outras eleições

anteriores. No entanto, com exceção do município de Sarandi, os demais são oriundos do desmembramento das antigas juntas eleitorais, portanto, municípios novos. No pleito de 1954, então, o município de Três Passos alcançou o maior percentual da região, 32,1%, superando o percentual de votos recebidos na eleição anterior em que fazia parte da junta eleitoral Palmeira das Missões/Iraí/Três Passos. Também superou o percentual recebido em 1947, 19,6%, em que fazia parte da junta com Ijuí. O segundo município em percentual de votos foi Santa Rosa (24,6%), que nos dois pleitos anteriores havia recebido os percentuais mais altos da região. Neste pleito, esse município teve um relativo aumento em relação aos percentuais de 21% obtidos em 1947 e de 17,7% em 1950. Na seq uência estão os municípios de Marcelino Ramos (15,2%) e Palmeira das Missões (12,2%), os quais mesmo com o desmembramento mantiveram percentuais de votos um pouco superiores ao pleito anterior, quando formavam com outros municípios uma junta eleitoral. O município de Sarandi alcançou o percentual de 11,8%, obtendo um relativo aumento em relação aos dois pleitos próximos passados. Os quatro últimos municípios da região foram Erechim (10,4%), Iraí (8,7%), Getúlio Vargas (5,2%) e Passo Fundo (2,6%).

A região da Encosta Superior do Nordeste recebeu votação em sete municípios, sendo Flores da Cunha o que obteve o maior percentual de votos com 49,6%. No município de Caxias do Sul o percentual alcançado foi de 21,8%, e em Antônio Prado foi de 14,1% mantendo-se relativamente o mesmo que na eleição anterior. Os municípios de Farroupilha, Garibaldi, Nova Prata e Guaporé receberam 7,1%, 2,8%, 1,5% e 1,4%, respectivamente.

Na região do Planalto Médio, classificada como a terceira que obteve os maiores resultados percentuais para o PRP, o município de Ijuí, com 35,8% foi o que saiu na frente de outros quatro municípios nos quais houve votação para o partido. Esse

município manteve praticamente o mesmo índice de votação do pleito anterior. Os municípios de Carazinho, Cruz Alta, Júlio de Castilhos e Tupanciretã recebem respectivamente os seguintes percentuais: 13,3%, 11,8%, 3,9% e 1,3%.

A região das Missões teve votação em três municípios: São Luiz Gonzaga (11,3%), Santo Ângelo (10,4%) e São Borja (1%). Destes, São Luiz Gonzaga era o município que vinha recebendo os maiores percentuais de voto, mesmo que estes diminuíssem no decorrer dos pleitos.

As duas próximas regiões foram a dos Campos de Cima da Serra com votação nos municípios de Lagoa Vermelha (2,4%) e São Francisco de Paula (1,3%) e a do Litoral, com votação nos municípios de Santo Antônio (1,8%) e Torres (1,8%)

Na Depressão Central, o PRP teve votação em treze municípios. A grande maioria desses municípios recebeu percentual abaixo da casa dos seis por cento. Apenas os municípios de Rio Pardo (16,6%) e São Pedro do Sul (12,1%) atingiram percentuais acima de dez pontos percentuais. O percentual obtido em Rio Pardo aumentou ao longo desses três pleitos, passando de 3,6% e 4,5% em 1947 e 1950, para 16% na eleição em questão. São Pedro do Sul também teve um significativo aumento do percentual em relação ao recebido nos pleitos anteriores, quando estava na mesma junta eleitoral com Santa Maria. Os outros onze municípios receberam os seguintes percentuais: Cachoeira do Sul (6%), General Vargas (5,9%), Taquari (5,3%), General Câmara (3,9%), Santa Maria (3,7%), Canoas (3,6%), Porto Alegre (2,6%), São Sepé (1,5%), Gravataí (1,4%), Cacequi (1,2%), Guaíba (1,1%). Em geral, os percentuais alcançados por essa região nos três pleitos, não chegaram a dez pontos percentuais, com exceção de Rio Pardo e São Pedro do Sul, nesta última eleição.

Finalmente, na região da Encosta do Sudeste o partido teve votos em três municípios, São Lourenço do Sul (5,3%), Jaguarão (2%) e Camaquã (1,4%); e na região da Campanha, nos municípios de Uruguaiana (4,9%) e Bagé (1,7%).

Nesses dois níveis de disputas – parlamento federal e estadual - os maiores índices concentraram-se em cinco regiões: Encosta Inferior do Nordeste, Alto Uruguai, Encosta Superior do Nordeste, Planalto Médio e Missões. A região da Encosta Inferior do Nordeste foi a que recebeu os maiores índices de voto, com variação no percentual referente à Câmara Federal (21%) e aquele da Assembléia Legislativa (16,4%). Também se observa diferença nos percentuais de votos alcançados na esfera municipal. Assim como ocorreu nas eleições majoritárias, a votação dos candidatos à Câmara obteve índices superiores aos da Assembléia em cidades como Caí, Venâncio Aires, Arroio do Meio, Novo Hamburgo, Sobradinho e Montenegro. Estes são exemplos de municípios da região da Encosta Inferior do Nordeste, mas também é possível encontrar casos semelhantes em municípios das regiões do Alto Uruguai, Planalto Médio e Encosta Superior do Nordeste.

É importante perceber que a votação obtida nos municípios acima mencionados pode estar ligada a aquisição de um certo capital herdado do período de atuação da AIB, mas também da organização do diretório municipal em articulação com outras instâncias políticas. Por exemplo, o município de Caí teve um núcleo da AIB bastante engajado no movimento, em que nas eleições de 1947 elegeu dois vereadores; nas eleições de 1951 elegeu o vice-prefeito e um vereador. Esse engajamento político pode estendido para o município de Novo Hamburgo, que também teve um núcleo integralista atuante. Nas eleições de 1947, elegeram dois vereadores; em 1951, o prefeito e dois vereadores, além disso contavam no Diretório Regional e no Parlamento estadual com a representação de Wolfram Metzler.

Ressalte-se também que em alguns casos, os índices alcançados pelo PRP em determinado município foram superiores aos de outros partidos. Os 49,6% alcançados pelo PRP para deputado estadual em Flores da Cunha, por exemplo, representaram o dobro dos 24,9% obtidos pelo PTB, três vezes mais que os 15% obtidos pelo PSD e foram muito superiores aos 3,6% alcançados pelo PL e aos 2,1% da UDN, naquele município. É possível verificar também que com os 36,5% obtidos pelo partido em Venâncio Aires o PRP superou os percentuais dos demais adversários que obtiveram o seguinte resultado: PTB, 22,1%; PSD 20,1%; PL, 9,9%, UDN, 8,6% e PDC, 1,0%. Situação similar ocorreu em Ijuí, onde o PRP obteve 35,8%, superando os 25,8% do PTB; os 20,3% do PSD; os 15,0% do PL; os 2,6% da UDN e os 0,1% do PDC. Já o percentual obtido no município de Caí, 31,9%, foi o mesmo obtido pelo PTB, mas superou os dos demais: PSD, 24,8%; PL, 3,5%; UDN, 5,0% e PDC, 1,7%.

Ampliando-se a comparação dos resultados obtidos pelo PRP para os quatro níveis de disputa ocorridos em 1954, constata-se que os mais altos percentuais alcançados pelo PRP foram alcançados em cinco zonas regionais, sendo elas, a Encosta Inferior do Nordeste, o Planalto Médio, o Alto Uruguai, a Encosta Superior do Nordeste e as Missões. Todavia, o percentual de votos alcançados nessas regiões foi relativamente diferenciado em cada pleito específico. A região da Encosta Inferior do Nordeste, por exemplo, que recebeu os mais altos percentuais de votos dos quatro níveis dessas eleições, obteve na disputa para a Assembléia Legislativa, 16,4%; para a Câmara Federal, 21,0%; para governador, 24,5% e para o Senado 10,8%. Quanto à votação individual recebida por município, pode se observar uma significativa diferença entre os quatro níveis de disputa. No sentido de exemplificar o que está sendo dito, tomamos os resultados obtidos pelo PRP na região do Planalto Médio, da qual faziam parte seis municípios na época, tendo o partido recebido votação no pleito para governador e

deputado estadual em cinco municípios, para senador em quatro e para deputado federal em seis.

No pleito para governador do Estado, Metzler recebeu em Carazinho 18,3%, enquanto Pasqualini 37,7% e Meneghetti 43,6%; em Cruz Alta, o candidato do PRP recebeu 13,3%, enquanto o do PTB 42,4% e da ADP 43,5%. O índice de 34,9% alcançado pelo PRP em Ijuí foi o único que suplantou a votação do PTB de 28,8%, porém, ficou abaixo do obtido por Meneghetti, de 36,1%. Os resultados obtidos nos municípios de Júlio de Castilhos, Soledade e Tupanciretã, foram de 3,1%, 1,6% e 3,0%, respectivamente ficaram muito abaixo dos alcançados pelo PTB e mais ainda pela ADP, candidatura mais votada na região como um todo. Esses resultados nos levam a observar que a força eleitoral do PRP, apontada por Trindade como circunscrita a determinadas regiões³²⁵, não pode ser entendida como sendo força predominante naquelas regiões, pois de acordo com os resultados apresentados, percebe-se que em todas elas o partido granjeou apenas uma parcela do total de votos, perdendo, em geral, para as candidaturas da ADP ou do PTB.

6.2.5 - As eleições de 1958

As eleições de 1958 possuem algumas peculiaridades que as diferenciam das ocorridas anteriormente. Primeiramente, registra-se o aumento do número de municípios em 26,9%, em razão dos diversos desmembramentos. A região do Alto Uruguai foi acrescida de dez municípios e a do Planalto Médio de oito. Estas passaram a liderar os resultados percentuais de votos obtidos pelo PRP, nos pleitos para Câmara e Assembléia Estadual.

³²⁵ NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945/1994)*. op. cit. p. 17.

Em segundo lugar, uma outra questão que deve ser considerada na análise do referido pleito é a aliança eleitoral efetivada pelo PRP com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a qual elegeu Leonel Brizola, governador do Estado. Através desse acordo o partido ocupou duas secretarias estaduais³²⁶, a presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, além de vários cargos de segundo e terceiro escalão na burocracia estatal. E ainda em decorrência dessa aliança, o perrepista Guido Mondim foi eleito para o Senado. É importante destacar que, apenas no pleito de 1950 o partido havia concorrido ao Senado em aliança com outros partidos, neste caso com o PSD e a UDN. No entanto, semelhante aos demais resultados, o partido não conseguiu eleger os seus candidatos. No que se refere às eleições proporcionais para a Câmara Federal, em 1958 o PRP obteve 63.932, o qual referia-se a 5,26% do total de votantes. O partido lançou sete candidatos³²⁷ com prioridade nos nomes do contabilista Alberto Hoffmann e do médico Arno Arnt, elegendo apenas um único deputado Federal.³²⁸ Já para a Assembléia Legislativa, o PRP lançou 37 candidatos, dentre os quais elegeu três³²⁹, ocorrendo uma diminuição de quatro para três no número de deputados que o partido vinha elegendo nos dois últimos pleitos.³³⁰ O PRP recebeu 71.958 votos, representando 5,92% do total de votantes. Com esse resultado, o número de deputados foi igual ao da UDN, porém superior ao do PSP, do PDC e do PR.

³²⁶ Foram as Secretarias de Obras Públicas e da Agricultura, sob o comando de Mário José Maestri e Alberto Hoffmann, respectivamente.

³²⁷ Os demais candidatos foram: Eduardo Zasso (securitário), João de Paula e Silva (advogado), Luiz Alexandre Compagnoni (jornalista e advogado), Nestor Feldmann Pereira (jornalista e industrialista), João Maria de Linhares (militar).

³²⁸ Foi eleito o contabilista Alberto Hoffmann.

³²⁹ Foram eleitos o contador Pedro Afonso Anchau, o farmacêutico Onil Xavier dos Santos e o industrialista Egon Renner.

³³⁰ “... O referido acordo trouxe vantagens e desvantagens ao PRP. As vantagens no fato da direção e parte da base petebista ter aceito um integralista para concorrer ao senado, pois grande parte dos votos que elegeu Guido Mondim vieram do eleitorado trabalhista. E, ainda, o PRP passou a ocupar duas Secretarias de Estado e cargos em alguns outros órgãos estaduais. Além disso, parte do eleitorado integralista e diretórios municipais não viram com bons olhos o acordo que seria o “passaporte” para eliminar os preconceitos contra eles, visto que nas eleições proporcionais o partido teve seu número de deputados diminuído. CARDOSO, Claudira. op. cit. p. 43 e 44.

Em terceiro lugar, é importante mencionar que o PRP enfrentou o descontentamento de parte de seus membros e também de simpatizantes contrários à aliança com o PTB. Foram constituídos diversos processos disciplinares contra membros do partido; vários membros solicitaram desligamento; foram publicados muitos “a pedidos” publicados em jornais de circulação regional. Além disso, algumas de suas lideranças assumiram posicionamentos contrários à aliança. Enfim, concorda-se com Calil quando ele afirma que “Ao contrário de sua participação no governo federal, que não impediu o PRP de manter um discurso de ‘independência’, no Rio Grande do Sul, a participação no governo estadual teve como contrapartida um apoio irrestrito ao governo Brizola”.³³¹

Referindo-se à formação da aliança entre PTB e PRP nessa eleição, Bodea destaca que a mesma é considerada por muitos estudiosos como paradoxal por apresentar indício da falta de autenticidade e consistência ideológica não só da parte do PTB. Para ele, entretanto, essa aliança “se dá a partir de um movimento de convergência tática de suas respectivas bases de sustentação social, o operariado e o colono rural, contra o bloco liberal-oligárquico representado pela Frente Democrática”.³³²

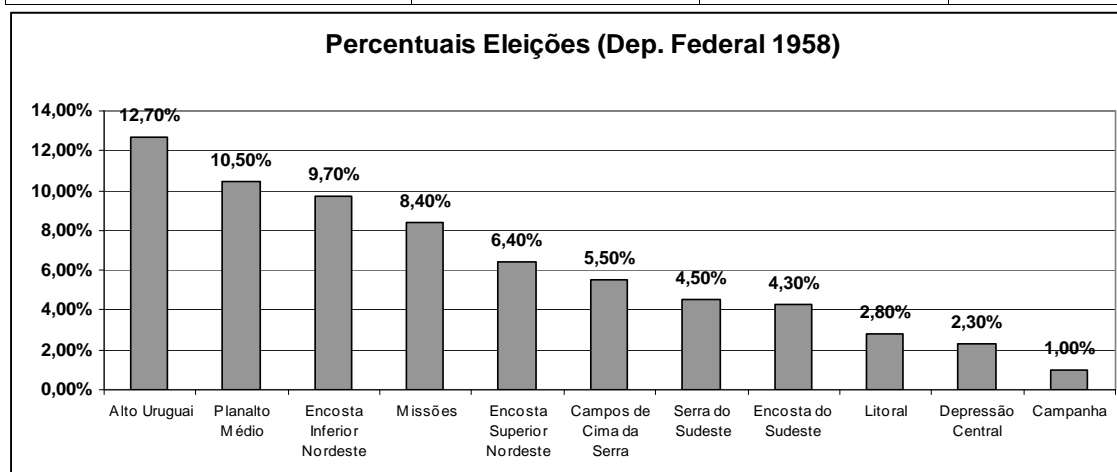
A seguir serão analisados os resultados obtidos pelo PRP nas regiões, do RS, no tocante às eleições proporcionais no âmbito da Câmara e Assembléia Legislativa.

³³¹ CALIL, op. cit. p. 544.

³³² BODEA, op. cit. p. 99.

Quadro 19 – Resultado eleitoral o PRP para Deputado Federal em 1958

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Alto Uruguai	19	18	12,7
Planalto Médio	14	12	10,5
Encosta Inferior Nordeste	20	19	9,7
Missões	8	3	8,4
Encosta Superior Nordeste	10	9	6,4
Campos de Cima da Serra	7	4	5,5
Serra do Sudeste	8	1	4,5
Encosta do Sudeste	5	3	4,3
Litoral	6	2	2,8
Depressão Central	13	10	2,3
Campanha	8	1	1,0



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

No que se refere aos resultados à Câmara Federal, o partido obteve votação nas onze zonas do Estado, conforme exposto no quadro acima. As regiões que obtiveram os mais altos percentuais foram as mesmas do pleito de 1954, porém ocorreu importante redução dos índices de voto. Os melhores resultados concentraram-se, principalmente, nas regiões do Alto Uruguai, Planalto Médio, Encosta Inferior do Nordeste, Missões, Encosta Superior do Nordeste e Campos de Cima da Serra.

Na região do Alto Uruguai, o PRP obteve votação em dezoito municípios, entre os quais dez foram criados na primeira metade da década de 1950, surgiram na década de quarenta e os outros sete são os considerados “municípios mãe”. Os municípios dessa região com maior percentual de votos foram o de Crissiumal (46,4%), de Santo Cristo (34,8%) e de Horizontina (32,4%), todos criados na primeira metade da década de 1950. O município de Três Passos atingiu 26,9%, inferior aos 37,2% alcançados na eleição de 1950. Os municípios de Tenente Portela e Três de Maio, também oriundos da primeira metade da década de 1950, alcançaram 26,6% e 24,8%, respectivamente. O município de Santa Rosa (16,6%), classificado em sétima posição, teve uma significativa redução do percentual de 25,1% obtido em 1954. Os últimos municípios foram Giruá (14,5%), Aratiba (10,6%), Porto Lucena (10,2%) e Frederico Westphalen (9,7%), também criados na primeira metade da década de 1950. Na seq uência estão Sarandi (5,2%), Marcelino Ramos (5,1%), Palmeira das Missões (5,0%), Erechim (4,8%), Gaurama (4,7%), Getúlio Vargas (4,4%), Iraí (4,4%) e Passo Fundo (1,3%), os quais, com exceção de Gaurama criado em 1954 e Marcelino em 1944, são os municípios considerados “antigos” que tiveram seus percentuais de votos bastante reduzidos neste pleito.

Na seq uência está a região do Planalto Médio, que obteve votação em onze municípios, entre os quais sete são da primeira metade da década de 1950. O município de Panambi (35,1%) foi o que recebeu o maior percentual na região, tendo sido criado em 1954. O segundo município da região é o de Ijuí (29,9%), que teve seu percentual de votos diminuído em relação ao pleito anterior. Os três municípios seguintes, Não Me Toque (12,7%), Ibirubá (9,7%) e Tapera (9,4%) são também oriundos da década de 1950. Já os próximos municípios de Carazinho (2,9%), de Júlio de Castilhos (2,9%), de Cruz Alta (2,5%) e de Tupanciretã (1,1%), são municípios considerados antigos e que

tiveram significativa redução nos percentuais de votos obtidos neste pleito. Finalmente, os municípios de Tapejara (1,9%) e Marau (1,7%) são também oriundos da década de 1950.

Na região seguinte, a da Encosta Inferior do Nordeste, o PRP obteve votação em dezenove municípios, dentre eles apenas seis podem ser considerados novos já que cinco foram criados em 1954 e um em 1944. O município de Nova Petrópolis (33,5%) foi o que obteve o maior percentual da região, e sua origem é de 1954. O segundo município com maior percentual da região é o de Arroio do Meio (19,2%), que apesar de subir na classificação teve uma significativa redução em relação aos 30,7% obtidos em 1954. O município de Venâncio Aires (18,1%), também sofreu redução em relação aos 31,1% obtidos anteriormente. O município seguinte é o de Sapiranga (14,0%) criado em 1954. Os dois próximos fazem parte do conjunto dos “municípios mãe”, sendo o de Estrela (13,4%) e Caí (13,1%), os que tiveram seus percentuais de votos significativamente reduzidos, em especial, o de Caí. O município seguinte, Rolante, com 13,0% foi criado em 1954. Nessa região, há um conjunto de “municípios mãe”, que tiveram seus percentuais de voto reduzidos neste pleito, são: Sobradinho (12,2%), Lajeado (11,3%), Candelária (9,2%), Montenegro (8,6%), Taquara (8,3%), Novo Hamburgo (8,2%), Encantado (7,8%), São Leopoldo (5,7%) e Santa Cruz do Sul (3,2%). Destes, é importante destacar o caso de Sobradinho, que ao longo destes dois últimos pleitos eleitorais saiu da posição de município com maior percentual de votos da região ocupada em 1945 e 1950. Os três últimos municípios da região, Gramado (9,2%), Roca Sales (8,1%) e Canela (2,7%) fazem parte do conjunto de novos municípios.

Na região das Missões o PRP também obteve votação em três municípios. O município de Cerro Largo (20,3%), criado em 1954, foi o que recebeu o maior

percentual de votos. Os outros dois, Santo Ângelo (6,9%) e São Luiz Gonzaga (2,6%) tiveram seus percentuais de votos significativamente reduzidos em relação ao pleito de 1954.

Na Encosta Superior do Nordeste, o PRP obteve votação em nove municípios, sendo que oito destes são considerados antigos. O município de Flores da Cunha (29,4%) foi o que obteve, novamente, o percentual mais alto da região, embora esse percentual seja bem inferior aos 51,0% obtidos em 1954. Os quatro municípios seguintes foram Antônio Prado (14,4%), Caxias do Sul (7,5%), Garibaldi (5,8%) e Farroupilha (5,0%). Eles sofreram uma significativa redução no percentual de votos obtidos. Na seqüência, está o município de Casca com 2,9%, único município novo da região em que o PRP alcançou votação. Finalmente, nos municípios de Veranópolis (2,0%), Guaporé (1,6%) e Nova Prata (1,5%), antigos municípios, houve redução no percentual de votos recebidos.

A região dos Campos de Cima da Serra obteve votação em quatro municípios, dentre os quais predominam os chamados “municípios mãe”. O município de Lagoa Vermelha (10,9%) alcançou novamente o maior percentual da região, porém sofreu relativa diminuição se comparado aos 11,8% obtidos em 1954. Os demais municípios, Sananduva (7,8%), São Francisco de Paula (1,7%) e Vacaria (1,1%), com exceção do primeiro, obtiveram percentuais relativamente inferiores ao pleito de 1954.

Na região da Serra do Sudeste, o PRP obteve votação no município de Canguçu (4,5%).

A região da Encosta do Sudeste obteve votação em três municípios, sendo que todos eles datam do século XIX. O município de São Lourenço do Sul (24,4%), foi novamente o município com maior percentual de votos da região, sendo tal percentual bastante superior aos 3,1% obtidos em 1954. Os dois outros municípios, Camaquã

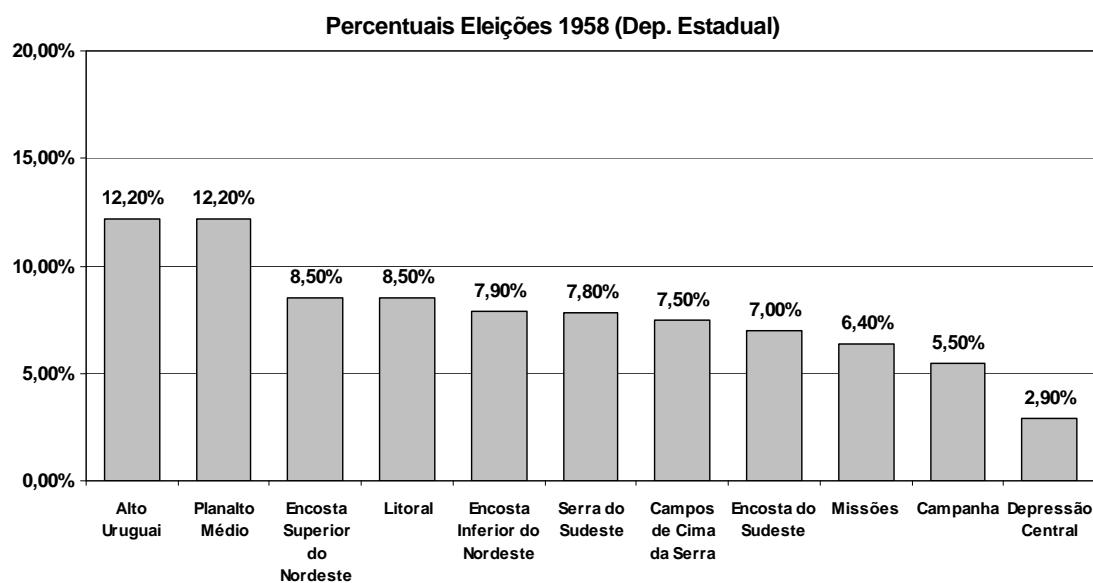
(1,8%) e Pelotas (1,0%) obtiveram votação semelhante à alcançada nos pleitos de 1945 e 1950, respectivamente.

Já na região do Litoral, o partido obteve votação nos municípios de Torres (4,2%) e Santa Vitória do Palmar (1,1%), destacando-se que o percentual do primeiro foi superior aos 3,6% obtidos em 1954.

A região da Depressão Central mantém-se como uma das regiões em que o PRP obteve percentuais relativamente baixos se comparados com outras regiões. Neste pleito, a região obteve votação em dez municípios, sendo que oito deles fazem parte do conjunto dos “municípios mãe”. Desses dez municípios, nove tiveram seus percentuais de voto reduzidos neste pleito, se comparados com o de 1954, são eles: Rio Pardo (8,7%), Taquari (5,3%), General Câmara (4,5%), Cachoeira do Sul (3,5%), Canoas (3,4%), General Vargas (2,4%), São Pedro do Sul (2,3%), Cacequi (2,1%) e Porto Alegre (1,6%). Destacam-se os casos de Antônio Prado, que se manteve com o maior percentual da região, sendo o mesmo reduzido em relação aos 11,7% de 1954; e São Pedro do Sul que foi o segundo classificado naquela eleição com 10%. O último município com votação na região é o de Esteio (1,2%), criado em 1954. Finalmente, a região da Campanha teve votação no município de Bagé (1%), sendo este igual ao obtido no pleito de 1954.

Quadro 20 – Resultado eleitoral do PRP para Deputado Estadual em 1958

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Alto Uruguai	19	19	12,2
Planalto Médio	14	11	12,2
Encosta Superior Nordeste	10	9	8,5
Litoral	6	2	8,5
Encosta Inferior Nordeste	20	19	7,9
Serra do Sudeste	8	1	7,8
Campos de Cima da Serra	7	4	7,5
Encosta do Sudeste	5	3	7,0
Missões	8	5	6,4
Campanha	8	3	5,5
Depressão Central	13	12	2,9



Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

No tocante às eleições proporcionais para deputado estadual, ainda de 1958, o PRP obteve votação também nas onze zonas do RS, conforme indicado no quadro acima. Os mais altos percentuais foram obtidos em oito regiões. Parte destas, como o Alto Uruguai, o Planalto Médio, a Encosta Superior do Nordeste e a Encosta Inferior do

Nordeste permaneceram entre aquelas com índices altos de votos para o PRP. Na eleição de 1958, no entanto, apareceram outras regiões que em eleições anteriores obtiveram percentuais muito baixos de votos. Foram os casos da região do Litoral, da Serra do Sudeste, dos Campos de Cima da Serra e da Encosta do Sudeste. A primeira, passou de 1,8% para 8,5% no pleito analisado. Ainda a respeito da região do Litoral é interessante destacar que também nessa eleição a votação do partido veio de apenas dois municípios, entre eles o de Torres que aumentou seu percentual de 1,8% para 14,1%. Este percentual significou 738 votos de um universo eleitoral de 5239, que foi votado no candidato do PRP, Getúlio Scheffer. É provável que o fato deste candidato ter sido membro do diretório municipal de Torres à época, tenha contribuído para alterar o percentual alcançado pelo partido no município.

Uma outra questão que deve ser mencionada refere-se à redução dos percentuais de votos obtidos pelo PRP na eleição de 1958, se comparados aos alcançados nas eleições de 1954. De um modo geral, os percentuais foram bem mais baixos do que na eleição anterior. Mas várias das regiões que haviam obtido um índice relativamente alto, em 1954, tiveram um certa redução de percentual. Isso pode ser verificado na região do Alto Uruguai, que baixou de 14,3% para 12,2%, no Planalto Médio, que baixou de 15,8% para 12,2%, na Encosta Superior do Nordeste, que de 13,5% baixou para 8,5%, e na Encosta Inferior do Nordeste que baixou de 16,4% para 7,9%.

Na região do Alto Uruguai a votação do PRP ocorreu em dezenove municípios. Desses, seis atingiram percentuais que variam entre 22% e 44%, sendo cinco deles criados entre 1954 e 1955. Foram os municípios de Crissiumal (44,3%), Santo Cristo (32,4%) e Horizontina (31,1%), assim como os de Tenente Portela com (24,6%) e Três de Maio (22,8%). A votação do município de Três Passos (27, 7%) foi relativamente

diminuída em relação ao pleito anterior, porém manteve-se entre os que receberam os mais altos percentuais. Na seq uência, destaca-se o município de Santa Rosa com 16,1%, que representou uma perda de 8,5% em relação ao pleito anterior. Ainda nessa região, receberam votação os novos municípios de Aratiba (9,8%), Frederico Westphalen (9,7%), Giruá (6,7%), Porto Lucena (6,2%). Além destes tiveram votação ainda, Iraí (5,7%), Palmeira das Missões (5,5%), Erechim (5,3%), Marcelino Ramos (3,9%), Passo Fundo (3,5%), Sarandi (3,3%) e Getúlio Vargas (1,7%), nos quais predominou a diminuição do percentual em relação à eleição anterior, excetuando-se Passo Fundo. Os municípios de Marcelino Ramos, Palmeira das Missões e Iraí tiveram uma redução violenta nos percentuais de votos obtidos nesta eleição de 1958. O último município da região em termos percentuais é Gaurama, criado em 1954, com 1,4%.

Na região do Planalto Médio, o PRP obteve votos em onze municípios, sendo o de Panambi (43%) aquele que recebeu a maior votação. O percentual de Ijuí (25,7%) sofreu uma perda se comparado com o recebido em 1954. Na seq uência estão os novos municípios de Não Me Toque (15,8%), Ibirubá (15,2%) e Tapera (10,1%). Carazinho (15,1%) e Júlio de Castilhos (6,9%) alcançaram percentuais superiores aos recebidos anteriormente. Já o município de Cruz Alta (3,2%), que ocupou a terceira classificação no pleito anterior, teve uma redução de pouco mais de sete pontos percentuais. Os últimos municípios em termos percentuais da região, Tapejara (2%), Espumoso (1,7%), Marau (1,4%) e Tupanciretã (1,1%), foram criados, com exceção do último, na década de 1950.

Da Encosta Superior, destaca-se Flores da Cunha como o mais votado da região, porém com redução de aproximadamente vinte pontos percentuais em relação ao pleito anterior. Além desse município, o partido obteve votos em Caxias do Sul (13,7%), Garibaldi (10,2%), Antônio Prado (5,6%), Nova Prata (3,1%), Casca (2,2%) e

Bento Gonçalves (2%). Cabe destacar que Caxias do Sul baixou de 21,8% para 13,7% e Antônio Prado baixou de 14,1% para 5,6% no referido pleito. Garibaldi foi o único município que teve seu percentual de votos aumentado, pois no pleito anterior recebeu 2,8% e neste 10,2%.

Na região litorânea, os municípios com votação foram: Torres (14,1%) e São José do Norte (2,3%), destacando-se que o município de Torres aumentou seu percentual de 1,8% para 14,1%.

Na Encosta Inferior, o município que recebeu maior percentual foi Nova Petrópolis, criado em 1954, com 25,6%, inferior ao obtido por Venâncio Aires como maior percentual da região no pleito anterior. Este último município, neste pleito, obteve 19% dos votos reduzindo pela metade o percentual recebido anteriormente. Os municípios de Sobradinho (21,7%) e Candelária (11,5%) mantiveram praticamente os mesmos percentuais anteriormente recebidos, ou seja, o primeiro 21,3% e o segundo 11,5%. Já no município de Estrela ocorreu o inverso, ou seja, o percentual obtido teve uma pequena elevação ficando em 15,2%. Os casos de Arroio do Meio (13,4%), Caí (10,8%), Novo Hamburgo (6,5%), Lajeado (6,2%), São Leopoldo (5,2%), Santa Cruz do Sul (3,2%) e Encantado (3%) são semelhantes, na medida em todos estes municípios tiveram, em 1958, significativa redução nos percentuais de votos obtidos anteriormente. Destaca-se, ainda, que os municípios de Roca Sales (11,8%), Sapiranga (11,1%) e Gramado (8,4%), criados em 1954, tiveram percentuais de votos superior a vários municípios considerados mais antigos.

Na região da Serra do Sudeste, o PRP obteve votação unicamente no município de Canguçu (7,8%), que supera o percentual de 0,1% alcançado em 1954.

Na regiões dos Campos de Cima da Serra, o PRP teve votação nos municípios de Lagoa Vermelha (14,9%), Sananduva (13%), São Francisco de Paula (2%) e Vacaria

(1%). Destaca-se o aumento no percentual de votos obtidos por Lagoa Vermelha, que havia recebido anteriormente 2,4%, assim como o percentual obtido por Sananduva, criado em 1954.

A região da Encosta do Sudeste, neste pleito, recebeu votação em três municípios da região, sendo São Lourenço do Sul (40,4%) o que recebeu o maior percentual. Este foi muito superior aos 1,5%, 8,1% e 5,3% obtidos em 1947, 1950, 1954, respectivamente. Os outros municípios da região foram Camaquã (3,8%) e Pelotas (1,9%).

A região das Missões, vem na seq uência com votação em cinco municípios. Dentre estes, Cerro Largo (22,6%), município novo, foi o que recebeu o maior percentual de votos da região. O percentual de votos obtido pelos demais municípios é bastante inferior ao primeiro, pois Santo Ângelo obteve 5,5%; Jaguari, 4,8%; São Borja, 1,9% e São Luiz Gonzaga, 1,8%. É importante mencionar a discrepância no percentual obtido por São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo neste pleito de 1958.

As duas últimas regiões foram Campanha e Depressão Central. Nestas, os percentuais obtidos pelo PRP foram inferiores a dez pontos percentuais. Na primeira região, a votação foi obtida nos municípios de Uruguaiana (8,3%), Bagé (3,8%) e Quaraí (1,7%), tendo aumentado o percentual dos dois primeiros, principalmente Uruguaiana que havia recebido 4,9% em 1954. Na segunda, obteve votação em doze municípios, sendo Canoas (7,7%), São Pedro do Sul (4,1%), Cachoeira do Sul (3,6%), General Câmara (3,6%) e General Vargas (3,3%) os que atingiram os mais altos percentuais da região. Destes, com exceção de Canoas que obteve um significativo aumento em seu percentual, os demais municípios tiveram redução, sendo São Pedro do Sul o que mais perdeu. Os demais municípios desta região foram, Porto Alegre (2,8%), Taquari (2,8%), Cacequi (2,6%), Esteio (2,4%), Guaíba (1,4%), Santa Maria (1,4%) e

Rio Pardo (1,2%). Este último município teve uma grande redução de percentual, pois havia recebido 16,6% em 1954, o maior percentual da região.

De um modo geral, os resultados obtidos pelo PRP no tocante ao número de zonas regionais, não sofreram grandes alterações em relação ao pleito anterior, tanto na disputa à Câmara quanto à Assembléia. As regiões nas quais o PRP obteve votação aumentaram de dez para onze, ou seja, recebeu votos em todas as regiões do Estado. No tocante aos melhores percentuais, observa-se importantes diferenças entre os dois níveis de eleição. No nível da Câmara, os percentuais oscilaram entre 1,0%, o mais baixo e 12,7% o mais alto, mas é possível apontar que os mais altos percentuais ficaram distribuídos entre seis regiões. Já no nível da Assembléia, verifica-se que apesar do índice mais alto ficar em 12,2%, muito próximo do alcançado no nível federal, a distribuição dos percentuais de conjunto foi bastante equilibrada entre as diferentes regiões, sendo possível afirmar que apenas a Depressão Central obteve o índice 2,9%, considerado muito baixo se comparado com a região imediatamente acima que obteve 5,5%. No tocante à votação na unidade município, observa-se que os novos municípios predominaram em relação aos municípios “mãe”, pois foram eles que obtiveram os mais altos percentuais de votos nas regiões mais votadas. Observa-se ainda, que nas regiões onde tradicionalmente o partido obtinha seus mais altos percentuais de votos, ocorreu uma importante redução destes, tanto no nível da Assembléia como no da Câmara, ainda que tais regiões continuassem aglutinando os mais altos resultados eleitorais do PRP.

Essa redução, acima referida, ocasionou a diminuição do número de deputados que o PRP elegeu nesse pleito, em relação aos dois últimos pleitos para a Assembléia Legislativa. Ressalta-se, ainda, que não foi apenas o PRP que perdeu uma cadeira na Assembléia, também o PSD perdeu dois deputados e o PSB perdeu o único deputado

que elegeu em 1954. A UDN, o PL e o PSP mantiveram o número obtido anteriormente. O PTB aumentou sua bancada com mais um deputado, o PDC elegeu dois representantes e o PR elegeu um. Assim, nota-se que não foi apenas o PRP que reduziu o seu número de parlamentares, mas foram também outros dois partidos. Quem ganhou não foi unicamente o PDC, mas também o PTB e o PR. Por isso, é importante perguntar quem se beneficiou com os votos que anteriormente tinham dado o quarto deputado ao PRP?

Segundo Hélió Trindade, o PRP e o PDC são partidos que possuem penetração circunscrita e concorrentes, fundamentalmente, nas regiões de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Com base nessa hipótese, foram averiguados os municípios em que o PRP obteve percentuais acima de 1%, em 1954, e que foram significativamente reduzidos no pleito eleitoral de 1958. Tais resultados foram comparados com os obtidos pelos demais partidos, na perspectiva de verificar quem se beneficiou com a diminuição de votos do PRP e se houve perda ou não de outros partidos. A partir desses dados foi possível verificar, também, em quais municípios o PDC aumentou significativamente seus percentuais de votos, os quais possibilitaram-lhe eleger pela primeira vez no RS, dois deputados estaduais.

No que se refere aos municípios nos quais o PRP, em 1958, teve significativa redução de votos, foram localizados 30 municípios distribuídos entre as seguintes regiões: Encosta Inferior do Nordeste 10, Encosta Superior do Nordeste 4, Depressão Central 6, Alto Uruguai 7, Planalto Médio 2 e Missões 2. Com exceção desta última e da Depressão Central, as demais foram as regiões em que o PRP obteve seus melhores resultados. Desse conjunto de trinta municípios, os de Erechim, Santa Rosa, Três Passos e Santo Ângelo³³³ tiveram parte de seus territórios desmembrados. Os resultados

³³³ No caso de Santo Ângelo é importante mencionar a criação do município de Giruá, o qual foi formado

eleitorais obtidos nos novos municípios foram reagregados no município de origem. Conforme se verifica nesse nível de disputa, o PRP diminuiu seu percentual de votos em vários municípios. No quadro abaixo busca-se demonstrar para onde migraram estes votos.

com parte dos territórios de Santo Ângelo e Santa Rosa. Esse tipo de situação, assim como os casos de municípios criados com territórios de três outros, foram gerenciadas de formas, do ponto de vista legal, de reagrupá-los aos municípios mães.

Quadro 21 – Municípios em que o PRP reduziu seu percentual de voto em 1958.

Municípios	1954							1958						
	PRP	PDC	PSD	PL	PTB	UDN	PSP	PRP	PDC	PSD	PL	PTB	UDN	PSP
Antônio Prado	14,1	0,1	59,8	3,2	21,2	1,0	0,1	5,6	1,2	30,7	9,4	33,1	16,5	0,9
Arroio do Meio	22,3	0,1	44,9					13,4	10,2	39,2				
Cachoeira do Sul	6,0	0,5	29,6	13,1				3,6	3,7	31,5	8,4			
Caí	31,9	1,7	24,8	3,5	31,9			10,8	2,3	30,4	22,4	23,1		
Canela	5,1	2,8	30,9	10,9	34,9	4,6	10,4	2,7	3,3	17,1	8,1	42,5	16,6	4,8
Caxias do Sul	21,8	3,4		8,7	41,2	6,2		13,7	21,1		5,5	34,7	2,8	
Cruz Alta	11,8	0,2		6,5	40,8	13,6		3,2	0,6		11,1	47,3	5,2	
Encantado	9,0	0,1	60,8	13,2	16,6			3,0	0,5	44,0	1,2	48,6		
Erechim *	10,4	1,0	24,3		38,5	8,1		6,1	1,5	33,4		40,7	2,4	
Farroupilha	7,1	4,6	14,1	20,4	47,5	4,8		1,3	1,2	35,8	7,7	51,1	0,5	
Flores da Cunha	49,6	2,4	15,0		24,9	2,1		26,0	6,4	7,2		17,3	39,7	
General Vargas	5,9	2,2	18,0	25,0		3,6	1,2	3,3	0,7	12,2	26,1		6,0	2,6
Ijuí	35,8	0,1			25,8			25,7	0,6			35,1		
Iraí	8,7	0,1	49,6	7,0	33,4	0,9	0,3	5,7	1,9	43,5	3,4	35,3	4,1	1,3
Lajeado	20,3	0,2	33,9		34,8			6,2	17,2	24,9		38,2		
Marcelino Ramos	15,2	0,0	49,8		31,4	0,1		3,9	1,0	31,6		37,3	19,7	
Montenegro	7,9	3,5	28,3	10,7	37,5	8,3	2,5	2,7	4,6	40,6	7,0	23,9	6,2	9,7
Novo Hamburgo	26,4	3,5					7,1	6,5	11,6					17,4
Palmeira das Missões	12,2	0,1	38,2				0,6	5,5	0,2	41,6				1,5
Rio Pardo	16,6	0,7	7,8	14,5	38,4		17,4	1,2	0,4	15,7	10,1	19,8		45,6
Santa Cruz do Sul	13,7	0,2	19,8	28,6	36,0			3,2	5,1	34,8	12,7	39,5		
S. Ângelo/Santa Rosa **	18,0	0,1	34,1	7,5	33,5	2,3	3,7	12,0	1,7	27,7	5,7	39,9	1,8	6,5
São Leopoldo	17,5	3,9	16,7		33,0			5,2	3,3	19,0		42,8		
São Luiz Gonzaga	11,3	0,1	40,1		36,8		0,2	1,8	0,4	34,3		44,7		2,0
São Pedro do Sul	12,1	0,5	29,2	17,8	37,7		1,9	4,1	0,5	24,2	19,7	43,1		3,5
Sarandi	11,8	0,1	44,0		38,5		1,2	3,3	0,4	36,6		35,8		14,9
Taquara	8,1	0,8	17,4		39,0		1,4	4,7	0,6	8,8		46,9		3,6
Taquari	5,3	0,7	19,9	44,5	23,6	4,2		2,8	1,6	11,4	50,9	25,9	3,0	
Três Passos ***	32,1	0,2		7,9				26,8	0,6		8,6			
Venâncio Aires	36,5	1,0			22,1	8,6		19,0	17,8			30,9	0,7	

Obs: Os quadros em branco, na tabela, significam que os partidos os quais eles se referem não tiveram alterações significativas de percentual de 1954 para 1958.

* Em 1955 o município de Aratiba foi desmembrado de Erechim, por isso nos dados eleitorais de 1958, seus votos foram agregados os percentuais daquele município.

** Em 1955 foi criado o município de Giruá, originando-se dos municípios de Santo Ângelo e Santa Rosa. Foram criados, ainda, os municípios de Santo Cristo e Porto Lucena, desmembrados de Santa Rosa. Por essa razão, já em 1954, juntou-se Santo Ângelo e Santa Rosa e em 1958, agregaram-se também os dados dos demais municípios.

*** Em 1955 foi criado o município de Tenente Portela, originário do município de Três Passos, por isso os dados eleitorais de 1958 contém os dados daquele município.

Com base nos dados do quadro acima, verifica-se, primeiramente, que em 7 dos 30 municípios em que o PRP diminuiu seu percentual de votos, estes foram para o PDC e também para outros partidos. Além disso, verifica-se que não foi unicamente o PRP que teve redução de votos nesses municípios. No município de Arroio do Meio o PRP obteve 22,3% e o PDC 0,1%; em 1958, o PRP diminuiu para 13,4% e o PDC subiu para 10,25%. No entanto, o PSD também teve seu percentual reduzido de 44,9% para 39,2% em 1958. Em Caxias do Sul, em 1954, o PRP obteve 21,8% e o PDC 3,4%; em 1958, o PRP diminuiu para 13,7% e o PDC sobe para 21,1%. Nesse município, três outros partidos, além do PRP, diminuem seus percentuais: o PL de 8,7% fica com 5,5%, o PTB de 41,2% diminui para 34,7% e a UDN de 6,2% fica com 2,8%. No município de Flores da Cunha os resultados foram os seguintes: em 1954, o PRP obteve 49,6% e o PDC 2,4%; em 1958, o PRP baixou para 26,0% e o PDC subiu para 6,4%. O PSD obteve 15,0% e o PTB 24,9%, em 1954; diminuíram para 7,2% e 17,3% respectivamente, em 1958. Já a UDN passou de 2,1% para 39,0%. Nesse município é muito interessante observar que o PRP diminuiu bastante seu percentual, porém o PDC subiu pouco se comparado com o aumento recebido na legenda da UDN.

No município de Lajeado, houve redução de votos tanto do PRP quanto do PSD. Em 1954, o PRP obteve 20,3% e o PDC 0,2%; em 1958, o PRP diminui para 6,2% e o PDC sobe para 17,2%. Quanto ao PSD, em 1954, obteve 33,9% e o PTB 34,8%; em 1958, o PSD diminui para 24,9% e o PTB sobre para 38,2%. Já em Novo Hamburgo apenas o PRP reduz seu percentual, enquanto PDC e PSP aumentam. Em 1954, nesse município, o PRP obteve 26,4% e o PDC 3,5%; em 1958, o PRP desce para 6,5% e o PDC sobe para 11,6%. O PL, havia obtido 7,1% e passou, em 1958, para 17,4%. Em Santa Cruz, em 1954, o PRP atingiu 13,7% e o PDC 0,2%; em 1958, o PRP reduziu para 3,2% e o PDC subiu para 5,1%. O PL também sofreu redução de 1954 para 1958,

pois havia obtido 28,6%, reduzindo para 12,7%. Já o PSD, obteve 19,8% e o PTB 36,0%, em 1954; ambos subiram para 34,8% e 39,5%, respectivamente, em 1958. O último dos sete municípios é Venâncio Aires, onde se verifica que o PRP não é o único que teve perdas, como também não foi apenas o PDC que obteve ganhos. Em 1954, o PRP atingiu 36,5% e o PDC 1,0%; em 1958, o PRP reduz para 19,0% e o PDC aumenta para 17,8%. Porém, o PTB passou de 22,1% para 30,9% e a UDN diminuiu de 8,6% para 0,7%.

No quadro acima se pode verificar que em 23 municípios o PRP também diminuiu percentuais de voto em 1958, se comparados com os obtidos em 1954. O PDC, no entanto, não obteve nesses qualquer aumento significativo em seus percentuais, no pleito de 1958. Observa-se, assim, que os votos perdidos pelo PRP se dispersaram entre os demais partidos e não se concentraram unicamente no PDC.

Quadro 22 – Municípios nos quais o PDC e o PRP obtiveram votação superior a de 1954

Municípios	1954							1958						
	PRP	PDC	PSD	PL	PTB	UDN	PSP	PRP	PDC	PSD	PL	PTB	UDN	PSP
Bagé	1,7	0,1	17,8	16,9	53,5	6,0		3,8	0,2	12,6	19,9	48,2	4,7	
Bento Gonçalves	0,6	0,8	39,1				0,6	2,0	3,8	28,7				1,4
Candelária	10,2	0,0	30,3	35,5	20,2			11,5	2,5	38,7	9,8	30,0		
Estrela	13,3	0,9	31,7	12,9	38,1	2,1	0,7	15,2	8,5	6,6	41,8	22,8	0,3	2,4
Garibaldi	2,8	0,7	33,6	17,9	43,8			10,2	6,1	23,4	7,9	49,8		
Herval do Sul	0,4	0,8	35,2					0,6	9,8	25,8				
Júlio de Castilhos	3,9	0,3	20,4		44,1			6,9	5,4	14,7		37,4		
Passo Fundo	2,6	0,4	29,1		37,1		17,2	3,5	9,5	16,3		33,0		21,0
Pelotas	0,8	0,5		9,9			4,3	1,3	1,8		7,2			2,6
Soledade	0,5	0,1	26,6	38,2	30,1			0,9	2,9	23,3	25,2	40,3		
Viamão	0,5	1,0		17,8	41,6	9,6		0,6	3,1		14,2	45,1	4,7	

No quadro acima, são apresentados ainda, os municípios nos quais o PDC e o PRP tiveram em 1958 votação superior daquela obtida em 1954. Consta-se que o PSD

foi o partido com maior redução de votos nesses municípios. O único município em que esse partido apresentou um aumento de percentual, foi em Candelária, onde em 1954 atingiu 30,3% passando para 38,7% em 1958. Ou seja, o decréscimo do PSD pode ter contribuído para o crescimento tanto do PRP quanto do PDC.

Outro elemento que deve ser considerado quando se analisa os resultados eleitorais obtidos pelo PRP no processo eleitoral de 1958, foi a sua escolha política em estabelecer aliança eleitoral com o PTB. É sabido que essa escolha foi fruto de um embate político interno bastante intenso, impulsionado por lideranças mais ligadas ao aparato diretivo e parlamentar, que resultou em ganhos políticos, mas também em um significativo desgaste interno.

6.2.6 - As eleições de 1962

O último pleito eleitoral do período populista ocorreu em sete de setembro de 1962, tendo 1.353.697 votantes no Rio Grande do Sul. Foram criados novos municípios, somando um total de 157 que participaram do processo eleitoral daquele ano. Nessas eleições o PRP, que havia rompido com o governo de Leonel Brizola em outubro de 1961, retoma sua política de alianças com os antigos aliados do bloco conservador, tornando parte da Ação Democrática Popular (ADP) composta pelo PSD, PL, PDC e UDN. De modo semelhante a 1958, o PRP enfrentou novamente a contrariedade de uma parcela de seus membros e de parte da direção regional. Durante todo o período da campanha eleitoral, o partido enfrentou a oposição de um de seus dirigentes, Juracy de Assis Machado, que se recusou a deixar uma diretoria do Banrisul, cargo que ocupava no governo de Leonel Brizola. Aquele dirigente, membro do diretório regional, liderou um grupo de perrepeistas que preferia manter a aliança de 1958, na qual já estava garantida a participação do PRP na burocracia do Estado. O candidato da ADP, Ildo

Meneghetti, foi eleito governador do Estado com 502.356, representando 37,10% do total de votantes.

As candidaturas do PRP para o Senado Federal, assim como para a Câmara Federal foram em aliança com a ADP. No tocante à Câmara, o partido elegeu um deputado federal³³⁴. Quanto às eleições para a Assembléia Legislativa, o PRP saiu com chapa própria, lançando 37 candidatos e obtendo 79.071 votos, o equivalente a 5,84% do total de votantes, garantindo a ocupação de três cadeiras na Assembléia Legislativa. Esse resultado manteve-se nos mesmos patamares do pleito anterior.³³⁵ A seguir serão analisados os dados eleitorais relativos ao pleito para a Assembléia Legislativa do Estado, único em que o partido disputou com chapa própria.

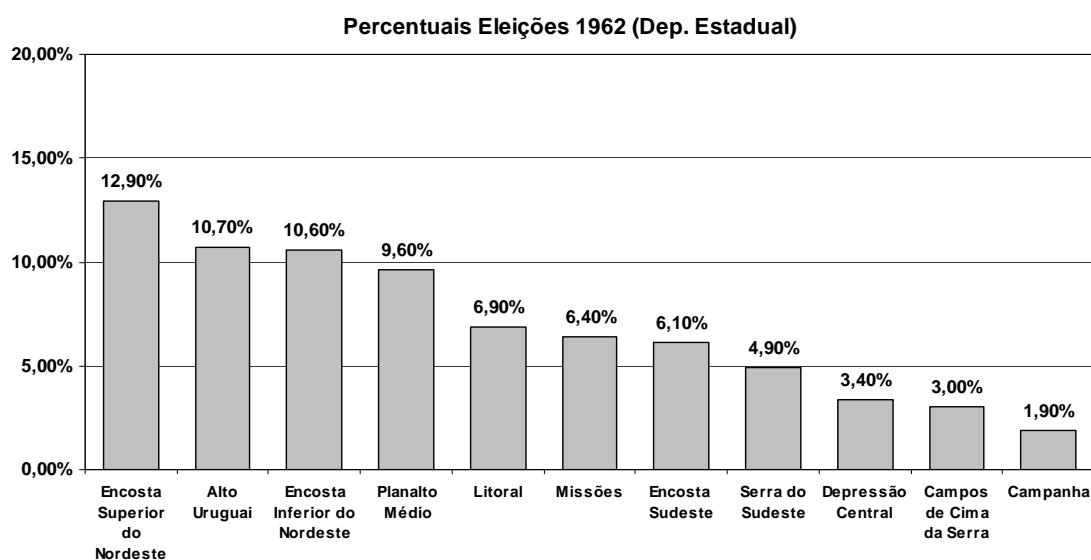
³³⁴ Foi eleito o contador Pedro Afonso Anschau.

³³⁵ Foram eleitos para deputado estadual o contabilista Alberto Hoffmann, o advogado Antônio Setembrino de Mesquita e o comerciante Oscar Westendorff.

Quadro 23 – Resultado eleitoral do PRP para deputado estadual em 1962

Regiões do estado	Total de Juntas/Municípios p/ região	Nº de Juntas/Municípios em que o PRP obteve votos	% de votos obtidos p/ PRP na região
Encosta Superior do Nordeste	14	9	12,9
Alto Uruguai	33	29	10,7
Encosta Inferior do Nordeste	27	27	10,6
Planalto Médio	17	16	9,6
Litoral	6	3	6,9
Missões	10	5	6,4
Encosta Sudeste	5	4	6,1
Serra do Sudeste	9	1	4,9
Depressão Central	18	18	3,4
Campos de Cima da Serra	10	7	3,0
Campanha	8		1,9

Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.



Na disputa para a Assembléia Legislativa, o PRP obteve votação acima de um por cento nas onze regiões do Estado, conforme consta na tabela acima. Na região da Encosta Superior do Nordeste teve votação em nove municípios, mas estes não foram os mesmos da eleição anterior. O município com percentual mais alto, nessa região, foi

novamente Flores da Cunha com 55,0%, percentual este que significou quase o dobro do recebido anteriormente. O segundo com maior percentual foi Carlos Barbosa (45,6%), criado em 1959. Os dois municípios seguintes, Caxias do Sul (15,4%) e Garibaldi (8,7%), apresentaram situações diferenciadas. O primeiro, teve um pequeno aumento em seu percentual e o segundo, teve uma pequena redução, ambos em comparação ao pleito de 1958. Antônio Prado (7,4%) e Bento Gonçalves (5,3%) tiveram seus percentuais aumentados. Finalmente, Farroupilha (3,9%), Veranópolis (1,8%) e Guaporé (1,1%) não haviam tido votação no pleito anterior.

Na região do Alto Uruguai, o PRP obteve votação em vinte e nove municípios, dos quais 85% foram criados a partir da década de 1950. O município de Giruá (49,1%) foi o que atingiu o maior percentual da região, seguido por Três Passos (29,9%) que obteve um percentual um pouco superior ao recebido em 1958. Os municípios de Santo Cristo (20,4%), Horizontina (20,1%) e Crissiumal (19,9%), criados em 1955 e 1954, respectivamente, foram os que atingiram os percentuais mais altos de votos da região em 1958. Os demais municípios, na sua maioria, podem ser incluídos no grupo de municípios criados a partir de 1954, como Tucunduva (18,3%), Humaitá (17,9%), Tenente Portela (15,8%), Maximiliano de Almeida (14,1%), Tuparendi (13,7%), Três de Maio (13,0%), Chapada (10,8%), Aratiba (9,9%), Campo Novo (7,3%), Santo Augusto (7,2%), Frederico Westphalen (7,1%), Seberi (7,0%), Campinas do Sul (5,8%), Erval Grande (5,2%), Gaurama (3,3%), Constantina (2,1%), Nonoai (2,1%) e Porto Lucena (1,7%). A votação alcançada pelos municípios considerados antigos, nessa região, pode ser considerada uma exceção, pois desse conjunto de vinte e nove municípios, apenas seis são anteriores à década de 1950: Santa Rosa (9,0%), Marcelino Ramos (6,7%), Erechim (6,0%), Iraí (2,6%), Palmeira das Missões (2,6%), Getúlio Vargas (2,2%) e Sarandi (1,7). Este último, Palmeira das Missões e Santa Rosa tiveram

seus percentuais significativamente reduzidos, principalmente a partir de 1958 com o desmembramento de novos municípios.

Na região da Encosta Inferior do Nordeste, aumentou de vinte para vinte e sete o número de municípios nos quais o PRP recebeu votação acima de 1%. O município com maior percentual de votos, Campo Bom (53,2%), pertence ao grupo daqueles criados em 1959. Nova Petrópolis, o segundo com maior percentual, também era novo e no pleito anterior havia atingido o maior percentual da região com 25,6%. Os municípios de Arroio do Meio (31,4%) e Montenegro (25,7%) aumentaram significativamente os percentuais de votos comparativamente aos 13,4% e 2,7%, respectivamente, obtidos em 1958. Os municípios, seguintes, Sapiranga (14,7%) e Dois Irmãos (14,1%), fazem parte dos municípios novos. O diferencial é que Sapiranga participou do pleito de 1958 tendo obtido 11,1% e Dois Irmãos foi criado em 1959. Já o município de Santa Cruz do Sul (13,8%) elevou significativamente o percentual recebido neste pleito. Os municípios de Estrela (12,2%) e Venâncio Aires (9,9%) tiveram redução de seus percentuais. Este último município caiu de 19% para 9,9%. O novo município de Feliz (9,8%) recebeu um percentual superior ao de Lajeado (8,3%) e ao de Candelária (7,9%). Estes últimos apesar de não estarem incluídos no grupo de novos municípios, obtiveram percentual superior àqueles da eleição passada. O município de Roca Sales, que concorreu no pleito de 1958, teve seu percentual de votos diminuído. Os demais municípios da região que receberam votação foram Vera Cruz (6,9%), Estância Velha (6,1%), Caí (5,7%), Rolante (4,9%), Novo Hamburgo (4,3%), Três Coroas (4,0%), Gramado (3,9%), Sobradinho (2,8%), Taquara (2,8%), Encantado (2,5%), São Leopoldo (2,5%), Canela (2,1%) e Sapucaia (1,8%). É necessário que se ressalte a brusca redução do percentual de votos obtidos pelos municípios de Caí (em 1954 obteve 31,9%; em 1958, 10,8%; em 1962, 5,7%); Novo Hamburgo (em 1954

obteve 26,4%; em 1958, 6,5%; em 1962, 4,3%); Sobradinho (em 1954 obteve 21,3%; em 1958, 21,7%; em 1962, 2,8%) e São Leopoldo (em 1954 obteve 17,5%; em 1958, 5,2%; em 1962, 2,5%).

Na região do Planalto Médio, o PRP obteve votação acima de 1% em dezesseis dos dezessete municípios que a compõem. Novamente o município de Panambi (51,2%) atingiu o maior percentual da região. Na sequência, o município de Ijuí (24,1%) se manteve com um percentual um pouco inferior ao recebido em 1958. Já o município de Carazinho (18,1%) aumentou o percentual em relação ao pleito anterior. O percentual obtido em Não Me Toque (13,3%) foi um pouco superior ao recebido na eleição passada. Os demais municípios que tiveram votos foram Santa Bárbara do Sul (9,2%), Tapera (5,7%), Arvorezinha (5,0%), Nova Palma (4,3%), Ibirubá (3,1%), Júlio de Castilhos (2,7%), Marau (2,2%), Cruz Alta (1,7%), Passo Fundo (1,7%), Colorado (1,6%), Espumoso (1,1%) e Tapejara (1,0%). Destes municípios, chama a atenção a redução do percentual recebido por Ibirubá, pois no pleito de 1958 o mesmo atingiu 15,2%.

No Litoral houve votação para o partido em três municípios. Torres obteve 16,6%, pouco superior aos 14,1% do pleito anterior. O município seguinte foi São José do Norte (5,7%), sendo este superior aos 2,3% obtidos no último pleito. O município de Osório obteve 2,3% dos votos.

Na região das Missões, o PRP obteve votação em cinco municípios, sendo Cerro Largo o que atingiu o maior percentual, com 13,1%. Tal percentual é bastante inferior aos 22,6% em 1958, mesmo que o referido município tenha se mantido com o maior percentual de votos da região. Os próximos municípios da região com maior percentual de votos foram criados em 1961, Catuípe (9,1%) e Guarani das Missões (6,7%), portanto não haviam participado ainda de nenhum pleito em âmbito estadual.

Os dois últimos municípios, Santo Ângelo (5,8%) e São Luiz Gonzaga (1,2%), únicos antigos, foram ao longo dos diferentes pleitos reduzindo o percentual de votos obtidos. O caso de São Luiz Gonzaga é interessante de ser destacado, haja vista que nos três primeiros pleitos foi o município com maior percentual de votos da região, alcançando 19,3%, 17,7% e 11,3% respectivamente. Nos dois últimos pleitos, ficou como último colocado na região, além de uma grande redução nos percentuais recebidos.

A Encosta do Sudeste foi a região em que o PRP atingiu votação em quatro municípios. São Lourenço do Sul obteve 44,4%, sendo o maior percentual da região, inclusive superior em quatro pontos percentuais ao obtido nas eleições de 1958. Os outros três municípios, Pelotas (1,4%), Camaquã (1,2%) e Tapes (1,0%) atingiram percentuais muito baixos. No caso de Pelotas e Camaquã, inferiores aos alcançados no pleito de 1958.

Na Serra do Sudeste o partido obteve votação, novamente, apenas no município de Canguçu (4,9%), sendo tal percentual inferior aos 7,8% obtidos em 1958.

Na região da Depressão Central, o PRP atingiu votação em dezoito municípios, sendo que os dois primeiros lugares com maior percentual de votos datam das primeiras décadas do século XIX. O primeiro deles foi Rio Pardo com 12,9%, o qual se reaproxima do índice obtido em 1954 e se afasta do 1,2% obtido em 1958. O segundo foi o município de Triunfo com 9,3% dos votos, o qual ainda não havia obtido votação que o colocasse entre os primeiros da região. Já o município de Agudo (7,5%), terceiro melhor colocado, foi criado em 1959, participando do primeiro pleito de âmbito estadual em 1962. O restante dos municípios da região divide-se em novos e antigos, sendo estes últimos predominantes. De acordo com o percentual de votos destacam-se, General Câmara (5,1%), Canoas (4,8%), Esteio (4,3%), Bom Retiro do Sul (4,1%), Restinga Seca (3,5%), Taquari (3,1%), Porto Alegre (3,0%), Guaíba (2,9%), Barra do

Ribeiro (2,6%), Gravataí (1,9%), São Pedro do Sul (1,8%), São Jerônimo (1,3%), General Vargas (1,2%), Viamão (1,1%) e Faxinal do Soturno (1,0%).

Nos Campos de Cima da Serra, o partido obteve votação em sete municípios, dos quais os três com maior percentual de votos são oriundos das décadas de cinq uenta e sessenta do séc. XX. São os municípios de Sananduva (10,0%), Paim Filho (9,3%) e Machadinho (8,3%), sendo que apenas o primeiro já havia participado do pleito estadual de 1958, obtendo 13% dos votos. Os demais municípios, São José do Ouro (3,9%), Lagoa Vermelha (1,6%), São Francisco de Paula (1,4%) e Vacaria (1%), com exceção do primeiro, os demais são oriundos da segunda metade do século XIX, os quais mantiveram um percentual de votos bastante reduzido. Apenas Lagoa Vermelha no pleito de 1962, alcançou o percentual de 14,9% diferenciando-se bastante do obtido nos pleitos anteriores.

Na região da Campanha, última em termos percentuais, o PRP obteve votação superior a um por cento nos municípios de Uruguaiana (2,5%) e Bagé (1,4%), sendo tais percentuais inferiores aos alcançados em 1958.

Nesse nível de disputa à Assembléia, o PRP obteve seus melhores resultados em seis regiões, sendo que houve redução de percentual em várias delas. No tocante ao número de municípios em que o PRP obteve votação, observa-se um relativo aumento em determinadas regiões, em razão da criação de 39 novos municípios que participaram pela primeira vez nessas eleições. Em oito das onze zonas regionais, surgiram novos municípios, sendo a da Encosta Inferior do Nordeste e do Alto Uruguai as que tiveram mais municípios. Na região da Encosta Inferior do Nordeste, na qual o partido obteve votos em dezenove municípios, em 1958, tal número subiu para vinte e seis no pleito de 1962. O mesmo ocorreu na região do Alto Uruguai, que recebeu votação em dezenove e vinte e nove municípios, em 1958 e 1962, respectivamente.

Também é importante mencionar, que o PRP manteve o mesmo número de cadeiras na Assembléia Legislativa, apesar da relativa diminuição de 5,92% para 5,84%. Deve-se considerar que esse resultado se manteve apesar do aumento do número de votantes em relação a 1958, assim como o aumento do número de deputados eleitos pelo PDC, o qual dobrou sua bancada. Além do resultado desses partidos, destaca-se que o MTR elegeu quatro deputados, enquanto a ARS elegeu um, sendo que ambos ainda não existiam no último pleito. O caso da UDN é semelhante ao do PRP, pois ela manteve os três deputados eleitos anteriormente. Já o PSP perdeu os seus dois deputados eleitos em 1958, o PL perdeu um, o PTB também um e o PSD dois deputados. Verifica-se, então, que apesar da diminuição de um deputado do PTB e dos dois do PSP, o bloco dos partidos populistas aumentou o número de seus representantes com a eleição dos quatro deputados do MTR. O bloco dos partidos liberais-conservadores teve redução de sua força, na medida em que a UDN manteve a sua bancada e o PL e PSD diminuíram as suas. Já os partidos da terceira força, PDC e PRP, não tiveram perdas, pois o PDC aumentou em cem por cento a sua bancada sem que o PRP tenha reduzido o seu número de representantes.

De um modo geral, os mais altos índices obtidos pelo PRP estavam circunscritos a determinadas regiões do Estado, mas, ao mesmo tempo, essa força eleitoral deve ser entendida como uma implantação que se caracteriza de modo diferenciado nessas zonas regionais. Cumpre notar que nas regiões em que o PRP teve significativa força eleitoral, como o Alto Uruguai, o Planalto Médio, Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste, o partido não liderava a concorrência política, pelo contrário disputava o eleitorado com as principais correntes políticas do Estado. Além disso, em várias dessas regiões o PRP buscou retomar a intervenção política iniciada no período da AIB, na qual esse movimento estruturou núcleos e participou dos

processos eleitorais da época, elegendo parlamentares em algumas Câmaras Municipais, constituindo assim uma base eleitoral que poderia ser alcançada a partir do seu discurso calcado em “benefício do homem do campo”. Também se verifica que parte dos representantes eleitos eram originários dessas zonas, ao ponto de ser caracterizado por Miguel Bodea como uma espécie de “depositário dos rancores e ressentimentos das colônias alemãs e italianas”.³³⁶

³³⁶O referido autor destaca que essas zonas foram “duramente atingidas pelos programas de ‘brasilianização’ implementados por Cordeiro de Farias durante a Segunda Guerra. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Da Universidade/UFRGS, 1992. P. 19.

CONCLUSÃO

O estudo aqui realizado acerca da organização, do funcionamento e da intervenção dos dirigentes do PRP gaúcho, ao longo do regime de 1946, permitiu captar importantes características da dinâmica do partido. Quase todas as constatações se confrontaram com o senso comum a respeito deste pequeno partido que se situava à direita do espectro político. As evidências apresentadas apontam para a pluralidade de suas intervenções nos espaços de poder e para o partido como um produto de práticas sucessivas e reagrupadas de seus dirigentes/agentes a partir do contexto no qual estão inseridos. Procurou-se, assim, fugir da idéia do partido como uma “coisa dada”, idéia que perpassa estudos pouco aprofundados sobre a dinâmica da intervenção política do PRP. Mas é preciso refletir se, afinal, a pesquisa chegou aonde se propôs a chegar. No sentido de averiguar isso, serão retomadas as questões norteadoras do trabalho, questões divididas em três blocos de indagações.

No primeiro, foram questionadas as condições criadas pelo contexto do pós-Guerra para que um pequeno partido, sucedâneo da Ação Integralista Brasileira (AIB), conseguisse se organizar naquela conjuntura, em tese, bastante adversa aos ideais nazifascistas. Indagava-se, ainda, a respeito das ações empreendidas, dos instrumentos empregados por suas lideranças, da forma e da dimensão da estrutura partidária, ou seja, dos elementos que possibilitaram a construção de inúmeras alianças com outras forças

políticas e a manutenção do PRP no sistema partidário regional e, em última instância, nacional.

O segundo bloco referia-se à atuação e à representação dos dirigentes nas instâncias do Diretório Regional gaúcho, entendido este como o principal órgão do partido no estado. A pesquisa se interessou pela caracterização das gestões político-administrativas para as quais os dirigentes eram eleitos na Convenção Regional. Buscou perceber as diferenças e semelhanças entre as gestões e entre os instrumentos empregados na efetivação das políticas por seus responsáveis. Indagou, ainda, se os dirigentes do PRP eram os mesmos da Ação Integralista Brasileira e que tipo de perfil social ou trajetória política predominava entre os dirigentes internamente.

No terceiro bloco, o estudo investigou a participação do PRP no processo político do Regime de 1946 no Rio Grande do Sul, indagando sobre os elementos que contribuíram para a formação do sistema partidário gaúcho para compreender como foram efetivadas as articulações entre as principais forças políticas; e, também, pelos resultados eleitorais que o PRP obteve nas eleições para a Câmara Federal, para a Assembléia Legislativa e para o Senado, pleitos nos quais disputou com chapa própria.

Essas questões estiveram presentes durante a produção da tese, porém é nesta etapa do trabalho que se pode ter noção do que foi respondido no material produzido. Começando pelo contexto e pela estruturação inicial do PRP, foi possível constatar, em primeiro lugar, que o partido teve menos dificuldade no seu processo de institucionalização do que a maioria dos pequenos e médios partidos. Isso porque as regras estabelecidas beneficiavam aqueles fortemente concentrados em alguns estados e que possuíam algum vínculo com as máquinas estaduais. Os traços de continuidade do sistema anterior estavam presentes na legislação e em aspectos político-institucionais que entrelaçaram legado e novas criações. Essas condições contribuíram de forma direta

para a aproximação do PRP com as principais correntes políticas. O Decreto Lei de Eurico Gaspar Dutra, que desobrigou o PRP de apresentar o número de assinaturas exigidas pela legislação para obter o seu registro definitivo, contribuiu para uma certa proximidade de seu líder, Plínio Salgado, e o presidente eleito pelo PSD com o apoio do PRP. A aproximação do PRP com a Igreja Católica também possibilitou obter apoios que pudessem servir de avalistas ao novo partido, principalmente no que se refere ao seu “caráter democrático”.

Também foram consideradas as estratégias de rearticulação e de organização do partido nos estados e nos municípios, a partir dos diretórios regionais e municipais interligados ao Diretório Nacional. No Rio Grande do Sul, as ações empreendidas nesse sentido levaram em consideração a existência de articulações já efetivadas no período da AIB. A escolha da primeira direção provisória do partido demonstrou que os cinco dirigentes tinham em comum o militantismo na AIB. Na esfera estadual, existia o formato e o ordenamento de uma estrutura hierárquica regional, que articulava os escalões partidários de acordo com os estatutos criados a partir de sua formação em 1945. O órgão máximo do partido era o Diretório Nacional, que se sobrepunha às demais instâncias. No plano estadual, chamamos a atenção para a importância do Diretório Regional, órgão máximo de poder no estado, e também da Convenção Regional, um evento no qual se verificavam as disputas de posição entre os dirigentes ou entre estes e a base. Tais confrontos possibilitaram perceber o partido não como um “ser coletivo”, mas constituído de grupos que foram adequando seus interesses às regras da instituição integralista. Através das instâncias mencionadas (Diretório e Convenção), a gestão político-administrativa se realizava conforme as peculiaridades de cada dirigente. Esses órgãos caracterizam-se como “pequenas partes interligadas”, cujo

funcionamento ocorria a partir das “múltiplas operações” realizadas por seus agentes em suas relações sociais, políticas e culturais.

Essa estrutura não funcionaria se determinados agentes sociais – os dirigentes - não envidassem esforços através de ações individuais ou coletivas com vistas a obter sucesso político. O partido era formado por um conjunto de agentes que ocupavam posições diferenciadas na esfera partidária, o que era produto das inter-relações entre as instâncias que constituíam o PRP nessa seção. A ocupação do espaço na hierarquia do partido estava muito ligada ao capital político e cultural que cada agente era portador no espaço social. Daí a importância de perceber diferenças e semelhanças quanto ao perfil social, político, escolar, profissional, religioso e cultural desses membros do partido. Os capitais individuais e/ou coletivos eram desiguais e exerciam influência nas tomadas de posição. Esses elementos contribuíram para acentuar a divisão no seio da estrutura partidária, a partir dos inúmeros conflitos ocorridos entre os dirigentes.

Quanto ao perfil sócio-profissional daqueles que ocuparam cargos no Diretório Regional observou-se que o capital cultural, subsumido neste o capital político, exerceu influência direta no cargo ocupado na hierarquia partidária. O alto nível de formação educacional e o pertencimento à AIB foram atributos que exerceram um alto grau de predominância no perfil dessas lideranças. No tocante à origem étnica desses dirigentes, a alemã teve relativa predominância em relação à italiana. No elemento religião, a católica foi superior à protestante. O percentual de vinte e nove por cento de protestantes, bastante inferior aos sessenta e três por cento de católicos, porém, não pode ser ignorado, haja vista a direção do Diretório Regional ter sido ocupada, num maior número de mandatos, por um dirigente protestante.

No que diz respeito à direção do Diretório Regional, este foi encabeçado por cinco dirigentes, a maioria dos quais havia sido dirigente da AIB, caracterizando uma

pouca circulação no nível da presidência. Oscar Machado, Arno Arnt, Wolfram Metzler, Juracy Machado e Alberto Hoffmann foram eleitos para exercer mandatos, sendo o último o único que não fez diretamente parte do integralismo da década de 1930. Ao analisar as políticas definidas pelo Diretório Regional e executadas nas diferentes gestões político-administrativas, pôde-se observar o quanto eram distintos os recursos dos dirigentes, os quais imprimiram diferentes tipos de relação partidária às suas gestões político-administrativas. Em nossa análise, percebemos que o fato de quatro dos cinco dirigentes que ocuparam a presidência do Diretório regional nesse período terem pertencido à AIB não teve como implicação a absoluta semelhança entre as políticas propostas ou executadas em seus mandatos internos. Pode-se nesse sentido citar o caso das gestões de Oscar Machado, o qual em diferentes ocasiões, optou por estabelecer alianças eleitorais com outras forças políticas gaúchas. Por sua vez, na gestão de Arno Arnt, que também foi da AIB, a opção foi lançar uma candidatura própria ao governo do estado. Essas diferenças podem ser explicadas a partir das relações e inter-relações que fazem o funcionamento da organização partidária, as quais estão intrinsecamente ligadas aos diferentes recursos que o dirigente obteve ao longo de sua trajetória.

Além disso, é preciso lembrar que a predominância de uma mesma matriz partidária entre os presidentes do principal órgão do partido em âmbito regional reforça a tese de que persistiram no sistema partidário traços do autoritarismo na cultura política brasileira, assim como a idéia de que a AIB constituiu ao longo de sua existência um capital simbólico que foi aproveitado para estruturação e funcionamento do PRP.

Outra questão observada ao se analisar o cotidiano das atividades partidárias ou de políticas deliberadas no interior do PRP, seção gaúcha, foi a competição entre os seus membros, em especial, entre os dirigentes. Essa questão é importante de ser levantada pois, de certa forma, desmistifica determinadas afirmações dos perrepistas de

que o partido era uma grande família, e que entre os seus membros não haveria diferenças ou disputas de posições. O que se verificou, no entanto, foi a existência de muita disputa entre os próprios dirigentes, o que reforça a idéia de que o PRP, assim como qualquer outro partido, está inserido no campo político-partidário, o qual pode ser apropriado em diferentes proporções por seus dirigentes e aderentes.

Esta disputa se fez sentir, por exemplo, entre dirigentes partidários e parlamentares eleitos, entre membros mais ou menos antigos da agremiação. Um exemplo dessas divergências pode ser verificado no desentendimento entre Oscar Machado e Wolfram Metzler na sétima Convenção Regional, ocasionando a saída do primeiro do PRP em 1952. Também foram bastante contundentes as divergências ocorridas entre Mário José Maestri e Alberto Hoffmann em dezembro de 1960, na XV Convenção Regional, a qual escolheu a nova direção do Diretório Regional para o biênio 1960/62. O pano de fundo das discussões era a posição a ser tomada a respeito da continuidade do apoio do PRP ao governo de Leonel Brizola. A posição vitoriosa foi de continuidade do apoio do partido ao governo Brizola, levou a formação de duas chapas para disputar o comando do Diretório Regional.

A participação do PRP gaúcho nos processos eleitorais foi balizada pelas coligações feitas com as principais correntes políticas gaúchas. Em determinadas eleições, seu apoio foi bastante disputado por ambas as forças políticas, demonstrando a completa assimilação do partido no regime democrático. Esse movimento criado a partir das alianças, garantiu ao PRP a condição de partido inserido nas regras do sistema partidário, identificado, assim com os demais partidos criados no contexto da redemocratização, como oponentes da ditadura de Vargas identificada com o nazifascismo. Em especial, a aliança eleitoral de 1958, realizada entre PRP, PTB e PSP, levou o partido a ocupar uma posição inédita ao lado dos partidos denominados

populistas. Esse acordo lhe assegurou, dentre outras coisas, uma importante secretaria de estado, a da Agricultura, e o cargo de senador, eleito pelo Rio Grande do Sul e, ainda, um considerável aumento do número de prefeitos e vice-prefeitos eleitos em 1959 nas eleições municipais, se comparados com os eleitos em 1955 e, também, no pleito posterior de 1963.

No que se refere aos percentuais de votos obtidos pelo PRP, se verificou que os seus mais altos índices obtidos estavam circunscritos a determinadas regiões do Estado. Constatou-se, porém, que essa força eleitoral apresentava características diferenciadas no seio das zonas regionais. Nas regiões em que o PRP teve significativa força eleitoral, o Alto Uruguai, o Planalto Médio, a Encosta Inferior do Nordeste e a Encosta Superior do Nordeste, o partido não liderava a concorrência política. Pelo contrário, disputava o eleitorado com as principais correntes políticas do Estado, obtendo uma classificação de terceiro ou quarto colocado.

Pode-se exemplificar a partir dos resultados alcançados pelo PRP nos municípios de Santa Rosa e Três Passos, situados na região do Alto Uruguai, que na maioria dos pleitos para deputado estadual o partido disputou seus votos com o PSD e o PTB, sendo este último vitorioso em quase todas as eleições para este nível. Ainda nesses dois municípios nas eleições para a Câmara Federal, as disputas se mantiveram mais ou menos iguais ao da disputa para a Assembléia Legislativa, com exceção do pleito de 1954 no município de Três Passos, no qual o PRP alcançou o percentual de 37,2%, superior aos 29,6% do PSD e aos 23,2% do PTB.

Ao mesmo tempo constatou-se que numa quantidade significativa de municípios recém emancipados, nas zonas mencionadas, a força eleitoral do PRP chegou a ser superior daquela dos demais partidos. Isso pode ser uma decorrência da não consolidação, nestes novos espaços de disputas políticas, da tradição e da força

eleitoral das outras correntes políticas. Isso pode ter aberto uma brecha que foi eficientemente aproveitada pelo PRP. Além disso, é preciso lembrar que as novas juntas eleitorais onde se concentravam os votos do PRP estavam localizadas em localidades dos antigos municípios-mãe nas quais o partido já costumava fazer boa votação.

Em várias dessas regiões, o PRP buscou retomar a intervenção política iniciada no período da AIB, quando o movimento estruturou núcleos e participou dos processos eleitorais, elegendo parlamentares em algumas Câmaras Municipais, constituindo assim uma base eleitoral que pôde ser expandida, mais adiante, a partir do seu discurso de atuação em “benefício do homem do campo”. A aposta na identificação com as populações rurais fica explícita quando se analisa o perfil sócio-econômico dos municípios onde o PRP concentrava seu eleitorado. Municípios com predomínio da atividade agrícola, pequena propriedade, e com populações geralmente formadas por descendentes de imigrantes europeus, como era o caso de Ijuí e Sobradinho, foram locais de alta e permanente votação para o partido.

As questões investigadas no trabalho demonstraram que o PRP, partido pequeno, estava ativamente integrado no sistema partidário regional, na medida em que sua atuação ocorreu nos diversos processos eleitorais do período. Daí ser possível dizer que apesar da bipolaridade entre as forças políticas majoritárias, os pequenos partidos, como era o caso do PRP, também buscava exercer influência nas disputas eleitorais. No caso do partido integralista, as alianças políticas estabelecidas com as maiores correntes políticas foram o principal caminho escolhido pelo partido para ocupar e para garantir seu espaço no campo político.

Referências Bibliográficas do doutorado

- ALMINO, João. Os democratas autoritários: liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- AZEVEDO, Antonio Fay et RODRIGUES, Félix Contreiras. “Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul. Dois pontos de vista” In: RBEP, Belo Horizonte, UFMG., V. 2, p. 76-98, julho de 1957.
- AZEVEDO, Antonio Fay. “Balanço das Eleições de 58, no Rio Grande do Sul” In: RBEP. (8). Belo Horizonte, UFMG., p. 255-278, abril de 1960.
- _____. “Balanço das Eleições de 62, no Rio Grande do Sul”. In: RBEP, Belo Horizonte: janeiro de 1964, n. 16, p. 251-272.
- AZEVEDO, A Fay. Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul. Dois Pontos de vista. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 2, 1957. Pp. 77 a 90
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BIRNBAUM, Pierre. Les Sommets de l’État ; Essai sur l’élite du pouvoir en France. Paris, Éd. Du Seuil, 1994.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- _____. Direita e Esquerda (razões e significados de uma distinção política). São Paulo: UNESP, 1995.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- BOSCHI, R. R., DINIZ, E. e SANTOS, F. *Elites políticas econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- BOURDIEU, P. *A delegação e o fetichismo político*. In: *Coisas Ditas*. SP: Brasiliense, 1990, pp. 188-206.
- _____. A representação política (elementos para uma teoria do campo político). In: _____. *O Poder Simbólico*. Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Le capital social*. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (2,3), juin, 1980.
- BOURDIEU, P & SAINT MARTIN, M. Le patronat. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (20-21), mar/avr., 1978.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Padrões de organização das elites partidárias regionais no imediato pós-guerra no Brasil (1945-1950) e a singularidade da Região Sul*. In: *Revista História Unisinos*, vol. 5 n. 4, 2001. p. 261-297.
- _____. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília: CEDI/Câmara dos Deputados. 2 v. A versão on-line deste livro está disponível no site da Câmara dos Deputados: camara.gov.br – [Documentação e Informação] – [Publicações Eletrônicas].

- BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, Dissertação de Mestrado.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História, 39).
- CALIL, Gilberto Grassi *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Niterói, 2005. Tese de Doutorado defendida na UFF.
- _____. & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre, Edição do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, 1998.
- _____. *Depoimento de Guido Fernando Mondin*. Porto Alegre, Edição do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, 1996.
- _____. *Depoimento de Mário José Maestri*. Porto Alegre, Edição do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, 1998.
- _____. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, Edição do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, 1998.
- _____. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005, Tese de Doutorado.
- CANNEPA, Mercedes. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS – 1945/1965*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. *Um a abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do Integralismo em Ijuí*. Porto Alegre: IFRGS, 1994. Dissertação de Mestrado.
- CARDOSO, Claudira do S. C. *Partido de Representação Popular: política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962*. Porto Alegre: PUC/RS, 1999. Dissertação de Mestrado.
- CARDOSO, F. H. e LAMONIER, Bolivar (org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARONE, Edgar. *A república liberal: I- Instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985^a. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- _____. *Estudos do poder local no Brasil*. RBEP, 25/26 (1969), 231-248.
- CARVALHO, M. Orlando. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte: Edições RBEP, 1954, pp. 66-80.

- CHARLE, Christophe.** Les Élités et le pouvoir. In: _____. Les Élités de la République (1880-1900). Paris, Fayard, 1990. P. 407-454.
- _____. La prosopographie au biographie coletiva ...
- _____. Du bom usage de la biographie sociale comparée. In: Dreyfus M, Pannetier C, Viet- Depaule N (eds): 51-72.
- CHARLOT, Jean – Les partis politiques, Paris, Armand Colin, 1971, pp.36-39.
- CHARLOT, J. & CHARLOT, M. Les groupes politiques dans leur environnement. In: *Traité de Science Politique*. Paris, PUF, 1985.
- CHARLOT, J. & CHARLOT, M. L'interaction des groupes politiques. In: *Traité de Science Politique*. Paris, PUF, 1985.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHAUÍ, Marilena, FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*: Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- _____. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978. p. 116/117.
- CRISTOPHOLETTI, Rodrigo. *As Celebrações do Jubileu de Prata (1957-1961)*. Assis, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2002. Dissertação de Mestrado.
- CHISTOFOLETTI, Rodrigo. Lembranças do esquecimento: datas e comemorações do movimento integralista. In: DOTTA, Renato Alencar (Org.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretaciones*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.
- CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul: 1930-1964*. Albuquerque, USA: Univ. of New México, 1974.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. São Paulo: USP, 1992, Dissertação de Mestrado.
- _____. & MAIO, Marcos Chor. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). IN: *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. (Orgs.). Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- DOTTA, Renato Alencar. *O integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)*. São Paulo: USP, 2003, Dissertação de Mestrado.
- DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*, Paris, Armand Colin, 1956.
- _____. *Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- ESTÈBE, Jean. *Les Ministres de la République (1871-1914)*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. 1982.
- FERNANDES, Florestan. “Prefácio”. In: VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979

- FLACH, Ângela. *Os vanguardeiros do anticomunismo: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966)*. Porto Alegre, 2003. Dissertação de Mestrado.
- FLEISCHER, David. *Dimensões do recrutamento partidário*. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981. Volume 1.
- _____. A Bancada Federal Mineira: trinta anos de Recrutamento Político, 1945/1975. RBEP, nº 45, 1977, pp. 7 a 59.
- _____. *Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974)*. RBEP, nº 43, 1976.
- _____. *O Trampolim Político: mudanças nos padrões de Recrutamento político em Minas Gerais*. Revista de Administração Pública, 7:1 (1973), p. 99-116.
- _____. *O Recrutamento Político em Minas, 1890/1918*. Belo Horizonte: Edições RBEP, 1971, p. 13-20.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- GAXIE, Daniel. Les logiques du recrutement politique. In: RFSP, 1980/1
- _____. Economie des partis et rétributions du militantisme. RFSP, 1977/1.
- GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (Coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- HEINZ, Flávio M. “*Les Fazendeiros à l’heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires e politique au Brésil, 1945-1967*”. Université de Paris X – Nanterre, 1996.
- _____. HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Logos* (especial: história e política) v. 11, nº 1, Canoas: ULBRA/Pró-Reitoria Acadêmica. Semestral, maio, 1999, pp. 41-52.
- _____.et ali. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O integralismo brasileiro: história e caráter do movimento fascista no Brasil*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1996.
- IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo verde: o integralismo no norte do RS (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Apontamentos sobre a questão democrática brasileira*. In: ROUQUIÉ, Alain. LAMOUNIER, Bolivar. SCHAVAGER, Jorge (orgs.). *Como renascem as democracias*, Brasiliense, 1985.p.104-140.
- LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, Ed.: IUPERJ, 1991.
- LEÃO, Anis José. *Estudo de quatro eleições de deputados em Minas Gerais*. RBEP, 23/24 (1967/68), p. 275-294.

- LEOPOLDI, Maria A. *Considerações empíricas sobre a função de representação política*. Revista de Ciência Política, 6:4 (1972), pp. 29-50.
- LEOPOLDI, Maria A. *Carreira Política e Mobilidade Social: o legislativo como meio de ascensão social*. Revista de Ciência Política, 7:2 (1973), pp. 83-96.
- LEVINE, Robert. *A Velha Usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-1965*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- _____. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.
- LINTEAU, Paul-André. “Le personnel politique à Montréal, 1880-1914: évolution d’une élite municipale”. Revue d’histoire de l’Amérique française. Vol. 52, n° 2 automne 1998.
- LINZ, J. *O integralismo e o fascismo internacional*. Porto Alegre, Revista do IFCH, 1980.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotski: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MARESCA, Sylvain. *Les dirigeants paysans*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- MELO, Afonso Arinos. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: 1974
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira: Tomo III - O Brasil Republicano, v. 3 - sociedade e política (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 569 a 596.
- MICHELS, Roberto. *Os partidos políticos*. São Paulo: Ed. Senzala. 1982.
- MILMAN, L. E. Vizontini. *Neo-nazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, CORAG, 2000.
- MILMAN, Luís e VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFGRS): CORAG, 2000.
- MILKE, Daniel R. *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação de Mestrado.
- MONTENEGRO, Abelardo F. Estrutura ocupacional dos partidos políticos cearenses. Revista de Ciência Política, 3:229-32, jan..1958.
- MOREIRA, Maria Terezinha. A renovação dos quadros políticos na Guanabara. Revista de Ciência Política, 1(1):127-48, jan./mar.1967a
- _____. Composição do Legislativo da Guanabara. Revista de Ciência Política, 1(3):47-74, jul./set.1967b.
- NEUMANN, Franz. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1969.

- NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas no Rio Grande do Sul 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.
- NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições*. Editora da Universidade / UFRGS, 1991.
- NOLTE, Ernst. *Le fascisme dans son époque*. Paris, Julliard, 1970.
- OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. Paris, PUF/Que sais-je?, 1987.
- ORTIZ, Renato (organizador da coletânea). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de . *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação de mestrado.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o Tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de mestrado.
- PINÇON, M & PINÇON-CHARLOT, M. Pratiques d'enquêtes dans l'aristocratie et la grande bourgeoisie. In: *Genèses*, 3, mars, 1991. P. 120-133.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a evolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- PISTORELLO, Daniela. *Os homens somos nós: o integralismo na região colonial italiana do RS*. Porto Alegre: PUCRS, 1998, Dissertação de Mestrado.
- REIS, Fábio & O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- REIS, Elisa P. e CHEIBUB, Zairo B. *Valores políticos das elites e consolidação democrática*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 1, 1995, p. 31-56.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: QESP-Maltese.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira: Tomo III - O Brasil Republicano*, v. 3 - sociedade e política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.p. 384.
- _____ *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.
- ROY, Fernande & SAINT-PIERRE, Jocelyn. La haute redaction des quotidiens québécois entre 1850 e 1920. In: *Erudition, humanisme et savoir*, sob a direção de YVES Roby e Nive Voisine. Actes du colloque em honneur de Jean Hamelin. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 1996.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

- _____. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SANTOS, Fabiano. *Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99*. In: Elites políticas e econômicas no Brasil. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000, p. 89-117.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: Universidade de Brasília, 1982
- SAWICKI, F. Classes les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession Politique*. XIXe.- Xxe. Siècles. Paris, Belin, 1999. P. 135-170.
- _____. Pour une sociologie des milieux partisans. In: _____. Les Réseaux du Parti Socialiste; Sociologie d'un milieu partisan. Paris, Belin, 1997. 5-34.
- SAWICKI, F. *Les Réseaux du Parti Socialiste - Sociologie d'un milieu partisan*. Paris, Belin, 1997.
- SEILER, Daniel-Louis. Brasília: Editora da Universidade de Brasília : São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Saga S/A, 1969.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil. 1973.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República)*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1973.
- _____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STERNHELL, Zeev, SZNAJDER, Mario e ASHERI, Maia. O nascimento da ideologia fascista. Lisboa, Liv. Bertando, 1996.
- _____. *La droite révolutionnaire: origines françaises du fascisme (1885-1914)*. Paris, Ed. Seuil, 1979.
- TONINI, Veridiana M. Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957). Passo Fundo: UPF, 2003.
- TRINDADE, Hélió. *A Ação Integralista Brasileira - aspectos históricos e ideológicos*. Porto Alegre: Datilografado, 1972.
- _____. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: UFRGS/Difel, 1974.
- _____. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 299 a 335.

- _____. *Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul*. In: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique(orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp?
- _____. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: *Como renascer as democracias*. ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar & SCHVARZER, Jorge (org.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- TRINDADE, Hégio. *Padrões de comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1962)*. In: Revista do IFCH da UFRGS, n. 1, 1973.
- TRINDADE Hégio & NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1930)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/UFRGS/Sulina, 1991. pp. 11 e 12.
- VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira – um levantamento prosopográfico*. In: Revista História Unisinos, vol. 5 n. 4, 2001. p. 243 – 260.
- XAUSA, Leônidas & FERRAZ, Francisco. *As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul*. RBEP, 23/24 Jul/67 - Jan/68.
- WIRTH. John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Arquivos e Fontes Consultadas

1 - Solar dos Câmara

- Anais da Assembléia Legislativa

2 – NUPERGS

- Anais da Assembléia Legislativa
- Entrevistas de lideranças integralistas (pedir ao professor para consultar algumas das entrevistas realizadas com lideranças integralistas)

3 - Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP

- Correspondências do Diretório Regional: correspondências recebidas e enviadas, correspondência geral, correspondência interna e correspondência específica enviada;
- Livros de atas do Diretório Municipal de Porto Alegre 1947/1950, 1957/1958;
- Correspondências Expedidas pelo Diretório Municipal de Porto Alegre de 1947 a 1965;
- Correspondências Recebidas pelo Diretório Municipal de Porto Alegre de 1947 a 1965;
- Fundo 5 – Série 5 Histórico dos Municípios do RS;
- Boletim do PRP – Coleção completa (janeiro de 1946 a novembro de 1947);

- Livro de Atas do Diretório Regional . 12.2. (abril de 1948 a agosto de 1950);
- Monitor Populista n°s 1 ao 5 (junho de 1949 a março de 1950);
- Depoimentos Orais e entrevistas;
- Livros de Atas das Convenções Regionais do Rio Grande do Sul;
- Estatutos e Regulamentos do PRP;
- Série “Recortes de Jornais”. Recortes extraídos de jornais diversos contendo notícias sobre o processo político brasileiro e sul-riograndense e sobre o PRP. Foram pesquisados os recortes relativos ao período 45/65;
- Documentação relativa aos processos eleitorais;
- Composição Social dos Diretórios municipais;
- Documentação das Convenções Regionais do PRP – RS;
- Documentação de Parlamentares do PRP;
- Documentação relativa às eleições (Campanhas eleitorais, relação de candidatos, eleições estaduais, resultados eleitorais, dados eleitorais, dados comparativos de eleições diversas);
- Folhetos;
- Jornais (Jornais de âmbito regional, boletins e informativos do PRP)
- Processos contra membros do PRP;
- Propaganda do PRP;
- Série 20 – Diversos.